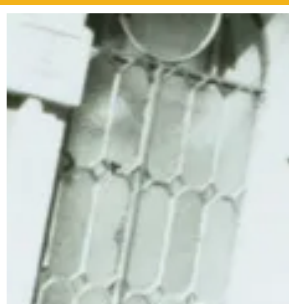


# 30 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL



## **ORGANIZADORES:**

**CIRLENE APARECIDA HILÁRIO  
DA SILVA OLIVEIRA**

**MAICOW LUCAS SANTOS WALTERS**

**NAVYARA HAKIME DUTRA**

**TATIANA MACHIAVELLI CARMO SOUZA**





ORGANIZADORES

CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA OLIVEIRA

MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS

NAYARA HAKIME DUTRA

TATIANA MACHIAVELLI CARMO SOUZA

**30 ANOS DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL:  
SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E  
TRABALHO PROFISSIONAL**



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## Dados Catalográficos

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; WALHERS, Maicow Lucas Santos; DUTRA, Nayara Hakime; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. 30 anos do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional. 1 Ed. Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2023.

ISBN: 978-65-81033-34-7

CDD 370.00

Todos os autores cedem os direitos autorais da obra para a Gradus Editora, impossibilitando a reprodução por outras editoras ou meios de veiculação de materiais didáticos, científicos e acadêmicos de cunho comercial, não comercial, associação científica ou cultural, bem como Instituições de Pesquisa, pelo prazo de exploração de 70 anos, conforme Lei 9.610/98.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição Creative Commons.

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).

GRADUS EDITORA – Todos os Direitos Reservados – 2023  
Rua Luiz Gama, 229. Vila Independência. Bauru, São Paulo. Brasil.  
[www.GRADUSEDITORA.com](http://www.GRADUSEDITORA.com)

Editor-chefe: Lucas Almeida Dias  
Registro e indexação: Gradus Editora | Câmara brasileira do livro | CrossREF  
Capa: Bruno M. H. Gogolla  
Diagramação: Bruno M. H. Gogolla

Comitê editorial científico – Gradus Editora  
Prof. Dr. Douglas M. A. de A. P. dos Santos  
Profa. Dra. Cintya de Oliveira Souza  
Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi  
Profa. Dra. Andreia de B. Machado  
Profa. Dra. Manuela Costa Melo  
Prof. Dr. Carlos Gomes de Castro  
Profa. Dra. Ana Beatriz D. Vieira  
Profa. Dra. Janaína Muniz Picolo  
Dr. Yan Corrêa Rodrigues  
Prof. Dr. Thiago Henrique Omena  
Prof. Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa  
Prof. Dr. Fábio Roger Vasconcelos  
Prof. Dr. Leandro A. dos Santos  
Prof. Dr. Gustavo Schmitt  
Prof. Dra. Renata Cristina L. Andrade  
Profa. Dra. Daniela Marques Saccaro  
Profa. Dra. Gladys del C. M. Morales  
Profa. Dra. Márcia Lopes Reis

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
Cristiano Costa de Carvalho	
Maria José de Oliviera Lima	
Maria Cristina Piana	
<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>11</b>
Profª Drª Maria Lúcia Martinelli	
<b>SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DESBOCADA: tensões sobre o projeto ético-político profissional.....</b>	<b>13</b>
Reinaldo Nobre Pontes	
Olga Myrla Tabaranã Silva	
<b>A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO PEPP E OS INTELECTUAIS EM GRAMSCI: QUAIS APROXIMAÇÕES? .....</b>	<b>33</b>
Leonildo Aparecido Reis Machado	
<b>SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO CONTINUADA E A DIMENSÃO INVESTIGATIVA. ....</b>	<b>45</b>
Edilaine Dias Lima	
Josiani Julião Alves de Oliveira	
<b>A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19 .....</b>	<b>107</b>
Camila Barbosa Vieira	

Ketully Fernanda Ascêncio Cadormim

Maria José de Oliveira Lima

Tamiris Garcia da Silveira

**TEATRO, JUVENTUDES E DIREITOS HUMANOS E SEUS POTENCIAIS DE EXPRESSÃO NO BRASIL ..... 119**

Adriana Giaqueto Jacinto

Bruna Pereira Caetano

Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes

**O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A DOCÊNCIA ..... 59**

Soraia Veloso Cintra

**A PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA E ACADÊMICA NO PÓS-PANDEMIA: INTEGRAÇÃO E RECEPÇÃO DOS INGRESSANTES NO PPGSS, CAMPUS DE FRANCA/SP, 2022. .... 73**

Fabiana Nascimento Marques

Maria José de Oliveira Lima

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL ANGOLANO ..... 91**

Daniel Luciano Muondo

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

**POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: em defesa da qualidade da formação profissional..... 173**

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Maicow Lucas Santos Walhers

**A CENTRALIDADE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS FRENTE AS MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO ..... 135**

Andreza Mendes Fachina

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi

**REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS NA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO ..... 147**

Fernanda Vieira Costa

Thaís Viana Figueira

**O DEBATE SOBRE A SUPERVISÃO  
DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL..... 159**

Laura Cristina Gomes Lima

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Hilda Maria Gonçalves da Silva

**SUPERVISÃO ACADÊMICA E FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL..... 185**

Eliane Marques de Menezes Amicucci

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

**SUPERVISÃO DE ESTÁGIO E A TENDÊNCIA  
PEDAGÓGICA NEOCONSERVADORA..... 201**

Cleusimar Cardoso Alves Almeida

Adriana Giaqueto Jacinto

**AUTORAS E AUTORES..... 217**





# APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos este ebook em comemoração aos 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus Franca/SP. Ao longo dessa trajetória, o programa tem sido um pilar fundamental no avanço da pesquisa e do conhecimento no campo do Serviço Social, contribuindo para a formação de profissionais altamente qualificados/as e para o desenvolvimento da área social.

O Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a transformação social e a promoção da justiça social, encontra na pesquisa acadêmica uma ferramenta essencial para compreender as demandas e os desafios contemporâneos. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social tem desempenhado um papel fundamental nesse processo, fornecendo um espaço de reflexão crítica, debate acadêmico e produção de conhecimento que impulsiona o campo em direção a novas fronteiras.

Neste ebook, tivemos a honra da participação da Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli, renomada docente e pesquisadora, que teve importante e expressiva participação na fase inicial do Programa, numa parceria que se consolidou nesses 30 anos de nossa história. Em seu prefácio registra a densidade teórico-metodológica dos capítulos aqui apresentados, resultantes de pesquisas realizadas por docentes, discentes e egressos/as, que caracterizam a produção intelectual do programa ao longo dessas três décadas.

No decorrer dos capítulos, nucleados no eixo temático formação e trabalho profissional, com ênfase na investigação do atual contexto e seus rebatimentos no exercício da profissão, são apresentados estudos sobre projeto ético-político profissional, políticas sociais, direitos humanos, pós-graduação, ensino, estágio e supervisão. Cada autor e autora traz sua contribuição singular, fruto de suas pesquisas e experiências, enriquecendo ainda mais o debate no campo do Serviço Social.

Por meio deste ebook, esperamos proporcionar aos leitores e às leitoras um panorama atualizado das principais questões e tendências de pesquisa no campo do Serviço Social e das Ciências Sociais, bem como estimular o diálogo e a reflexão crítica sobre os desafios que enfrentamos como profissionais e pesquisadores/as comprometidos/as com a transformação social.

Agradecemos a todos e todas que contribuíram para a realização deste ebook, em especial aos autores e autoras que generosamente compartilharam seus conhecimentos e pesquisas. Nossos agradecimentos também vão para os/as docentes, pesquisadores/as e discentes que fizeram e fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujo empenho e dedicação são fundamentais para o seu sucesso e aprimoramento contínuos.

Que este ebook possa servir como uma fonte de inspiração e referência para todas as pessoas interessadas em aprofundar seus conhecimentos sobre o Serviço Social e sua relevância na construção de uma sociabilidade justa e igualitária.

Boa leitura!

Cristiano Costa de Carvalho  
Maria José de Oliveira Lima  
Maria Cristina Piana



# PREFÁCIO

## O sentido democrático da Universidade Pública na construção e socialização do conhecimento

---

Recebi com muita alegria o convite para realizar o prefácio desta importante publicação que integra uma série comemorativa aos trinta anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Franca, São Paulo.

De imediato, relacionei com o Seminário Comemorativo realizado em novembro de 2022, do qual tive o prazer de participar, abordando temática bastante expressiva, naquele momento, relativa aos “Grupos de Pesquisa e a consolidação da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil”.

Sem dúvida, é indispensável reconhecer e saudar o esforço de nossas entidades nacionais, conjunto CEFESS-CRESS-ABEPSS, e internacionais, especialmente ALAIETS, no sentido de fomentar a criação de Grupos de Pesquisa, fortalecendo a relação teoria/prática e especialmente a pesquisa, em sua intrínseca relação com a construção do conhecimento.

Cabe reconhecer, também, o esforço de nossas agências nacionais de ensino e formação, como CAPES e CNPq, incentivando e subsidiando a criação de tais Grupos de Pesquisa e sua articulação nacional, latino-americana e europeia.

Como docente que fui do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, Campus de Franca nos anos 1990, mais precisamente no período de 1993 a 1995, posso afirmar que sempre estive presente para os gestores do Curso e especialmente para o seu corpo docente uma concepção clara e inequívoca do papel da Universidade na construção e socialização do conhecimento.

Esta é bem a história da UNESP, Campus de Franca, que ao longo destes trinta anos tornou-se uma instituição plenamente inserida no universo das instituições de ensino de Serviço Social e outras, tornando-se referência, enquanto Universidade Pública, para a região e para além dela, expandindo suas fronteiras em nível nacional e internacional.

Como podemos constatar pelo próprio Ebook, temos artigos produzidos por docentes e pesquisadores de vários estados do Brasil e de Angola, África, país com o qual a UNESP vem estabelecendo sólida parceria.

Na base da construção dessa rede interativa de formação profissional, direcionada tanto para o exercício cotidiano quanto para a pesquisa, está o trabalho sério e competente dos docentes do Curso e seu compromisso ético-político no sentido de realizar a organização e gestão dos Grupos de Pesquisa referidos a sua experiência profissional e temática de estudo.

O que vamos encontrar neste Ebook é um conjunto de quatorze artigos, abordando questões inteiramente presentes no debate contemporâneo da profissão, tanto no que se refere ao processo de formação quanto ao trabalho profissional, contemplando ensino, estágio, pesquisa e supervisão.

Numa arquitetura interna muito bem concebida, os capítulos interagem com os objetivos do Ebook, contemplando demandas e peculiaridades do trabalho profissional e variáveis intervenientes, em especial, os árduos e desafiantes tempos da Covid-19, ao longo dos anos de 2020 a 2022, e suas evidentes repercussões na organização e processo de trabalho.

Na verdade, de modo mais amplo, é indispensável considerar as profundas transformações no mundo do trabalho em tempos pandêmicos e pós-pandêmicos, trazendo graves repercussões para o cotidiano de vida em todos os seus contextos e tensionando, certamente, o nosso projeto ético-político profissional.

Assim sendo, este Ebook chega em um momento muito importante, renovando esperanças e evidenciando que é possível produzir em tempos de crise.

Finalizando, saúdo a Comissão Organizadora do Ebook e seus autores pelo conjunto da obra, pelas temáticas abordadas, valorizando a dimensão investigativa e educativa de nosso trabalho profissional e as mediações possíveis para torná-lo efetivo e capaz de contribuir para o processo de emancipação humana.

Trata-se, com certeza, de leitura indispensável para pesquisadores, docentes, discentes da área de Serviço Social e demais áreas humano-sociais.

Maria Lúcia Martinelli  
São Paulo - Brasil

# SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DESBOCADA: tensões sobre o projeto ético-político profissional

Reinaldo Nobre Pontes  
Olga Myrla Tabaranã Silva

## INTRODUÇÃO

---

Há certo consenso quando nos perguntamos sobre qual área das relações sociais atinentes à existência humana mais vem sofrendo ataques nos últimos tempos do pensamento e governos controlados pelos neoliberais no Brasil e no mundo: a educação e em especial a formação superior, a pesquisa e a pós-graduação. Os dados das agências de fomento mais proeminentes do país teimam em revelar o desfinanciamento testemunho do redirecionamento de recursos para outros fins<sup>1</sup>.

Preocupado com a particularidade desta temática em relação à área de conhecimento do Serviço Social, o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), mais especificamente, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Serviço Social, Políticas Sociais e Formação profissional (GEPSS), integrante do programa, há dez anos vem desenvolvendo pesquisas tendo como foco principal de estudo a formação e o trabalho profissional em Serviço Social, abrangendo também debates em torno da Política Social.

---

1 <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/01/cortes-diminuem-bolsas-de-pesquisa-e-prejudicam-publicacoes-cientificas.shtml>

Em sua última pesquisa concluída<sup>2</sup> intitulada “FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - PARÁ: estudo da implantação das Diretrizes Curriculares de 2002 e seus impactos na qualidade da formação do Assistente Social” foram realizadas entrevistas com assistentes sociais formados sob a égide das novas diretrizes curriculares nas três composições de universidades que temos no Estado: Pública Presencial, Privada Presencial e Privada à Distância com o objetivo de avaliar os avanços e limites da formação em Serviço Social na Região Metropolitana de Belém.

Sem embargo, as reflexões sobre os “desafios contemporâneos da profissão”, que é profundamente afetada, seja pela política neoliberal - que ataca e restringe direitos sociais justamente dos mais expostos ao ambiente socioeconomicamente inóspito provocando agravamento da questão social, pobreza, desigualdade crescente, - seja pela tendência a dissolver importantes conquistas profissionais através da precarização da formação profissional, isso determinado pela expansão da privatização da oferta da formação de assistentes sociais, com ênfase no ensino remoto.

Assim, este trabalho objetiva trazer ao debate elementos sobre os desafios do Serviço Social na contemporaneidade no que diz respeito à formação de assistentes sociais em diferentes modalidades em face dos desafios do trabalho profissional na realidade social mediatizada pela inserção da profissão nos espaços sócio-ocupacionais, tem ainda em consideração às contradições contemporâneas das relações sociais capitalistas no Brasil, e em foco a particularidade da Região Metropolitana de Belém.<sup>3</sup>

A pesquisa revelou vários aspectos importantes a serem analisados com relação ao desenvolvimento da profissão diante dos direcionamentos do Projeto Ético-Político profissional. Neste artigo, utilizam-se trechos das falas de alguns/as profissionais no que diz respeito a relatos sobre singularidades atendidas em suas experiências profissionais para tecer uma análise relacionada. É importante ressaltar que as falas são resultantes da pesquisa que foi aprovada em Colegiado e recebeu financiamento do CNPQ, bem como que as/os profissionais estão identificadas por área de atuação.

Utiliza-se, neste artigo, um recorte da amostra utilizada na pesquisa com o objetivo de trazer à luz aspectos importantes e determinantes de análise sobre categorias que se apresentam na totalidade do debate contemporâneo em Serviço Social. O artigo está dividido em dois tópicos, onde no primeiro destacam-se aspectos teóricos da formação e atuação profissional e no segundo amplia o debate com aprofundamentos em algumas categorias que cercam esta análise a partir das falas extraídas da realidade enquanto relação particular com a universalidade categórica discutida em sala de aula, no grupo de estudos e de leituras realizadas em decorrência da inserção na Pós-graduação.

---

2 Importante destacar que está em fase de sistematização de dados e produção do relatório final a pesquisa “estudo da formação e atuação profissional num contexto de avanço neoliberal e desmonte das políticas sociais pós-golpe institucional de 2016”, que conta com financiamento do Edital CNPQ, na mesma linha de investigação, mas visando a área de abrangência de todos o estado do Pará. O grupo também participa da pesquisa PROCAD AMAZÔNIA (2019-2023)

3 A parte teórica deste artigo possui reflexões desenvolvidas no trabalho da disciplina “Conjuntura e temas contemporâneos no Serviço Social” ministrada pelas Professoras Doutoras Josefa Batista e Yolanda Guerra na Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará em 2018 e empiria resultante da pesquisa mais recente do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS) da Universidade Federal do Pará.

# 1. SERVIÇO SOCIAL: revisitando as bases de seus fundamentos histórico-teórico-metodológicos

---

Para compreender como a profissão se localiza no tecido da sociabilidade dominante e na atualidade se faz necessário compreender seu sentido.

Para dar cumprimento a esta tarefa, sobre a qual existe uma extensa literatura, poderíamos iniciar corretamente por distintos pontos de abordagem e escolhemos pela categoria práxis, sem prejuízo de outras categorias que emergem do ser social, tão importantes quanto e sem as quais se perde contato dialético com os ser. A compreensão da profissão como uma “especialização do trabalho” permite compreendê-la como uma determinada práxis, não de uma forma generalista, mas dentro de determinadas condições, que a seguir revisamos fundamentos.

Iniciamos com uma definição do filósofo Vázquez (2007, p. 220) que “Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis”. A palavra de origem grega denota “ação”. Mas é tradição marxista que ganha a diferenciação em “A Ideologia Alemã, de Marx e Engels, mais especificamente, ampliando a concepção de práxis, articulando um novo dimensionamento entre produção, trabalho, relação sociais, e mais que tudo de transformação social, ou mais precisamente, *revolução social*. Por isso, Vázquez separa atividade de práxis, porque se a prática não contiver elementos de *subversão da ordem e de superação de concepções* não é práxis, é atividade. A práxis, nesta concepção materialista histórica, não separa teoria e prática, mas as articula dinamicamente como totalidade indissociável (Vázquez, 2007).

Assim, a práxis revela a objetivação humana diante do que sua racionalidade destaca como teleologia o que, se analisada sob o direcionamento da profissão, visualiza-se a articulação direta com a forma e o fazer profissional sob o prisma da realidade e de sua atitude prático-reflexiva para o alcance de finalidades. Em uma referência mais ampla, é o processo ontológico em que homem transforma a natureza [e a sociedade] através do seu trabalho e assim também é transformado (GUERRA, 2000).

No trabalho o homem desenvolve capacidades, que passam a mediar sua relação com outros homens. Desenvolve também mediações, tais como a consciência, a linguagem o intercâmbio o conhecimento, mediações estas em nível de reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis. Isso porque, o desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias relações sociais e o processo de reprodução social, como um todo, requer mediações de complexos sociais. [...] organização das relações entre os homens e localiza-se no âmbito da reprodução social (GUERRA, 2000, p. 3).

Assim, destaca-se que o Serviço Social pode ser considerada uma práxis na medida em que pode realizar o trabalho concebido ontologicamente, podendo transformar a realidade que se apresenta para sua intervenção transforma-a a partir das reflexões (teleologia), iluminadas por teoria, técnica e ética, realizadas sobre sua atuação. Nesta execução de trabalho há que se reconhecer ser a/o profissional de Serviço Social na atualidade, como também No passado, estar subsumido a relações de trabalho contratuais, mediatizado por relações

sócio-institucionais historicamente determinadas, por meio da venda de sua força laboral, e tempo de trabalho, socialmente útil, assim como todo e qualquer outro trabalhador. Isso faz com que a/o Assistente Social tenha sua prática profissional influenciada diretamente pelos direcionamentos do capital, o que traz importantes consequências, alvo de reflexões, na medida em que a profissão é atravessada por tensões advindas da hegemonia da ideologia capitalista versus os princípios ético-políticos profissionais, que propõe valores e condições para essa inserção laboral contraditória, conforme GUERRA (2007, p. 3) bem sintetiza:

[...] a interferência da lógica do capital na forma, no *modus operandi*, no conteúdo e no resultado do exercício profissional que se limita, em muitos casos, ao cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional [...] lógica mercadológica, define-se as necessidades de capacitação, o ritmo, e a intensidade do trabalho e os recursos (técnicos, financeiros, institucionais) que se dispõe à realização das ações profissionais (grifos da autora).

É importante trazer ao debate a condição histórica da profissão de ter sido gerada a partir das necessidades nascida da própria instauração da fase monopolista do capitalismo (NETTO, 1992) como também das lutas dos trabalhadores por direitos sociais. Depois de muitas mediações, e não diretamente, a classe trabalhadora pode, interferir atraindo para seus interesses a atividade desenvolvida por esse novo segmento profissional (assistentes sociais), que em todo planeta nasce comprometido com a pura atividade reprodutora das relações hegemônicas, tangenciada pela lógica mercantil e pelo controle do Estado e da sociedade pelas forças da mesma hegemonia. A história da vinculação da pura atividade de assistentes sociais até a transformação de suas atividades em práxis obedece a um movimento bastante heterogêneo da categoria pelo mundo<sup>4</sup>, e no Brasil está associada à Reconceituação na sua expressão crítica sob a influência marxista (NETTO, 1991).

Importante lembrar que, contraditoriamente veio respondendo aos interesses dos trabalhadores diante das explorações do capital, fundamentado e incentivado como ação laica da Igreja Católica (no sul e sudeste brasileiro), mas também por outras formas (inclusive não religiosas) e outras confissões. No Brasil, data-se a década de 30 do século passado como marco histórico da manifestação desta materialidade quando se institui no país o capitalismo monopolista. De acordo com Sousa (2016), o Serviço Social brasileiro nasce na com a generalização do trabalho livre, a necessidade de controle social da exploração do trabalho, no desenvolvimento das relações capitalistas e balizado pelo forte traço de colonização e peso do escravismo, resultado de mais de 300 anos de opressão escravagista. Nesse momento,

[...] ganham visibilidade no país as manifestações da questão social, seja pelas iniciativas de resistência e organização da classe trabalhadora, seja pela precarização das condições de vida dos trabalhadores brasileiros dos segmentos mais empobrecidos da população, e quando as ações de caráter assistencial, religioso e filantrópico mostraram-se insuficientes para dar conta das necessidades sociais dessa população, que o Estado intervém na condução de políticas econômicas e sociais. [...] (YAZBEK, 2016, p. 18).

4 LAVALETT, 2011; YAZBEK e IAMAMOTO (2019).



Para esta intervenção estatal o Serviço Social se fez primordial e o seu desenvolvimento a partir da formação, que a época não era profissional e sim vocacional de base confessional desde a Primeira Escola de Serviço Social em 1936 (São Paulo), que, por sua vez, reconhecia a Questão Social como questão moral, individualizada e sob responsabilidade os sujeitos desafortunados, necessitando, inicialmente, da piedade cristã. A formação e atuação profissional, então, se voltam para a análise psicologizante, caritativa e dogmática da realidade, embebida no pensamento social da Igreja católica, ainda sem orientações teóricas aprofundadas, onde a intenção era contribuir com os setores burgueses da exploração e dominação bem como com a coerção e recristianização da sociedade, em especial a classe trabalhadora.

Destaque-se, nesse passo a realidade particular do surgimento da primeira escola de Serviço Social no Pará que se diferencia em relação chegada da primeira escola no sudeste brasileiro, que não teve o protagonismo católico, mas o de instituições sociais patronais como Serviço Social do Comércio (SESC) que já possuindo em outros estados assistentes sociais em seus quadros estimulou o “pioneiro” paraense Paulo Eleutério, presidente daquela entidade, a conceito de “modernização” institucional implanta o primeiro curso de Serviço Social no norte do país, passando em pouco tempo seu controle para uma entidade o Instituto Ophir Loyola de Proteção e Assistência a Infância do Pará (OLIVEIRA, 1988; NETO, 2021)”. Sem dúvida, essa particularidade não arranca o Pará da lógica maior do surgimento da profissão, apenas particulariza, ao relar novas mediações ocultas.

Destaca-se que, no momento, não havia reconhecimento profissional do Serviço Social. Esse movimento não foi verificado apenas no Brasil como podemos verificar abaixo:

[...] esta matriz se encontra na gênese da profissão em quase toda a América Latina [...] na Argentina e no Chile, onde vai somar-se ao racionalismo higienista – ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública eu deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral (YAZBEK, 2016, p. 18).

Este desenho histórico da profissão deve ser relacionado a análises sobre a atuação profissional quando não estava vinculada à visualização da práxis, mas ao desenvolvimento em massa da ideologia da aceitação dos direcionamentos conservadores do capital e da igreja católica, simbiotizando a relação entre estrutura e superestrutura no que diz respeito ao consenso. As primeiras instituições de atuação profissional fora dos muros da Ação Social Católica no Brasil são as instituições de previdência e saúde (IAPS) e assistenciais (LBA – Fundação Leão XXIII – SESI – SENAI e SESC).

A partir da influência ideológica e metodológica das escolas de *social work* dos EUA no Brasil, a formação-atuação profissional passam a se fundamentar na teoria de matriz positivista/funcionalistas e em fundamentos éticos católicos. A isto lamamoto (1995) chama de “arranjo teórico-doutrinário” e Netto (1996) de “duplicado sincretismo” na medida em que apreende influências europeias e norte-americanas, em outras palavras Sousa (2016) complementa afirmando que o Serviço Social torna-se um novo agente para refuncionalizar as práticas existentes, somado às práticas reformistas, com o fazer profissional notadamente centrado na noção tecnicista, que se expressava no modelo *desenvolvimentista* (BEHRING e BOSCHETTI, 2016).

O questionamento destas formas de pensar a sociedade e a profissão tem a década de 1960 como marco na Europa com o chamado Serviço Social Radical<sup>5</sup> e na América Latina com o Movimento de Reconceituação, conforme Yazbek (2016), sob forte influência da Revolução Cubana. Estes movimentos foram ancorados em visões críticas ao processo, desenvolvimento e função que o Serviço Social vinha desenvolvendo até então. O movimento questiona o acirramento das contradições com tendências anti-capitalistas e anti-imperialistas. (SOUSA, 2016). Seus desdobramentos tiveram formas particulares nos diferentes países. No Brasil, em virtude do contexto de ditadura militar, as bases desse processo focaram no questionamento da atuação e da metodologia com o intuito de renovar os parâmetros de atuação profissional. Toda estratégia pautada apenas no desenvolvimento metodológico da profissão (NETTO, 1996).

Destaca-se como marcos desse período os Seminários de Teorização. De acordo com Sousa (2016) nos seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) não se identificam críticas direta ao contexto social. E nos seminários de Sumaré e Alto da Boa vista, abrem-se espaço para o debate do pluralismo, chamado por Netto (1996), de reatualização do conservadorismo, trazendo o debate fenomenológico para o Serviço Social brasileiro.

Efetivamente, o Movimento de Reconceituação Brasileiro tomou maior impulso, pois, nos subterrâneos da resistência dos movimentos antiditatoriais, assistentes sociais resistiram e impulsionaram o movimento, durante o processo de redemocratização do país, quando a profissão redefine seus referenciais metodológicos, teóricos, técnicos, operativos, éticos e políticos.

Um dos principais marcos históricos desse movimento no Brasil foi o “[...] Congresso da Virada que vai potencializar as condições para a construção do projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo do Serviço Social brasileiro” (YAZBEK, 2016, p.19).

Destaca-se que este processo materializou as bases críticas da inserção do marxismo enquanto orientação teórica, ideológica e política no Serviço Social, porém, tal inserção foi a princípio. Behring e Boschetti (2016) analisam que no final dos anos 70 houve uma inversão de temáticas marxistas que é intitulada pela concepção de Netto (1996) de “intenção de ruptura” que tem reverberações na pesquisa, na teoria, ética e metodologia da profissão. Numa palavra, a introdução de uma nova visão da profissão na ordem social dominante e de sua/seu agente como trabalhador assalariado e as possibilidades de transformar o trabalho do primeiro e a inserção da segunda em *práxis*, muda gradual e progressivamente a formação profissional (mudança nos currículos de 1981-82, 1996), atuação profissional (mudanças no código de ética, 1986, 1993), mudanças nas entidades da categoria (ABEPSS, 1998).

A partir de então, os rumos da profissão no Brasil sofreram alterações, o que se pode perceber pelas tensões internas, mas também embates as expressões do capital e sua ideologia, que já se apresenta historicamente, em sua forma neoliberal e neoconservadora.

Ressalta-se ainda o amplo avanço nas pesquisas, análises e produções sobre as políticas sociais, no contexto desenhado desde a década de 1980-1990 no Brasil, lembrando pioneiro livro de Vicente Faleiros (1985) “A política social do estado capitalista”. Destaque-se nesse particular as produções de Sposati et all (1984) no campo da assistência social na construção da LOAS.

---

5 Para mais informações consultar; LAVALETT, 2011.

A partir desse amadurecimento a profissão se reconhece enquanto parte do processo de constituição da classe trabalhadora, assume posição na “guerra de posição” e movimento do capital e entende qual o seu papel diante da reprodução social das relações sociais do capital e de suas possibilidades de resistência. Estes referenciais imprimem direção ao pensamento profissional no que diz respeito à ruptura com o conservadorismo historicamente enraizado na história da profissão; o reconhecimento de que a profissão encontra-se ancorada nas necessidades dos usuários e não do capital e no impulsionamento da renovação por completo do Serviço Social em todas as suas instâncias: ensino, pesquisa, nas organizações representativas dos assistentes sociais, no seu reconhecimento social e na produção de conhecimento.

No cenário mais recente, desde o início do milênio, o Serviço Social brasileiro ainda enfrenta a difícil herança do final do século anterior, agravada pela crise que se inicia em 2008, com seus processos de globalização, com sua valorização do capital financeiro, suas grandes corporações transnacionais, seus mercados, suas mídias, suas estruturas mundiais de poder e as graves consequências dessa conjuntura para o tecido social em geral, configurando novos desafios no âmbito da questão social, em eu destacamos a precariedade, a insegurança e a vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores que perdem suas proteções e enfrentam problemas como o desemprego, o crescimento do trabalho informal e precarizado, além de se confrontarem com uma nova sociabilidade competitiva, individualista e pressionada pelo pensamento conservador que cresce na sociedade global (YAZBEK, 2016, p. 21).

Estas expressões da questão social são hoje os principais desafios que complexificam a atuação dos assistentes sociais em todos os espaços sócio-ocupacionais. E se manifestam claramente nas expressões de pragmatismo, institucionalização, tecnicismo, ecletismo que verificaremos no próximo tópico. A realidade social e histórica a que o Serviço Social chegou maturou, conforme Guerra (2000), as definições do fazer profissional associadas ao significado social da profissão, suas finalidades, os sujeitos que atende, os recursos utilizados e as relações sociais que fundamentam a realidade da profissão. Há consenso na literatura que estuda a profissão não apenas de forma endógena a necessidade de o Serviço Social reconhecer que sua atuação parte da análise do **cotidiano**, uma categoria ineliminável e insuprimível da reprodução social dos/as sujeitos sociais (as/os chamadas/os usuárias/as/os e as/os próprias/os profissionais) (SILVA, 2022, p. 282).

Conforme Guerra (2000) o cotidiano tem as seguintes características: heterogeneidade, diversidade e espontaneidade reflete que as pessoas vivem o cotidiano de maneira espontânea, sem de forma imediata, inconsciente das mediações articuladoras da totalidade. Ou seja, alienados. Tal reflexão é significativa para a análise do Serviço Social, na medida em que muitas vezes, as/os profissionais, embevecidas/os do cotidiano, tornam suas práticas profissionais mais uma manifestação da reprodução das modalidades que justificam a sociabilidade do capital. Perdendo, assim, a vinculação com as características humano-genéricas, ontológicas, dos seres sociais que atendem e que são. Isso resulta em práticas superficiais, pouco intensivas, conservadoras.

A espontaneidade do cotidiano faz com que os/as profissionais que não articulam suas análises de maneira aprofundada reajam em seus atendimentos de formas irrefletidas, na qual “o exercício profissional passa a se restringir ao cumprimento de rotinas institucionais, metas de produtividade, critérios de elegibilidade e o profissional passa a responder mecanicamente no âmbito das determinações da instituição.” (GUERRA, 2000, p. 5). A imediaticidade por si só é superficial, positiva (positivismo), dimensão da pseudoconcreticidade e tem ausência da apreensão das mediações da realidade.

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer que se revejam seus fundamentos, as bases histórico-sociais que permitem a sua gênese, melhor ainda, requer que se compreenda a dinâmica que põe a necessidade desta profissão, de modo que há que se pensar o Serviço Social dentro de uma determinada sociedade. Fora de uma certa sociedade não se entende nenhuma profissão. Só entendemos uma profissão quando ela é remetida, analisada, compreendida na dinâmica de determinada sociedade, no movimento desta, a luz de pressupostos teóricos e através de um método que permita ao sujeito que conhece arrancar dos fenômenos e processos sociais a sua essência que não é dada na e pela aparência (GUERRA, 2005, p. 3-4).

Assim, define-se com clareza qual o lugar do profissional na lógica do capital. Um sujeito que sofre todos os rebatimentos desse imperativo capitalista e precisa compreender e intervir neste de forma que estimule a mesma articulação do raciocínio nas diversas pessoas que atende no cotidiano profissional. Ou seja, a função de reconhecer o processo de contradição da sociedade em que se encontra não é apenas para consumo intelectual do profissional, mas também dos sujeitos que dependem do trabalho dele. É para isso que se fundamenta toda atuação profissional: atuar na direção da formação da *consciência de classe*, para além das rotinas institucionais e da propalada “garantia de direitos”, nem desmerecer sua importância estratégica e histórica.

Percebe-se que é exatamente pelo poder social e político que a profissão vem tomando com o passar dos anos que, assim como qualquer outro ganho da classe trabalhadora (como as Políticas Sociais, por exemplo), ela é alvo das tentativas do capital em alocar suas forças no intuito de desconstruir e desqualificar suas práticas críticas manifestando tal conduta nas diversas formas de precarização das condições de formação e atuação profissional. Sabe-se que este processo não é particular do Serviço Social, mas se manifesta na profissão conforme verificaremos abaixo:

[...] O processo e precarização das condições de trabalho, o rebaixamento salarial impulsionado pela desproporcionalidade entre a oferta de trabalho temporário e aumento do excedente de assistentes sociais, assim como a capilarização das políticas sociais na esfera municipal, majoritariamente carente de recursos próprio para manter seu quadro técnico, ensejam uma realidade na qual a sua condição de trabalhador não escapa aos mecanismos de expropriação já aludidos ao longo deste texto (ALMEIDA, 2016, p. 92).

Todas essas determinações dos rebatimentos do capital no trabalho do Assistente Social influenciam de maneira significativa nas atuações pontuais, fragmentadas, pragmáticas

fundamentadas apenas no cotidiano e sua imediatividade. Porém, se o profissional e sua consciência racional e teleológica compreende que deve ultrapassar a dimensão da pseudoconcreticidade identificando as mediações que compõem a sua condição (PONTES, 2017) e do sujeito que atende enquanto trabalhadores, a atuação torna-se aliada do processo de Reconceituação duramente construído no Brasil e condizente com as orientações da tradição crítica da profissão que, por sua vez, haverá de ser transformadora, práxis.

Somente através de uma análise minuciosa da legalidade social histórica do capital e suas diversas particularizações nas singularidades emergentes na formação e atuação profissional, tem-se condições de afirmar uma **práxis** profissional.

## 2. TENSÕES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: fragmentos da realidade nas instituições de Belém

---

Conforme já foi anunciado na introdução deste trabalho este item apresenta alguns dados evidenciados na última pesquisa realizada pelo GEPSS/UFPA. A pesquisa foi aprovada na Chamada Pública do CNPq – Universal e concluída em 12/2017. Teve como objetivo Geral analisar a qualidade teórico-metodológica, ético-política e prático-operativa dos assistentes sociais formados/as sob as Diretrizes Curriculares de 2002 e que atuam na Região Metropolitana de Belém do Pará.

Tal pesquisa realizou-se através de metodologia mista (quanti e qualitativa) de caráter exploratório, com aplicação de questionário eletrônico hospedado no Site do CRESS 1ª Região, onde 478 profissionais responderam questionamentos que envolviam o perfil profissional de formação e de atuação. Realizaram-se também entrevistas Semi-estruturadas (pesquisa de campo) com assistentes sociais formados sob a égide das novas Diretrizes Curriculares. A técnica de análise desenvolvida para as conclusões desta pesquisa foi a Análise de conteúdo, em suas deliberações para sistematização e análise dos dados.

Assim, apresentam-se abaixo algumas evidências empíricas, obtidas na pesquisa de campo em que se questionam quais as “situações mais significativas” para as/os profissionais dentre seus atendimentos e partir das respostas, coloca-se em debate em face das categorias esboçadas no primeiro item do trabalho.

**É um caso complicado que a gente ainda não conseguiu resolver e eu acredito que a gente não vá conseguir.. Ela mora sozinha, é deficiente auditiva, muito braba. Então, toda orientação que tu faz pra ela, ela não aceita. Já foi feito visita domiciliar. Já foi feito encaminhamento pro Ministério Público, pra delegacia do idoso, mas essa idosa continua na Unidade. Não aceita em hipótese nenhuma algum tipo de instituição de longa permanência. Vive sozinha(...)Ela quer morar sozinha de qualquer jeito. E aí a gente fica nesse embate. Até que ponto a gente tem como garantir esse atendimento. [...]**

já está acompanhando há um bom tempo e **não estamos encontrar resolutividade**. [...]. Ela briga com todo mundo. É um caso muito difícil. (...) a gente toca no assunto de ela ir pra outro lugar ela diz que sempre se cuidou que **tem casa. Ela tem o dinheiro dela, mas a gente observou que ela compra o remédio e não toma**. Ela mora sozinha em um quatinho alugado em cima de um monte de lama, com alimentação ela se vira, **tem lá um fogão do jeito dela**. É uma situação preocupante em que as instâncias já foram acionadas e o que nos resta é dar o acompanhamento na unidade, porque **nós não temos mais o que fazer**. (ASSISTENTE SOCIAL DA ÁREA DA SAÚDE, grifos nossos).

Ressalte-se que a profissional desde o início de sua fala chama para si toda a forma “correta de decisão” sobre a vida da usuária, desconhecendo a categoria de autonomia. Inclusive condenando a agressividade e conflitividade manifesta, como que a exigir a velha e surrada “docilidade dos bons pobres” (é logo alcunhada de “difícil”). Outro aspecto que se destaca é a quanto à visão de família; como ela “insiste em morar sozinha”, parece se distanciar dessa visão que pais velhos devem morar com filhos novos, pois eles não são *capazes para tanto*. Há um claro conservadorismo inerente a essa postura. Assim, ao que a informante chama de “resolutividade do caso” é a submissão e o enquadramento da usuária nas determinações institucionais. Não sendo assim, “nós não temos mais o que fazer”.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectados a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípio ético-políticos (GUERRA, 2000, p. 7).

Guerra vem em socorro do asseverado acima em crítica à postura da colega, pois, há se perceber que os valores e pautas da práxis se revelam mais nas atitudes do que nos discursos.

É fundamental no Serviço Social tecer estas análises singulares, imediatas do cotidiano relacionadas à universalidade e reconhecer a influência das relações sociais de produção nas relações familiares, a própria individualidade da idosa e nas relações institucionais dos estabelecimentos de Políticas Públicas. É nítido neste relato o quanto as instituições impõem seus limites aos atendimentos organizando-se conforme os ditames da reprodução social do capital. Estes “[...] *leva o profissional a circunscrever sua prática à da vida e dos limites institucionais*. [...] a competência profissional fica restrita ao atendimento das demandas institucionais e a intervenção profissional se identifica à adoção de procedimentos formais, legais e burocráticos” (GUERRA, 2007, p. 7). Outro evidencia empírica destacada foi:

Depois de um tempo no CAPS, eu lembro que eu fiz o acolhimento de uma família e nesse dia foi (sic!) a usuária, o pai e a mãe e aí eu atendi. E eles **bem queixosos não só referente ao problema de saúde mental** que ela tem, mas, referente às outras questões mesmo: “olha, eu não tenho o que

comer, eu não tenho dinheiro pra isso, a minha casa tá caindo, tá enchendo, vá lá na minha casa por favor!”(...) expliquei que **eu não teria como ir lá, que realmente a demanda deles era uma demanda da assistência**. Até porque era o primeiro atendimento e não tinha como eu resolver nenhuma demanda dela **porque a gente não tem cesta básica no CAPS, (...) então a gente não teria como ajudar**. [...] (ASSISTENTE SOCIAL DA AREA DA SAÚDE, grifos nossos).

Nesta fala profissional identifica corretamente os limites da própria política, até porque a lógica delas é a setorização administrativa, orçamentária, política, etc. para gerenciar o fundo público, sem ingenuidade dada a objetivação da realidade. No entanto, ficando presa a sua demanda “oficial” e não identificando a demais demandas das/os usuários como “demandas sociais”, para além das demandas institucionais, perde a dimensão de politização do problema (PONTES, 2016). A profissional ao concluir que “não poderia ajudar porque “não tem cesta básica”, sendo, portanto uma ação da assistência, revela sua incompreensão das possibilidades que o instrumental técnico de “informação” põe ao seu alcance, incluindo a possibilidade da prática de encaminhamento social, ao seu alcance e ensinada na graduação. Não se pode cobrar de assistentes sociais um poder além de suas limitações, especialmente quando visto como agente deslocado de um contexto e forças institucionais, inserido em uma categoria, um indivíduo que trabalha, por fim; para não moralizarmos a análise, individualizando-a.

Assim, considerar a relação de profissionais determinados em contextos institucionais precisa se considerar que

(...) a utilidade social de uma profissão advém das *necessidades sociais*. Numa ordem social constituída e duas classes fundamentais (que e dividem em camadas ou segmentos) tais necessidades, vinculadas ao capital e/ou trabalho, são não apenas diferente, mas antagônicas. A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, **por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão**. (...). Considerando que o espaço sócio-ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência de tais necessidades sociais e que historicamente a profissão adquire este espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente nas refrações da questão social, institucionalmente transformada em questões sociais (GUERRA, 1996, p. 12, grifos nossos).

As instituições são limitadas e limitadoras da atuação profissional dos assistentes sociais, mas ao mesmo tempo precisam ser vistas como importantes espaços que se abriram para empregar e assalariar profissionais, o que revela que se expandiram com o tempo, e o mesmo ocorreu com a categoria profissional, que hoje é a segunda maior do mundo. Mas, essa expansão teve e tem um caro preço a pagar, que se revela na forma da apropriação do trabalho desse profissional, o envolvendo em teias de contradições. Por isso, temos dito que o assistente social atua “com e nas mediações”, sendo estas, o campo tenso das determinações e das expressões da questão social, que permitem (ou não) ao trabalhador assistente social desenvolver uma *atividade* ou uma *práxis* (PONTES, 2016).

O profissional de Serviço Social **atua com e nas mediações** e não se constitui numa delas. Dependendo do quadro histórico que se esteja analisando, o assistente social pode potencializar mediações. Sua intervenção profissional, se amplamente lastreadora das relações sociais presentes, pode, no limite, até conceber a possibilidade de criação de mediações (Idem, p. 61, grifos nossos)

Uma prática reduzida às ações institucionais torna-se aliada à ordem burguesa, porém, nesta análise devemos considerar que a condição de trabalhador assalariado, também influencia em muitas atitudes dos assistentes sociais, pois condiciona o profissional à condição de explorado e de vendedor da força de trabalho.

Atuando especialmente como executor de políticas sociais (geridas pelo Estado, pelas empresas privadas pelas organizações patronais, pelas organizações não governamentais, pela sociedade civil organizada, pelos movimentos sociais), o assistente social tem os seus espaços sócio-ocupacionais e as suas condições e relações profissionais configuradas pelo padrão de política social hegemônico. A configuração das políticas sociais, o padrão de política social vigente, limita e/ou potencializa a ação do assistente social. Na contemporaneidade, o padrão de políticas sociais *privatista, mercantilista e assistencialista* condiciona intervenções pontuais, focalistas, imediatistas, burocráticas, miméticas, repetitivas, pragmáticas e eminentemente instrumentais, exigindo um determinado perfil profissional: aquele que responde às demandas imediatas. (GUERRA, 2009, p. 3, grifos da autora).

Em todos os trechos das entrevistas da pesquisa a realidade privatista, burocrática e individualista está presente. Algumas se apresentam nas análises das/dos profissionais que conseguem realizar esta articulação racional e, em outras, há os direcionamentos expressos nas situações, porém, ainda não foram percebidos pelo profissional.

**(...) com o tempo que eu fui conhecendo a história da família que eu fui acompanhando eles; realmente foi fazendo a diferença.** São cinco pessoas, três tem problema, dois tem transtorno mental e uma tem deficiência auditiva. E os cinco são analfabetos. Um deles já era usuário do CAPS, mas estava evadido já tinha o BPC e era do que eles viviam. **Depois disso, eu consegui um carro, e eu fui lá fiz uma visita e realmente eu consegui identificar que a casa estava em condições péssimas, em palafita. Eu não sabia nem que tinha palafita em Belém.** Assim uma coisa que tu [pensas], quando chegas lá é outra realidade mesmo. Aí que eu passei realmente a conhecer e passei a acompanhar eles de uma forma mais sistemática e esse foi o caso mais marcante. **Foi o primeiro que eu realizei um acompanhamento sistemático.**, que eu consegui dar um encaminhamento pra algumas demandas. E essa usuária a gente teve um trabalho com ela, porque **a gente viu que tinha como ela ter um Benefício**, só que ela estava com o registro errado e, pra isso, a gente precisou fazer uma nova certidão e **foi a rede que ajudou.** (ASSISTENTE SOCIAL DA AREA DA SAÚDE, grifos nossos).



Em relação a esse relato destaca-se a centralidade do conhecimento, seja da realidade social, seja dos recursos institucionais, e potencialidade conquistada quando ambos se juntam. E não se conhece os recursos e serviços institucionais que garantem direitos sem um ingente trabalho de investigação teórico-prático, *praxiológico*, portanto.

A superação dos limites a partir do reconhecimento da profissional de suas atribuições condizentes com as perspectivas do método e com seus direcionamentos éticos em aprofundar a análise da situação, bem como em ratificar a dimensão investigativa da profissão. Isto ratifica a afirmação que “[...] o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. [...]” (GUERRA, 2000, p. 2). A profissional ultrapassou os limites da Política Social em que atua para alcançar uma perspectiva de totalidade para orientar sua análise e a intervenção que a família demandava, como se percebe a seguir.

Fui na defensoria pública e **consegui uma nova certidão** e aí depois fomos na Segurança Pública pra conseguir uma nova identidade. Aí a gente foi tentar o Benefício. A princípio, eu encaminhei ela pro CRAS e eles não conseguiram por lá e quando ela estava precisando da certidão, que estava errada, **eles deixaram de lado** e encaminharam de novo pro CAPS, e **nós demos o prosseguimento na situação**. No final das contas **ela conseguiu o Benefício** e assim, teve uma melhora assim na questão de alimentação. Mas (...) a questão de moradia (...), eu também **elaborei um relatório**, encaminhei pra secretaria de assistência que é responsável pelo cheque moradia (ASSISTENTE SOCIAL DA AREA DA SAÚDE, grifos nossos).

Apesar de a profissional não ser das áreas de *necessidades* codificadas pelo Estado como “políticas”, compreendeu que a totalidade da família requeria um trabalho aprofundado e, conforme os direcionamentos, ético-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos tomou providências **para além dos limites** institucionais impostos e funções sociais da instituição em que trabalha, corroborando com a direção social do Projeto Ético do Serviço Social, o que não elide contradições internas à própria práxis, já que além de ser transformadora como atividade sobre a materialidade, necessita transformar o ser que pensa e a executa.

[...] é no cotidiano profissional, tenha consciência ou não, que o assistente social se depara com demandas e interesses contraditórios e com um leque de possibilidades, o que lhe permite exercitar a sua autonomia, que sempre será relativa. Ao fazer suas escolhas, no que se refere às finalidades estabelecidas e aos meios (condições, instrumentos e técnicas) para alcançá-las, *que resposta dar e em que direção*, o assistente social exerce sua dimensão ético-política a qual preocupa-se com o valores (de que valem as respostas dadas) e com a direção social das mesmas (que conjunto de forças está sendo contemplado nas respostas). Mas, não o faz sem conflitos éticos que são próprios dos homens e mulheres que partilham desta experiência contraditória de viver no mundo burguês (GUERRA, 2000, p. 12, grifos da autora).

A direção dada à prática profissional é característica das orientações que o/a profissional quer dar ao seu trabalho. Aprofundar o cotidiano em sua ultrapassagem do imediato requer que o/a Assistente Social tenha estratégia, orientação teórica, ética e metodológica. Somente assim, se vai reconhecer a realidade em sua totalidade.

(...) um atendimento que eu fiz de duas irmãs que foram abusadas pelo pai. Nós fomos acionados pela polícia. **O delegado me ligou pra que nós fizéssemos um resgate.** (...) E nós fomos atrás dessa garota e nós chegamos lá e trouxemos ela. O pai delas não estava, mas estavam os tios, os tios também abusavam delas. Um dos tios foi detido pela polícia.

Eu fui com a polícia, um delegado, um investigador e a mãe das meninas que nem sabia o que acontecia, porque os pais eram separados. (...) nós fomos fazer o resgate e foi muito difícil encarar aquela situação, porque é uma coisa assim absurda. Então, isso me exigiu muita concentração, tanto minha quanto do psicólogo. **Então nós nos perguntávamos muito “o que nós vamos fazer?”**

Hoje essas meninas são atendidas pelo CRAS nos grupos de atendimentos. Elas chegaram a ir pro CREAS. **Elas vieram pra Belém para o PROPAZ.** (...) e eles encaminharam pra gente pra inserir nos serviços de fortalecimento de vínculos, (...) moram com a mãe e mais três irmãs. (...) o pai não foi preso (...) porque ele **está foragido.** O abuso é o mais difícil de todos com certeza. **Eu acho que a gente está conseguindo fazer o acompanhamento, com toda dificuldade, falta de uma equipe bem formada** (ASSISTENTE SOCIAL DA AREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, grifos nossos).

Aqui se reconhece como o saber construído pela profissão possui não uma utilidade, mas também reconhecimento no processo interdisciplinar. O “resgate” é diferente da “prisão”, para a qual não se necessita do saber e competência de uma assistente social. Por outro lado, o desconhecimento sobre o próprio lugar sociohistórico da profissão faz com que muitas vezes a/o profissional receba “notificações” que não são condizentes com as suas atribuições, reproduzindo uma subalternidade, que muitas vezes passa pelo viés de gênero feminino. A práxis tem a ver com a dialética de teoria-prática, que ao tempo que age, reflete, para uma superação tanto na forma de agir (trabalhar), quanto na forma de conceber o mundo em que intervém. Perguntar “o que vamos fazer?” é uma ótima postura dialética. O excesso de certezas normativas e ativas, põe muitas vezes a perder a capacidade criativa do trabalho profissional.

Faz-se importante analisar desta fala também uma característica comum nos interiores do nosso Estado que é a ausência de muitos estabelecimentos de Políticas Sociais. Nesta fala percebe-se que, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, a situação deveria ser atendida pelo CREAS (Espaço de Proteção Social de Média Complexidade), porém, na ausência de serviços específicos, outros espaços tem que dar resolutividade e, conforme o compromisso profissional com o pensamento crítico, pode ser uma resolutividade com maior ou menor profundidade.

(...) A gente atendia muito BPC e também benefícios eventuais (...) a grande demanda era essa. Mas como era básica, né?! (...). O acolhimento, primeiro

o atendimento, identificava as demandas. Posteriormente, a gente fazia o relatório, um parecer. No caso do benefício eventual, a gente faz o relatório, logo depois a gente faz o parecer, encaminha pra secretaria e lá eles fazem a liberação do benefício. Do BPC, porque como está meio... meio até conflituoso essa questão do PBC dentro da Política de Assistência. Porque a gente fazia o recebimento da demanda, né?! A gente registava no nosso sistema que era manual, nada informatizado, **a gente fazia a ficha cadastral da família e informava...** fazia o agendamento do atendimento dela no INSS, e nesse agendamento, **ela já ia levando lá do CRAS as fichas que eu preciso pra dar entrada no benefício.** (...) Devido essas pessoas serem de baixa renda, elas tinham, como é que eu posso dizer... pouca informação, até pra preencher um formulário. a gente ia preenchendo os formulários. Que no caso, **não seria nossa função ali** preencher esse formulário (...) as técnicas do INSS não querem fazer esse preenchimento (...) de 2016 pra 17, **mudou esse formulário, ele ficou bem mais simples.** Eu acho que agora as famílias vão começar a ter uma... melhor entendimento dele e fazer o preenchimento (ASSISTENTE SOCIAL DA AREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, grifos nossos).

Na fala há o relato da ação profissional dita protocolar (o que não quer dizer incorreta) dos procedimentos técnicos, institucionais para dar encaminhamento ao atendimento de da demanda, por benefício eventual (normalmente cesta básica) ou BPC, em qualquer dos casos envolve demanda de assistência básica, logo, ligada à sobrevivência. Ressalte-se na fala o aspecto da ação profissional referente a propiciar acesso ao BPC, elementar processo de preenchimento da documentação para dar entrada no pedido, sem o que, se torna impossível o acesso a um direito.

Note-se que a informante fala que “não era sua atribuição”, adotando discurso institucional, mas na ação, rompe com essa determinação institucional (o que parece que no nível da assistência básica se tornou uma prática dominante). Mas, não no INSS, onde atuam também assistentes sociais. Destaque-se ainda que as limitações das/os usuários tanto nessa fala, quanto nas anteriores, não mereceram um tratamento de sujeitos do processo, ara sempre que suas “incapacidades” são tomadas como absolutas e irremediáveis. Isso contrasta com um valor básico do nosso código de ética: emancipação.

(...) uma criança que tem rejeição a lactose e, a família me procurou e, eu **fiz um relatório social**, orientei a família e **a SESPA levou praticamente um ano pra repassar esse leite** e, enquanto isso, a secretaria dava uma ajuda pra família, aí depois a família me procurou que já era um ano (...) orientei que eles fossem até o MP e **a família foi** e, assim, notificou a SESPA e **em menos de um mês a SESPA providenciou**, então, assim, deu certo e, aí logo após, antes de eles liberarem o leite, eu ainda fiz algumas intervenções, fiz contato com a Nutricionista e, houve algumas mudanças e aí eu **fiz um novo relatório social** e eles agilizaram, eles tinham arquivado o documento e, **no final, deu tudo certo** (ASSISTENTE SOCIAL DA AREA DA SAUDE – GESTÃO).

A assistente social no seu relato revela na imediatidade de uma necessidade familiar corriqueira (mas importante para aquela família) uma realidade que revela uma universalidade, a políticas públicas desenhadas na sociedade capitalista obedecem a uma lógica excludente. Sem embargo, observando atentamente sua atuação nota-se que utilizou instrumentos técnico-operativos da profissão para favorecer o atendimento daquela necessidade, mas também, ultrapassando o imediatismo do “cada caso é um caso”, interveem junto ao órgão que, no aparelho de Estado é o fiscal da lei, o qual quando bem mobilizado, pode interferir na cultura institucional que opera com “descaso pelos pobres”, por garantir seus direitos, pois são cidadãos/ãs de um Estado (ressalvando todas as limitações de horizonte político que esta afirmação contém); isso seria uma atividade na perspectiva da práxis.

Sem embargo, cabe aditar que, se este trabalho que atua sobre um dado objeto com sua intrínseca objetividade/ subjetividade se limita apenas a um movimento que o assistente social protagoniza, seja na ação direta (descrita em forma de procedimentos operativos), seja no movimento intelectual que *reconstrói pela razão* o ser em movimento, se dinamiza apenas na individualidade do profissional, sem nenhum protagonismo, nem movimento de avanço na compreensão das/os usuários, pode-se dizer que a práxis do processo ficou muito limitada.

Considere-se a afirmação de Guerra sobre o tema:

[...] São operações realizadas por ações instrumentais, são respostas operativo-instrumentais, nas quais impera uma relação direta entre pensamento e ação e onde os meios (valores) e subsumem aos fins. Abstraídas de mediações subjetivas e universalizantes (referenciais teóricos, éticos, políticos, socioprofissionais, tais como os valores coletivos) estas respostas tendem a perceber as situações sociais como problemáticas individuais [...] (GUERRA, 2000, p. 6).

Muito dos desafios postos para o trabalho ações profissional presentes nos fragmentos que ora se apresenta para análise traduzem um antigo dilema que passa pela busca de superação análises e ações individualizantes e institucionalizantes no âmbito das instituições sociais, e, em particular nos espaços sócio-ocupacionais da profissão. Esta visão do trabalho do assistente social ainda é um grande entrave na efetivação do projeto profissional crítico no trabalho cotidiano nas instituições.

Mas na seguinte fala se nota que há muita confusão ainda reinante sobre a relação entre teoria(s) sociais e ação profissional:

A gente trabalha com históricos gerais da nossa prática, o que é, do método que mais se aproxima da nossa realidade, entendeu? Porque, às vezes, a gente fala assim: “Ah! Eu praticamente sou materialista histórico dialético, neste conteúdo” Porque eu não posso ser um dia funcionalista, um dia eu vou centrar no Marx... Não! Você vai ter que refletir né? Vão ter vários métodos, várias teorias, e não chegam no norte onde eu quero chegar. Então, a gente trabalha mais é com perspectiva de conhecer o todo, a família como um todo, entendeu? Então, é fundamental tu tá lendo teu código de ética, entendeu? As tuas rotinas diárias, as políticas que te norteiam e buscar outras, outras leituras da psicologia pra ti poder entender, pra ti, os projetos

centrados na família, a gente trabalha com a família então, tem que tá afunilado os dois, se não (ASSISTENTE SOCIAL DA ÁREA DA SAUDE).

Aqui deve-se refletir sobre o não reconhecimento da necessidade de direcionamento teórico, que é um componente do pensamento neoconservador na profissão resultante da moralização e dos interesses neoliberais. Este vem construindo a ideia de que o pensamento crítico não é importante para a atuação profissional. “[...] E o que se constata na produção acadêmica desses anos de incidência neoconservadora é o *ecletismo tornado cânone metodológico, o relativismo como postura científica básica e a reintronização do empirismo*. A atrofia da elaboração histórica [...]” (NETTO, 2016, p. 67, grifos do autor).

No exemplo a seguir veremos o ecletismo, que se apresentam em conjunto com o tecnicismo e o pragmatismo nos posicionamentos neoconservadores. Sabe-se, de acordo com a análise de Netto (2016), que estas concepções formam, em conjunto uma realidade própria e condizente com os interesses do capital em desmistificar análises que tenham como foco a totalidade.

A seguir verificam-se formas de como o ecletismo se materializa nos discursos profissionais: algumas vezes revestido do argumento do pluralismo, ampliando o domínio na inserção na cultura pós-moderna e neoconservadora ou como confusão entre legislação e teoria: “Eu me baseio em todas as legislações referente ao SUS, à Saúde Mental mesmo, mas também referente ao que a gente aprende na acadêmica. O meu referencial teórico é marxista” (ASSISTENTE SOCIAL DA ÁREA DA SAUDE).

A teoria te norteia, nesse processo da prática, se tu não tiver os dois, tu não consegue vivenciar; (...) eu já tive uma longa história antes (...) que me ajudou bastante nesse processo, mas os livros, a teoria e a prática, sem dúvida nenhuma, elas tem que caminhar sempre juntas e, através da teoria **eu consigo levar pra prática tudo o que eu aprendi**. Claro que a gente não é perfeito eu na verdade, **como sou diretora, eu fico muito na parte burocrática**, mas aí **eu não deixo isso me contaminar**, eu tento caminhar, também, para o outro lado (ASSISTENTE SOCIAL DA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, grifos nossos).

Nota-se em ambas falas a justificativa de se aproximar da perspectiva crítico-dialética, no entanto, ao mesmo tempo confusões teóricas aparecem; a que mais se evidencia é a separação entre os “mundos” da teoria e da prática. Um confessa dificuldade em estabelecer as mediações necessárias para não impor tal limitação, tão séria ao ponto de comprometer os resultados de trabalho realizados sob a inspiração de valores elevados do nosso código de ética: “consigo levar pra prática tudo o que eu aprendi; como sou diretora, eu fico muito na parte burocrática”. Como diretora de uma unidade de trabalho mais ainda deveria ter uma concepção ampliada, de totalidade, das mediações, convertendo os processos globais envolvidas nessa unidade em práxis.

Finalizando este item, considerem-se as análises dos “fragmentos” das autonarrativas de assistentes sociais, mais como um exercício de análise, do que um julgamento sobre suas ações que seria necessário ampliar a contextualização e aprofundar o estudo técnico da mesma, sem isso poderíamos cair na superficialidade que tanto criticamos.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O Serviço Social é uma profissão que conforme Guerra (2007) “vem sendo orientada por visões de homem e mundo, por ideologias, por formas de agir, sancionadas pelo modo de produção/reprodução capitalista ou que visam a uma crítica a ele” (GUERRA, 2007, p. 4). Portanto, sua forma de ser na realidade social torna-se diretamente vinculada a projetos coletivos ou conservadores ou progressistas, onde os profissionais podem ter mais ou menos consciência de sua vinculação.

Essas relações excludentes e orientadas por este projeto de sociedade residual (PEREIRA, 2016) atingem todos os trabalhadores e os Assistentes Sociais, por sua vez, como trabalhadores que necessitam da venda da força de trabalho para sobreviver acabam vivenciando,

Sabe-se da necessidade de se pensar as condições atuais de trabalho dos assistentes sociais, como as referidas acima que, infelizmente, representam a grande maioria dos espaços sócio-ocupacionais e, muitas vezes, impedem que se realizem trabalhos articulados com os direcionamentos ético-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos da profissão exigindo dos profissionais um rigor e atenção muito maior às suas práticas instituindo estratégias de ação que ultrapassem essas diversas formas de precarização para manter as perspectivas do Projeto Profissional.

[...] somadas à expansão acelerada e precarizada dos cursos de Serviço Social presenciais e, sobretudo, a distância, contribuem para rebaixar a formação e o exercício profissional, orientados pelos valores e princípios apontados anteriormente [...] Nesse contexto barbaramente regressivo, emergem traços renovador de conservadorismo que atingem a formação e o trabalho profissional como metodologismo, o teoricismo acrítico, o aligeiramento da formação e da pesquisa, o pragmatismo, o voluntarismo e o voluntariado, o contentamento com o possibilitismo (BOSCHETTI, 2015), que lembram características do passado recente da profissão. (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 135).

Todas estas características neoconservadoras da atualidade, principalmente, a institucionalização das práticas, o tecnicismo e o pragmatismo, identificados nas falas que foram apresentadas neste trabalho “[...] São incidências conservadoras que remodelam a atuação do Serviço Social nas políticas sociais e podem fazer retroceder as históricas conquistas alcançadas nos últimos três decênios e que marcaram a ruptura com o Serviço Social acrítico” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 135).

Estas são consequências do que, na produção crítica, chamamos de miséria da razão e o “sono da razão”, porém o Serviço Social crítico ainda resiste, mesmo com todas as investidas contrárias do pensamento neoconservador pós-modernos e “recusa à adesão de qualquer forma de conservadorismo na formação e no trabalho profissional”. (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 136).

[...] Se há uma direção hegemônica que vem se mantendo apesar das contrarreformas, do neoliberalismo e do conservadorismo, isso ocorre

por uma forte consciência das direções profissionais na manutenção de processos democráticos de debate e decisão, com ampla participação da base, e muita estratégia e articulação política (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 136).

Este fortalecimento do projeto crítico na profissão fortalece, de acordo com Guerra (2000), a instrumentalidade em sua racionalidade materialista e dialética em detrimento da requisição meramente instrumental que o mercado de trabalho impõe aos Assistentes Sociais. É um processo de resistência a ordem ofensiva da superestrutura do capital e suas formas de reprodução social que já contaram com a legitimação da profissão em dado momento histórico, mas que na atualidade não conta mais devido à consciência de classe.

## REFERENCIAS

---

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Questão social” e Serviço Social no Brasil. *In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.*

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. *In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.*

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista. São Paulo: Cortez, 1985.

FERGUNSON, 2011; Iain. “Um outro Serviço Social é possível!” – Reivindicando a tradição radical. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v.9, n. 27, p. 35-53, Jul. 2011.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** Brasília: UNB, 2009.*

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In: SANTOS, Claudia Mônica dos. BACKX, Sheila. GUERA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa o Serviço social: desafios contemporâneos.** Juiz de fora, Editora UFJF, 2012.*

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. *In: **CADERNOS DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA ASSISTENTES SOCIAIS.** Brasília: CFESS/ ABEPSS- UNB, 2000.*

GUERRA, Yolanda. **Algumas reflexões sobre o serviço social na contemporaneidade.** Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000579.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. *In: Baptista, Myrian Veras, Battini, Odária (Orgs.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento.** Vol. I. São Paulo: Veras, 2009.*

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1995.

LAVALLET, MICHEL. **Radical social work today.** Bristol (USA): The Policy press, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. **PROTEÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: Crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

PONTES, Reinaldo Nobre Pontes. **Mediação e Serviço Social**. 8ª. Ed. Revista/ampliada. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Serviço social no Brasil: referências aos 80 anos. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Olga Myrlla Tabaranã. **Reprodução social pela assistência social em Belém: estudo ontológico reflexivo do cotidiano de usuários/as – Belém-PA**, 2022. Tese de doutorado. UFPA.

SANTOS NETO, F. ; PONTES, R. N ; BRAGA, C. S. C . O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Pará: entre conservadorismos e resistências. **SERVIÇO SOCIAL EM REVISITA** , v. 24, p. 393-413, 2021.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de. **Lukács e o Serviço Social Brasileiro**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SPOSATI, Aldaísa et al. A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras — uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1984.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Olga Myrlla Tabaranã. **Reprodução social pela assistência social em Belém: estudo ontológico reflexivo do cotidiano de usuários/as – Belém-PA**, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita e IAMAMOTO, Marilda Villela (ORG.). **Serviço Social na história, América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.



# A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO PEPP E OS INTELLECTUAIS EM GRAMSCI: quais aproximações?<sup>1</sup>

Leonildo Aparecido Reis Machado

## INTRODUÇÃO

---

A dimensão técnico-operativa constitutiva do projeto ético-político profissional (PEPP) será apresentada neste trabalho com interdependência às dimensões teórico-metodológica e ético-política e como parte constitutiva deste referido projeto. O PEPP tem na dimensão técnico-operativa o direcionamento da atividade profissional, respaldada também nas dimensões teórico-metodológica e ético-política, haja vista, as dimensões deste projeto profissional não serem dicotômicas ou mesmo fragmentadas. Neste sentido, ao se discorrer acerca da referida dimensão do PEPP, apresentará as concepções de intelectuais em Gramsci (2006). O objetivo é inserir, de forma introdutória, as possíveis aproximações da dimensão técnico-operativa do PEPP com a categoria dos intelectuais. Não se desvincula a dimensão do PEPP com a dimensão deste mesmo modo de ser da própria atividade profissional.

Diferentemente das dimensões teórico-metodológica e da dimensão ético-política, a dimensão técnico-operativa tem, na atividade profissional, o vislumbamento de sua intencionalidade, lógico, conforme interdependência com as duas primeiras. Isso não quer dizer que é exclusivamente operacional, assim como a dimensão teórico-metodológica seja

---

1 O presente artigo é consequência parcial da pesquisa teórica de doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Franca, sob orientação da Profa. Dra. Célia Maria David. A referida pesquisa que está em curso e tem como título o “*Ethos* da mobilidade” do Serviço Social brasileiro e o pensamento gramsciano: quais aproximações? Este artigo consta de parte do segundo capítulo onde se investigou a dimensão técnica-operativa do PEPP e as aproximações com a categoria de *intelectuais* em Gramsci.

exclusivamente reflexiva, senão há nas três dimensões o fio condutor da interdependência dialética do modo de ser profissional, o próprio direcionamento do PEPP.

Didaticamente, podemos afirmar que se as Diretrizes Curriculares de 1996 (BRASIL, 1996) se volta à dimensão teórico-metodológica, assim como o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 (BRASIL, 2011) se volta à dimensão ético-política, podemos afirmar que a dimensão técnico-operativa se espelha na Lei nº 8662/1993 de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 2011). Neste sentido, o PEPP se estrutura a partir destes três documentos construídos coletivamente pela categoria profissional, todavia, estes documentos estruturantes não podem ser dicotomizados nas dimensões, em separados, apenas vislumbramos o aspecto didático.

Importante ressaltar que estas dimensões foram apreendidas, pela categoria profissional, na década de 1990, mas segundo Silva (2011, p. 63), entre as décadas de 1970 e 1980, pelas articulações das assistentes sociais<sup>2</sup>, as dimensões foram caracterizadas como: “[...] dimensão político-organizativa, pela dimensão acadêmica e, talvez, com menor intensidade, pela dimensão da intervenção profissional, no nível dos organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos sociais.” Se “a dimensão da intervenção profissional” teve, em seu desenvolvimento, uma intensidade menor em relação às outras duas dimensões, isso se deve ao fato de que a materialidade do “modo de ser profissional” também necessitou de tempo e espaço para sua própria assimilação pelas profissionais.

Há diferenças relevantes entre a compreensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e a atividade profissional direcionada pelas referidas dimensões. Neste sentido fica clara, novamente, a diferenciação entre o PEPP e do “modo de ser profissional”. Ora, se o projeto tem como incumbência o projetar para uma ação futura (ao que parece o PEPP tem este objetivo enquanto projeto), está neste “modo de ser” a própria ação presente, por isso sua materialidade. A assistente social nem sempre faz a relação de passagem da compreensão à assimilação, e está, nesta última, a razão da efetividade material e concreta do próprio objetivo do PEPP.

Neste artigo, apresentar-se-á, portanto, a dimensão técnico-operativa do PEPP a partir de sua relação vislumbrada na materialidade do “modo de ser”, logo, tentando ir além da compreensão desta dimensão, mas relacionando-a com a assimilação da profissional. Pode-se dizer que o objetivo está na tentativa de relação expressa entre a dimensão técnico-operativa e a concepção de *intelectuais* em Gramsci, perfazendo, primeiramente, o entendimento dos *intelectuais* e só depois as suas relações com a atividade profissional da assistente social, pela técnica e operatividade, sempre dialeticamente inter-relacionando com as dimensões anteriores, pela compreensão e também pela assimilação desta referida dimensão.

---

2 Importante ressaltar que este trabalho compartilha do posicionamento político de inserir a questão de gênero (feminino e masculino) na linguagem formal dos nossos trabalhos, assim como preconizou a modificação de nomenclaturas do Código de Ética do/a Assistente Social, em 2011 (BRASIL, 2011). Porém, escolhemos trabalhar com a nomenclatura feminina por três razões: primeiro, para dar ênfase às mulheres que fizeram e ainda fazem toda a diferença na profissão; segundo, pelo cansaço da leitura devido à grafia dupla de gênero e, por fim, em contrapor a hegemonia linguística do patriarcado presente em nossa língua portuguesa.

# 1. SENTIR E COMPREENDER DO “INTELLECTUAL” GRAMSCIANO.

Gramsci (2014, p. 221), parte do princípio de que “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabê’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’”. Neste sentido, o “compreender” e o “sentir” está, em Gramsci (2014), numa relação intrínseca e necessária para a assimilação dialética da atuação como *intelectual*, em sociedade. Ao fazer a crítica, o autor necessariamente critica a forma fragmentada entre o “compreender” e o “sentir”. Ora, o entendimento gramsciano de *intelectuais* parte do pressuposto de que não se pode constituir o intelectual apenas pela “compreensão” da realidade, sem que o mesmo também não “sinta” esta mesma realidade”. “Sentir” a realidade pode ser compreendida em assimilar a realidade concreta, não apenas pensar pela “racionalidade abstrata” esta mesma realidade.

Portanto, numa percepção mais superficial, pode-se dizer que Gramsci (2014) não entende com fragmentações a própria realidade, como exemplo, em que o trabalhador intelectual, “pensa”, e o trabalhador manual, não “pensa”, ao contrário, para o autor, há uma interdependência também na concepção de vivência do saber que perpassa o próprio sentir. De modo que se pode afirmar, em Gramsci (2014, p. 221), “o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber) [...]”. Da mesma forma, pode-se relacionar o erro do intelectual gramsciano, com o equívoco da assistente social, enquanto formadora de opinião, portanto, *intelectual*: o de pensar que tem o direcionamento atrelado ao PEPP, sem ao menos inserir seu próprio “modo de ser”, como determinante e fundamento de seu “sentir”, pela atividade profissional. Desta feita, o “sentir e estar apaixonado”, em Gramsci (2014), não implica simplesmente numa afeição sentimental volúvel e superficial que beira ao Romantismo ou uma atividade saudosista, senão à plena convicção de que a “compreensão” e a “assimilação” necessitam de superação dialética da perspectiva fragmentária e dicotômica das realidades: teórica e prática, sujeito e objeto, objetividade e subjetividade, intelectual e manual, etc.

O sentir deste *intelectual* perpassa a concepção de história, pois, só se sente a partir das relações que se criam em relação ao próprio sentimento de pertença a uma comunidade. O entendimento pela “compreensão”, sem o aprofundamento relacional com a “assimilação”, perpetuará a dicotomia e fragmentação entre o “saber” e o “praticar o saber”, como se o “saber” estivesse separado e num grau elevado frente à “prática”.

Neste sentido, Gramsci (2006, p. 52-53) não diferencia *intelectuais* e não *intelectuais*, ou seja, não há discriminação entre aqueles que pensam daqueles que ou trabalham, aliás, para o autor o próprio *intelectual* exerce um tipo específico de trabalho. “Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, [...] desenvolve uma atividade intelectual [...]”. Novamente, o autor é claro em não dicotomizar o “fazer” e o “saber”, no humano. Assim, podemos dizer que a assistente social só vivenciará o “modo de ser profissional”, em sua atividade interventiva se também não dicotomizar o seu “fazer” de seu “saber”. O ato de “compreender” e o ato de “executar” está diretamente explícito à “assimilação” do PEPP e, portanto, do próprio

“modo de ser”. O fator assimilação é de extrema relevância para o seu desdobramento enquanto profissional.

A assistente social, assim como o *intelectual* progressista, em Gramsci (2006, p. 53) “[...] participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar.” Em referência ao direcionamento do PEPP, a assistente social deve, necessariamente, ter uma assimilação crítica diante à realidade profissional, sem a qual se reproduzirá intervenções equivocadas e desalinhadas ao referido projeto.

Gramsci (2006, p. 15-16) ao refletir sobre o princípio educativo, no Caderno 12, parte da história e chega à concepção de *intelectuais* como grupo social de categorias especializadas:

1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político. [...] 2) Todo grupo social, “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

Neste sentido, Gramsci compreende os *intelectuais* inseridos na história concreta e, por isso, sujeitos de influências econômicas, sociais, políticas, culturais, etc.. Portanto, os *intelectuais* carregam em si a estrutura social e histórica da qual foram criadas suas necessidades pelo tecido social. Da mesma forma que aos *intelectuais* foram moldados seus “modos de ser”, assim como se criam outros “modos de ser” que interferem na realidade social.

A assistente social tem, como *intelectual*, a oportunidade de assimilar o PEPP e, assim fazendo, também tem a possibilidade de influenciar em seu espaço social e técnico, pois, assimilando o referido “modo de ser” implica dizer que a assistente social se posiciona frente à realidade concreta que lhe é apresentada. De forma que sua atuação parte do princípio de um posicionamento, portanto, não é neutra, assim como as demais formas de atuação, porém, com o propósito expresso pelo “modo de ser” vinculado ao PEPP. Ressalta-se o entendimento de que este “modo de ser” crítico e propositivo não é o único e exclusivo da categoria de Serviço Social que detém a assimilação do PEPP, porém, sua apropriação dos princípios do PEPP se dá em sua totalidade.

Da mesma forma que todos os humanos são filósofos, mas nem todos exercem a criticidade de filósofo, Gramsci (2006) entende que todos os humanos são *intelectuais*, mas nem todos tem a função de *intelectuais*. Portanto, em Gramsci (2006, p. 18-19), as categorias de *intelectuais* são constituídas na sociedade por grupos diferentes e com objetivos de se reproduzirem. “Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais [...]” Estes mesmo grupos estão “[...] em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofre elaboração mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.” A assistente social é uma

*intelectual* inserida na divisão sociotécnica do trabalho que também sofre a influência nesta mesma sociedade de diferentes matrizes ideológicas conservadoras, tais como o positivismo, o funcionalismo e a teoria dos sistemas, em relação ao pensamento; e por ideologias tais como o consumismo, o individualismo, o privatismo, relacionadas às correntes teóricas supracitadas.

Gramsci (2006, p. 18-19) entende que todo grupo de *intelectuais* que tende ao domínio tem como por necessidade a “[...] luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais [...]” Esta assimilação e conquista “[...] são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.”

De modo que para Gramsci (2006), o *intelectual* está enraizado em uma classe e tende a reproduzir as ideologias impressas por esta mesma classe. Se estiver vinculada à classe hegemônica da elite, suas reproduções perpassam as relações sociais do próprio capital. Se estiver inserido na classe dos trabalhadores, suas reproduções perfazem ideologias de sua própria classe: que pode ser a luta permanente e resistente contra as próprias ideologias do capital. Lógico que a reprodução seja da ideologia burguesa, seja da ideologia da classe trabalhadora não será proporcional e na mesma medida, haja vista, a grande influência por parte das ideologias da classe dominante. Com isso, Gramsci insere a discussão dos *intelectuais* na esteira das lutas de classe, ou seja, não se concebem os próprios *intelectuais* à parte dos aparatos ideológicos presentes no tecido social. Não há neutralidade científica quando se trata dos próprios *intelectuais*, assim como que sua ação revela posicionamentos de classe.

Gramsci (2006, p. 23-24), imerso na concepção de *intelectuais* no e a partir do âmbito político, diferencia dois tipos de *intelectuais*, a saber: “O ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional [...]” Carvalho (1983, p. 65-66, grifo da autora) reflete que, em Gramsci, a questão dos *intelectuais* tem um caráter histórico e político devido o autor partir da realidade italiana, ao ponto de ressaltar a importância dos *intelectuais* na reprodução das lutas de classes naquela sociedade. Para a autora, Gramsci em sua análise histórico-política, caracteriza dois tipos de intelectuais a partir da região Sul e da região Norte da Itália, a saber:

- **o intelectual tradicional** como tipo característico na sociedade agrária do Sul da Itália; - **o intelectual moderno** como tipo característico na sociedade industrializada no Norte da Itália. Por ser o seu estudo sobre os intelectuais uma análise essencialmente política vinculada à proposta de descobrir uma alternativa para o socialismo no Ocidente frente à realidade do capitalismo avançado, Gramsci incide a sua investigação no intelectual moderno da sociedade industrializada, configurando-o como intelectual orgânico. Desenvolve, no entanto, toda uma abordagem sobre o intelectual tradicional, enquanto uma categoria preexistente ligada a um modo de produção anterior, procurando delimitar o seu peso político no conjunto geral das relações sociais.

Percebe-se que, em Gramsci, o papel de relevância quando relata acerca dos intelectuais não é somente a exposição das diferenças em relação aos dois tipos expostos neste trabalho, mas sua caracterização classista, portanto, não há independência do *intelectual* frente à

realidade social e classista. De modo que para Carvalho (1983, p. 67-69), o *intelectual tradicional* gramsciano, a partir da história e política, é definido “[...] pela sua não vinculação às classes fundamentais da formação social vigente e nunca a classificação de tradicional seria um indicador de autonomia, de total independência em relação à estrutura de classes.” Se o *intelectual tradicional* é constituído por instituições pré-capitalistas, o *intelectual orgânico* se constitui nas e pelas instituições do sistema capitalista. De modo que Carvalho (1983, p. 69) interpreta o *intelectual orgânico* gramsciano inserido a partir do sistema capitalista como aquele que possui “[...] função de organizador em todos os campos da vida social [...] dentro do projeto conservador da classe que detém a hegemonia ou do projeto revolucionário da classe que luta pela conquista da hegemonia.” Neste sentido, pode-se observar que o *intelectual* tanto *tradicional*, quanto *orgânico* estão inseridos numa perspectiva classista.

O *intelectual orgânico* diferentemente de ser interpretado como àquele que tem o direcionamento à transformação social, difere também o é o *intelectual tradicional*, às vezes, interpretado como retrógrado e conservador. Ora, ambos tanto podem possuir “modo de ser” voltado à conservação ou à progressão da realidade social em que são formadores de opinião. Assim, a constituição do *intelectual orgânico*, em Gramsci (2006), parte do pressuposto classista na medida em que as *superestruturas* da realidade social, em jogo, formam os próprios *intelectuais orgânicos*. Logo, o que caracteriza a definição de *intelectual orgânico* e de *intelectual tradicional* é sua vivência frente às classes sociais.

Simionatto (2011, p. 190) tem o seguinte entendimento em relação ao *intelectual tradicional* e ao *intelectual orgânico* gramsciano: o primeiro na análise da autora se configura como “[...] intelectual conservador quanto ao intelectual revolucionário, o mesmo ocorrendo com o intelectual orgânico, que pode estar vinculado tanto ao projeto burguês quanto ao projeto das classes subalternas.”

Neste sentido, podemos dizer que a assistente social, como intelectual, parte do solo classista para sua intervenção profissional. Se o “modo de ser” desta formadora de opinião é afeito às *ideologias* reacionárias e conservadoras presentes na sociedade capitalista, logo também, suas ações reproduzirão as referidas *ideologias*. O contrário também é verdadeiro, se a assistente social, mesmo sofrendo influência destas *ideologias*, pode, em determinado momento, romper com o conservadorismo vivenciado na sociedade. A ação necessária é nada mais, nada menos, do que o próprio posicionamento frente à realidade social. Tal ação só é capaz devido a compreensão e a assimilação necessárias à vivência diante à realidade profissional. Por mais que inserimos a condição de escolha entre um ou outro projeto profissional, a assistente social decide pelo rompimento com as *ideologias* conservadoras da sociedade se o mesmo romper em seu próprio “modo de ser”, às vezes, também conservador. Como superar o “modo de ser” enrijecido pelas *ideologias* conservadoras e tomar decisão pelo “modo de ser” crítico e propositivo? Pela via da simples compreensão e da simples assimilação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do PEPP. Portanto, não simplesmente uma opção diante uma encruzilhada, senão, uma orientação em relação ao “modo de ser”. A orientação perpassa o tempo e o espaço, ao contrário da opção que pode ser analisada no imediatismo das escolhas.

A escolha que perpassa o “modo de ser” frente à realidade, longe de fincar suas raízes na “opção” imediatista, necessita de compreensão e assimilação do novo “modo de ser” mediado por categorias centrais de análise e que estruturarão novas formulações advindas de novas determinações da realidade social.

Isso não quer dizer que nascendo em uma classe burguesa, o *intelectual orgânico* reproduzirá, necessariamente, *ideologia* de sua classe, haja vista, necessitar de seu posicionamento político. A compreensão política é diferente do posicionamento político, haja vista, este último necessitar de uma assimilação política frente à realidade, sendo que o primeiro independe da consciência para reproduzir seu modo de ser enquanto *intelectual orgânico* reproduzidor de *ideologias* burguesas. Portanto, assumir o posicionamento necessariamente perpassa pela condição de assimilação do que se almeja enquanto *intelectual orgânico*.

Tanto o *intelectual orgânico* quanto o *intelectual tradicional* são caracterizados a partir da consciência de lutas de classes que se estabelece frente à realidade social. Assim, também é verdadeiro o entendimento de que a definição de *intelectual orgânico* reacionário e conservador ou *intelectual orgânico* progressista e revolucionário perpassam a mesma lutas de classes que se estabelece na sociedade. Para Simionatto (2011, p. 63) “O caráter orgânico do intelectual depende da sua relação com a classe a que pertence, bem como do lugar ocupado por ele nas organizações da sociedade econômica, política e civil.” Neste sentido, a origem do *intelectual* não, necessariamente, determina seu posicionamento político e *ideológico*. Pois, o *intelectual orgânico* gramsciano ligado à “[...] classe trabalhadora pode chegar a ser um intelectual orgânico da burguesia ou vice-versa. Ainda que os intelectuais, predominantemente, liguem-se mais à sua classe de origem, são relativamente livres para ligar-se a uma classe distinta.”

Ora, se a definição de *intelectual orgânico* ou *tradicional* depende em Gramsci (2006) das lutas de classes para sua apreensão, pertinente se faz partir da realidade desigual das classes sociais, em voga, na sociedade capitalista. Neste sentido, a discussão de *intelectuais*, em Gramsci, também está atrelada à sua concepção de *ciência política*. Aliás, todo seu arcabouço teórico-metodológico está alicerçado em sua concepção política.

## 2. ASSISTENTE SOCIAL E SEU SENTIR E COMPREENDER GRAMSCIANO

---

Para Simionatto (2011, p. 203, 209), “A proposta gramsciana a respeito dos *intelectuais orgânicos* do proletariado supõe uma opção política e teórica sem meio-termo.” Isso quer dizer que a “opção”, que se chama aqui de “orientação”, deve ter, em relação aos *intelectuais orgânicos* da classe trabalhadora, o direcionamento classista e, portanto, político. A autora refere-se à condição política, além do reducionismo da dimensão político-partidário: “A meu ver, Gramsci não se refere apenas à militância partidária, mas à necessidade da síntese política, seja através do partido, dos sindicatos e de outras expressões de classe.” Mas a assistente social, como formadora de opinião, portanto, como *intelectual* é considerada como tradicional ou orgânico?

Simionatto (2011, p. 190-191) parte do princípio de que o aprofundamento acerca dos intelectuais, em Gramsci, deve seguir o entendimento histórico do qual o autor se fundamentou para sua exposição teórica. Assim:

Se resgatarmos o pensamento gramsciano, constataremos que os intelectuais tradicionais surgem na história a partir de uma estrutura econômica

anterior. Eles sobrevivem ao desaparecimento de um modo de produção passado e, na atualidade, gozam de uma certa autonomia em face das classes fundamentais. [...] se tomarmos como eixo de análise as práticas de assistência social, vamos verificar que elas deitam raízes antes mesmo da Idade Média, como forma de ajuda aos pobres, prosseguindo durante o feudalismo e atravessando o período capitalista. Neste sentido, também poderíamos situar o assistente social como intelectual tradicional, na medida em que suas funções representam uma continuidade histórica, passando diferentes formações sociais.

Em Gramsci, os *intelectuais tradicionais* vislumbrados principalmente no modo de produção da região Sul da Itália foram entendidos como *intelectuais* pré-existente e, portanto, anteriores à sociedade capitalista, mas que sobreviveram ao novo modo de produção. Simionatto (2011) relaciona a atividade profissional da assistente social na divisão sócio-técnica do sistema capitalista com as “práticas de assistência social”. Assim, como estas “práticas” são anteriores ao sistema capitalista, a autora tem o entendimento de que mesmo o Serviço Social tendo surgido com o advento do modo de produção capitalista, a assistente social é considerada como *intelectual tradicional* porque tem, em sua atividade profissional, condicionamentos outros que perpassam o tempo histórico do capitalismo.

Simionatto (2011, p. 191) prossegue afirmando que a passagem de um modo de produção a outro e a continuidade de uma atividade tanto num modo como no outro, assim como a “prática de assistência social”, não segue um continuísmo, ou seja, “[...] essa passagem das atividades filantrópicas para a institucionalização pública implica a incorporação de parâmetros teórico-científicos, não ocorrendo em um mero *continuum*.” Neste sentido, para a autora, a profissão de serviço Social “[...] no momento da sua institucionalização na sociedade capitalista moderna, surge como uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas, aliando-se ao projeto da classe dominante.”

Importante ressaltar que Simionatto (2011) não defende um continuísmo da “prática de assistência social” pré-capitalista, com a contemporânea da assistente social. A autora deixa claro a distinção da “prática assistencialista” com a atividade profissional alicerçada em referenciais teóricos.

Neste sentido, para Simionatto (2011, p. 193):

[...] embora a profissão se institucionalize nos marcos do capitalismo, as funções do assistente social surgiram a partir de uma estrutura anterior, representando uma continuidade histórica; essas funções são assimiladas pela classe historicamente dominante para exercer o domínio (ou supremacia) sobre o conjunto das classes sociais subalternas seja qual for o tipo de sociedade. As funções do assistente social não foram, portanto, criadas pelas novas classes fundamentais (burguesia e proletariado), mas são originárias de formações sociais anteriores ao capitalismo; este certamente as redimensiona dando-lhes um novo significado social. Mas tais funções podem também existir em outras formas de sociedade pré ou pós-capitalistas.



O objetivo de expor a defesa da assistente social como *intelectual tradicional*, em Simionatto (2011) está no entendimento de que, por mais que esta profissional aparece somente na divisão sociotécnica do trabalho, portanto, no modo de produção capitalista, seu “modo de ser” advém de concepções pré-capitalista, assim, denominado pela autora, respaldado em Gramsci (2006), como *intelectual tradicional*. Por isso o “modo de ser” perpassar a história e ser apropriado pelo modo de produção vigente. Neste sentido, o que caracteriza ser ou não *intelectual tradicional* é o “modo de ser” deste profissional, ou seja, atrelado à concepção anterior ou posterior ao sistema capitalista.

A formação em Serviço Social perpassa influências externas e internas à profissão, sendo assim, o desenvolvimento da formação destas profissionais possui interdependências diretas com as lutas de classes instaladas no modo de produção reproduzido pelo sistema metamorfoseante do capital. Ora, a *intelectual* constituída pelo Serviço Social brasileiro está inserida neste cenário, assim como qualquer outro *intelectual*, o que implica dizer que à assistente social, como formadora de opinião, necessariamente lhe é oferecida a própria realidade social para seu posicionamento frente à mesma: um posicionamento classista.

Isso quer dizer que sua atuação perpassa o posicionamento frente à realidade. Tal posicionamento deve partir dos princípios que norteiam no PEPP, ou seja, seu “modo de ser” deve vivenciar ruptura com todas as formas de preconceito e discriminação seja por questão de “[...] classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”, porque este implica o comprometimento com a liberdade incondicional de nosso Código de Ética do/a Assistente Social (BRASIL, 2011, p. 24).

Os documentos que fundamentam o PEPP e, portanto, o “EMSS” é justamente o Código de Ética do/a Assistente Social (BRASIL, 2011), a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993 (BRASIL, 2011) e as Diretrizes Curriculares de 1996 (BRASIL, 1996). Ora, a materialidade do PEPP percebida no referido “modo de ser” implica a necessidade de um direcionamento da assistente social em todos os espaços de atividade profissional voltada aos princípios que norteiam tal projeto.

Neste sentido, a assistente social deve, necessariamente, suspender seu “modo de ser” e relacioná-lo constantemente com o PEPP. A categoria profissional representada pelas entidades (CFESS, CRESS’s, ABEPSS e ENESSO) não exige da profissional que se formou em Serviço Social a transformação de seu “modo de ser” individual, porém, há uma responsabilidade para com a categoria profissional, atuando a partir do direcionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da construção coletiva da própria categoria. Por isso, não termo a pretensão que a assistente social modifique seu “modo de ser”, mas que a profissional assimile o PEPP construído coletivamente pela categoria e, por isso, sua atuação profissional esteja respaldada neste direcionamento. Seguem-se duas problemáticas.

Primeira problemática: como a assistente social atuará com o direcionamento proposto no PEPP e materializado no referido “modo de ser”, se possui outro direcionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, haja vista, o “modo de ser” estar constitutivo na história concreta de sua singularidade?

Ao discorrer acerca do “modo de ser” crítico e propositivo, não se tem a pretensão de modificar, no curto período da formação em Serviço Social o “modo de ser” construído nos anos de história de vida da estudante. Deste modo, a luta e resistência na defesa para que o “modo de ser” crítico e propositivo seja perpetuado na categoria e, assim, nas atuações das

profissionais é o propósito do direcionamento político. Ora, sabe-se que a consciência política é apreendida na vivência do dia a dia profissional, assim sendo, a operacionalidade da atividade profissional não deve ser outra, senão, a do direcionamento presente no PEPP e materialmente presente no referido “modo de ser”. Se a profissional vivencia outro “modo de ser”, em sua singularidade, como assistente social ela deve atuar a partir do direcionamento construído e reconhecido pelo coletivo da categoria profissional.

**Segunda problemática:** ao exigir que a assistente social atue a partir do direcionamento do PEPP e da materialidade do “modo de ser” crítico e propositivo, não se está enclausurando a profissional em um só propósito para atuação como assistente social?

Sem dúvida que o enclausuramento não existe, haja vista, o PEPP ter como valor central a própria liberdade. Esta, por sua vez, não é apenas um conceito axiológico, senão, também uma realidade concreta na categoria profissional. A concretude da liberdade encontra-se na coerência do próprio “modo de ser” crítico e propositivo também proporcionar a materialização de todos os outros princípios do referido PEPP, não somente ao princípio norteador da liberdade, mas à constante vivência efetiva dos demais princípios, o que nem sempre ocorre com outros “modos de ser” da profissão. Isso não implica assimilar o referido “modo de ser” como único e absoluto na materialização do PEPP, porque há outros “modos de ser” que também vivenciam o PEPP, não em sua totalidade.

Se esta concepção de liberdade não condisser com o “modo de ser” enraizado na assistente social e sendo que a mesma se sente prejudicada por isso, que ela e seu grupo se constituem nos enfrentamentos políticos para alcançar a hegemonia de sua perspectiva ideológica. O PEPP e o “modo de ser” crítico e propositivo são, conseqüentemente, projeto e materialização constitutivos no aporte político, porém, sempre vinculado com a concepção ética, por isso a necessidade de construções no âmbito da dimensão ético-política. Se a condição primeira da liberdade presente no PEPP se constitui como princípio central do direcionamento profissional e está atrelada à dimensão ético-política, não se pode entender esta categoria sem relacioná-la com o embate e enfrentamento nos espaços constitutivos e presentes no conjunto da profissão. Neste sentido, não há coerção, mas consenso (GRAMSCI, 2007, 2002), assim como direcionamento.

O “modo de ser” crítico e propositivo que materializa o PEPP, portanto, a dimensão técnica-operativa tem vinculação direta com a categoria dos intelectuais em Gramsci (2006), porque a assistente social parte, como formadora de opinião, da dimensão teórico-metodológica e ético-política. Ora, no referido autor, o intelectual não se reduz à concepção acadêmica, mas possui a dimensão de “dirigente”, portanto, somente na esteira da concepção política podem-se apreender os intelectuais em Gramsci (2006).

Outro fator relevante desta aproximação está expresso do referido “modo de ser” que não coaduna com a sociabilidade burguesa, retratada no VIII princípio do Código de Ética do/a assistente social (BRASIL, 2011, p. 24), por meio da defesa de “[...] uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. Neste ínterim, a intervenção profissional da assistente social exige fundamentação teórico-metodológica com direcionamento de ruptura com a sociedade capitalista, pois reconhece nesta ordem social a reprodução da dominação e “[...] exploração de classe, etnia e gênero”.

A técnica e operacionalidade da assistente social que reflete o “modo de ser” crítico e propositivo está explicitamente respaldado nos princípios I, III, IX (BRASIL, 2011, p. 23-24, grifo nosso), a saber:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e **plena expansão dos indivíduos sociais**; [...] III Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos **das classes trabalhadoras**; [...] IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e **com a luta geral dos/as trabalhadores/as**.

Os referidos princípios elencados demonstram que o “modo de ser” do PEPP desenvolvido pela dimensão técnico-operativa permite à intervenção da assistente social a relação de sua atividade profissional com o coletivo da classe trabalhadora. Diferentemente da visão endógena da profissão, o referido “modo de ser” permite à assistente social ir além da profissão e vincular seu trabalho com o coletivo da classe trabalhadora (a exemplo da defesa sindical por ramo de atividade).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A dimensão técnica-operativa do PEPP perpassa tanto a intervenção quanto a investigação profissional. Para Fraga (2010, p. 46), no serviço social “[...] as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social [...]”. Para que ocorra a utilidade social se faz necessário a apropriação do PEPP e também “[...] o domínio teórico-metodológico e técnico-operativo, alicerçados pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atribuições, competências e compromissos necessários à realização dos processos de trabalho [...]”.

A dimensão técnica-operativa do PEPP está arraigado na concepção gramsciana de intelectual tradicional com vistas à transformação e posicionamentos progressistas frente à realidade social de atuação da assistente social. Entendendo o intelectual tradicional não como reprodutor do *status quo* da sociedade capitalista, conforme bem explanado anteriormente.

Em Gramsci (2006, p. 53)

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político)

A função da assistente social, como intelectual tradicional é fomentar sua operacionalidade técnica pela contínua formação profissional não desvinculada do entendimento de *ciência política*, em Gramsci. Ou seja, especializar na apreensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, porque deste modo a assistente social vivenciará em sua atuação

profissional o que Gramsci entendia por não dissociação entre a especialidade e a política. Entendendo que a dimensão ético-política evidenciada na materialização do PEPP perpassa pelo posicionamento em defesa da classe trabalhadora. Enfim, entende-se pelo referido posicionamento o próprio engajamento classista. O “modo de ser” crítico e propositivo da assistente social se aproxima da compreensão de intelectual tradicional progressista gramsciano (2006) na medida em que supera a endogenia da profissão, assim como se fundamenta no aporte classista e revolucionário.

## REFERÊNCIAS

---

BRASIL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2011.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A questão da transformação e o trabalho social**: uma análise gramsciana. São Paulo: Cortez, 1983.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: O Risorgimento: notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais: o princípio educativo: jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel: notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo de filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

# SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO CONTINUADA E A DIMENSÃO INVESTIGATIVA.

Edilaine Dias Lima  
Josiani Julião Alves de Oliveira

## INTRODUÇÃO

---

O presente estudo articula a formação continuada com a dimensão investigativa no exercício profissional. Trata-se de dados parciais do processo de pesquisa que vem sendo desenvolvido no doutorado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, Franca/SP. A pesquisadora faz a defesa que o espaço da Pós-Graduação *stricto sensu* contribui de forma significativa para apropriação da dimensão investigativa no âmbito de trabalho profissional.

Isso porque os programas de mestrado acadêmico e de doutorado propiciam uma imersão na pesquisa científica, assim como participação em grupos de estudos. Esse contexto acadêmico contribui para apreensão crítica acerca dos processos sociais, e em consequência contribuir para uma intervenção propositiva que supera a imediatividade das demandas cotidianas.

Para uma melhor compreensão do objeto de pesquisa tem-se como principal referencial teórico os resultados da pesquisa do CFESS (2022a) intitulada ‘Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional’. Cabe enfatizar que a referida pesquisa é fruto dos esforços do conjunto CFESS/CRESS e contou com a colaboração de três gestões, sendo os Dados do Recadastramento coletados de 2016 a 2019 envolveu duas gestões do CFESS: “Tecendo na luta a manhã desejada” (2014-2017) e “É de batalhas que se vive a vida” (2017-2020). E o relatório final da pesquisa elaborado pela atual gestão “Melhor ir à luta com a raça e classe em defesa do Serviço Social” (2020-2023).

A referida pesquisa contou com uma amostra de 25% de assistente sociais. Ressalta-se que o presente estudo se restringiu à análise e interpretação de parte dos dados referentes a Formação e Titulação das/os Assistentes Sociais e as Relações e Condições de Trabalho de Assistentes Sociais.

Ao fazer a correlação entre o projeto de doutorado em andamento e os dados da pesquisa do CFESS ficou evidenciado a relevância de uma formação continuada para dar respostas mais qualificadas às demandas postas pelo capital. Pode-se inferir que os programas de mestrado acadêmico e doutorado consistem em espaços privilegiados e de resistência, restrito a uma pequena parcela de assistentes sociais, especialmente advindos da universidade pública.

Numa breve retomada, cumpre salientar que a categoria profissional do Serviço Social consolidou seu Projeto Ético e Político que se materializa através da Lei de Regulamentação, Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Os referidos documentos CFESS (2012) e ABEPSS (1996) fazem a defesa de uma formação pela educação pública e presencial que articule ensino, pesquisa e extensão, supervisão de estágio acadêmico, indissociabilidade entre teoria e a prática, capacidade de reflexão crítica, defesa direitos da classe trabalhadora, valores éticos e humanísticos, etc.

Fica demonstrado que o espaço da Pós-graduação é privilegiado, pois não é acessível a toda categoria de assistentes sociais. A problemática envolve a modalidade de formação (presencial ou EAD), tendo em o perfil de assistentes sociais com mestrado e doutorado advém do ensino presencial, em especial de instituições de ensino públicas, conforme será demonstrado.

Ainda deve-se considerar as condições objetivas de trabalho, tendo em vista que o/a assistente social é trabalhador/a assalariado/a e está subordinado/a a baixos salários. Tais fatores podem dificultar o acesso à formação continuada, especialmente para alunos trabalhadores e para desempregados, tendo em vista a localização dos programas de mestrado e doutorado que requerem disponibilidade para frequência nas aulas presenciais, participação em eventos, entre outros. Ainda, os custos com deslocamento, acomodação e alimentação são fatores que expressam condições objetivas inviáveis, pois parte significativa dos profissionais sobrevivem de salários baixos, conforme será constatado no decorrer do trabalho.

## 1 Formação profissional

---

Podemos afirmar que a formação acadêmico-profissional hoje explícita e contribui na manutenção da hegemonia do chamado projeto ético-político, formando profissionais numa perspectiva crítica, vinculado à defesa dos direitos e a participação na construção de uma sociedade sem opressões. Uma formação sólida, calcada em pressupostos da tradição marxista, que proporciona bases reflexivas a futura profissional, preparando-a para sua ação como uma profissional crítica, reflexiva e interventiva. (CARDO-SO; NUNES, 2018, p. 10).

De acordo com o projeto hegemônico do Serviço Social, uma formação qualificada deve seguir as Diretrizes Curriculares da Associação de Ensino e Pesquisa da ABEPSS de 1996, pois esta é coerente com o Projeto Ético e Político do Serviço Social. Nesse sentido propõe uma formação crítica acerca da realidade social, seus processos contraditórios, classes sociais antagonicas, o papel do estado, das políticas públicas e sociais, ou seja, um aprofundamento teórico, histórico e metodológico das determinações do capital.

[...] torna-se fundamental a articulação do ensino com a extensão e, sobretudo, com a pesquisa, formando uma dimensão investigativa indispensável para a definição de estratégias profissionais; uma experiência de estágio supervisionado que proporcione ao estudante a reflexão crítica do exercício profissional e a apreensão dos conteúdos debatidos em sala de aula, assimilando as contradições e os desafios da realidade. Possibilitando uma rica vivência acadêmica, que inclui a participação nos eventos da categoria, o acesso ao rico material bibliográfico produzido pela profissão e seus debates contemporâneos, e o contato com os movimentos sociais e suas agendas políticas, destacando-se o movimento estudantil. (CHAGAS, 2016, p. 44).

O tipo de ensino que mais se aproxima do ideal é de Instituições de Ensino Públicas, pois estes subsidiam seu o projeto de formação nos núcleos fundamentais das Diretrizes da ABEPSS. Desta forma propiciam uma formação com oportunidades de inserção em atividades de Iniciação Científica. Projetos de Extensão, Grupos de Estudos e Pesquisa, Movimentos Sociais, Supervisão Acadêmica de Estágio, participação em eventos acadêmicos, aproximação com movimentos sociais, aproximação da categoria profissional CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, etc.

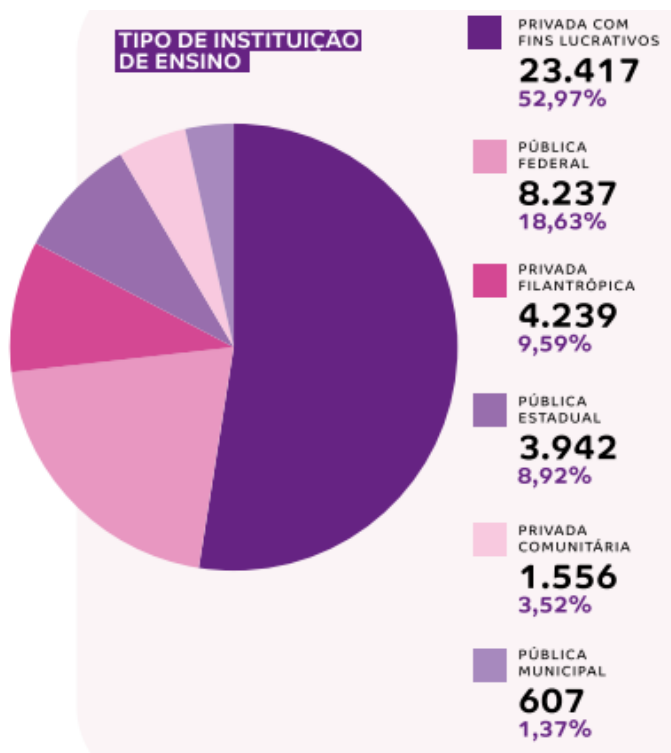
Tais componentes são imprescindíveis para uma formação qualificada com apreensão da dimensão investigativa, sendo esta uma importante estratégia para trabalho profissional, no sentido de realizar intervenções propositivas. (GUERRA, 2009)

Conforme depreende-se da pesquisa realizada pelo CEFSS (2022a) sobre formação profissional em Serviço Social, quanto a natureza da instituição de ensino vê-se que 52,97% dos/as assistentes sociais advém de instituições privadas com fins lucrativos, o que representa a maioria. Ainda temos 9,59% inseridos/as em instituições privadas filantrópicas e 3,52% em instituição privada comunitária.

Também temos o percentual de 28,92% de assistentes sociais com formação através do ensino público. Este percentual representa defesa por uma formação qualificada e resistência e face do ensino precarizados e mercantil posto neoliberalismo.

Vejamos no quadro abaixo os dados mencionados acima.

**Quadro 1 – Tipo de Instituição de Ensino**



Fonte: CFESS (2022, p.50a).

Os dados expressam o atual cenário de mercantilização do ensino superior em Serviço Social no Brasil, pois quando se fala que a maioria dos/as assistentes sociais formados/as são oriundos/as do ensino privado, cabe destacar que a modalidade de ensino à distância, nos últimos anos teve um aumento significativo, o que traz muita preocupação para categoria profissional, pois está fazendo a defesa do Projeto Ético e Político.

Apesar da modalidade de Ensino à Distância (EAD) ser mais acessível em termos de valores e a facilidade de acesso através de celulares ou computadores, as Instituições de Ensino à distância se proliferaram através de franquias/polos nas cidades do interior.

As instituições de ensino superior públicas, geralmente, estão distantes das cidades do interior, muitas vezes se localizam em cidade de porte médio ou grande porte. Apesar destas serem gratuitas e ofertarem ensino crítico de qualidade, o acesso é mais difícil, por questões de distância, condições de permanência, etc.

Tais contradições decorrem do processo de contrarreformas neoliberais vinculadas a lógica de mercado que tornam o ensino EAD um negócio lucrativo. Desta forma vemos a proliferação de polos/unidades de cursos à distância nas pequenas cidades. O discurso utilizado é que essa modalidade é acessível a classe trabalhadora pela flexibilidade nos estudos, o baixo custo nas mensalidades, etc.



De acordo com Chagas (2016) ensino a distância não têm o compromisso de estruturar seu projeto pedagógico no Projeto Ético e Político do Serviço Social, pois visa uma formação acrítica mercadológica que não se orienta nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Sabe-se que o projeto profissional é hegemônico para categoria profissional, mas é necessária sua adesão pelas instituições de ensino que estruturarem os cursos de Serviço Social de acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), que articule ensino, pesquisa e extensão, que não separe a teoria da prática,

O estudo do CFESS (2022a) também menciona dados da pesquisa do INEP (2020) o qual apontou que no período de 2010 a 2020 houve crescimento de 428% do ensino a distância e, em contrapartida uma diminuição de 13,9% do ensino presencial.

**Quadro 2 – Modalidades de Graduação por Região**



Fonte: CFESS (2022, p. 71a).

A expansão do ensino a distância está inserida no processo de contrarreformas do estado neoliberal, conforme orientações de organismos financeiros internacionais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, entre outras que seguem a lógica do capital global, no sentido de reordenação do papel do estado diante da questão social.

Assim o neoliberalismo propõe a redução do papel do estado e atribui ao mercado a regulação das relações sociais. Esse contexto aliado a flexibilização do trabalho foram determinantes o processo de mercantilização do ensino superior. Isto porque em 1996 foi aprovada Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) orientada pelo Consenso de Washington, onde direcionou os investimentos para educação básica, ainda deixou livre o acesso de instituições privadas no ensino. (CHAGAS, 2016).

Tem-se a compreensão que o estado neoliberal não incluiu nas prioridades as universidades, e ainda, deixou a porta aberta para as instituições de ensino privadas, assim como para o financiamento privado em instituições públicas. O que evidencia a opção do estado pela lógica mercadológica da educação em atendimento aos ditames do capital global.

De acordo com Koike (2009) o processo de reordenação das funções do estado por orientação aos organismos internacionais rebate na política de educação, no intuito da expansão global. Assim, deu-se início ao processo de mercantilização da educação superior. Por isso, o estado propaga o discurso que o ensino *online* concretiza a democracia de acesso na educação superior e que pelo seu baixo custo assegura inserção social.

Posteriormente ao advento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que institui a Educação à Distância (EAD), o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) que flexibiliza o currículo acadêmico permitindo o ensino a distância, cursos de curta duração. Koike (2009) assinala que a educação superior se torna um negócio mercantilizado, o aluno torna-se consumidor e a universidade uma distribuidora de diplomas. Isso descaracteriza o caráter universal do ensino superior e retira as possibilidades de reflexão para transformação social.

Especialmente para a formação em Serviço Social o ensino a distância é uma preocupação, pois a categoria levou anos para consolidar o Projeto Ético e Político que preza por uma formação crítica na modalidade presencial. A profissão tem por objeto intervir sobre as expressões da questão social, o que exige conhecimento profundo acerca da realidade social e suas contradições. Nesse sentido,

A ineficiência desta modalidade de ensino toma maiores proporções na formação em Serviço Social, pois, diferente de uma formação técnica, esta prescinde de uma série de elementos densamente reflexivos que trazem consigo uma enorme complexidade, o que revela uma importância ainda maior da construção do conhecimento coletivo e de diversas experiências que o ensino a distância, por sua natureza, não é capaz de oferecer. (CHAGAS, 2016, p. 50).

Ocorre que ampliação desordenada do ensino superior privado à distância coloca em risco a qualidade da formação profissional em Serviço Social, pois a não adesão ao projeto profissional hegemônico implica em um projeto de formação acrítico e, desvinculada das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Cabe ressaltar que não podemos culpabilizar os assistentes sociais que aderem a essa modalidade de ensino, até porque a opção pelo EAD envolve condições objetivas. Por outro lado, as inovações tecnológicas são uma realidade no processo de ensino aprendizagem, porém contraditória dada sua finalidade mercadológica.

## 1.1 Formação continuada

Não obstante, parece correto afirmar que nenhum profissional pode efetivamente se colocar num patamar de competência sem que faça um esforço sistemático de buscar uma capacitação contínua na direção de qualificar o seu exercício profissional, seja na formulação/avaliação de políticas, seja na gestão/execução dos serviços, seja na supervisão de estágio, seja na docência, seja na pesquisa, dentre outras atribuições e competências. (GUERRA, 2013, p. 125).

Quanto a formação continuada dos/as assistentes sociais brasileiros/as, a pesquisa do CFESS (2022a) aponta que 83,11% dos profissionais possuem pós-graduação. Quanto a modalidade de titulação existe uma diversidade: especialização, residência, mestrado acadêmica, mestrado profissional e doutorado. Ficou evidenciado o predomínio 63,47% de assistente sociais que fizeram a Pós-graduação *lato sensu*. Em contrapartida temos uma pequena parcela de 9% que possuem Pós-graduação *stricto sensu*.

**Quadro 3** – Graduas/os por modalidade de ensino e tipo de instituição

Tipo de Instituição de Ensino	Especialização							
	Serviço Social		Outra Área		Não fez		TOTAL	
Instituição Privada com fins lucrativos	8.884	37,94%	5.239	22,37%	9.294	39,69%	23.417	100,00%
Instituição Pública Federal	2.753	33,42%	2.836	34,43%	2.648	32,15%	8.237	100,00%
Instituição Privada Filantrópica	1.516	35,76%	1.325	31,26%	1.398	32,98%	4.239	100,00%
Instituição Pública Estadual	1.486	37,70%	1.264	32,06%	1.192	30,24%	3.942	100,00%
Instituição Privada Confessional	801	36,18%	583	26,33%	830	37,49%	2.214	100,00%
Instituição Privada Comunitária	611	39,27%	388	24,94%	557	35,80%	1.556	100,00%
Instituição Pública Municipal	249	41,02%	123	20,26%	235	38,71%	607	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>16.300</b>	<b>36,87%</b>	<b>11.758</b>	<b>26,59%</b>	<b>16.154</b>	<b>36,54%</b>	<b>44.212</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** CFESS (2022, p. 75a)

CFESS (2022a) deve-se destaca que o acesso aos cursos de Pós-Graduação depende a disponibilidade de oferta de vagas, assim como de sua localização. Parte significativa dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* são públicos (federais e estaduais), assim com Programas de instituições tradicionais privada.

A maioria dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* ofertam poucas vagas e estão centralizadas nas capitais ou em cidades regionais, por outro lado os programas de Pós-graduação de instituições privadas, apesar de serem pagos ofertam maior quantitativo de vagas e sua localização é mais descentralizada pelas cidades do interior.

Quanto a área da pós-graduação, apesar da maioria dos/as assistentes sociais 58,09% possuem Especialização na área do Serviço Social, o quantitativo significativo de 41,91% de assistentes sociais fez especialização em outras áreas. Tais dados podem expressar uma insuficiência de programas de Pós-Graduação em Serviço Social, principalmente em instituições públicas, ou ainda, pela interdisciplinaridade de temáticas em áreas afins. (CFESS, 2022a).

Os dados ainda apontaram um crescimento na modalidade de especialização nas Residência (Multi) Profissional um percentual de 8,98%, sendo 63,61% na Residência em Serviço Social e 36,39% em Residência Multiprofissional. Devemos evidenciar que esta modalidade confere ao profissional título de especialista e ao mesmo tempo constitui-se vivência de trabalho, pois é remunerada.

A problemática consiste na seguinte reflexão: Que tipo de qualificação o curso de Pós-Graduação *lato sensu* de instituições privadas estão propiciando aos assistentes sociais?

Sabe-se que cursos de instituição privadas são mercantilizados e muitas vezes estão restritos a temáticas específicas para atender a eventualidade do cotidiano, o que afasta a reflexão crítica do profissional acerca da totalidade social.

Ressalta que dentre os princípios do Código de Ética está o 'Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual' CFESS (2012). Nesse sentido, o referido princípio expressa que o assistente social deve ter uma competência profissional que lhe permita saber o significado histórico e social da profissão, os limites colocados pela sociabilidade capitalista, e também, as possibilidades para criação de estratégias de intervenção orientadas pelo projeto profissional. (GUERRA, 2013).

No tocante a Pós-Graduação *stricto sensu* a situação é mais gritante, pois apenas 7,19% tem titulação de mestrado e 1,80% de doutorado, conforme CFESS (2022a). Isso representa que uma seleta minoria da categoria profissional consegue ocupar esse espaço de formação continuada tão privilegiado e precarizados pelo desmonte da política de educação e da ciência em favor dos ditames do capital global.

## 2 Condições de trabalho

---

Desde o final a reestruturação produtiva as condições de trabalho da classe trabalhadora vêm sendo precarizada. Após a adesão ao toyotismo e a tecnologia vimos novas formas de organização e gestão do processo de trabalho. O novo modelo de acumulação flexível exige trabalhadores polivalentes com capacidade para desempenhar múltiplas funções. A busca por mais produtividade gera mais exploração da mais valia absoluta dos trabalhadores. (ANTUNES, 2006).

Tais mudanças ganham impulso na década de 1990 com a opção do estado pelo neoliberalismo que em resposta a crise do capital inicia-se um processo de contrarreforma do estado em adesão as orientações do capital global. O mercado passa a fazer a regulação das relações sociais. Deste modo o estado restringe seu papel para com as necessidades sociais. (RAICHELIS, 2018).

A crise do capital financeiro aliada as transformações do mundo do trabalho ampliou o desemprego estrutural, o que ocasionou o acirramento das expressões da questão social. Por isso reconfigura-se também as demandas do cotidiano, pois os problemas sociais acompanham o movimento da realidade. (IAMAMOTO, 2015).

O assistente social vivencia os reatamentos da crise do capital em seu exercício profissional, pois tem que lidar com múltiplas demandas com poucos recursos. Ainda, deve ter competência crítica para resolução propositiva da demanda aparente, no sentido de identificar a demanda em sua particularidade.

Para ilustrar o tipo de vínculo e as condições de trabalhos de assistentes sociais vejamos quadro abaixo.

**Quadro 4 – Distribuição de Profissionais por Quantidade de Vínculos**

Quantidade de vínculos empregatícios	Freq	%
Nenhum	7.838	17,73%
1 vínculo	31.637	71,56%
2 vínculos	4.457	10,08%
3 vínculos	204	0,46%
4 vínculos	76	0,17%
<b>TOTAL</b>	<b>44.212</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** CFESS (2022, p. 85a)

Vê-se que a maioria dos assistentes sociais 71,73% possuem apenas um vínculo de emprego, mas em seguida temos 17,73% de profissionais fora do mercado de trabalho, ou seja, desempregados. Tal constatação é positiva, pois apesar de vivenciarmos um contexto de precarização do trabalho, a maioria dos profissionais sobrevivem com apenas um vínculo. Ainda, uma parcela de 10, 71% possui mais de um vínculo de emprego.

Constata-se que uma maioria significativa consegue sobreviver com apenas um vínculo de emprego. Isso demonstra que apesar do cenário de precarização do trabalho, a maioria da categoria de assistentes sociais resiste. Assim apenas a minoria está inserida em mais de um vínculo, provavelmente, devido as condições objetivas que obrigam o profissional a ocupar mais de um emprego para complementação de renda para assegurar a subsistência da família.

Essa situação pode expressa a precarização do trabalho e coloca em risco a qualidade dos serviços prestados a classe trabalhadora, pois precisa trabalhar em carga horária extensa. Esse contexto dificulta o acesso desses profissionais a formação continuada presencial *stricto sensu*, o que pode caracterizar a opção por uma formação continuada a distância.

Agora analisemos a natureza desses vínculos de emprego conforme quadro abaixo.

**Quadro 5 – Natureza do principal vínculo**

Natureza do principal vínculo como assistente social	Freq	%
Setor público municipal	19.271	43,59%
Nenhum	7.478	16,91%
Setor público estadual	4.868	11,01%
Organização não Governamental sem Fins Lucrativos	3.614	8,17%
Empresa privada	2.751	6,22%
Setor público federal	2.301	5,20%
Organização social	783	1,77%
Organização da sociedade civil de interesse público	634	1,43%
Voluntário	603	1,36%
Fundação	498	1,13%
Autônomo	321	0,73%
Sindicato associação movimento social e ou popular	146	0,33%
Outro	944	2,14%
<b>Total</b>	<b>44.212</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** CFESS (2022, p. 91a)

Deste quadro constatamos uma variedade de vínculos de emprego com prevalência de 59,8% dos assistentes sociais que ingressaram através de concurso e seleções públicas, em especial com a esfera municipal. Mas deste percentual, apenas 34,57% são estatutários.

Segundo CFESS (2022a) dos 24,26% de assistentes sociais que atuam no setor público com vínculo celetista pode estar inserido num contexto de trabalho precário, visto que a contrarreforma trabalhista provocou um processo de retiradas de direitos sociais conquistados historicamente, isto é, legalização da flexibilização do trabalho.

Apesar da maioria ter se inserido via contratação pública, o que assegura maior estabilidade e segurança. Todavia, ainda resta uma parcela significativa que trabalham com vínculos não estáveis em empresas privadas ou terceiro setor, assim como cargos por indicação política. Sem contar os 15,31% que estão desempregos.

Determinadas formas de ingresso no mercado de trabalho trazem preocupação para categoria profissional, pois além dos 24,26% de celetistas, há mais 19% dos assistentes sociais inseridos no setor públicos com vínculos não estáveis, como: comissionados, convite e indicação CFESS (2022a). Isso torna o profissional mais suscetível as determinações institucionais, como jornadas mais intensas, menores salários e execução de atribuições genéricas.

Fato ainda mais grave são de 4,43% de assistentes sociais que atuam como autônomos CFESS (2022a), tais profissionais são obrigados a abrir pessoa jurídica. Isso serve para descaracterizar a relação de emprego e desonerar as empresas de encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas. Tal estratégia é denominada de pejetização que expressa as formas mais profundas da precarização do trabalho.

Entretanto outra expressão da precarização se dá pela carga horária semanal de trabalho dos assistentes sociais. A Lei nº 12.317 de 2010 estabeleceu a carga horária 30 horas semanais, mas há espaços ocupacionais com carga horária mais reduzida, assim como carga horária que extrapolam até o limite estabelecido na Constituição Federal, isto é, acima de 44 horas semanais.

**Quadro 6 - Jornada semanal de trabalho de Assistentes Sociais**

Jornada semanal (somando todos os vínculos)	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Menos de 20h	1.200	2,71%
Entre 20h e 24h	2.519	5,70%
Entre 25h e 30h	19.616	44,37%
Entre 31h e 40h	9.552	21,60%
Entre 41 e 50h	2.306	5,22%
Entre 51 e 60h	1.628	3,68%
Mais de 60h	286	0,65%
Nenhum	7.105	16,07%
<b>TOTAL</b>	<b>44.212</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: CFESS (2022, p. 111a).

Os dados apontam que 52,78% da categoria consegue trabalhar em jornada legal de trinta horas semanais. Mas o percentual de 31,15% precisa trabalhar em jornadas que variam de trinta a sessenta horas. O que configura mais uma faceta das condições objetivas do trabalho.

Vê-se que a existência de uma carga horária legal não impede aos empregadores impor jornadas excedentes. Isso porque o desemprego estrutural está posto e no âmbito do Serviço Social 16,07% estão desempregados, o que favorece aos empregadores ofertar vagas de empregos com jornadas ampliadas, e pelo mesmo motivo leva assistentes sociais aceitarem trabalhar em jornada mais extensas.

Sendo o assistente social parte integrante da classe trabalhadora, sua força de trabalho vivo é explorada na execução de serviços ou na sua gestão, sendo a contraprestação mediante salário. Enquanto trabalhador assalariado o assistente social lida com a correlação de forças, disputas de projetos, conflito de interesses, entre outros. (SILVA; TRAINDADE, 2020).

**Quadro 7 - Rendimento bruto em todos os vínculos**

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Até R\$ 1.000,00	1.197	2,71%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	7.979	18,05%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	428	0,97%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	261	0,59%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	10.840	24,52%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	5.394	12,20%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	3.815	8,63%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	3.339	7,55%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	1.895	4,29%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	1.017	2,30%
Mais de R\$ 15.000,00	194	0,44%
Nenhum	7.853	17,76%
<b>TOTAL</b>	<b>44.212</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: CFESS (2022, p. 117a).

A questão do assalariamento do assistente social consiste numa disparidade, pois conforme no quadro acima 20,75% sobrevivem com salários de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 reais por mês. Isso porque estamos falando de profissionais de nível superior, mas as condições objetivas não deixam outra alternativa senão aceitar tais condições precárias.

Mas a maioria 24,52% auferem por mês salário de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 mil reais. Outros destaques são de 12,20% que recebem de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 reais; 8,63% que recebem de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00 reais; e 7,55% que recebem de R\$ 5.000,00 a R\$ 7.000,00 reais. Vejamos no quadro abaixo a discrepância das remunerações do assistente social, com a ressalva que essa remuneração pode estar associada a mais de um vínculo de emprego.

Ressalta-se que ainda não foi aprovado o piso salarial para categoria de assistentes sociais. Mas existem projetos de lei em trâmite processual que visam estabelecer um piso salarial, tais como: Projetos de Lei nº 4.022/2008 e Projeto de Lei nº 41/2021 foram apensados ao Projeto de Lei nº 5.278/2009, pois tratavam da mesma matéria e o Projetos de Lei nº 1.827/2019 e Projeto de Lei nº 2.693/2020 que propõe piso de R\$ 7.315,00 para jornada de 30 horas semanal (CFESS, 2022b).

Essa luta não depende da categoria CFESS/CRESS, apesar da defesa por melhores condições de trabalho e dentre elas o salário faz-se necessário aguardar os trâmites legais e burocráticos.

A condição de assalariamento coloca o assistente social subordinado as requisições institucionais, mas apesar de sua autonomia relativa, o profissional não é obrigado a subalternizar-se à lógica do capital. A luta é permanente, pois o cotidiano de trabalho está permeado por tensões e contradições, disputas de projetos, etc.

Assim não podemos culpabilizar o profissional, pois a sujeição do assistente social à precarização decorre das condições objetivas e subjetivas. Portanto,

O caminho para a problematização do tema busca, a partir da própria racionalidade do real, extrair os elementos que nos permitam desvelar a lógica presente nas condições objetivas e subjetivas deste exercício profissional, bem como nas exigências e possibilidades de aprimoramento sócio-profissional e qual a direção social estratégica a ser dada neste processo. (GUERRA, 2013, p. 126).

Mesmo munido de condições subjetivas para o desenvolvimento de um trabalho ético-crítico, este é inviabilizado pelas condições adversas impostas pela lógica do capital, pois a precarização do trabalho atinge toda classe trabalhadora, inclusive os servidores públicos que atuam na política de assistência social

A criação de alternativas resolutivas no cotidiano depende em parte das condições subjetivas apreendidas pelo assistente social no processo formativo. Desta forma, mesmo com uma autonomia relativa o assistente social tem possibilidade de realizar as medições necessárias para intervenções positivas, conforme preconiza seu projeto profissional.

Portanto, o enfrentamento das condições precárias de trabalho prescinde de condições subjetiva adquiridas na formação em Serviço Social, isto é, competências teóricas, ética e crítica que se articulam para compreensão das demandas da classe trabalhadora postas na realidade social. Deste modo, as ações profissionais poderão se adequar aos interesses institucionais ou contribuir para garantia das necessidades sociais da classe trabalhadora

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Conforme foi apontado nessas reflexões teóricas com apoio dos dados da pesquisa do CFESS, a formação no ensino superior em Serviço Social no Brasil tem como particularidade o crescimento desenfreado do ensino superior privado EAD, o que causa preocupação da categoria profissional quanto a qualidade do ensino, tendo em vista que o Projeto Ético e Político hegemônico possui compromisso social com a defesa de direitos da classe trabalhadora.



Para que a finalidade da profissão seja concretizada conforme preconiza o projeto profissional é necessário uma formação crítica, em instituição pública presencial, pois seu objeto de intervenção, a questão social, está posta na totalidade e, sobre ela rebatem as determinações do capital.

Conforme os resultados da pesquisa do CFESS, o contexto de precarização das condições de trabalho, como modalidade de vínculo, carga horária, assalariamento, entre outras que inviabilizam o exercício profissional e colocam em risco o atendimento das demandas e da qualidade dos serviços prestado, ou seja, constitui-se um obstáculo para viabilização dos direitos historicamente conquistados

Ainda evidenciou que a Pós-Graduação *stricto sensu* enquanto espaço privilegiado de formação e imersão na pesquisa por excelência é acessível a uma pequena parcela da categoria devido a várias determinações do capital, mas não deixa de ser significativa, pois representa resistência. A pesquisa aprimora a capacidade crítica e investigativa do/a assistente social. Tal competência é essencial para que o fazer profissional seja pensado na totalidade.

Assim ratifica-se o pressuposto da pesquisa de doutorado quanto a formação continuada na Pós-Graduação *stricto sensu* como subsídio para fomentar estratégias de intervenção e enfrentamento das condições objetivas do cotidiano. O que significa romper com o paradigma que os programas de mestrado acadêmico e doutorado são restritos a docência. Contudo é preciso repensar formas para que esse espaço acadêmico seja mais acessível e possível.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 04 set. 2022

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez: Ed. Unicamp, 2006.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** (Org.). Brasília: CFESS, 2022a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 12, set. 2022.

CFESS. **Acompanhamento de projetos de lei.** Conselho Federal de Assistentes Sociais. Gestão 2020-2023 - Melhor ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social. Brasília, Março/2022b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/acompanhamento-PL-mar-22-cfess.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 04, set. 2022.

CARDOSO, P. F. G.; NUNES. H.H.P. A importância da formação permanente para o Serviço Social. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss>. Acesso em: 04, set. 2022.

CHAGAS, B.R.F. Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v.15, n.1, p.43-58, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/21074/14641>. Acesso em: 06, set. 2022.

GUERRA, Y. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. *In*: CRESS (Org.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro: CRESS, 2013. Fls. 122-135. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>. Acesso em: 8, set. 2022.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS; CEAD, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 03, ago. 2022.

KOIKE, M.M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS; CEAD, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 03, ago. 2022.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In*: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 25-65.

# A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19

Camila Barbosa Vieira  
Ketully Fernanda Ascêncio Cadorim  
Maria José de Oliveira Lima  
Tamiris Garcia da Silveira

## INTRODUÇÃO

---

Para compreender a Política de Assistência Social no Brasil no contexto pandêmico da COVID-19, considerando os desafios aos quais está submetida, é imprescindível uma análise crítica sobre a gestão dessa política no Brasil, através de um olhar para o processo de construção histórico, que se inicia a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que a Assistência Social passa a ser reconhecida como Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado, iniciando o rompimento com o caráter benevolente da assistência. Além disso, torna-se fundamental a contextualização da pandemia da COVID-19, que intensificou as expressões da questão social que permeiam a sociedade. Diante desse contexto, com o acirramento das vulnerabilidades sociais, requisitou-se do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que se (re)organizasse a partir das novas demandas postas pela dinamicidade pandêmica. Entretanto, pensando a Política Pública enquanto instrumento do Estado do capital tais reorganizações depararam-se com as limitações estruturais da conjuntura neoliberal, sobretudo, no contexto do capitalismo periférico.

O cenário da pandemia da COVID-19 se deparou com a Política de Assistência Social fragilizada, em decorrência da ofensiva neoliberal, que definiu condições mínimas para as políticas sociais, com as equipes insuficientes, quantidade de equipamentos deficitários, fragilização das relações trabalhistas, ausência de educação continuada, mercantilização do trabalho, desrespeito, por parte do Executivo, às instâncias de controle social.

No Brasil, a crise sanitária, em meio à crise econômica, social e política evidencia a fragilidade da proteção social enquanto direito, intensificando situações de risco e vulnerabilidades sociais, que pessoas-que-vivem-do-trabalho juntamente com suas famílias, encontram-se sob condições adversas de sobrevivência no contexto pandêmico.

Esse estudo de cunho bibliográfico foi pautado no materialismo histórico-dialético, referencial teórico-metodológico, que permite a compreensão do sujeito enquanto ser ativo, social e histórico, buscando compreender a história humana nas suas relações sociais concretas, a partir das condições objetivas de produção e reprodução dos fenômenos e das contradições sociais em sua totalidade.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A trajetória da Política de Assistência Social no Brasil.

---

Compreender a Política de Assistência Social no Brasil contemporâneo exige, sem dúvidas, a reflexão crítica sobre a contextualização de sua trajetória e materialização enquanto Política Pública, considerando que sua gênese foi marcada pela ação de bemesse.

Percebe-se que inicialmente houve forte presença de grupos de pessoas para intervir frente às mazelas da sociedade e, “[...] no intuito de conformar as práticas de ajuda e apoio aos aflitos, grupos filantrópicos e religiosos começaram a se organizar, dando origem às instituições de caridade”. (SPOSATI et. al. 2007, p. 40).

Essas intervenções de apoio social, caracterizadas enquanto benevolência, demonstram a figura do Estado capitalista, que diante de todo o caos engendrado pela lógica do sistema, culpabilizava o indivíduo por estar em situação de vulnerabilidade e, não obstante, era omissos em suas obrigações, ficando a cargo das iniciativas da sociedade civil o trato das expressões da questão social.

Ao compasso histórico, observa-se o acirramento das desigualdades sociais no país e, em meio ao contexto da revolução de 1930, cresceu a insatisfação popular, possibilitando a organização política da classe trabalhadora, que passou a clamar por maior intervenção do Estado frente aos “problemas sociais”.

Diante do golpe de 1964, tornava-se ainda mais remota a esperança por uma sociedade com mais justiça e proteção social por parte do Estado. Quando o cenário político demarcava retrocessos e a sociedade solicitava por democracia, a população se organizava para lutar, destacando a participação de categorias profissionais, movimentos sociais urbanos e rurais, e outros em busca de direitos sociais, políticos e humanos.

Ao término do período ditatorial, registra-se a ampliação do conceito da intervenção social pelo Estado, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, no ano de 1988. O que sem dúvida, foi um importante marco no início do rompimento com o viés da caridade, até aquele momento. A partir desse divisor de águas, fica estabelecido o tripé da Seguridade Social, composto pela Política de Saúde como direito universal, a Política de Previdência Social, com objetivo de atender aqueles que contribuísem e a Política de Assistência Social, para atendimento daqueles que dela necessitarem.

No ano de 1993, a Política de Assistência Social passa a ser regulamentada pela Lei Federal n.º 8.742/93, denominada como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

Neste texto legislativo, observa-se o avanço da Assistência Social como integrante da Política de Seguridade Social, entretanto, enquanto fruto das contradições do sistema neoliberal, identifica-se as marcas históricas junto às práticas sociais, onde a sociedade continua sendo chamada para exercer ações junto ao Estado.

Para Yazbeck (1995), a LOAS retrata a Assistência Social dentro das particularidades do contexto social brasileiro, ou seja, em um cenário social complexo e contraditório, que se choca com os programas sociais que a mobilizam.

Após esse período, somente em 2004, esta Política começou a ser de fato estruturada, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), consolidada em 2005 a partir da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS).

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal (MDS, 2022, online).

Em 2006 tem-se a regulamentação da NOB-RH, apresentando as normativas para os trabalhadores do SUAS. Em 2009 foi implantada a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, visando a padronização das ações oferecidas. Já em 2012 a NOB-SUAS passa por uma atualização e reorganização dos serviços, focada principalmente na gestão e no financiamento do SUAS.

Segundo Behring e Boschetti (2011), o processo de concretização da Assistência Social enquanto Política Pública no Brasil foi demorado, pois teve que superar características históricas, como a morosidade na normatização legal.

Após três décadas do reconhecimento da Política de Assistência Social como parte integrante da Seguridade Social, observa-se um movimento para ampliar e ressignificar o atual sistema descentralizado e participativo, para sua efetivação enquanto direito de cidadania e responsabilidade do Estado frente às crescentes demandas sociais.

### 3. A PANDEMIA NO CONTEXTO DE CRISE

---

O cenário da pandemia da COVID-19 no Brasil, foi instaurado em um contexto ultraneoliberal, de ofensiva aos direitos e ao sistema de proteção social ao qual já vinha desnudando a extrema crise humanitária do sistema econômico brasileiro, antes mesmo do advento da pandemia.

Por ocasião das crises, deflagra-se um processo no qual mudanças significativas ocorrem, sejam elas no interior da ordem, sejam em direção a um processo revolucionário, dependendo das condições objetivas e das forças sociais em confronto. (MOTA, 2009, p. 3).

A crise decorrente da COVID-19 potencializa demandas existentes e cria novas teias vulneráveis, tais quais, reverberam questões intrínsecas aos determinantes de classe. Neste sistema se fundam e se organizam imbricadas na subjetividade perversa. O cenário pandêmico em si, revela nuances do contexto histórico maior, que marcam a sociabilidade excludente do capital no contexto brasileiro.

A esta simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus, podemos denominar, se quisermos usar uma síntese forte, “capital pandêmico”. Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver. (ANTUNES, 2020, p. 20).

A pandemia intensificou um dos principais desafios para os trabalhadores do SUAS, o reconhecimento e valorização por parte do Poder Executivo e a ausência de financiamento. A Assistência Social é um serviço essencial e a falta de co-financiamento público compromete a efetivação e continuidade do serviço.

Fato este é que, “[...] quando a pandemia chega ao Brasil, encontra um país com 12,6 milhões de desempregados(as). Esse dramático número encobre a condição de desigualdade de gênero e raça que atinge as mulheres e negros(as)”. (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 74).

O contexto da pandemia desvelou a gravidade da desigualdade social brasileira, especialmente em grandes centros urbanos, refletida na discrepância no acesso à moradia, trabalho, renda, lazer, educação e saúde, cujas diferenças se acentuaram, intensificando situações de risco e vulnerabilidade social.

Na ótica do capital, os trabalhadores são impostos a submeterem-se à lógica do neoliberalismo. Assim, cria-se campo fértil para o desenvolvimento do modo de produção flexível, que penaliza a classe trabalhadora por meio das condições e relações de trabalho flexíveis e fragilizadas. Esse cenário neoliberal reflete, inclusive, no enquadramento funcional dos profissionais da Política de Assistência Social, com viés da precarização dos vínculos de trabalho. Nota-se a deterioração do trabalho desses profissionais uma vez que devem ser polivalentes, terceirizados e subordinados ao capital. A pandemia afetou toda a população, mas de forma mais brutal as classes subalternas, com ênfase em mulheres, negros e indígenas, população LGBTI, e o fundamento está intrinsecamente ligado à formação sociohistórica do Brasil, país este de contexto econômico periférico, dependente, colonialista, escravagista e patriarcal.

[...] COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça. Embora os esforços da mitigação estejam convenientemente ocultos na retórica de que “todos estamos juntos nesta guerra”, as práticas em particular por parte dos governos nacionais, sugerem motivações mais sombrias. (HARVEY, 2020 apud ANTUNES, 2020, p. 9).

A característica predatória do capitalismo não ficou aquém no contexto pandêmico, como é observado por Antunes (2020), pois o autor compreende este sistema em um contexto à capitalismo pandêmico / virótico, sendo que este tem sua perversidade intensificada com o advento da COVID-19, e é neste momento, que muitas atrocidades estão sendo implantadas e institucionalizadas como caminhos adequados e em prol à economia.

[...] a grave crise humanitária, deflagrada pela COVID-19, ocorre em meio a um intercruzamento de crises. São crises de diferentes ordens e dimensões: crise civilizatória, crise sanitária, crise social, crise ambiental, crise ética, crise da democracia e crise do capital. E, nessa civilização do mercado homens e mulheres, persistem em desconsiderar essas crises e seus impactos, pela própria cegueira em que vive a humanidade, imersa no ideário neoliberal, submetida aos ditames do capital. [...] uma amálgama de crises no âmbito da crise estrutural do capital, chão histórico em que se desencadeia a pandemia mundial do coronavírus. (CARNEIRO; CARVALHO; ARAÚJO, 2021, p. 176).

Como é demarcado por Boschetti e Behring (2021, p. 68), “Os dados que emergem com a pandemia, contudo, revelam mais do que uma mera crise sanitária e desnudam a bárbara condição de desigualdade socio-estrutural aprofundada pelo ultraliberalismo”. Contudo, é inegável a aplicabilidade do projeto fascista neste sistema e governo ultraneoliberal, genocida e necropolítico, aspectos estes que também se intensificam em meio ao cenário pandêmico.

Inegavelmente, o Brasil vivencia duas pandemias que se cruzam, numa perversa confluência: a da covid 19 e a do governo Bolsonaro. A peste da covid 19 ocorre num contexto de desfinanciamento das políticas públicas, particularmente de saúde, previdência e assistência social. De fato, a vida social brasileira revela fortes nuances da privatização da saúde mediante a utilização do fundo público, com poucos investimentos na manutenção da infraestrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) [...], face ao crescimento exponencial de demandas no contexto da pandemia. Esta grave crise sanitária da covid 19 se dá em um contexto de sucateamento da previdência social, a apresentar diminuição gradativa na concessão dos benefícios [...]. A Política de Assistência Social, por sua vez, também vem sendo submetida a um processo de desmonte, [...]. Assim, no contexto da pandemia, a Política de Assistência Social, face ao processo de desfinanciamento público e de desmonte a que vem sendo submetida [...] não dispõe de condições efetivas, [...], para dar continuidade aos serviços e atendimentos no âmbito dos equipamentos sociais. (CARVALHO; ARAÚJO, 2020, p. 4822 – 4823).

Em contrapartida a tantos avanços no campo da Seguridade Social, mais especificamente, no contexto da Política de Assistência que já foram conquistados, o Brasil retrocede e se depara com o grande desafio da pandemia, potencializada pelo (des)governo negacionista que intensificou as dificuldades e desafios. Parte-se então, a seguir, para uma análise pela ótica da gestão sobre o desmonte desta política.

## 4. A gestão como instrumento para efetivação da Política Pública

---

A gestão é extremamente importante para a organização da Política Pública e com o intento de compreender seus processos e como ela vem sendo executada no contexto da política de direito, é necessário recorrer aos fundamentos da administração enquanto ciência do saber, que corrobora ao demarcar que a gestão se configura por aquele “[...] conjunto de práticas e de atividades fundamentadas sobre certo número de princípios que visam uma finalidade [...]” (CHANLAT, 1999, p. 31).

Ao tocante às Políticas Públicas, a Constituição Federal do Brasil de 1988, já demarca que as mesmas sejam norteadas pela perspectiva da Gestão Democrática, caracterizando desta forma a gestão pública social.

A Gestão Social tem significado abrangente não se reduzindo apenas à gestão técnico-administrativa de serviços e programas sociais. Refere-se fundamentalmente à governança das políticas e programas sociais públicos; intervêm na qualidade de bem estar ofertada pela nação; na cultura política impregnada no fazer social; nas prioridades inscritas na agenda política; nos processos de tomada de decisão e implantação de políticas e programas sociais; nos processos de adesão dos sujeitos sociais implicados. (CARVALHO, 2012, p. 43).

Sob o prisma da Política de Assistência Social, a sua efetivação segue uma perspectiva da gestão social democrática e participativa. A estratégia legal, que norteia a forma como se deve direcionar a gestão nesta política, reconhece os determinantes e particularidades regionais e socioterritoriais, o que, em tese, a torna mais democrática e eficaz.

[...] o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso. (MDS, 2005, p. 43).

Como pode-se observar, no contexto da Política de Assistência Social, existe relativa autonomia dos Estados e municípios na construção de sua gestão, tais quais construídas de forma conjunta entre os níveis de governo e envolvendo a sociedade, para que haja maior efetividade das proposições dentro das ações públicas.

Vários atores, dentre as três esferas governamentais, corroboram com a gestão no que tange à Política de Assistência Social. O Estado, nesta política, não “dita as regras” individualmente, pois existe uma estrutura que impõe a criação de mecanismos de participação da sociedade civil nos processos de elaboração, decisão, avaliação e controle. A contradição do sistema se instala nos diversos setores da vida, por qual motivo nas Políticas Públicas não? A participação coletiva está fortemente presente, mesmo no contexto ultraneoliberal.



A Política de Assistência Social, traz a marca intrínseca na sua forma, a construção, organização e operacionalização, a gestão democrática, possibilitando o rompimento com a prática da benesse à compreensão de direito do cidadão e dever do Estado. E, mesmo com seus elementos contraditórios, vem tecendo mecanismos de participação e diálogo social para a sua construção e manutenção.

Em meio ao cenário de cortes de verbas às Políticas Públicas, no que tange a esfera Estatal, o fazer da gestão pública dessas políticas vem se tornando ainda mais desafiador. A Política de Assistência Social, por sua vez, sofre cortes em programas, benefícios e projetos e, em retórica, a intensificação dos programas de transferência de renda.

Do ponto de vista do orçamento público, podemos vislumbrar um aumento significativo de recursos da Assistência Social, que saltou de R\$ 95,2 bilhões, em 2019, para R\$ 298,7 bilhões (referente aos valores pagos até agosto de 2020 e que ainda crescerá até o final de 2020), devido à “transferência de renda”, com corte de recursos de outras políticas e rubricas centrais como educação e saúde. Fica evidente que os recursos do auxílio emergencial drenam recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, especialmente dos investimentos nos serviços socioassistenciais, que tiveram agressiva redução de 38,6% entre 2012 e 2018, com a participação no FNAS caindo de 5,6% em 2012, para 2,8%, em 2019, o que se agrava em 2020. Também vem ocorrendo perda gigantesca de recursos dos programas, projetos e ações da gestão do Suas, com redução de 15,5% entre 2012 e 2018 e diminuição de sua participação no FNAS de 0,8% em 2013, para 0,4% em 2018. Os dados disponíveis no Siga Brasil revelam que os recursos para o Suas (exceto BPC e RMV) em 2019 haviam sofrido redução de 2% em relação a 2018. E a proposta de Lei Orçamentária para 2020 previa somente R\$ 1.344 bilhão para o Suas (exceto BPC), o que significa uma queda de 31% em relação ao valor gasto em 2019, ou seja, trata-se de uma política de cobertor curto, que tira dos serviços e direitos para a “transferência de renda”, em proporções muito maiores do que já vinha ocorrendo (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 81).

Para compreender a gestão em todas as suas etapas de execução da Política Pública é necessário identificar sob quais condições esta se faz e, para isso, pensar no investimento público é fundamental. A confluência sobre a positividade do aumento de investimento público neste período de crise humanitária, não somente sanitária, se faz ao contexto da subtração de outros serviços e políticas.

Desta maneira, “será [...] que a assistência social se agigantou durante a pandemia em forma do “auxílio emergencial”? (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 75). Estratégia que pode também estar camufladamente no intento da potencialização da economia e não no intuito do fortalecimento de programas, projetos e ou benefícios com caráter universal e “reformador” de problemáticas sociais, pelo contrário, são respostas pontuais e paliativas ao cenário de crise.

De fato, essa política, reconhecida como prioritária no contexto da aceleração da pobreza, não apresenta condições de garantir as medidas de segurança para os trabalhadores e usuários e nem dispõe de capacidade de

incorporação das demandas de proteção social dos novos usuários, atingidos pelo processo de precarização estrutural do mundo do trabalho. (CARVALHO; ARAUJO, 2020, p. 4822 – 4823).

Diante dessa camuflagem no financiamento da política de assistência social no período pandêmico da COVID-19, fica evidente a precarização do financiamento público das políticas sociais, principalmente, em tempos de crise sanitária, quando existe maior necessidade de proteção social, nos diversos segmentos das políticas públicas. Essa situação retrata uma das características fundamentais do ultra neoliberalismo, que favorece aos interesses do capital em detrimento das necessidades vitais da classe trabalhadora, as camadas mais vulneráveis.

Os/as trabalhadores/as que atuam na gestão das políticas sociais enfrentam vários desafios no enfrentamento às expressões da questão social que se manifestam no cotidiano da vida em sociedade. Um grande desafio é a falta de orçamento e financiamento público mas, no contexto da pandemia da COVID-19, os desafios se tornaram mais intensos, e pode-se destacar a adoção de tecnologias como instrumentos de trabalho para profissionais no atendimento da população.

## 5. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: desafios intensificados na gestão da Política de Assistência Social

---

O uso das tecnologias vem, há tempos, sendo realidade presente na sociabilidade, desde as demandas da dinâmica pessoal até as consistentes do processo de trabalho. Desta maneira, ao pensar nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), compreende-se que as mesmas estão submersas no contexto da produção e reprodução da vida social.

Quando se refere ao entendimento das TIC no contexto da dinâmica da vida, é necessário compreender que,

[...] em termos gerais, sua definição remete ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, composta por computadores, softwares e sistemas de redes que têm a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e os sujeitos sociais que compõem a sociedade. Trata-se de novas tecnologias que podem mediar tanto o fortalecimento da acumulação quanto a criação e desenvolvimento de posturas alternativas aos valores capitalistas, a depender do movimento das forças sociais em disputa. (VELOSO, 2021, p. 64).

Percebe-se que ao longo dos anos, as ferramentas tecnológicas e, informacionais, vem sendo intensificadas no cotidiano de trabalho de diversas áreas, o que repercute também junto aos trabalhadores do SUAS, estes estão se apropriando de novas tecnologias, a fim de corroborar com os intentos do seu fazer profissional, entretanto, as ferramentas de tecnologia e comunicação nem sempre são apropriadas de maneira intencional e crítica pelos profissionais, enquanto estratégias operacionais, mas sim, ditames institucionais e políticos, a fim de padronização das operacionalizações.

A pandemia de Covid-19 trouxe inúmeras consequências para todos nós, e é neste contexto que as TIC passaram a ter uma presença cada vez maior no cotidiano de boa parte da população (FREIRE et al., 2021 apud VELOSO, 2021, p. 66).

Fato é, que, com o advento da pandemia da COVID-19, as estratégias operacionais do fazer profissional de trabalhadores inseridos nas Políticas Públicas, não obstante, à Política de Assistência Social, sendo esta, determinada enquanto serviço essencial no curso pandêmico. Desta forma, necessitou-se intensificar e aproximar-se de recursos tecnológicos para que, através dos processos de mediação, garantisse direitos no contexto adverso, pensando desde o acesso à Política Pública, à preservação do distanciamento social.

Mesmo com uma forte presença da “exclusão digital”, verificamos que o uso das TIC foi aumentando cada vez mais, já que estas se tornaram uma das principais alternativas para enfrentar o isolamento social, o que elevou sua utilização de forma rápida e intensa. Quem já usava, passou a usar ainda mais; quem usava pouco, intensificou o seu uso; e quem não usava, passou a utilizar. Ao mesmo tempo, várias atividades foram migradas para as plataformas digitais, ocasionando o crescimento do trabalho remoto e a imposição das novas tecnologias digitais a atividades como atendimentos, prestação de serviços, aulas, reuniões, dentre outras, o que tem gerado vários impactos para as trabalhadoras e trabalhadores (VELOSO, 2021, p. 66-67).

Desse modo, a continuidade dos serviços socioassistenciais no contexto da pandemia foi afetada e refletiu diretamente na oferta dos serviços prestados aos usuários e na qualidade do trabalho dos profissionais.

Tais transformações e desafios, associados ao avanço tecnológico neste contexto, que, quando compreendidos a partir de uma perspectiva crítica, não há condições de desconsiderá-los, entretanto, os mesmos, também se apresentam enquanto espaço profícuo para a construção de resistências e consciência coletivas.

[...] o cenário é complexo, marcado por contradições e limites, mas também, possibilidades e perspectivas. Isso coloca em destaque a importância de se realizar uma abordagem crítica das tecnologias, visando identificar e entender os seus sentidos e significados como instrumentos a serviço de projetos societários distintos. Por isso, para tentar compreender adequadamente o seu significado é preciso um esforço para identificar os projetos em disputa na sociedade capitalista, para, aí sim, identificar o potencial das novas tecnologias para o alcance das finalidades e objetivos de cada projeto. Consideramos a existência de dois projetos antagônicos, que disputam o potencial estratégico das novas tecnologias da informação e comunicação: um projeto capitalista e um projeto de radicalização da democracia, oriundo da defesa dos interesses da classe trabalhadora. (VELOSO, 2021, p. 67).

Considerando a contradição que a sociabilidade do capital representa, as condições de vida da classe trabalhadora, não obstante, dos trabalhadores do SUAS, diante, sobretudo de seu compromisso para com suas demandas de trabalho, estando diretamente ligado as contradições do sistema, apropriando-se estrategicamente das tecnologias a fim de criar espaços de disputa no contexto ideológico do fazer profissional.

A maior contribuição dessas novas tecnologias é o potencial que possuem de promover mudanças qualitativas, dando suporte a processos de reflexão, mobilização, conscientização, ampliando o acesso ao conhecimento, à informação e a condições que promovam melhorias concretas e efetivas nas condições de vida e trabalho da população (VELOSO, 2021, p. 69).

Para tanto, vêm sendo necessário, entender este espaço enquanto meio de interação social institucionalizada na contemporaneidade, entretanto, o seu desafio é criar elementos críticos e não se limitar nos fazeres impostos institucionalizados que direcionam a tendência acrítica, tecnicista e instrumentista nos processos de trabalho da Política de Assistência Social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ao fazer um recorte histórico das últimas três décadas, nota-se que Assistência Social atravessou consideráveis avanços no que tange a construção da Política de Assistência Social, na qual passou a ocupar um lugar estratégico no sistema de proteção social brasileiro.

Este estudo possibilitou compreender as transformações no sistema brasileiro de proteção social, em particular a partir de meados dos anos 2000, com o desenvolvimento do SUAS, abrangendo a Política de Assistência Social e seus avanços no campo da garantia de direitos à população em situação de risco e vulnerabilidades sociais.

Ocorre que existe a organização das responsabilidades públicas em ofertas de serviços, projetos, programas e benefícios, bem como a evolução das capacidades estatais desenvolvidas para garantir a Assistência Social como direito e como Política Pública.

Cabe refletir, entretanto, que a atual conjuntura de pandemia acarretou transformações recentes no contexto sanitário, político, social e econômico, que por sua vez requisita mudanças e estratégias na Política de Assistência Social e na visão e atuação do Poder Executivo.

Desse modo, a pandemia da COVID-19 se apresentou como instrumento de transformação sobre as perspectivas de futuro no contexto atual, em particular no que tange ao escopo da proteção social e ao lugar da Assistência Social como política universal. Nesse processo faz-se necessário, a composição e financiamento da rede de serviços, programas e projetos que cabe à Assistência Social prover, com vistas a conferir maior efetividade em sua atuação.

Entretanto, foi reconhecida como Política Pública prestada a quem dela necessitar, enquanto direito do cidadão e dever do Estado. Face o exposto, percebe-se que mesmo após a Assistência Social ser reconhecida como Política Pública e romper o estigma de caridade está distante de ser autônoma e completa.

No momento em que a população mais precisou de uma política pública fortalecida e efetiva, encontrou-se Políticas Públicas sucateadas por um Estado ultraneoliberal, militarista e antirreformista. O período de catástrofe humana decorrente do contexto de crise do capital, materializado no país sob a compreensão de “dupla pandemia – bolsonarismo e COVID-19”,

tem fortalecido um contingente “acrítico”, intensificando problemáticas de relacionamentos em comunidade e a vida social, como no caso da cultura do ódio e da violência.

Outras problemáticas apresentadas neste período são o acirramento da pobreza e as vulnerabilidades sociais, levando o trabalhador a ter menos “escolhas” do que nunca, e quase nenhum direito vigente. Todas estas demandas, vêm trazendo questões que precisam ser consideradas no contexto da gestão pública social, sobretudo, no contexto da Política de Assistência Social, que atua diretamente no trato destas vulnerabilidades, engendradas por este sistema e suas novas roupagens de acordo com o cenário atual.

Pensar novas formas para fortalecer o sistema de proteção social e garantia de direitos sociais através dos agentes da gestão social é necessária para manusear o período de extrema “ameaça ao contexto histórico” e democrático. Será mesmo que a gestão dessa Política têm seguido o curso da pandemia criando estratégias para a ampliação do conceito de direito dentro da Política de Assistência Social, ou estão somente ligadas às estratégias assistencialistas, dando força a velha história da sociedade brasileira?

Nesta análise as particularidades da Política de Assistência, faz-se compreender que a gestão é um instrumento para a aplicabilidade intencional de uma direção objetiva e, mesmo considerando a relevância da Política de Assistência Social para com o trato das expressões da questão social, a mesma historicamente é usada enquanto produto de barganha para os interesses econômicos e políticos da classe dominante. Desta forma, a grande relevância de levantar possibilidades e direcionamentos locais que, de forma molecular, vem resistindo aos processos desumanos, fascistas e negacionistas do contexto nacional do governo em propósito do grande capital.

## REFERÊNCIAS

---

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. 1 ed. São Paulo: Boitempo (recurso eletrônico), 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.140, p. 66-83, jan./abr./2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. (Biblioteca Básica de Serviço Social), v.2, São Paulo: Cortez, 2016.

BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, out/1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, DF, 7 dez/1993. Disponível em: <[https://cmas.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/Lei\\_Federal\\_08742\\_Loas\\_consolidada.pdf](https://cmas.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/Lei_Federal_08742_Loas_consolidada.pdf)>. Acesso em: set.2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS: **Normas Operacional Básica** (NOB/SUAS). Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>. Acesso em: jun. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/mesabrazil/doc/Pol%C3%ADtica-Nacional.pdf>>. Acesso em: abr.2022.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Reimpressão 2014. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 2009. 58 Páginas. Editora: ISBN

CARNEIRO, Annova Mirian Ferreira; CARVALHO, Alba Maria Pinho; ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa. Dupla pandemia, política de assistência social e exercício profissional em Serviço Social. In: **Temporalis**, Brasília-DF, ano 21, n.41, p.173-189, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34520>>. Acesso em: ago.2021.

CARVALHO, Alba Maria Pinho; ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa. Coronavírus e bolsorismo: uma dupla pandemia no Brasil do presente. In: **Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade, e Políticas Públicas: Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo**. IFPI: Teresina, 2020.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Gestão Social: uma questão ainda em debate no século XXI. In: **Gestão Social: mobilizações e conexões**. JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates [et. Al.] (Org.). São Paulo: LCTE, 2012. (Coleção ENAPEGS Vol. 6). Disponível em: <<https://www5.pucsp.br/cedepe/download/enapeg13-18-012-13.pdf>>. Acesso em: fev.2022.

CARVALHO, Rogério Tobias. **Imunidade tributária e contribuições para a seguridade social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

CHANLAT, Jean-François. **Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 1999.

ENGELS, Friedrich. O papel desempenhado pelo trabalho na transição do macaco ao homem. In: **MARX, K; ENGELS, F. Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. v.2, 2005.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS. UNB. 2009.

SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VELOSO, Renato. O lugar das tecnologias da informação e comunicação no Serviço Social. In: VASCONCELOS, Ana Maria; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; VELOSO, Renato (Orgs.). **Serviço Social em tempos ultraneoliberais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

YAZBECK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social. **Cadernos da ABONG**, n. 11. São Paulo, out. 1995.

# TEATRO, JUVENTUDES E DIREITOS HUMANOS E SEUS POTENCIAIS DE EXPRESSÃO NO BRASIL

Adriana Giaqueto Jacinto

Bruna Pereira Caetano

Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes

## INTRODUÇÃO

---

O presente artigo traz o debate acerca do teatro enquanto um instrumento que contribui para a emancipação humana, por permitir aos sujeitos que o praticam analisar a sua realidade por meio de uma perspectiva diferente da que é posta pela ordem vigente. Vislumbrando o impacto que as violações dos direitos humanos causam na vida dos/das jovens inseridos no Brasil contemporâneo, principalmente aqueles que são marginalizados e têm a sua identidade invisibilizada pela sociedade, analisamos o teatro enquanto uma possibilidade para seu reconhecimento da totalidade. De tal modo, o objetivo do artigo é tratar a manifestação da expressão artística do teatro como uma forma das juventudes se reconhecerem nas realidades postas em cena, e assim desenvolverem uma identidade crítica acerca da realidade em que se inserem.

Nessa direção, na atual conjuntura, a sociabilidade predominante ao redor do globo é a capitalista. Tal sistema se ancora na produção desenfreada de lucro, angariado por meio da exploração de uma grande parte da sociedade em detrimento de outra. Essa esfera social que se impõe sobre as demais, a burguesia, se apoia na classe trabalhadora para conseguir o excedente de produção que se configura enquanto Mais Valia, e ainda que seja menor em quantidade, os donos do capital conseguem difundir sua ideologia, em defesa aos seus interesses, com tanto afincos que se tornou imperante.

Tal classe dominante propaga uma perspectiva de alienação, em que essa busca incessante pela Mais Valia distancia o trabalhador da compreensão de sua realidade, impedindo-o de absorvê-la em sua totalidade, o que termina por condená-lo a uma condição de replicador da lógica capitalista. Para além, os processos alienantes presentes na estrutura da sociedade

também tornam a classe proletária grandes defensores deste sistema, ainda que ele se baseie em sua exploração constante, de modo com que a burguesia consegue garantir a manutenção da ideologia hegemônica como a ela convém.

Ao refletirmos esse quadro dentro do atual contexto brasileiro, as condições alienantes que perpassam o país se encontram em situação adversa, por estarem atravessadas por uma onda marcante que se alastra pelas mídias sociais, e contribui para a manipulação da população em favor da dominação burguesa: as “fake news”, ou em tradução livre, “notícias falsas”. Essas mentiras disfarçadas de notícias são disseminadas nas redes sociais por grupos apoiadores do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, eleito em 2018, com o propósito de distorcer a realidade de modo com que ela se torne sempre conveniente ao atual presidente, apesar dos frequentes escândalos que marcam seu mandato. Dessa forma, consegue manter sua presidência em pleno funcionamento, usando verba pública para subornar o congresso e o senado no propósito de apoiarem a precarização, cada vez mais crescente, dos aparatos estatais voltados à situação das mazelas populares desprotegidas. Assim, garante o desmonte das políticas públicas, que afirma seu projeto de beneficiar os banqueiros e grandes empresários enquanto agrava a pauperização da classe trabalhadora.

Como forma de justificar seus frequentes ataques às instituições do Estado, Bolsonaro acusa as minorias sociais de serem responsáveis pelos problemas crescentes do país, culpabilizando os por sua própria condição econômica. Se apoiando na ideia de meritocracia, tira do governo a incumbência de arcar com as expressões da questão social, muitas agravadas devido a forma como gerencia o país. Para tal, ataca com frequência, em seus discursos eloquentes destinados a seus/suas seguidores/as, os direitos humanos, soltando frases como “direitos humanos para humanos direitos”, sendo a definição de “humanos direitos” instituída por si próprio, a sua conveniência.

Desse modo, ainda que cercado de contrariedades, os direitos humanos são relativizados pelos/as conservadores/as, que os rebaixam com o propósito de legitimar a intensa exploração da classe trabalhadora, a qual os favorece. Nesse contexto, esses direitos são alvo de investidas que buscam ressignificá-los, popularmente associando-os a algo negativo, que supostamente atua no propósito de validar a criminalidade.

Atrelado a esse panorama, impulsionado pelo processo histórico de omissão por parte do Estado, as juventudes têm se mostrado fortemente atingidas pela invisibilidade de sua identidade. Mesmo que o tema já venha sendo abarcado mais frequentemente, muito das pesquisas realizadas tratam apenas da forma com que o/a jovem é inserido no sistema e as instituições legislativas presentes em sua vida, não trazendo o modo como estes/estas vivem e elaboram criticamente pensamentos frente a essas situações. Para além, são poucas as políticas públicas e aparatos estatais que se proponham a se debruçar sobre as particularidades e necessidades dessa determinada população, na intenção de reconhecê-la enquanto parte ativa de nossa sociedade.

Nesse cenário, as juventudes, que se encontram atravessadas por diversos estigmas, se veem deixadas às margens do sistema, o que dificulta com que se compreendam enquanto sujeitos de direitos. Em face aos fortes processos de alienação intrínsecos a nossa sociedade, que enfrentam um momento de agravamento com o atual governo ultra neoliberal no país, os/as jovens brasileiros se veem perpassados/as não só pelas questões complexas que concerne o significado de “ser jovem” na atual conjuntura, como ainda por uma intensa desproteção social.



Frente ao contexto exposto, ao pensarmos que a cultura pode ser compreendida enquanto o campo em que os indivíduos podem elaborar símbolos e signos (CHAUÍ, 2009) que expressam e instituem seus valores, sua manipulação pela classe dominante vem sendo intensa ao longo da história. Através dos processos alienantes, como tratado acima, a cultura vem sendo utilizada pela burguesia para propagar um conceito de realidade conforme seus interesses, de modo com que as relações estabelecidas pelos sujeitos com seu cotidiano se tornam pautadas em seus ideais.

Nessa direção, pensando na arte enquanto uma expressão cultural e, a título deste trabalho, em específico o teatro, ambas possuem em si o potencial de emancipação, por se configurarem enquanto um espaço em que aqueles que o praticam pode ensaiar uma nova realidade, para além da que é comumente posta. Para além, os/as espectadores/as que entram em contato com essa expressão artística, passam por uma quebra do cotidiano, que é massificado pelo trabalho e preocupações quanto à sobrevivência dentro do sistema capitalista.

Dessa forma, quando as artes são tratadas em uma perspectiva crítica, que coloca em xeque as concepções enviesadas pela ordem capitalista, elas podem atuar em um processo emancipatório. O que, ao pensarmos na condição estigmatizada que perpassa as juventudes brasileiras, pode contribuir para a sua compreensão da sociedade como um todo.

Em resumo, podemos perceber que a conjuntura brasileira se encontra imersa em uma condição de alienação, em que as notícias mentirosas propagadas por meio das mídias sociais contribuem com o alastramento das ideias de valor e moral conservadores, que defendem a sociedade em seu modelo exploratório. Com isso, frequentes ataques aos direitos humanos são realizados, em um propósito de legitimar as precarizações das políticas públicas que buscam lidar com as expressões da questão social.

Atravessados por esse cenário, as juventudes brasileiras se veem cercadas por estigmatizações que terminam por afastá-las da compreensão da sociedade como um todo, além de serem escanteadas pelo Estado em termos de políticas públicas, de modo com que são invisibilizados pela sociedade. Ao refletirmos quanto a essa questão, considerando os diversos problemas que perpassam os/as jovens brasileiros, e ao compreendermos o teatro como uma manifestação artística, que contém em si a capacidade de contribuir para que os sujeitos possam encarar a realidade de outro ângulo, vislumbramos as possibilidades que essa expressão cultural expressa a essa população. De tal modo, este trabalho tem como propósito relacionar a expressão artística do teatro com o processo de reconhecimento das juventudes, atrelado aos direitos humanos, no Brasil contemporâneo.

Para tal, o trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, com abordagem qualitativa, utilizando de textos, livros e artigos científicos de estudiosos da área, para fundamentar teoricamente o debate que se dará a seguir. Para além, compreendendo que, ao tratarmos das questões que tangem nossa sociedade, precisamos vê-la como um todo, abrangendo o seu passado para vislumbrar o presente, e que esta se encontra marcada pela luta de classes, utilizaremos do método materialismo histórico dialético para nos debruçarmos sobre os objetos abordados em sua totalidade.

## **1. Direitos humanos e a alienação perpassando a conjuntura brasileira**

Como realce inicial para a discussão, faz-se necessária a compreensão da sociedade brasileira atual em seu cerne capitalista, que possui como principal objetivo: a obtenção desenfreada de lucro, pautado na exploração da natureza pelo homem e do homem pelo homem. Tal sistema perpetua o desmembramento do desenvolvimento econômico do desenvolvimento social, que, somada às relações de dominação entre os sujeitos, levam à desigualdade.

Dentro desse panorama, como forma de se garantir enquanto lógica vigente, o sistema capitalista resulta em trabalho histórico de alienação da classe trabalhadora, que atua enquanto mão de obra barata, permitindo seu crescimento desenfreado. Essa alienação contribui para a manutenção do capitalismo enquanto a ideologia vigente, afastando os sujeitos de si mesmo, de sua própria natureza, e levando-os a não se reconhecer naquilo que produzem. Vásquez (1978, p. 286) traz o conceito de alienação enquanto:

[...] manter o homem-massa em sua condição de homem-massa, fazer com que se sinta em tal massificação como em seu próprio elemento e, por conseguinte, fechar as janelas que poderiam permitir-lhe vislumbrar um mundo verdadeiramente humano, e, com isso, a possibilidade de tomar consciência de sua alienação, bem como dos caminhos para destruí-la.

Dessa forma, para que esse ciclo siga se perpetuando, naturalizam-se as relações de opressão necessárias a esse sistema, fazendo com que o trabalhador desconheça sua condição de explorado, o que pode até levá-lo a atuar enquanto defensor do sistema que o subjuga – se apoiando em ideias como a meritocracia, que o levam a crer que sua condição de vulnerabilidade social configura como seu mérito – ou demérito – próprio. Assim, Netto e Braz (2006) trazem a alienação enquanto intrínsecas a atual sociedade, devido ao modelo de exploração que coloca os indivíduos na condição de subjugar uns aos outros. Tratando sobre essa questão, os autores elaboram (2006, p.46):

Basicamente, a alienação é própria da sociedade onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem.

Dessa forma, para manter a população alienada, as classes dominantes se ancoram nos meios de comunicação, como mídias televisivas e sociais, para propagar apenas notícias e ideias que corroboram com seus interesses.

Inserido nesse contexto, o Brasil nos últimos anos vem enfrentando um agravamento do neoliberalismo, que conquista cada vez mais espaço com a ascensão do governo do atual presidente Jair Bolsonaro. O ultra neoliberalismo marca seu mandato, contribuindo para o aumento dos números de famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar, assim como com a precarização dos aparatos públicos que exercem as políticas sociais.

Como forma de conquistar seguidores, o atual presidente se apoia em discursos preconceituosos, que ataca as minorias e as culpabiliza pelos problemas crescentes no país. Nessa direção, enquanto a economia enfrenta um período complexo, com a alta de preços dos insumos

básicos, como alimentos e gasolina, a população procura desesperadamente alvos fáceis para responsabilizar por suas dificuldades. Dessa forma, em suas falas, Bolsonaro retira de seus ombros as consequências de sua má administração do governo, e as deposita sobre grupos minoritários e as pautas sociais que hasteiam, acusando-os de serem o grande empecilho do país.

Nesse panorama, para justificar essas atrocidades que diz e o sustenta como presidente, Bolsonaro se ancora em mentiras disseminadas nas redes sociais – conhecidas como “*fake news*”. Essas “notícias falsas” são classificadas como um conjunto de mensagens e informações “com o propósito de desinformar e iludir, difamando pessoas e instituições” (MORAIS, 2022), no objetivo de beneficiar os interesses bolsonaristas.

Dessa forma, essas mensagens mentirosas costumam tratar acerca de pessoas pertencentes a oposição e a grupos de minorias sociais, acusando-as de cometer atos considerados pelos seus seguidores como “imorais”, que defendem ideias baseados na “pátria, Deus e família”, slogan do presidente. Assim, se baseiam em questões que contrariam a religião e ideologia de uma parte da população, que levam essas notícias como verdades absolutas e passam a ver o atual presidente como um “messias”, que acabará com esses grupos que impedem o Brasil de prosperar econômica e socialmente – de acordo com o que prega Bolsonaro. Para além, também alastram a negação à ciência, questionando as universidades e cientistas, assim como fizeram com a pandemia do novo coronavírus, que devastou o mundo nos últimos anos, fomentando uma intensa onda de negacionismo no país.

O negacionismo é um fenômeno social não apenas porque implica a produção e difusão em massa de teses controversas em relação a consensos científicos validados, mas também porque teses negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas. Simultaneamente, o negacionismo é um fenômeno político porque, o mais das vezes, está associado com a extração de vantagens por parte de grupos econômicos interessados em negar ou questionar teses e conhecimentos científicos. Isto ocorre, sobretudo, quando tais conhecimentos inspiram políticas públicas destinadas a transformar comportamentos e modos de vida coletivos, os quais afetam interesses econômicos poderosos. [...] Neste sentido, o negacionismo é poderoso não somente porque produz confusões, dúvidas, incertezas, enganos e mesmo graves equívocos, mas também porque empodera aqueles que compartilham tais visões de mundo (CÉSAR, DUARTE, 2021).

Desse modo, percebemos que essas “notícias mentirosas” nada mais são do que um agravamento da alienação já imposta pelo sistema capitalista – com uma diferença ainda mais alarmante. Para além de editar e espalhar as notícias da forma que é conveniente, esse modelo – que pode parecer novo para o Brasil, mas também marcou as eleições presidenciais que acarretaram a vitória de Donald Trump em 2016, nos Estados Unidos da América – também propaga informações falsas, montadas de acordo com os interesses de quem as espalha. Nessa direção, o atual governo se respalda na condição complexa que perpassa a disseminação de informações atualmente para propagar desinformação no propósito de se manter no poder.

É através dessa perspectiva que os direitos humanos têm sido cada vez mais criminalizados pela sociedade brasileira, tendo em vista de que se configura como um dos assuntos

levantados nessas “notícias falsas”. Sendo tratado como pejorativo devido à concepção, muito propagada por bolsonaristas, de que sua função é “defender bandido” – frase já dita diversas vezes pelo atual presidente –, muitas dessas notícias deturpam seu significado para atacar as minorias sociais, que se baseiam neles para reivindicar seus direitos básicos.

Criado no dia 10 de dezembro de 1948, como consequência da Segunda Guerra Mundial, que afligiu o mundo entre as décadas de 1930 e 1940 e submeteu grupos de pessoas à atrocidades injustificáveis, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações, ao considerar que:

[...] o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão, (ONU, 1948)

Nessa direção, essa declaração propõe assegurar em lei, que deve se fazer valer sobre todas as nações, os direitos básicos e naturais dos seres humanos, na busca por garantir uma vida digna e plena a todos. Ainda que nos pareçam óbvios, esses direitos vêm sendo desrespeitados ao longo da história, de modo que foram criados 30 artigos que buscam assegurá-los a todos os cidadãos de todos os territórios, tornando-os como o ideal a ser seguido e defendido pelos Países-Membros da ONU (Organização das Nações Unidas).

No entanto, é necessário ressaltar que tratar acerca dos Direitos Humanos é um debate complexo, pois sua proclamação se deu em um contexto em que a ordem burguesa é hegemônica, de maneira a estar atravessado por disputas ideológicas. Esses conflitos se exemplificam na questão de os Direitos Humanos já terem sido utilizados por países para realizarem intervenções arbitrárias sobre outras nações, assim como foram utilizados como justificativa para ações repressivas do Estado alegando combate à violência urbana.

Para além, inserido na lógica do capital, vários direitos considerados básicos são impostos em um sentido de “facilitar” a vida dentro do modo de exploração capitalista, apenas “amenizando os efeitos inerentes ao desenvolvimento econômico” (JÚNIOR, 2018). Assim, percebe-se que a liberdade tão citada nesse documento se resume àquela defendida pela burguesia, que se configura enquanto a liberdade pela propriedade privada, que acentua as desigualdades sociais. Ainda, tal questão abre margem para o uso da violência, por parte do Estado, ancorada nos Direitos Humanos como justificativa.

Nessa direção, a Declaração Universal dos Direitos Humanos se pauta nos direitos civis, sociais, econômicos, políticos e culturais enquanto intrínsecos ao conceito de democracia e cidadania (BARROCO, 2008), o que conflita com os limites sócio-políticos e

econômico impostos pelo sistema capitalista, já que esse é ancorado na exploração. Dessa forma, só é possível alcançar a garantia dos direitos humanos a todos, de fato, através da superação desse sistema.

Por outro lado, é necessário expor que o reconhecimento dos direitos humanos é uma pauta imprescindível da classe trabalhadora, e as conquistas que existem é derivado de suas lutas, se configurando enquanto uma construção histórica. Existe uma diferença simbólica entre os direitos humanos enquanto baseados nos princípios da universalidade, direito à vida plena e liberdade de pensamento, e aqueles expostos na Declaração realizada após a segunda guerra mundial, e das demais modificações que foram feitas nela em conferências no decorrer dos anos, que possui influências da ideologia burguesa. No entanto, ainda buscam situar um reconhecimento social e político de toda a sociedade do que são os direitos básicos a todos.

Os direitos humanos são compreendidos como patrimônio ético, jurídico e político, construído pela humanidade em suas lutas libertárias e emancipatórias, e que lhe serve de parâmetro para orientar a ação em sociedade, em vista de construir e afirmar os seres humanos como sujeitos de direito. (SCHERER, 2013, p.42)

Dessa forma, a título deste trabalho, os direitos humanos aqui levantados são aqueles que prezam, de acordo com Barroco (2008, p.8) “pela universalidade, a racionalidade, a perspectiva de totalidade, a história, a possibilidade de emancipação”, sendo esses os valores que sustentam a sociedade moderna.

## 2. As juventudes e o teatro como expressão e reconhecimento

---

Arelado a realidade exposta acima, em que a sociedade se baseia na exploração e condena parte da população a condições de pauperismo, encontram-se muitos dos jovens brasileiros, tão esquecidos e marginalizados nesse sistema que mercantiliza sua população, sendo diretamente atingidos pelas expressões da questão social que cercam seu cotidiano. Nesse cenário, a violação de seus direitos humanos é cotidiana, na medida em que o descaso por parte do Estado para com sua situação social e econômica os coloca frente a uma condição de desproteção social. Para além, perpassados pelas condições alienantes que alicerçam o sistema vigente, que submete os sujeitos ao não reconhecimento no trabalho que realizam diariamente, as juventudes se encontram cada vez mais distantes de compreender a participação que exercem dentro da sociedade.

Ao tratarmos acerca das juventudes, é preciso iniciar o debate pontuando algumas questões. Primeiramente, a Política Nacional da Juventude (PNJ) classifica enquanto jovens as/os cidadãs(os) cuja faixa etária se encontre entre os 15 até os 29 anos. Para além, também os subdivide em três grupos:

jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos. Considerando essa divisão, pode-se perceber que o primeiro grupo já está incluído na atual política da criança e do adolescente; entretanto, os outros dois não estão. (SILVA e SILVA, 664, 2011)

Essa adequação de faixa etária se difere da que é indicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que classifica a juventude como indivíduos de 15 a 24 anos. Essa alteração não é exclusividade brasileira e costuma ocorrer quando há uma preocupação em instituir políticas públicas voltadas a essa população, considerando a dificuldade que encontram em se inserir no mundo do trabalho.

Em consequente, outra observação que julgamos importante abarcar é a questão do emprego do termo *juventudes*, no plural, a ser utilizada por este texto. Por se dar enquanto uma categoria social, formada por um grupo que por mais que seja coeso, também se configura enquanto heterogêneo (SCHERER, 2013), tratar acerca das juventudes perpassa diversas especificidades. O que classifica “ser jovem” dentro da atual sociedade capitalista pode se diferir de inúmeras maneiras, ao considerarmos que essa fase é atravessada pela condição socioeconômica da vida de cada indivíduo. Assim, pensá-la enquanto plural é uma maneira de reconhecer suas particularidades.

Nesse cenário, existem diversos estigmas que circundam esse tema na ordem societária vigente, que se alteram conforme as condições de raça e classe desses jovens. No que se refere às juventudes em situação de desproteção social, que não possuem condições de acesso aos bens de consumo, e vivem em áreas periféricas com altos índices de violência, há a preconização da juventude enquanto um problema. Construindo uma visão de que se trata de um período indesejado em que uma série de conflitos são desencadeados, esses jovens são tidos enquanto geradores de contrariedades, e até mesmo “perigosos”. Assim, a sociedade passa a tratá-los enquanto um “problema social”, uma ameaça para a comunidade, de modo como há a premissa de que esse grupo deva ser combatido e submetido a “ordem”.

Esse papel de “perigoso”, constitui-se em uma máscara que invisibiliza e humilha, colocada normalmente na face das juventudes pertencentes a estratos sociais menos favorecidos. Desta forma, tudo que os jovens pobres questionam, e produzem, assim como todas as formas de reação, são interpretadas socialmente como violência, mesmo quando se trata de meras transgressões e incivildades, já que este é um recurso acionados pelos múltiplos poderes da ordem burguesa, que associa a juventudes pobre a transgressora, pertencentes a classes perigosas (SCHERER, 2013, p.31)

Por outro lado, devido a lógica de acumulação de lucro, o capitalismo vê, em uma parte da juventude, uma grande possibilidade de um mercado consumidor, surgindo então o “mercado jovem”, que desencadeia uma nova preconização: a de que ser jovem está na moda. Passa a existir uma concepção de que juventude é sinônimo de poder e beleza, e a indústria comercializa essa imagem, fabricando necessidades movidas pela lógica do consumo. Dessa forma, essa premissa “positiva” costuma ser destinada a jovens brancos e de classe média e alta, o que expõe os diferentes tratamentos e concepções que circundam a juventude dentro de uma mesma sociedade, demonstrando que as juventudes se diferem muito, principalmente, quando há diferenças significativas entre estratos de renda.

Além disso, o processo de alienação que perpassa nossa sociedade também atua sobre os/as jovens, principalmente no que concerne sua concepção do mundo que os circundam, mesmo em suas variadas particularidades. Ao “jovem na moda”, resta a busca incessante por um padrão e estilos de vida, bem como culto ao corpo, que acarreta um sentimento de insuficiência pela vida cotidiana que levam, de que nada está bom, sendo uma sina à procura do perfeito. A alienação intrínseca à lógica capitalista culmina em uma simplificação da vida ao mundo do consumo, de modo que só se torna possível obter o que é posto como “Ideal” através do poder de compra.

Nessa direção, tal questão também atravessa o/as jovens pertencentes às classes economicamente mais baixas, que não conseguem atingir a preconização tida como “positiva” da juventude. Para esse grupo, resta a invisibilização, que o/a resume a um mero problema social, associando tudo o que perpassa essa população a criminalidade – como os estilos musicais que se popularizam entre eles, como o “rap” e o “funk”, e as formas de arte com as quais mais tem acesso, como o grafite, sendo suas formas de expressão.

Dessa forma, buscando abandonar os estigmas tidos como ruins da juventude, e almejando a lógica consumista que possibilita a ascensão social, tais jovens muitas vezes recorrem ao mundo do crime, vendo-o como única possibilidade de obter o poder de compra necessário para realizar seus desejos. Para além, a condição socioeconômica que perpassa as suas vidas e de suas famílias os levam a buscar o ingresso no mercado de trabalho, muitas vezes abandonando os estudos para isso, o que resulta em menores oportunidades para a venda de sua mão de obra. Tal fato se torna mais um dos fatores que fazem muitos desses jovens se sentirem sem saída, crendo nas atividades ilícitas como uma única alternativa.

Desse modo, essa juventude relativizada pelo sistema econômico vigente encontra dificuldades em se reconhecer enquanto sujeitos de sua própria realidade, não se identificando enquanto humano genérico, mas sim como uma mercadoria, uma máquina com a necessidade de apenas produzir e consumir. Isso os impede de analisar e compreender de forma crítica o seu cotidiano e os processos sociais nos quais se inserem.

Devido a esse panorama, torna-se fundamental que as juventudes tomem ciência de seus processos de violação e busquem por instrumentos que possibilitem a garantia de seus direitos básicos enquanto cidadãos. Para isso, necessitam de mecanismos que lhes garantam espaços onde possam expressar suas demandas, que valorizem suas potencialidades, evidenciando todos os processos que perpassam sua vida assim como suas reais necessidades.

Quando paramos para refletir quanto ao panorama exposto, é possível analisar o quanto a cultura influencia na vida dos jovens, e na sociedade em geral. Pensando que a cultura carrega em si um conceito de produção e criação do mundo em suas práticas e valores, o que é tido como bonito ou feio, como certo ou errado (CHAUI, 2009), é ela que determina, através das concepções da população, o que são as leis que gerem a ordem. Através dela, ocorrem os processos alienantes citados no primeiro momento deste trabalho, que garantem a hegemonia da burguesia enquanto classe dominante. É mediante suas expressões que se disseminam a ideologia do capital, seja de maneira explícita ou sutil, como em notícias ou filmes e livros que propagam estilos de vida que são considerados mais “corretos”.

Analisando esses fatos, ao pensarmos na arte enquanto uma forma de expressão cultural, que possui em si um potencial de guiar os sujeitos rumo a se compreenderem enquanto intrínsecos a totalidade, relacioná-la ao cenário de violações que perpassa as juventudes nos

parece plausível. Considerando que a arte está presente desde o início da existência humana e vários foram os conceitos incorporados a ela pela cultura de cada povo, vê-se que sua definição não se esgota em um único sentido, como produzir objetos e provocar estados psíquicos no receptor, mas como um processo totalizante que leva o indivíduo a investigar a Arte como uma maneira de os homens entrarem em relação com o universo e consigo mesmo (FERRAZ; FUSARI, 1993).

[...] a arte reinventa a realidade a partir da perspectiva singular do artista, mesmo quando se trata de um artista – plural, uma equipe, sua obra recria em nos o seu caminho e caminhar [...] a arte não dá conta de toda realidade verdadeira, mas é verdadeira realidade. (BOAL, 2009, p.112)

Nessa direção, essa relação estabelecida pela arte pode vir a ser uma estratégia de contra hegemonia da lógica capitalista vigente, disseminada principalmente através dos processos alienantes. Ela abre espaço para que os indivíduos ensaiem, por meio de suas mais variadas expressões, novas maneiras de compreender a realidade.

É por meio desse contexto em que o teatro, uma das expressões culturais advindas da arte, surge como uma alternativa de mecanismo que coloca em cena as potencialidades das juventudes, como um espaço que proporciona a possibilidade de retratar o seu cotidiano, interpretando a vida social em que os indivíduos estão inseridos. A constituição de suas relações sociais se dá por meio de ações e observações sobre os processos que perpassam suas realidades, e o teatro permite com que os jovens se enxerguem a partir de um ângulo que difere do posto comumente. Ao estar sobre um palco e encenar ali vivências que se diferem da sua, os indivíduos têm a facilitação da chance de desconstruir paradigmas e reformular conceitos, oferecendo-os uma nova maneira de compreender e intervir em sua própria realidade.

O teatro pode ser visto como uma prática social, pois tem o poder de questionar a sociedade, fazendo o homem pensar criticamente o seu cotidiano, materializando, assim, uma manifestação artística crítica. O desafio do teatro é disponibilizar instrumentos que possibilitem ao homem afirmar-se e desenvolver-se, produzindo pensamento. (SCHERER, 2013, p. 88)

Tal possibilidade se dá devido ao enriquecimento de personalidade que a arte garante ao sujeito, sem menosprezar o contexto social, mas de modo a reviver o passado e o presente da humanidade. Tal questão permite sua compreensão, e assim possibilita a criação de perspectivas que apontem para um “futuro melhor”, em um sentido de dispor de uma formação que se difere da baseada na obtenção desenfreada de lucro.

A criação e a contemplação que perpassam o teatro e a arte ensejam a àqueles que se dispõe delas que rompam com a estrutura capitalista ao qual são condicionados e enxerguem a realidade como ela é, sem as regras e os preconceitos que são impostos em seu cotidiano. Netto (1996, p. 28) coloca que:

A consciência humana-genérica (...) só se dá quando o indivíduo pode superar a singularidade, quando ascende ao comportamento no qual joga todas as suas forças, mas não toda a sua força numa objetivação duradoura



(...). Trata-se então de uma mobilização anímica que suspende heterogeneidade da vida cotidiana – que homogeneiza todas as faculdades do indivíduo e direciona num projeto em que ele transcende a singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador de consciência humano-genérica. Nesta suspensão (...) o indivíduo se instaura como particularidade, espaço de mediação entre o singular e o universal e comporta-se como inteiramente homem

Nesse sentido, a arte atua enquanto uma forma de expressão cultural que permite ao sujeito compreender a sua totalidade e a si mesmo enquanto ser social, capaz de intervir no meio em que se insere, ao possibilitar que ele se reconheça naquilo que produz. Tal questão auxilia na consciência humano-genérica, por suspender a realidade da vida cotidiana, e assim levando-o a superar a singularidade. Desse modo, se incide contra os processos de alienação que condenam as juventudes a cenários trágicos, sejam como um mero consumidor, instrumento utilizado apenas para se produzir e reproduzir a lógica do capital, ou enquanto um perigo para a sociedade, que precisa ser submetida à “ordem” burguesa.

Sendo assim, os/as jovens que estão inseridos nos meios da arte, da cultura e do teatro tem a possibilidade de debater assuntos que não são abarcados em sua vida corriqueira, possibilitando que ele reconheça as violações dos direitos humanos ao qual a sua realidade o/a expõe, e possa se posicionar de forma crítica perante eles. Elabora Scherer (2013, p.163):

Por meio do teatro, cria-se a possibilidade de a juventude olhar para o seu cotidiano, e perceber o contexto de violações que são reproduzidas pela sua ótica. Com esta leitura de realidade, percebendo esse contexto de violações e garantias, pode se identificar como se processam os Direitos Humanos em sua realidade. Este movimento se constitui como premissa fundamental para a compreensão e o reconhecimento da juventude enquanto sujeitos de direitos, sendo um passo fundamental na busca pela garantia desses direitos em um contexto de violação.

Dentro dessa perspectiva, a arte, e em específico o teatro, podem atuar enquanto função social que aproxima as juventudes dos direitos humanos, em um sentido de se compreenderem enquanto detentores desses direitos, capazes de intervir no mundo que os circunda. Assim, as juventudes podem se ancorar nas expressões artísticas para elaborarem a concepção de direitos humanos que ultrapassa a da lógica capitalista, em um sentido de buscar alcançar sua plenitude.

Principalmente quando consideramos o Brasil perpassado por um cenário repleto de violações, com uma crescente precarização dos aparatos do Estado que atingem as políticas públicas, vê-se nitidamente o agravamento das expressões da questão social. Ainda que hajam políticas públicas voltadas a essa população, essas ainda são escassas, e não conseguem alcançar e suprimir todas as demandas, pensando em suas tantas particularidades.

Para além disso, o contexto brasileiro também enfrenta, em seu momento atual, uma forte onda de “notícias mentirosas”, que contribui em muito com os processos de alienação que fazem a classe trabalhadora acreditar que o capitalismo predatório é benéfico para ela. Nessa direção, a alienação que atravessa as juventudes se agrava, de modo com que as afastam

de seu reconhecimento enquanto cidadãos pertencentes à sociedade e capazes de intervir no mundo que as circunda.

Dessa forma, o teatro é uma possibilidade emancipatória, mesmo que o atual cenário brasileiro, marcado pelo descaso com a população em situação de pauperismo, parece tender a se acirrar cada dia mais. Através dele, seja enquanto espectadores de peças teatrais, ou enquanto atores por trás de espetáculos, essa expressão artística rompe com os conceitos já enraizados e podem somar nas lutas dos movimentos sociais, que exigem a efetivação de seus direitos básicos, buscando uma vida mais digna dentro da sociedade que tem enquanto vigente um sistema econômico que se baseia na exploração do homem sobre o homem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Por meio de tudo o que foi apreendido no decorrer deste trabalho, é possível então concluir que o teatro é uma forma de elucidar uma realidade que é escondida pela sociedade atual, a qual mantém os sujeitos alienados e imersos em um sistema capitalista focado na obtenção desenfreada de lucro, possibilitando que eles compreendam sua realidade. Pensando que tal panorama atinge em muito as juventudes, cujos estigmas atribuídos pelo senso comum agravam seu afastamento da realidade, tal mecanismo artístico pode favorecer para uma mudança de cenário.

O teatro traduz o cotidiano dos indivíduos, colocando em ação a capacidade dos seres humanos de se identificarem consigo mesmos, revelando aspectos importantes da vida e das relações sociais existentes no cotidiano dos sujeitos. Ele permite que a realidade social seja posta em cena a partir da visão do próprio indivíduo, podendo significar um meio de investigação do real, por permitir a captação da realidade na ótica do ator – nesse caso, das juventudes.

Para além disso, o teatro também configura como uma forma de expressão das juventudes, um meio de vocalizar e compreender as expressões da questão social presentes em sua vivência, fortalecendo os processos sociais emancipatórios e atuando como modo de enfrentamento das condições que aniquilam sua dignidade. Ele permite que o sujeito possa se manifestar de uma forma em que compreenda a sua realidade e se reconheça naquilo que está reproduzindo, se assimilando enquanto detentor de direitos.

Nessa direção, ainda que a concepção que abarca os direitos humanos esteja intrínseca à sociedade capitalista, quando passível de encenar novas visões de mundo, as juventudes podem vislumbrar-lá para além das limitações da ideologia vigente. Assim, quando pensamos no teatro enquanto uma possibilidade para o reconhecimento das juventudes atrelado aos direitos humanos, estamos nos referindo aos direitos que tangem um processo de emancipação política, buscando caminhar rumo a uma emancipação humana, que ultrapassa a ordem burguesa.

Dentro desses processos, pensar os direitos humanos sem se esgotar naqueles definidos pela Declaração Universal realizada pela ONU também se torna um debate que demanda urgência, ao pensarmos em meios de tratar acerca das juventudes estigmatizadas. A concepção dos direitos humanos é palco para disputas ideológicas, atravessada pelos interesses tanto da classe dominante, quanto da proletária. Ainda que frutos da luta dos trabalhadores, o que concerne a Declaração se resume em facilitar a vida inserida em um contexto de dominação burguesa, se despidendo da busca por uma sociedade pautada na equidade social.

Com esse panorama, abordar essa questão é fundamental para que se reconheça a totalidade da realidade, e urge pontuar que pensar em direitos não precisa se limitar a uma vida mais fácil em um contexto difícil. Ao pensarmos em alcançar as juventudes, cerceada pelo senso comum do que lhe é positivo ou não, quebrar essa barreira limitante pode ser uma forma efetiva de alcançá-los e estabelecer diálogos.

Tal questão se realça ao pensarmos no Brasil atual, mergulhado em um cenário bolsonarista. O conservadorismo que vem sendo propagado acentua as concepções atribuídas aos/às jovens, que são cada vez mais relativizados. Para além, a frequente precarização das políticas públicas, da educação, e o crescente cenário de desemprego coloca as juventudes em um momento em que se pensar em um futuro próspero parece impossível. Somado a difamação dos direitos humanos, que tende a ilustrar esse quadro de desmonte como algo assertivo, a situação que concerne às demandas das juventudes aparenta rumar cada vez mais a caminho da invisibilização.

Pensar nas investidas dos/das bolsonaristas aos direitos humanos nos demonstra como estes repudiam toda e qualquer tentativa de uma vivência em um mundo capitalista ser minimamente suportável. Mesmo esse conceito, que é perpassado por diversas contrariedades, e ainda se vê muito atrelado à lógica burguesa, é palanque para desdém e distorções, que os fantasiam como algo inteiramente ruim. Isso expõe como essa nova face do conservadorismo brasileiro, que aparenta fincar raízes entre a população, é devota a um capitalismo predatório, que visa na verdade o lucro acima de tudo e todos, diferente do que diz o slogan “Deus acima de tudo e Brasil acima de todos” do atual presidente.

É por isso que todos os mecanismos que podem de alguma forma facilitar os processos emancipatórios se tornam urgentes de serem fortalecidos. Em um Brasil em que parece que o conservadorismo exacerbado, que flerta com o fascismo, veio para ficar, estimular formas de aproximar a população de uma concepção de realidade que não se resume à exploração cotidiana se faz ainda mais necessário.

Dessa forma, pensar em alternativas como a arte e o teatro é algo crucial. A cultura vem sendo a principal disseminadora da ideologia burguesa, configurando na alienação que torna boa parte da classe trabalhadora fiel de um sistema que os subjuga. De tal modo, quebrar essa hegemonia e utilizá-la para contribuir nos processos emancipatórios vem se mostrando como uma possibilidade efetiva.

Sendo assim, aproximar a população, em especial as juventudes, dessas expressões culturais se torna improrrogável, se queremos frear o avanço do bolsonarismo e seguir um caminho rumo a uma nova sociabilidade. Ainda que o ato de fazer teatro se configure enquanto uma forma de produzir criticidades, e assim seja dotado de um maior leque de possibilidades emancipatórias, assistir a peças de teatro, e demais expressões artísticas também são maneiras de se quebrar com a vida cotidiana, massificada pelo trabalho intenso. Dessa forma, qualquer contato com as artes em geral contém em si potencial, e pode auxiliar nesses processos.

Não é à toa que o acesso à cultura tem um custo elevado atualmente. Em um país onde até insumos básicos estão cada vez mais financeiramente distantes da população, pensar no contato com as expressões artísticas parece impossível. Não por acaso, qualquer possibilidade de pensamento que se difere do que é ditado pela classe dominante lhes é extremamente assustador. Dessa forma, manter a população imersa apenas naquele ciclo inesgotável de consumir e produzir integra a alienação necessária para a hegemonia capitalista.

Apesar dessas questões, a arte e o teatro não podem, sozinhos, alterar completamente a realidade das juventudes, ou da classe trabalhadora como um todo. Eles podem se configurar enquanto uma possível suspensão de um cotidiano de violações intensas de direitos, mas ainda cabe ao Estado e as suas competências lidar com as expressões da questão social, que são uma consequência do seu sistema que propaga desigualdades.

Dessa forma, o teatro não substitui ou despoja o Estado de suas responsabilidades, nem se configura enquanto o grande salvador da humanidade. Não é isso que afirmamos no decorrer deste trabalho. O que buscamos trazer, amparadas pela fundamentação teórica obtida em nossas pesquisas, é que o teatro contém em si uma vasta ponte de possibilidades que pode romper com a alienação que sustenta o capitalismo. Isso pode contribuir em muito com o processo de reconhecimento dos direitos humanos por parte das juventudes, em um sentido de se reconhecerem enquanto sujeitos dotados de particularidades, e que constituem enquanto parte ativa de um coletivo.

Assim, o teatro se configura como um espaço capaz de ensaiar um novo mundo, vislumbrando uma outra realidade para além da que é posta. Ele pode atuar enquanto um caminho rumo a uma nova sociabilidade, que não se baseie na predominância de uma mazela social sobre outra.

## Referências

---

BARROCO, Maria Lucia Silva. O significado sócio-histórico dos Direitos Humanos e o Serviço Social. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO. 2008, Salvador/Bahia. **Palestra apresentada na mesa Conflitos globais e a violação dos Direitos Humanos**: a ação do Serviço Social. Realizada dia 18/08/2008, em Salvador, Bahia. Disponível em [http://www.cfess.org.br/pdf/maria\\_lucia\\_barroco.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/maria_lucia_barroco.pdf). Acesso em 30 set 2022.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 7 ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2005.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. **Negação da Política e Negacionismo como Política**: pandemia e democracia. Educação & Realidade, [S. l.], v. 45, n. 4, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura Fundação Pedro Camon, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. Serviço Social e Direitos Humanos: Reflexões sobre a emancipação humana em tempos de barbárie. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 2, n. Especial, p. 20–32, 2020.

LUKÁCS, György. **Arte e sociedade**: escritos estéticos – 1993-1967. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MORAIS, Marcelo Maurício de. Governo Bolsonaro, um governo fundado em fake news? **Revista da APG**. São Paulo. V. 1, n. 1. p. 76-104, 2022.

NARCIZO, Elaine Cristina. **Serviço Social, Movimentos Sociais e Arte**: uma proposta para afirmação do projeto ético-político da profissão. Franca/SP, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

ONU. Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**” (217 [III] A). Paris, 1948. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 04 out. 2022.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. **Juventude e sociedade**: trabalho, cultura e participação. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). São Paulo: Ed. 1. Fundação Percecu Abramo, 2007.

SCHERER, Giovane Antônio. **Serviço Social e Arte**: juventudes e direitos humanos em cena. São Paulo: Cortez, 2013.

RATHSAM, Luciana. **Negacionismo na Pandemia**: a virulência da ignorância. 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, Thiago Rodrigo da. **Pratas, grifes, grana e novinhas**: adolescências, sociabilidades e ato infracional. Curitiba: Editora CRV, 2016.

SILVA, Vini Rabassa da; SILVA, Roselani Sodr e da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. Salvador. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, 2012.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **As idéias est ticas de Marx**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. e 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Pensamento Crítico, v.19)



# O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A DOCÊNCIA

Soraia Veloso Cintra

## INTRODUÇÃO

---

Os resultados apresentados no presente artigo são parte da pesquisa realizada entre 2014 e 2015 durante o estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, atualizada com os dados disponíveis até 2021<sup>1</sup>.

O início do Serviço Social no Brasil com direcionamento da Igreja Católica aliada à burguesia e ao Estado (como ocorreu na Europa) se dá na década de 1930, do século XX. Somente moças católicas, indicadas por suas paróquias de origem, poderiam fazer o curso nos primeiros anos e a primeira escola foi organizada em 1936 recebendo apenas mulheres, como Helena Iracy Junqueira (1913-1997) e Nadir Gouvêa Kfourri (1913-2011). Seus depoimentos registrados em documentos diversos demonstram que o trabalho da mulher burguesa não era bem visto. “Nessa época o trabalho da mulher era encarado pela sociedade com certos preconceitos: trabalhar só quando houvesse muita necessidade, mesmo porque se considerava que o trabalho da mulher tirava o emprego dos chefes de família, afirmou Junqueira”. (MARQUES, 1994, p. 164).

Depois da escola de 1936, diversas capitais abriram suas unidades, como o caso do Rio de Janeiro em 1937; Pernambuco, 1940; Paraná, 1944; Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, 1945, entre outras (IAMAMOTO, CARVALHO, 1990). A interiorização dos cursos foi registrada anos mais tarde.

---

<sup>1</sup> A pesquisa ‘Mulheres na docência: as egressas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho’ teve financiamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES (PNPD/CAPES) e foi orientada pela professora-doutora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

No caso do Estado de São Paulo, esta história se dará a partir da década de 1970, com a criação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Em Franca, porém, a história do ensino superior começará em 1962 quando foi criado o Instituto Isolado de Ensino Superior, denominado Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca onde funcionaram os cursos de Pedagogia, Letras, Geografia e História. Em 1977, após a criação da UNESP, Franca perderia os cursos de Pedagogia, Letras e Geografia, mantendo História e recebendo o curso de Serviço Social. Em 1988, foi agregado o curso de Direito e, em 2002, o de Relações Internacionais.

A UNESP, criada em 1976, resultou da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, então unidades universitárias situadas em diferentes pontos do interior paulista. Abrangendo diversas áreas do conhecimento, tais unidades haviam sido criadas, em sua maior parte, em fins dos anos 1950 e inícios dos anos 1960. Entre essas escolas que vieram compor a UNESP, pode-se observar, de um lado uma certa identidade. Um grupo bastante expressivo, formado por sete unidades universitárias, num conjunto de 14, ocupando amplo espaço, constituído pelas chamadas Faculdades de Filosofia, voltadas preferencialmente para a formação de professores que deveriam compor os quadros das escolas secundárias do Estado. Desse conjunto fizeram parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, a de Araraquara, de Franca, de Marília, de Rio Claro e de São José do Rio Preto. (UNESP online).

Desde o início a procura pelo curso em Franca foi majoritariamente feminina, perfil que se repete na Pós-Graduação, conforme dados do presente estudo.

## 1 O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

---

O programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Franca (SP), foi implantado em 1992 e era o único público do Estado de São Paulo até 2017, quando passou a funcionar o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), nível mestrado. Continua, porém, sendo o único público a oferecer o doutorado no Estado. Aberto a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, repete o perfil da graduação e da formação profissional – presença majoritariamente feminina.

A área de concentração é Serviço Social – Trabalho e Sociedade com três linhas de pesquisa: 1) Trabalho, capitalismo e processos sociais; 2) Serviço Social, formação e trabalho profissional; 3) Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. De acordo com o regulamento em vigor o mestrado tem duração de até 26 meses, e o doutorado, 48 meses. Na avaliação Capes/2017-2020, o conceito atribuído é 5, em uma escala que vai até 7.



O relatório trienal de avaliação da pós-graduação em Serviço Social<sup>2</sup>, período 2007-2009, destacava a evolução de criação dos cursos de pós-graduação a partir da década de 1970.

Os cursos de mestrado pioneiros foram os da região Sudeste: PUC-RJ e PUC-SP, em 1972, e UFRJ, em 1976. Ainda na década de 1970 verificou-se a expansão da pós-graduação para a região Sul, com a criação do mestrado na PUC-RS em 1977 e para o Nordeste, com o mestrado da UFPB-JP, em 1978, e da UFPE, em 1979. Em 1981 foi criado, na PUC-SP, o primeiro curso de doutorado, constituindo-se o primeiro da América Latina. Contudo, na década de 1980 não foram criados outros programas de pós-graduação na Área. (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TRIENAL 2007-2009, p.03).

Na década de 1990, seis novos programas serão abertos, como é o caso do programa da Faculdade de Ciências Humanas e Social da UNESP/Franca (SP). A maior expansão ocorrerá entre 2000 e 2009 com a criação de 15 programas de pós-graduação.

A criação dos novos programas, a partir da década de 1990, é a expressão do amplo processo de renovação o acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, rompendo com as marcas conservadoras e confessionais de origem. Nesse sentido, a pós-graduação exerce um papel fundamental na sustentação científica dessa renovação. Nesse processo, o Serviço Social volta-se para a análise da questão social e suas manifestações mais contundentes, no marco das relações entre o Estado e a sociedade civil, tal como se expressam na vida cotidiana de distintos segmentos das classes subalternas, em suas relações com o bloco no poder e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais. (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TRIENAL 2007-2009, p. 4).

A primeira dissertação foi defendida no dia 27 de setembro de 1995 por Helen Barbosa Raiz Engler (atual professora do curso de graduação em Serviço Social da Unesp/Franca e do programa de pós-graduação) com o trabalho *Serviço Social: um instrumento a serviço da filosofia empresarial?* Enquanto a primeira tese seria defendida no mesmo ano, no dia 18 de dezembro, pela ex-professora da unidade, Lilia Christina de Oliveira Martins, *Um mapeamento da assistência social pública em Franca/SP – um estudo das instituições públicas do município*. As duas candidatas tiveram como orientadora a professora-doutora Neide Aparecida de Souza Leheld que entre 1995 e 1998 foi diretora do campus de Franca.

No período compreendido entre 1995 e 2021, o programa registrou a defesa de 576 teses e dissertações, envolvendo profissionais do Serviço Social e áreas afins. Importante salientar

---

2 O relatório de avaliação trienal dos programas de pós-graduação em Serviço Social, período 2007-2009, foi coordenado pelas professoras Mariângela B. Wanderley e Marilda Vilela Yamamoto. Ele está disponível no endereço [http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=/2010/sintese/2010\\_032\\_Sintese.pdf&aplicacao=avaliacaotrienalProjetoRelacaoCurso&idEtap=undefined&ano=undefined&tipo=undefined](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=/2010/sintese/2010_032_Sintese.pdf&aplicacao=avaliacaotrienalProjetoRelacaoCurso&idEtap=undefined&ano=undefined&tipo=undefined)

que muitos profissionais que passaram pelo programa estão em cargos de direção em empresas de grande porte, tanto pública quanto privada; são profissionais atuantes nos cursos de Serviço Social implantados nas Universidades Federais, na docência e nos cargos de gestão; trabalhadores das diversas esferas do setor público (federal, estadual, municipal) e privado no exercício do trabalho profissional. Há egressos de outras áreas que optaram pelo programa de pós-graduação em Serviço Social e que são destaques em suas áreas de atuação.

Na docência, que era o objeto da pesquisa, há predominância na região Sudeste, com destaque para os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, em universidades públicas – federais ou estaduais. As mulheres são a maioria no programa, sejam assistentes sociais ou não.

A página do programa<sup>3</sup>, em constante atualização, foi fonte de informação primária. Por meio dela, identificaram-se todos/as os/as egressos/as do programa, tanto durante os estudos do estágio pós-doutoral, quanto para a atualização do presente artigo. Desta forma, dividiu-se as informações em seis tabelas para facilitar a visualização. A Tabela 01 apresenta as dissertações defendidas entre 1995 e 1999, do século XX, apontando as primeiras defesas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em um total de 39 trabalhos.

**Tabela 01** – Dissertações defendidas entre 1995 e 1999

ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
1995	01	00	01
1996	01	01	02
1997	09	00	09
1998	13	01	14
1999	13	00	13
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>02</b>	<b>39</b>

**Fonte:** site do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (2014)

As tabelas 02 e 03 apresentam as dissertações defendidas já no Século XXI e foram divididas entre 2000 e 2010 e 2011 e 2021, respectivamente, ambas divididas por sexo<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> A página do programa pode ser consultada a partir do endereço <http://www.franca.unesp.br/index.php#!/pos-graduacao/stricto-sensu/servico-social/>

<sup>4</sup> A divisão por sexo seguiu a identificação dos nomes femininos e masculinos, e consulta ao currículo lattes.

**Tabela 02** – Dissertações defendidas entre 2000 e 2010

ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
2000	16	01	17
2001	24	03	27
2002	13	03	16
2003	17	01	18
2004	14	01	15
2005	03	01	04
2006	07	03	10
2007	09	03	12
2008	07	00	07
2009	15	01	16
2010	13	01	14
<b>TOTAL</b>	<b>138</b>	<b>18</b>	<b>156</b>

Fonte: site do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (2014)

**Tabela 03** – Dissertações defendidas entre 2011 e 2021

ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
2011	14	04	18
2012	14	03	17
2013	12	02	14
2014	14	03	17
2015	16	03	19
2016	16	01	17
2017	21	02	23
2018	17	02	19
2019	15	00	15
2020	16	02	18
2021	08	02	10
<b>TOTAL</b>	<b>163</b>	<b>24</b>	<b>187</b>

Fonte: site do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (2014 / 2022)

Percebe-se pelas informações das tabelas que há uma constância nas defesas, com destaque para 2001, com 27 dissertações, e em 2017, com 23 no total. No caso das teses, a primeira foi defendida em 1995 e, entre este ano e 1999, foram apresentados 13 trabalhos, conforme tabela 4.

**Tabela 4** – Teses defendidas entre 1995 e 1999

ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
1995	01	00	01
1996	00	01	01
1997	03	01	04
1998	02	01	03
1999	04	00	04
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>03</b>	<b>13</b>

**Fonte:** site do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (2014)

Os números de teses começam a aumentar no século XXI. Entre 2000 e 2021, o Programa teve 181 defesas, sendo que o ano de 2004 foi o que registrou maior número, 14 no total (conforme tabela 5).

**Tabela 5** – Teses defendidas entre 2000 e 2010

ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
2000	01	00	<b>01</b>
2001	07	04	<b>11</b>
2002	07	00	<b>07</b>
2003	06	00	<b>06</b>
2004	12	02	<b>14</b>
2005	05	03	<b>08</b>
2006	07	02	<b>09</b>
2007	06	00	<b>06</b>
2008	06	03	<b>09</b>
2009	08	00	<b>08</b>
2010	03	02	<b>05</b>
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>16</b>	<b>84</b>

**Fonte:** site do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (2014)

Nos 10 anos seguintes, ou seja, entre 2011 e 2021, mais 97 teses foram defendidas, sendo que 2014 e 2018 foram os anos com mais defesas, 13 em cada um.

**Tabela 06** – Teses defendidas entre 2011 e 2021

ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
2011	07	01	08
2012	04	01	05
2013	08	03	11
2014	11	02	13
2015	05	00	05
2016	06	03	09
2017	03	01	04
2018	09	04	13
2019	10	01	11
2020	09	00	09
2021	06	03	09
TOTAL	78	19	97

Fonte: Site do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (2014 / 2022)

## 2 PERFIL PROFISSIONAL DAS EGRESSAS

Após a realização do levantamento quantitativo, foi necessário consultar segunda fonte – a plataforma lattes<sup>5</sup>, visando consultar os currículos de cada profissional. O objetivo era identificar os sujeitos da pesquisa: assistentes sociais, do sexo feminino, doutoras e que estivessem atuando na docência.

Foram necessárias várias consultas, além de cruzamento de outros dados para conseguir identificar os sujeitos. Desta forma, das 134 teses defendidas (entre 1995 e 2014, quando a pesquisa foi realizada) foram identificados na plataforma lattes 102 mulheres e 22 homens, entre assistentes sociais e outros profissionais. As demais pessoas (11) não entraram neste índice por não haver informações atualizadas na plataforma lattes, pela inexistência de currículo ou por terem falecido. Em 2022, novas consultas foram realizadas no site do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e também nos currículos lattes, visando atualizar a pesquisa, ampliando os dados entre 2015 e 2021.

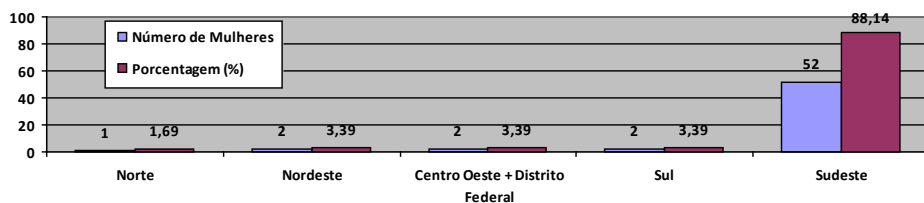
5 A plataforma lattes, onde os currículos estão localizados para consulta pública pode ser acessada a partir do endereço [www.lattes.cnpq.br](http://www.lattes.cnpq.br). O sistema foi criado na década de 1990, padronizado em 1999, e passa por constantes atualizações visando facilitar a vida dos profissionais que nele cadastram e/ou atualizam seus currículos – sua vida profissional e acadêmica.

Desta forma, foram identificadas 77 assistentes sociais, entre mulheres e homens, sendo 72 mulheres e 05 homens, do início do programa até 2014; e mais 48 assistentes sociais, entre 2015-2021, sendo 42 mulheres e 06 homens.

É notória a maior presença feminina (114) quando comparada com a masculina (11). É uma característica da profissão desde seu primeiro curso. A maior presença nos cursos de pós-graduação, portanto é um reflexo da formação universitária. As assistentes sociais que passaram pelo programa de pós-graduação em Serviço Social, nível doutorado, representam 91,2%, enquanto os homens, 8,8%.

Levando-se em consideração o mapeamento realizado em 2014, por meio dos currículos disponíveis na plataforma lattes, foram identificadas que das 72 assistentes sociais, 59 estavam na docência, presentes nos seguintes Estados da Federação:

**Gráfico 1** – Assistentes sociais, doutoras, que atuam na docência nos Estados da Federação



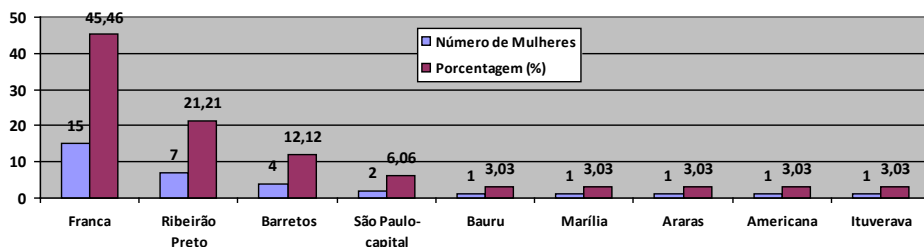
**Fonte:** Currículo lattes dos sujeitos de pesquisa (2014)

A região Sudeste concentrava o maior número de assistentes sociais doutoras, representando 88,14% do total de profissionais que passaram pelo programa de pós-graduação e estão atuando na docência, assim distribuídas: 33 no Estado de São Paulo e 19 em Minas Gerais.

O levantamento atualizado em 2022, apontou a mesma tendência, com 24 docentes, sendo que 13 trabalham na região Sudeste (07 no Estado de Minas Gerais e 06 no Estado de São Paulo), e 03 na região Centro Oeste. As regiões Norte, Nordeste e Sul, registraram uma docente em cada uma; e ainda há uma profissional atuando no exterior. Na pesquisa, não foi possível identificar o Estado no qual trabalham 04 docentes pela desatualização do lattes.

Em 2014, o Estado de São Paulo registrava a maior presença de docentes em Franca, município no qual se localiza o Programa de Pós-Graduação, com uma representação que chegava próxima aos 50% de egressas trabalhando na cidade, especificamente em duas universidades.

**Gráfico 2** – Distribuição das doutoras assistentes sociais pelo Estado de São Paulo

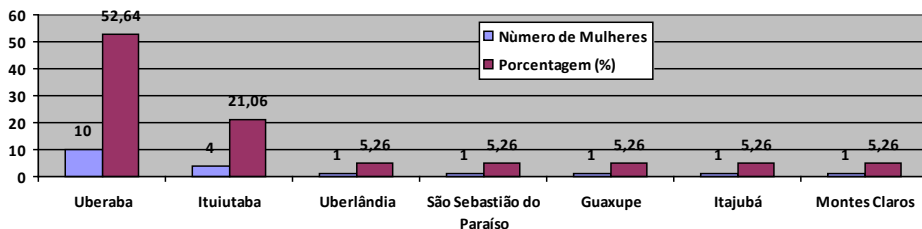


**Fonte:** Currículo lattes dos sujeitos de pesquisa (2014)

O Estado de Minas Gerais aparecia em segundo lugar com 19 mulheres na docência, sendo que neste caso a maioria encontrava-se trabalhando nas universidades públicas federais, nos municípios de Uberaba e Ituiutaba.

No levantamento atualizado (2022), houve uma pequena diferença entre os dois Estados com maior predominância para Minas Gerais, com mais 03 egressas trabalhando na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e, outras 04, em Passos, na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Em Franca, houve o acréscimo de mais uma profissional e foram registradas egressas em Ribeirão Preto, Assis, Barra Bonita e Barretos.

**Gráfico 3 – Distribuição das doutoras assistentes sociais no Estado de Minas Gerais**



**Fonte:** Currículo lattes dos sujeitos de pesquisa (2014)

Outro dado interessante do estudo foi a identificação das instituições nas quais atuavam as docentes, com predominância para as instituições públicas, sejam federais e/ou estaduais, ultrapassando as privadas: 57,63% estavam as universidades públicas (34), e 42,37% nas instituições particulares (25). Tendência que se manteve na atualização de 2022, com 12 egressas atuando em universidades públicas, 50% em Federais, e 50% em Estaduais; 08 estavam em Instituições públicas; 01 está no exterior; e 03 currículos estão desatualizados, não sendo possível confirmar o caráter da instituição.

### 3 O SERVIÇO SOCIAL E A DOCÊNCIA

Após o mapeamento dos currículos em 2014, passou-se ao estudo do perfil profissional destas assistentes sociais, especificamente do grupo selecionado a partir dos critérios estabelecidos – mulher, assistente social, doutora e que atuasse na docência<sup>6</sup>. Desta forma, o questionário foi ferramenta enviada a todas que se enquadraram nos critérios, via correio eletrônico, totalizando 24 respondidos. Foram realizadas diversas tentativas para aumentar o número de respostas, mas pela necessidade de finalização da pesquisa, a amostra ficou em 24 docentes.

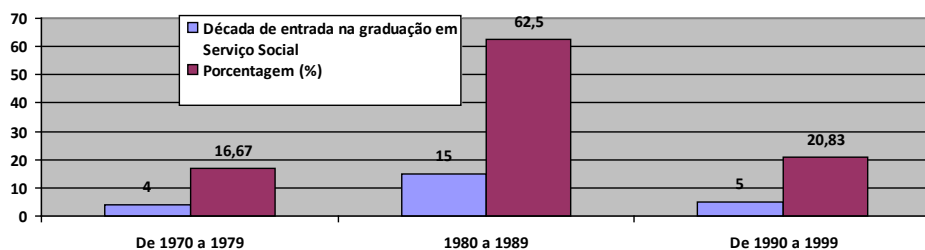
Pelas respostas, pode-se constatar que as egressas estavam na faixa etária de 40 a 49 anos (62,5%), brancas (83,36%), casadas (66,66%) e têm filhos (66,66%). E ainda, 29,17% tinham

6 O terceiro item do capítulo não foi atualizado em 2022, porque demandaria nova autorização do Comitê de Ética da Unesp/Franca, não havendo tempo hábil para tal realização.

entre 50 e 59 anos e 02 estavam acima de 60 anos; 04 eram solteiras e 04 separadas legalmente (16,67%). A maioria se declarou branca (83,36), e entre as outras 04 respostas, uma afrodescendente, uma brasileira mestiça e uma parda. Apenas uma não informou. Sobre os filhos, 16 afirmaram ter filhos, enquanto 08 não.

Todas as assistentes sociais deste grupo (24) fizeram graduação em Serviço Social no século XX, entre as décadas de 1970 e 1990, com predominância para a década de 1980 (62,5%), conforme gráfico 4.

**Gráfico 4 – Década de entrada na graduação em Serviço Social**



**Fonte:** Questionários respondidos pelas egressas (2014/2015)

Do total de 24, 15 fizeram a graduação em universidade pública e 08 em universidade privada, sem bolsa. Pelas respostas, percebeu-se a continuidade dos estudos nos anos seguintes à graduação, seja em cursos de especialização (*latu sensu*), seja nos programas de pós-graduação *strito sensu* (mestrado e doutorado): 83,36% responderam que deram continuidade aos estudos (20), nos mais diversos cursos – saúde da família, saúde pública, política pública, administração, gestão pública, docência no ensino superior, instrumentalidade no Serviço Social, violência doméstica contra crianças, direitos sociais e competências profissionais, entre outros.

A entrada no mestrado se dará na década de 1990 e também no novo século: 11, entraram entre 1992 e 1999 (45,83), e 13 (54,17%) entraram entre 2000 e 2010.

O doutorado foi realizado no século XXI. A entrada se deu entre 2000 e 2014, sendo que 79,17%, ou seja, 19 assistentes sociais, ingressaram no programa de pós-graduação entre 2000 e 2007. Os anos que receberam maior número de ingressantes foram: 2007 (08), 2001 (4) e 2006 (3). Entre o grupo que respondeu não há ingressantes nos anos de 2002 e 2005.

Em relação às bolsas, a maioria (62,5% no mestrado; 75% no doutorado) se qualificou sem auxílio financeiro das agências de fomento. Durante o mestrado, 08 egressas tiveram bolsa (33,35%), enquanto no doutorado foram 06 (25%).

Três, das 24 egressas, continuaram sua qualificação após o doutorado. Por estarem na docência, fizeram estágios pós-doutorais no exterior, em universidades de Portugal, nas áreas de Serviço Social e da Sociologia. Entre os 24 currículos consultados em 2022, 04 também apontaram que as docentes já fizeram ou estão neste ano em estágios pós-doutorais, tanto no Brasil, quanto no exterior.



Todas as assistentes sociais que responderam ao questionário se encontravam trabalhando na docência, conforme os critérios da pesquisa; sendo que a maioria (58,33%) trabalhava em universidades públicas – federal ou estadual. As demais estavam nas instituições particulares (41,67%).

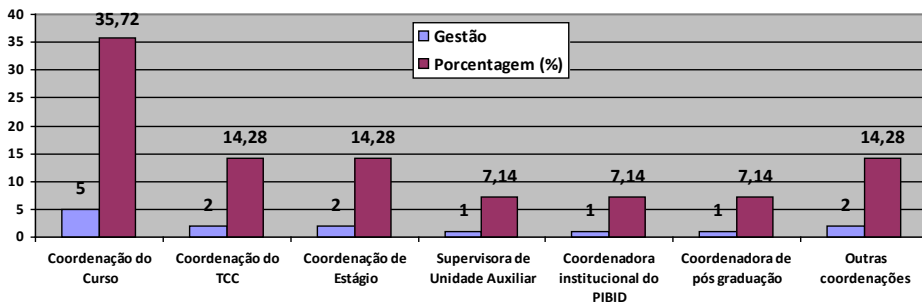
As docentes das universidades públicas informaram que trabalhavam 40 horas semanais, e o mais usual é dedicar-se exclusivamente ao trabalho, no regime intitulado ‘dedicação exclusiva’. Entre as que estavam nas instituições de educação privada, oito aliavam docência com exercício profissional em instituições públicas (Ministério Público do Distrito Federal, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Tribunal de Justiça de São Paulo, Prefeituras, entre outras). A carga horária de trabalho deste grupo poderia chegar a 60 horas semanais como informou uma das participantes. Ela dividia-se entre o Serviço Social no judiciário (30 horas) e a docência (mais 30 horas, sendo neste caso, 14 horas dedicadas na sala de aula e 16 na gestão, pois era coordenadora do curso). Há outra que afirmou trabalhar 50 horas semanais sem, no entanto, especificar suas atribuições; uma terceira informou que trabalhava 44 horas semanais como gerente de recursos humanos e mais 18 horas mensais na atuação docente em programa de pós-graduação. Outras duas disseram trabalhar 30 horas no exercício profissional, sendo que uma atua mais 15 horas na docência e outra, 10 horas.

Quando perguntadas sobre a remuneração, a maioria (75%) encontrava-se na faixa acima de 10 salários mínimos, demonstrando ganhos acima da média nacional. Porém, nos últimos anos, há uma desvalorização destes rendimentos, tendo em vista a inflação acumulada e a falta de reposição salarial, principalmente para as docentes que estão no serviço público federal.

A atuação na docência se deu após o término da pós-graduação, nível mestrado. Apenas 03, começaram a ministrar aulas antes de ingressarem em programas de pós-graduação, as demais, 20, começaram depois, e uma durante. A maioria das atuais doutoras (22) ministram aulas nos cursos de Serviço Social; apenas duas não o fazem: uma atua na graduação em pedagogia; a outra na pós-graduação em Administração e Recursos Humanos.

Entre as 24, 14 atuavam na gestão dos cursos em que trabalham. Dentro do sistema universitário, cinco estavam no exercício da coordenação, o que representava 35,72% do total. Coordenações de estágio e de Trabalho de Conclusão de Curso também apareciam neste quesito com uma representatividade de 14,28%.

**Gráfico 05 – Gestão**



Fonte: Questionários respondidos pelas egressas (2014/2015)

Dentro das atribuições privativas do/a assistente social de acordo com a Lei 8622/93 está direção e coordenação dos cursos, conforme o item VII do artigo 5º: “dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de serviço social, de graduação e pós-graduação”. As assistentes sociais participantes da pesquisa estão exercendo seu lugar na docência e na gestão das atividades como estágio, TCC, pesquisa, núcleos de atividades de extensão, entre outros. Mesmo aquelas que não estão nas coordenações no momento, também já estiveram nas mais diversas atividades na gestão: coordenadoras dos cursos nos quais trabalharam, pró-reitoras, secretárias municipais da pasta da assistência social.

A participação e envolvimento nos cursos nos quais ministravam aulas podem ser captadas pelo projeto pedagógico: 12 participaram da elaboração do projeto pedagógico; 10 não participaram (mas participaram e/ou estão participando das revisões), e duas não informaram.

As disciplinas também merecem uma atenção especial, pois a maioria dos sujeitos está ministrando 3 disciplinas (29,16%), situação variável pela formatação dos cursos – entrada anual ou semestral; ou da própria disciplina anual ou semestral. Havia uma única docente que afirmou ministrar uma disciplina, o mesmo valendo para a situação de seis disciplinas. Entre as respostas, 25% estavam ministrando 02 disciplinas e os mesmos 25%, ministravam 04. Estas diferenças vão ao encontro dos estudos de Lima (2016) sobre docência.

[...] o conteúdo da formação passou a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, desde que preservados os eixos estruturantes assinalados anteriormente. Essa livre iniciativa, em um contexto educacional, no qual se privilegia uma lógica mercantil e empresarial baseada na “lei” do custo/benefício, é extremamente preocupante para a formação profissional. Tal lógica - cujas raízes devem ser buscadas no forte processo de construção de um discurso hegemônico em torno das “virtudes” do mercado e satanização dos serviços estatais – enfatiza a agilidade, eficiência, equilíbrio financeiro e flexibilidade das unidades. Ao enfatizar tais elementos privilegia-se uma lógica na qual o treinamento, a transmissão de conhecimentos e o adestramento tomam o lugar do conhecimento crítico e reflexivo, que exige tempo para se construir e que têm na pesquisa e produção do conhecimento suas principais fontes (IAMAMOTO, 2007, *apud* LIMA, 2016, p. 272)

A pesquisa, inerente à formação profissional era desenvolvida pelas docentes que estavam no setor público – a maioria respondeu que a carga horária permitia desenvolver pesquisas nas linhas indicadas pela ABEPSS, sendo que ‘Política Social e Serviço Social’ concentrava a maior parte das docentes, 09. Entre as demais linhas citadas estão: Trabalho, Questão Social e Serviço Social (3); Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional (5); Movimentos Sociais e Serviço Social (1); Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social (1); Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades (1); Ética, Direitos Humanos e Serviço Social (1). Já quem estava no setor privado, não conseguia garantir esta face da profissão.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

As docentes assistentes sociais contribuem para formar outras assistentes sociais que trabalharão dentro do sistema capitalista vigente, principalmente com políticas públicas – saúde, educação, assistência social, habitação, segurança alimentar e outras – e que poderão atuar também na docência.

É um ciclo iniciado com o primeiro curso, pois as primeiras assistentes sociais<sup>7</sup> brasileiras se formaram na Bélgica e, posteriormente, voltaram ao Brasil visando à constituição da primeira escola que formaria assistentes sociais a partir de 1936. Maria Kiehl e Albertina Ramos foram as primeiras professoras assistentes sociais e, posteriormente, algumas integrantes da primeira turma se dedicaram à docência, incluindo a pós-graduação na década de 1970 (Helena Iracy Junqueira – 1913-1997) e alcançando o posto máximo de uma universidade, a reitoria, como foi o caso de Nadir Kfoury (1913-2011). O caminho percorrido pelas pioneiras continua sendo trilhado pelas atuais assistentes sociais, mas com novas perspectivas teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-político.

Neste estudo, foi possível identificar que este movimento se repete, graças à legislação da profissão que orienta os cursos na organização e coordenação cujas atribuições são exclusivas de assistentes sociais, e com disciplinas a serem ministradas pelo conjunto profissional que formará o Núcleo Docente Estruturante. São profissionais que atuam na docência e nos cargos inerentes à hierarquia profissional – nesta pesquisa encontrou-se pró-reitoras em ex-pró-reitoras; coordenadoras de curso de graduação; coordenadoras de pós-graduação, e uma ex-reitora, esta, porém, com uma peculiaridade particular, pois se tornou bacharel em Serviço Social após o término do doutorado, tendo em vista que atuava em uma universidade privada que não tinha o curso de Serviço Social. Há algumas profissionais que na realização da pesquisa estavam ligadas aos programas de estágio pós-doutoral, tanto no Brasil, quanto no exterior.

A motivação para entrada no doutorado segue a busca pelo aprendizado, pela necessidade de buscar novos horizontes. Continuar estudando, demonstra que, quem está na docência, nunca para de estudar, e todas manifestaram preocupação em garantir qualidade para as/os novas/os assistentes sociais.

Pela análise de seus currículos lattes percebe-se que continuam se qualificando à medida em que realizam pesquisas e publicam seus resultados; participam de eventos nacionais e internacionais; ministram palestras; exercem atividades interdisciplinares, publicam, etc... Esta busca, porém, não foi fácil. Basta analisar que a maioria teve que aliar os estudos ao exercício profissional, sem contar com bolsas.

Ao mesmo tempo, é possível dizer que são profissionais ‘bem sucedidas’, pois têm um ganho salarial acima da média nacional (acima de 10 salários mínimos); encontram-se na gestão dos cursos em que ministram aulas; têm livros publicados; artigos em revistas; são referências para outras assistentes sociais. Fizeram carreiras distintas, mas ao mesmo tempo parecidas.

---

7 Maria Kiehl e Albertina Ramos se formaram na *École Catholique de Service Social* de Bruxelas. As duas participaram da fundação do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) e, posteriormente, da Escola de Serviço Social de São Paulo (1936).

É importante destacar que o caminho da docência realmente não foi fácil, pois o curso de graduação em Serviço Social é bacharelado, não visa formar professoras. A pós-graduação possibilita esta aproximação com a sala de aula e o desenvolvimento vai se dando na prática, na busca individual por cursos e na oferta da disciplina de didática que é importante para facilitar a qualificação neste espaço de trabalho.

As egressas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, sujeitos desta pesquisa, estavam e ainda estão atuando em universidades públicas e em empresas de educação privadas. O momento presente passa por mudanças significativas, pois também reflete situação da economia nacional. Estar nestes espaços é quase um grito de resistência.

Nas universidades públicas, os profissionais planejam o seu trabalho em torno das 40 horas para as quais são contratados, pois o excedente não é contabilizado, nem pode aparecer em documentos oficiais. Mas as próprias doutoras relataram que trabalham muito mais. Nas instituições privadas, a maioria alegou conciliar dois trabalhos, exercendo a profissão 'assistente social' em torno das 30 horas mais carga horária na docência. Em um dos casos, o número de horas chegou a 60 horas semanais, o que pode levar a docente ao adoecimento, tema que tem sido alvo de diversas pesquisas.

Como de praxe é importante salientar que esta pesquisa não termina aqui, tendo em vista que os dados quantitativos apresentados são atualizados anualmente e estarão disponíveis para pesquisas futuras. O Serviço Social tem um papel importante na sociedade atual e socializar resultados das pesquisas cumpre também este papel.

## REFERÊNCIAS

---

BLAY, Eva Alterman. **Mulher, escola e profissão**: um estudo do ginásio industrial feminino na cidade de São Paulo. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1981. (Coleção Textos 1).

CRAVEIRO, A. V., MACHADO, J.G.V. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. In: **Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Londrina**. 2011. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/jessica.pdf>. Acesso em setembro de 2013.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1990.

LIMA, Rita Lourdes. Docência e Serviço Social: condições de trabalho e saúde social. In: **Revista Temporalis**, nº 31, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/700> Acesso: 2022

PROGRAMA de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Disponível em <https://www.franca.unesp.br/ensino/pos-graduacao/pos-graduacao/servico-social/o-programa/apresentacao/> Acessos: 2013, 2014, 2015, 2022

RELATÓRIO de Avaliação Trienal (Serviço Social) 2007-2009. Disponível em <http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/SERVIÇO-SOCIAL-RELATÓRIO-DE-AVALIAÇÃO-FINAL-jan11.pdf> Acesso em 2014, 2015, 2022.

SAFFIOITI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

# A PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA E ACADÊMICA NO PÓS-PANDEMIA: integração e recepção dos ingressantes no PPGSS, campus de Franca/SP, 2022.

Fabiana Nascimento Marques  
Maria José de Oliveira Lima

## Introdução

---

Esse artigo apresenta uma reflexão sobre o retorno das atividades presenciais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista do campus de Franca (PPGSS/UNESP/Franca), São Paulo, após os dois anos (2020 e 2021) atingidos pela pandemia da Covid-19, com o objetivo de compreender a importância da integração e recepção dos ingressantes de 2022 do (PPGSS/UNESP/Franca), considerando os desafios impostos por essa crise sanitária que gerou o distanciamento social e as atividades acadêmicas em formato remoto.

Para avaliar o retorno das atividades presenciais, de modo especial, a semana de recepção e integração de ingressantes de 2022 foi realizado um estudo documental visando compreender a trajetória histórica do (PPGSS/UNESP/Franca), destacando os 30 anos de existência e sua importância na UNESP e para o Serviço Social. A pesquisa documental foi realizada por meio de acesso aos documentos do PPGSS, e a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida através de estudos em artigos científicos relacionados a pós-graduação em serviço social e o contexto da pandêmica da Covid-19.

No intuito de compreender a percepção de discentes sobre a recepção e integração dos ingressantes de 2022, foi realizada uma avaliação da atividade desenvolvida “Semana de Recepção e Integração de Ingressantes de 2022”, através da técnica de apreensão de dados, grupo focal, realizada durante a disciplina oferecida pelo PPGSS no primeiro semestre de 2022.

Também houve o propósito de conhecer o perfil dos/as discentes ingressantes nesse programa, o qual, foi realizado a partir de estudo de documentos de matrícula dos mesmos disponibilizados pelo setor técnico-acadêmico da Pós-Graduação da UNESP. Os dados levantados serão objeto de análise do presente artigo.

Espera-se com essa pesquisa desvelar sobre o importante papel social do PPGSS na sociedade e, também, possibilitará a socialização do conhecimento construído por essa pesquisa.

Este estudo partiu do pressuposto que o compromisso do PPGSS em oferecer um espaço pedagógico para o retorno das atividades presenciais e dos ingressantes de 2022 proporcionou condições favoráveis para uma vivência de troca de saberes e experiências, entusiasmo e expectativas, além do aconchego, segurança e uma diversidade de informações sobre o Campus da UNESP/Franca, e todos os setores. Este espaço pedagógico marca uma renovação de estratégias de uma gestão democrática e participativa.

## Os desafios da pandemia da Covid-19 enfrentados pelos PPGSS.

---

Após o golpe em 2016, onde a ex-presidente Dilma Rousseff, foi destituída sem quaisquer provas pelo Congresso Nacional, o país vem sofrendo com a crise econômica, social e política. Na sequência, com o presidente, Michel Temer no poder, é aprovada a Emenda Constitucional-95, que congela os recursos públicos para saúde, educação e assistência social em 20 anos e a reforma trabalhista, que ampliou a terceirização e a precarização dos contratos de trabalho. Naquele período, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o país registrou recorde de 14,805 milhões de pessoas desempregadas.

Com o governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro, o povo brasileiro, enfrenta a pior situação dos últimos tempos, sem qualquer responsabilidade e projeções de evitar um genocídio ocorrido com a pandemia.

No dia 11 de março de 2020, em todas as redes de notícias mundiais, é declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Coronavírus. (Covid-19), uma pandemia. A doença já estava espalhada em 114 países, sendo mais de 114 mil casos e 4.291 mortes. Após a China, os países mais afetados eram Itália, Coreia do Sul e Japão. Eram necessárias medidas urgentes de detecção através de testagens, para imediatamente iniciar o único tratamento viável, o isolamento social.

As medidas eram simples, em todos os noticiários a primeira informação diária eram as orientações de prevenção, em lavar as mãos constantemente; usar álcool 70% nas mãos, antes de encostar nos olhos, na boca e nariz; tossir e espirrar levando o rosto no cotovelo; evitar multidões; usar máscaras; manter distância de 1 metro de pessoas espirrando ou tossindo; ficar em casa com algum sintoma de gripe; usar lenço descartável quando estivesse com nariz escorrendo. O medo, a falta de informação, a crise econômica e social que já era instalada com o governo ultraneoliberal, só piorou com a crise sanitária. Diante das várias orientações de medidas preventivas à Covid-19 e, a partir de análises críticas sobre a realidade social da sociedade brasileira, como garantir que a grande maioria da população do país pudesse seguir as medidas profiláticas? Como a classe pobre enfrentaria e cumpriria essas medidas de prevenção da pandemia?

No Brasil, a primeira morte registrada pelo Ministério da Saúde de Covid-19, é de uma mulher negra, de 57 anos, residente em São Paulo, trabalhadora doméstica, no dia 12 de março de 2020. Isso diz muito naquele momento, quando a classe trabalhadora que enfrenta o transporte coletivo diariamente para chegar ao posto de trabalho, com aglomeração de pessoas, em todos os espaços, sendo nos pontos de espera ou mesmo dentro dos ônibus e metrô lotados, não tem o privilégio de isolar socialmente para prevenir a doença.

O Conselho Nacional de Saúde em Recomendação N° 36, de 11 de maio de 2020, recomenda a implantação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de Covid-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingindo níveis críticos, o Brasil já registrava 162.699 casos e 11.123 mortes em decorrência da doença.

Considerando que a OMS recomenda: a) Que as medidas de isolamento social devem ser implementadas no início da transmissão comunitária, de maneira a reduzir a velocidade da transmissão e não deixar os serviços de saúde, particularmente leitos de UTI e respiradores, com sua capacidade esgotada; b) Que essas medidas devem ser acompanhadas de monitoramento sobre a dinâmica da transmissão (número de casos e mortes) e da capacidade dos serviços; c) Que ao se observar uma aceleração da transmissão e/ou taxa de ocupação dos serviços atingindo níveis críticos, devem ser adotadas novas medidas para restringir ainda mais as possibilidades de contágio; e d) Que as experiências de outros países mostram que distanciamento social com baixos níveis de adesão resulta na necessidade de períodos de bloqueio muito mais longos, que se tornam inviáveis para qualquer sociedade (BRASIL, 2020).

O Brasil é um país extremamente desigual e, nesse momento, houve um aumento e agravamento da desigualdade social, associando vários sentimentos de medo, de angústia e de sofrimento das pessoas, não somente pelas perdas de entes queridos em decorrência da Covid-19, mas também, pelo aumento da violência doméstica, pelo aumento do desemprego e da insegurança alimentar e social. Ressalta-se que, muitas mães chefes de famílias, foram obrigadas a sair diariamente para o trabalho informal, como único meio de sobrevivência para toda família, mesmo sem qualquer possibilidade de seguir as orientações preventivas à Covid-19, se tornando mais vulneráveis para o contágio da doença.

Com a necessidade e obrigatoriedade do isolamento/distanciamento social, os desafios aumentam em todas as áreas da vida social. Não só no âmbito do cotidiano de vida de trabalhadores, na indústria, no comércio, na prestação de serviços e outros, destaca-se os encaminhamentos realizados na área da educação, na tentativa de encontrar saídas para a suspensão de aulas e atividades pedagógicas presenciais, haja vista a incerteza sobre o controle do contágio da doença.

Após a solicitação da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) para adoção de medidas urgentes para a retomada das atividades de ensino nas universidades privadas, bem como, as orientações oferecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a continuidade das atividades acadêmicas, o Ministério da Educação aprovou a Portaria N° 343, de 17 de março de 2020, que autorizava a substituição das aulas presenciais por aulas remotas enquanto durar a situação de pandemia pela Covid-19, para todos os segmentos da educação.

As instituições públicas e privadas do ensino fundamental, médio, superior e de pós-graduação, acataram a decisão do Ministério da Educação e, passaram a utilizar as estratégias das atuais Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), ou seja, as aulas passaram para o formato remoto. A partir desta iniciativa, os professores foram orientados a buscar novas técnicas e tecnologias para atender a proposta do ensino remoto.

Um grande desafio foi a necessidade de utilização de aparelhos celulares ou de computadores, além do uso de internet. A dificuldade se justificou pelo fato que grande maioria de estudantes, principalmente, da rede pública, não tinha acesso aos aparelhos de tecnologia e à internet. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018), 20,9% dos domicílios brasileiros não tinha acesso à internet, isso significa cerca de 15 milhões de lares. Em 79,1% das residências que tinha acesso à rede, o celular é o equipamento mais utilizado e encontrado em 99,2% dos domicílios, mas muitas famílias compartilhavam um único equipamento.

Em relação aos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil, os desafios se instalaram desde as dificuldades no acesso à internet até o domínio às plataformas para o desenvolvimento de aulas e atividades acadêmicas online.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), assinala os cortes de bolsas nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), quando a presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), emitiu a Portaria N° 34 no dia 09 de março de 2020. A ABEPSS, também em pesquisa realizada em todo Brasil, aponta a situação de adoecimento, as dificuldades financeiras para permanecer no curso e o perfil dos/as discentes de mestrado e doutorado em relação aos desafios que todos enfrentavam com a pandemia.

De acordo com a pesquisa, entre os destaques se relaciona à saúde mental das/os entrevistadas/os, pois 86,7% das/os participantes declararam ter tido sintomas de ansiedade durante a pós-graduação, seguidos por 66,5% que relataram desânimo e falta de vontade de fazer as atividades, além de 11,4% que tiveram pensamentos suicidas. A situação financeira das/os discentes é a mais lembrada, com destaque para a escassez de bolsas e o baixo valor destes auxílios que exigem dedicação exclusiva. A pesquisa demonstra, ainda, aspectos do perfil das/os discentes dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: 83% são mulheres; 19,4% se declararam pretos ou quilombolas, 0,2% indígenas e os pardos são 32,5%; 79,9% são heterossexuais e 20,1% são homossexuais, bissexuais e outros; 1/3 dos entrevistados têm renda familiar de até 3 salários mínimos e 49% de até 5 salários; 59% é oriunda/o de escola pública; 72,% tiveram que trabalhar durante a graduação; 69% tiveram que exercer atividade remunerada na pós-graduação; 76% das mães das/os estudantes ouvidas/os não têm curso superior, número que salta para 82% quando a pergunta é sobre o pai (ABEPSS, 2020).

Em 02 de abril de 2020, o CNE, emitiu Nota Técnica N° 17/2020, sobre a reorganização do calendário escolar e cada gestor municipal, e atos normativos emitidos pelos Conselhos Municipais de Educação, definiriam os calendários escolares naquele período. De acordo com



o site da revista Exame, o primeiro estado a retomar as aulas presenciais, no dia 10 de agosto de 2020, foi o estado do Amazonas, com capacidade de 50% de alunos, foram tomadas medidas de acordo com os protocolos estabelecidos, como distanciamento social, uso obrigatório de máscaras, aferição de temperatura e utilização do álcool em gel.

Nesse mesmo período os discentes de pós-graduação, estavam defendendo suas dissertações e teses por meio da internet, de forma remota. Inicia-se a tentativa de retomar as aulas presenciais, com os editais para 2022.

Além da crise econômica, política, social e sanitária, também se fez necessária a luta dos brasileiros pela vacina, única forma de amenizar os sintomas da Covid-19. Mas o governo, ultraneoliberal, não aproveitou as oportunidades que teve para adquirir, o quanto antes, as doses para iniciar o método mais seguro de acordo com as agências reguladoras em prazos recordes que aprovaram a eficácia e a efetividade da vacinação.

Somente no dia 17 de janeiro de 2021, finalmente a primeira pessoa no Brasil a ser vacinada era uma profissional da área da saúde no estado de São Paulo, cumprindo os critérios de um dos grupos prioritários, de acordo com as determinações do Ministério da Saúde (MS) (BADDINI, 2021). De acordo com o órgão, a listagem de grupos prioritários foram: pessoas portadoras de comorbidades, deficiências, idosos institucionalizados, indígenas, pessoas em situação de rua, privadas de liberdade, trabalhadores do sistema prisional, educação, forças de segurança, forças armadas, trabalhadores do transporte coletivo, caminhoneiros, trabalhadores portuários e industriais, seguindo criteriosamente esses grupos.

A vacina chega aos brasileiros, porém em ritmo lento, foram necessárias várias denúncias e até mesmo abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A população se uniu e mesmo com medo de ser infectado pela doença, participou dos atos organizados pelos movimentos sociais exigindo vacina no braço e comida no prato. Somente com a iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Butantan que buscaram as vacinas para o Brasil, em 04 de janeiro de 2021, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou o pedido para importação de 2 milhões de doses da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford do Reino Unido, com laboratório sueco Astrazeneca.

## Trajétoria histórica do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UNESP/Franca

---

Em 1990, a professora Dra. Neide Aparecida de Souza Leheld, naquele período, chefe do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca, iniciou o processo de criação do curso de pós-graduação em serviço social. Destaca-se que na época, já funcionava os cursos de pós-graduação em História e Direito nesta Unidade Universitária.

A solicitação de autorização para a criação do referido Programa de Pós-Graduação pautou-se na justificativa sobre a importância e relevância do mestrado e do doutorado em razão da crescente demanda de pessoal qualificado em serviço social, para atuação na comunidade local e regional.

O município de Franca, que fica localizado no interior do estado de São Paulo fazendo limite geográfico com o estado de Minas Gerais, se destaca pela ligação de grandes metrópoles,

Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e Planalto Central do País. A criação do curso de pós-graduação em serviço social na UNESP de Franca, poderia contribuir com o desenvolvimento cultural, econômico, e político advindo do progresso técnico científico.

De acordo com os registros de documentos referente ao processo de criação do PPGSS da UNESP de Franca (UNESP, 1990), o curso de graduação em serviço social do campus de Franca, na década de 1990, era o único curso público do estado de São Paulo, implantado desde 1976, com reconhecimento acadêmico e procurado por estudantes do estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Amazonas, bem como países latino-americanos (Bolívia e Equador).

Destaca-se também que na década de 1990 existiam apenas três programas de pós-graduação em serviço social em universidades públicas federais, sendo da UFRJ (1976), UFPB (1978) e UFPE (1979), e apenas um programa no estado de São Paulo em universidade privada/comunitária, PUC/SP (mestrado desde 1971 e doutorado desde 1981). Evidencia a importância do Programa de Pós-Graduação, *stricto sensu* da PUC/SP, o pioneiro na área de Serviço Social que atendia uma grande demanda nacional e internacional.

Levando em consideração, o número de aproximadamente, 20 faculdades privadas de graduação em Serviço Social, no estado de São Paulo, a criação do PPGSS na UNESP/Franca, poderia contribuir significativamente para a formação de pesquisadores e docentes para estas unidades de ensino superior. Nesse sentido, a universidade estaria desenvolvendo sua função social de consolidação e construção do saber científico para o estado e para a sociedade brasileira como um todo.

A propositura do PPGSS na UNESP/Franca também atendia a finalidade de garantir contribuições teórico-metodológicas para a consolidação da graduação em Serviço Social além de possibilitar maior qualificação no quadro de docentes e pesquisadores desta universidade.

Diante das necessidades apresentadas pelo departamento de Serviço Social, em setembro de 1990, o conselho deliberou por unanimidade, propor a criação do PPGSS, área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Vida Operária, *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado.

Em 22 de novembro de 1990, é encaminhado ao Diretor da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, naquele período o professor Dr. Paulo de Tarso Oliveira, o projeto da criação do curso do PPGSS, informando que se fez amplo estudo departamental, com a participação democrática e participativa dos docentes e discentes, que foi apresentado antecipadamente para análise-técnica acadêmica ao Sr. Pró-Reitor de Pós-graduação e pesquisa da UNESP, bem como a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) no 1º Seminário Nacional de Graduação e Pós-graduação e também já confirmada a apreciação favorável da estrutura do curso, solicitando rapidez para tramitação, afim de que se pudesse implantar o curso no segundo semestre de 1991.

Após percorrer por todas as instâncias necessárias, em quatro de dezembro de 1991, com a Resolução Unesp N° 78 dispõe sobre a autorização para o funcionamento “*interna corporis*” do curso de Pós-Graduação em Serviço Social.

Esse programa iniciou-se a partir de uma proposta pedagógica estruturada por uma área de concentração, linhas de pesquisas, disciplinas e corpo docente necessários para cumprir com as determinações legais e acadêmicas para o desenvolvimento do referido programa de pós-graduação. O primeiro projeto pedagógico tinha como área de concentração “Serviço

Social: Trabalho e Vida Operária “é duas linhas de pesquisa, sendo Serviço Social: ‘Trabalho e Vida Operária’ e ‘Política e Estado’. É relevante apontar que a formação do corpo docente contou com a participação de professores da Unesp/Franca e de professores e pesquisadores convidados de outras universidades.

Vale destacar que, de acordo com os registros documentais, em maio de 1993, foi aprovado o credenciamento e inclusão da professora Dra. Maria Lucia Martineli, com a inclusão da disciplina “A prática do serviço social na sociedade capitalista” na proposta pedagógica. A docente da PUC/SP, apresentava-se com currículo relevante, sendo conhecida como especialista na área de serviço social, também atuava como assessora do Ministério da Educação, para orientação e avaliação dos cursos de Serviço Social em todo Brasil. A participação da docente trouxe grandes contribuições para o PPGSS.

Após dois anos, respondendo às orientações técnicas da CAPES, o curso passou por uma reestruturação, sob a coordenação da professora Dra. Noêmia Pereira Neves. Essa a reestruturação alterou a área de concentração, que passou a ser: “Serviço Social: Trabalho e Sociedade” e, na mesma direção, atendendo as questões apontadas pela consultoria científica da CAPES, também houve a exclusão de disciplinas da grade curricular, bem como a inclusão de novas disciplinas. Havendo o descredenciamento de alguns docentes e credenciamento de novos professores para ministrar as disciplinas e orientar discentes. Com essa alteração foi possível garantir, na medida do possível, o corpo docente do curso com professores, majoritariamente, da UNESP/Franca.

De acordo com o documento citado acima, explica-se que naquele momento alguns professores doutores estavam sendo credenciados para as atividades na pós-graduação, e outros descredenciados. Nesse momento, intensificou-se o debate acadêmico sobre as questões que envolvem o programa na sua totalidade, sendo necessário atualizar: a estrutura curricular, definir uma política de pesquisa, estruturar os núcleos de pesquisas, rever o elenco das disciplinas do domínio conexo para aproximar à área de concentração, as disciplinas obrigatórias, as atividades especiais, o tempo de duração dos cursos e o regime de créditos.

Ainda no documento, ressaltou-se que as disciplinas excluídas, eram de professores não lotados, participantes externos, e de professores que foram descredenciados que não mais possuíam vínculos empregatícios com a UNESP/Franca, por término dos contratos como professores colaboradores. Sobre as disciplinas incluídas, foram assumidas por docentes já credenciados e lotados na Faculdade de História, Direito e Serviço Social. O descredenciamento de docentes externos colaboradores não impediu a continuidade das contribuições pelos mesmos, pois, sempre que convidados participariam do PPGSS, ministrando conteúdos importantes na modalidade de “Tópicos Especiais”.

Na Unesp/Franca existe a possibilidade de professores aposentados permanecerem na orientação de discentes como voluntários, e esse fato contribuiu para garantir o número de vagas e o fortalecimento do PPGSS.

Importante destacar que o PPGSS da Unesp de Franca, desde sua criação conseguiu nota 4 pela avaliação da CAPES e, em 2022, no ano que completa 30 anos conseguiu a nota 5, por meio da avaliação do último quadriênio (2017-2020). Essa avaliação demonstra a consolidação do PPGSS através da formação qualificada e da construção do conhecimento científico que, ao longo desses 30 anos, conseguiu avançar na formação de recursos humanos para o desenvolvimento de ações profissionais e científicas contribuindo com o desenvolvimento social, econômico, cultural e político da sociedade local, regional, nacional e internacional.

# O retorno das atividades presenciais no PPGSS: atividades de Recepção e Integração de ingressantes 2022

Para marcar esse momento importante no retorno das aulas presenciais, e receber os ingressantes de 2022, o conselho do programa, organizou esse momento e denominou de Semana de Acolhida e Integração. Para preparar e elaborar as atividades foi definida uma comissão organizadora que foi composta pela coordenadora do PPGSS, por representantes discentes e docentes e técnico-administrativo. Essa equipe elaborou e preparou as atividades de recepção e integração dos discentes de 2022, com atividades distribuídas em três dias. No primeiro dia, todos foram surpreendidos com uma manifestação artística cultural, apresentada pela vice-coordenadora do PPGSS, Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra, que cantou uma canção emocionante, e escolhida especialmente para esse momento tão aguardado por todos, a música Tocando em Frente, de composição de Almir Sater e Renato Teixeira.

Em seguida, as atividades de orientações, informações e apresentação do PPGSS foram realizadas pela coordenadora do PPGSS. O objetivo geral do PPGSS consiste em formar pesquisadores e docentes, no âmbito do Serviço Social e áreas afins, com qualificação em nível de excelência acadêmica, contribuindo para o aprimoramento da docência superior em Serviço Social e demais áreas científicas e profissionais correlatas, numa perspectiva interdisciplinar. Destacam como objetivos específicos: 1. Possibilitar formação qualificada de pesquisadores e profissionais de Serviço Social e áreas afins, contribuindo para a formação de recursos humanos especializados; 2. Viabilizar a realização de pesquisas científicas, contribuindo para a construção do conhecimento na área de Serviço Social, em consonância com a dimensão investigativa da profissão; 3. Fomentar a capacidade para o ensino, a pesquisa e a produção científica em Serviço Social e áreas afins; 4. Contribuir para a formação profissional mediante articulação entre a pós-graduação e a graduação, socializando e aprofundando o conhecimento científico.

A partir da última revisão da proposta curricular do PPGSS, a área de concentração estabelecida é “Serviço Social: Trabalho e Sociedade”, destacando três linhas de pesquisas:

- 1) Trabalho, Capitalismo e Processos Sociais;
- 2) Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional;
- 3) Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

O PPGSS é gerenciado pelo Conselho do Programa, constituído por representantes docentes e discentes. A atual gestão (julho de 2021 a maio de 2025), composto pelos docentes: titulares Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra, Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima, Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira e Profa. Dra. Maria Cristina Piana e suplentes: Profa. Dra. Nanci Soares, Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa, Profa. Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins e Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, e os representantes discentes, titular e suplente, Maicow Lucas Santos Walhers e Ariele Tamaral Sala, respectivamente. Destaca-se a doutoranda, Rosicler Lemos da Silva, como representante discente na ABEPSS.

A assessora do PPGSS, Sra. Denise Monteiro Silva Branco, apresentou o site da UNESP/Franca, para a orientação da rotina dos/as discentes durante o período de permanência no programa. O supervisor do STPG, Sr. Valter Nailton Silva, apresentou as mídias sociais, e orientações sobre o cadastro de discentes no sistema UNESP, para autenticação, criação de senhas, email e obter acesso ao link de matrícula das disciplinas, como também, acesso ao wifi da universidade, sendo disponibilizado a todos.

Após tantas informações relevantes, foi proposto uma pausa e oferecido um coffee black especial, sendo um momento de descontração e oportunidade de conversas entre os participantes.

Ainda no primeiro dia, foi apresentado pela profa. Dra. Maria Cristina Piana, as principais legislações referentes ao PPGSS, que regulamentam as atividades e os prazos necessários para a conclusão do curso. Também informou que o programa disponibilizava bolsa CAPES, sendo 19 para doutorado e 17 para mestrado. Para os ingressantes de 2022, foram oferecidas 7 bolsas para doutorandos e 12 bolsas para mestrandos, totalizando 19 bolsas.

A profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira, apresentou informações e orientações sobre a internacionalização do PPGSS, que tem como objetivo fortalecer a política de internacionalização por meio de convênios, de bolsas-sanduíche, intercâmbio de pesquisa, publicações conjuntas, mobilidade de docentes e discentes, eventos conjuntos, participação em congressos com apresentação de trabalhos e outras atividades.

Atualmente os parceiros são: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, essas em Portugal, Universidade Nacional de Rosário na Argentina, Universidad Pablo de Olavide (UPO) em Sevilha/Espanha, Universidade de Genebra na Suíça, Universidade de Luanda (UniLuanda) e Universidade Católica de Angola (UCAN). Destacou a programação das oficinas e seminários do corrente ano, sobre temas relevantes, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Plágio e Diálogos sobre Pesquisa.

No segundo dia, no período matutino, a recepção foi iniciada pela coordenadora do PPGSS profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima, que acompanhou e direcionou os ingressantes para conhecerem os principais setores da universidade. Foi apresentado os locais e os funcionários que atuam nos departamentos e seções, onde funciona o setor de coordenação da pós-graduação do curso de serviço social, a sala de defesa de dissertações e teses, o laboratório de informática, a biblioteca, a lanchonete e o restaurante. No período vespertino, as orientações seguiram visando a apresentação de docentes e respectivas linhas e grupos de pesquisa.

#### Quadro dos docentes do PPGSS/UNESP/Franca de 2022 e os grupos de pesquisas

Nome	Linha de Pesquisa	Grupo de Pesquisa
Profa. Dra. Adriana Giaqueto Jacinto	Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social (GEDUCAS)
Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa	Estado, Políticas Sociais e Serviço Social	Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMUS)
Profa. Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti	Trabalho e Sociabilidade Capitalista	

Nome	Linha de Pesquisa	Grupo de Pesquisa
Profa. Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni	Estado, Políticas Sociais e Serviço Social	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais (GEPAPOS)
Profa. Dra. Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira	Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional	Grupo de Estudos e Pesquisa Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS)
Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca	Trabalho e Sociabilidade Capitalista	Grupo de Trabalho do NUPE-FCL-ARARAQUARA-CLADIN-LEAD
Profa. Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins	Estado, Políticas Sociais e Serviço Social	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Serviço Social na Área da Educação (GEPESSE)
Profa. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta	Estado, Políticas Sociais e Serviço Social	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social (QUAVISS)
Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso	Trabalho e Sociabilidade Capitalista	Filosofia, Arte e Política (FIAPO)
Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva	Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional	Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM)
Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira	Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional	Prática de Pesquisa: Perspectivas Contemporâneas (PRAPES)
Profa. Dra. Maria Cristina Piana	Estado, Políticas Sociais e Serviço Social	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para a Infância e Adolescência (GEPPIA)
Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima	Trabalho e Sociabilidade Capitalista	Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social (GESTA)
Profa. Dra. Nanci Soares	Estado, Políticas Sociais e Serviço Social	Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade (GEPEPPS)
Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra	Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Famílias, Perspectivas e Tendências (GEPEFA)
Profa. Dra. Neide Aparecida de Souza Lehfeld	Trabalho e Sociabilidade Capitalista	
Profa. Dra. Rosalinda Chedian Pimentel	Trabalho e Sociabilidade Capitalista	

**Fonte:** elaborado pela pesquisadora, conforme informações do site: <https://www.franca.unesp.br/#/ensino/pos-graduacao/pos-graduacao/servico-social/o-programa/apresentacao/grupos-de-pesquisa/>

A programação terminou com a Aula Magna, intitulada Gestão Pública: a Questão do Estado e da Burocracia, proferida pelo prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

# Avaliação da Atividade de Recepção e Integração de Ingressantes

---

Para avaliar o momento de recepção e integração de novos ingressantes no ano de 2022 e seu significado, levando em consideração, o período dos anos de 2020 e 2021, que ficou marcado pelo distanciamento social diante da pandemia da Covid-19, sendo necessária a implementação de atividades acadêmicas e científicas de forma remota, optou-se pelo grupo focal como instrumento metodológico. A técnica foi aplicada para um grupo de discentes matriculados na disciplina de Gestão de Políticas Sociais: uma perspectiva crítica e democrática, realizada no primeiro semestre de 2022. O grupo estava formado por onze discentes ingressantes, entre doutorandos e mestrandos. Na oportunidade foram refletidos os seguintes aspectos: significado da aprovação no PPGSS; experiência do retorno presencial após dois anos de distanciamento social; experiência de participação na atividade de recepção e integração de ingressantes de 2022 no PPGSS.

Durante a reunião do grupo focal, cada participante fez sua avaliação sobre os três aspectos analisados.

No que diz respeito ao significado da aprovação no PPGSS/UNESP/Franca, cinco participantes relataram ter alcançado uma realização pessoal e profissional; uma participante demonstrou imensa gratificação e muita emoção, duas pessoas apontaram como superação e vitória pessoal onde considera uma segunda chance para seu desenvolvimento profissional e, uma outra discente, trouxe a manifestação de grande felicidade pela conquista, considerando seus projetos de carreira profissional.

Sobre a experiência do retorno presencial, após dois anos de distanciamento social, foram apresentadas três respostas de que sentiram medo diante da situação de pandemia da Covid-19, considerando que a mesma ainda não terminou. Também houve depoimentos de sentimento de muita emoção, pelo retorno presencial, destacando ser um momento único de reencontro, além da alegria imensa em encontrar pessoas, estar na universidade, rever as pessoas, estar junto e trocar conhecimentos no mesmo espaço; e também houve o reconhecimento que o momento presencial é a riqueza e a construção da nossa história.

Em relação a experiência de participar da atividade de recepção e integração dos ingressantes de 2022 no PPGSS, de forma geral os/as participantes avaliaram que se sentiram bem acolhidos e que a atividade foi muito importante para promover a integração entre discentes e docentes, para conhecer o campus da Unesp, a estrutura do Programa de Pós-Graduação, os grupos de pesquisas e as principais normativas para o funcionamento do curso.

## Perfil dos ingressantes 2022

Houve o interesse de conhecer os/as discentes integrantes de 2022 visando destacar a diversidade e as principais características deste grupo. Para o levantamento dos dados, houve autorização da coordenação do PPGSS e do supervisor do STPGS para acesso aos cadastros dos/as ingressantes.

**Tabela 1** - Caracterização do perfil dos discentes ingressantes do mestrado e do doutorado de 2022

Característica		Mestrado		Doutorado	
		Quant	%	Quant	%
Sexo	Feminino	13	68%	8	67%
	Masculino	6	32%	4	33%
Faixa etária	25 a 30 anos	9	47%	1	8%
	31 a 40 anos	6	32%	6	50%
	41 a 50 anos	4	21%	3	25%
	51 a 60 anos	0	0%	0	0%
	61 a 65 anos	0	0%	2	17%
Raça	Branca	13	68%	9	75%
	Parda	4	21%	0	0%
	Preta	2	11%	3	25%
Nacionalidade	Brasileira	19	100%	11	92%
	Angolana	0	0%	1	8%
Cidade de origem	Barretos	0	0%	2	17%
	Batatais	0	0%	1	8%
	Bauru	1	5%	0	0%
	Bebedouro	1	5%	0	0%
	Belo Horizonte	0	0%	1	8%
	Cajobi	0	0%	1	8%
	Cassilândia	1	5%	0	0%
	Franca	5	26%	1	8%
	Itaberá	1	5%	0	0%
	Itapecerica	1	5%	0	0%
	Ituiutaba	0	0%	1	8%
	Itumbiara	1	5%	0	0%
	Ituverava	0	0%	1	8%
	Luanda	0	0%	1	8%
	José Bonifácio	1	5%	0	0%
	Maringá	0	0%	1	8%
	Passos	2	11%	0	0%
	Ribeirão Preto	0	0%	1	8%
	São Carlos	1	5%	0	8%
	São José do Rio Preto	1	5%	0	0%



Característica		Mestrado		Doutorado	
Cidade de origem	São Paulo	0	0%	1	8%
	São Sebastião do Paraíso	1	5%	0	0%
	Sertãozinho	1	5%	0	0%
	Uberaba	1	5%	0	0%
Estado	Luanda	0	0	1	8%
	Goiás	2	11%	0	0%
	Mato Grosso do Sul	1	5%	0	0%
	Minas Gerais	6	32%	2	17%
	Paraná	0	0%	1	8%
	São Paulo	10	53%	8	67%
Vínculo empregatício	Sim	11	58%	11	92%
	Não	8	42%	1	8%
Local de trabalho	Autônomo	1	5%	0	0%
	Conselho Regional de Serviço Social	1	5%	0	0%
	Defensoria pública	0	0%	1	8%
	Hospital Estadual	1	5%	1	8%
	Instituição filantrópica	2	11%	1	8%
	Instituição Universitária	0	0%	3	25%
	Polícia Estadual	0	0%	1	8%
	Prefeitura	6	32%	3	25%
	Tribunal de Justiça Estadual	0	0%	1	8%
	Nenhum	8	42%	1	8%
Formação profissional	Direito	0	0%	3	25%
	História	1	5%	0	0%
	Psicologia	1	5%	0	0%
	Serviço Social	17	90%	9	75%
Ano de conclusão	1971 a 1980	0	0%	1	8%
	1981 a 1990	0	0%	1	8%
	1991 a 2000	2	11%	1	8%
	2001 a 2010	6	32%	3	25%
	2011 a 2020	6	32%	6	50%
	2021 a 2022	5	26%	0	0%
Instituição	Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos	0	0%	1	8%
	Faculdade Dr. Francisco Maeda	0	0%	1	8%
	Faculdades Metropolitanas Unidas	0	0%	1	8%

Característica		Mestrado		Doutorado	
Instituição	Instituição Toledo de Ensino	1	5%	0	0%
	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro	1	5%	0	0%
	Instituto Luterano de Ensino Superior	0	0	1	8%
	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	0	0	1	8%
	Universidade Católica de Angola	0	0	1	8%
	Universidade de Ribeirão Preto	0	0	1	8%
	Universidade do Estado de Minas Gerais – Passos	2	11%	0	0%
	Universidade Estadual de Londrina	0	0%	1	8%
	Universidade Estadual Paulista - Assis	1	5%	0	0%
	Universidade Estadual Paulista – Franca	8	42%	3	25%
	Universidade Federal de Goiás	1	5%	0	0%
	Universidade Federal de Santa Catarina	1	5%	0	0%
	Universidade Federal de Uberlândia	1	5%	1	8%
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2	11%	0	0%
	Universidade Presidente Antônio Carlos	1	5%	0	0%

**Fonte:** STPGS

Em relação ao sexo, com pouca diferença de porcentagem entre os cursos, predomina o sexo feminino, no mestrado (68%), masculino (32%) e no doutorado feminino (67%), e masculino (33%).

A faixa etária de maior incidência dos mestrandos, entre 25 a 30 anos (47%), 31 a 40 anos (32%) e 41 a 50 anos (21%), e entre os doutorandos entre 31 a 40 anos (50%), 41 a 50 anos (25%), 61 a 65 anos (17%) e 25 a 30 anos (8%), o que revela a representação da diversidade na faixa etária e também a participação da terceira idade no curso.

Os ingressantes do mestrado autodeclararam de raça branca (68%), parda (21%) e preta (11%), doutorado, branca (75%) e preta (25%).

Em relação a nacionalidade o PPGSS/UNESP/Franca tem parceria com Universidade Católica de Angola, e um participante que concluiu o mestrado no ano de 2021, ingressou no doutorado de 2022, portanto um de nacionalidade angolana, os mestrandos são de nacionalidade brasileira (100%), doutorando de nacionalidade brasileira (92%) e Angolana (8%).

Os ingressantes são de 5 estados brasileiros diferentes e 1 angolano, totalizando 24 cidades de origem, a maioria do curso do mestrado são do estado de São Paulo, Bauru (5%), Bebedouro (5%), Franca (26%), Itapeverica (5%), José Bonifácio (5%), São Carlos (5%), São José do Rio Preto (5%) e Sertãozinho (5%), do estado de Goiás, Itaberaí (5%) e Itumbiara (5%), do estado de Mato Grosso do Sul, o município de Cassilândia (5%), do estado de Minas Gerais, a cidade de Passos (11%), São Sebastião do Paraíso (5%) e Uberaba (5%). Entre os doutorandos, do estado

de São Paulo, o município de Barretos (17%), Batatais (8%), Cajobi (8%), Franca (8%), Ituverava (8%), São Paulo (8%) e Ribeirão Preto (8%), do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte (8%) e Ituiutaba (8%), Paraná o município de Maringá (8%) e da cidade de Luanda (8%).

Em relação a situação da condição do vínculo empregatício, entre os ingressantes do mestrado, identifica-se que (58%) informaram o local de trabalho, sendo a maioria em Prefeitura (32%), Instituição Filantrópica (11%), autônoma (5%), Conselho Regional de Serviço Social (5%), Hospital Estadual (5%) e em nenhuma condição (42%). Já os doutorandos, (92%) informaram atuação profissional, sendo em Instituição Universitária (25%), Prefeitura (25%), Defensoria Pública (8%), Polícia Estadual (8%), Tribunal de Justiça Estadual (8%) e não informado (8%).

A maioria dos ingressantes, de ambos os cursos, tem formação em Serviço Social, no mestrado (90%) e no doutorado (75%), mas vieram de outras graduações, entre os mestrandos, graduado em história (5%) e psicologia (5%) e para o doutorado, graduado em direito (25%).

Sobre o ano de conclusão da graduação, entre os ingressantes do mestrado, com a mesma porcentagem, aparece o período de 2001 a 2010 e 2011 a 2020 (32%), em seguida o período de 2021 a 2022 (26%) e em menor número, o período de 1991 a 2000 (11%). Em relação aos doutorandos, o ano de graduação teve uma variação, o maior número é do período entre 2011 a 2020 (50%), em seguida 2001 a 2010 (25%), e os demais período entre 1971 a 1980 (8%), 1981 a 1990 (8%) e 1991 a 2000 (8%).

Em relação ao curso da graduação, os ingressantes do mestrado, declararam em sua maioria, totalizando 16 dos participantes, concluírem em instituições públicas, a maioria na UNESP/Franca (42%), em seguida, com a mesma porcentagem, Universidade do Estado de Minas Gerais - Passos (11%) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (11%), Universidade Estadual Paulista - Assis (5%), Universidade Federal de Goiás (5%), Universidade Federal de Santa Catarina (5%), Universidade Federal de Uberlândia (5%) e 3 de instituições privadas, Instituto Toledo de Ensino (5%), Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro e Universidade Presidente Antônio Carlos (5%). Entre os doutorandos, 7 dos ingressantes concluíram a graduação em instituições privadas brasileiras, Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (8%), Faculdade Dr. Francisco Maeda (8%), Faculdades Metropolitanas Unidas (8%), Instituto Luterano de Ensino Superior (8%), Universidade de Ribeirão Preto (8%), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (8%) e uma Angolana, Universidade Católica de Angola (8%) e 3 ingressantes de instituições públicas da UNESP/Franca (25%), Universidade Federal de Uberlândia (8%) e Universidade Estadual de Londrina (8%).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Passar pela experiência de uma pandemia, com certeza deixa marcas em todo o mundo, cada um de nós, obteve momentos de grandes desafios. Comemorar os 30 anos da Pós-graduação no PPGSS/UNESP/Franca que garante uma educação laica pública e de qualidade, reconhecendo o direito do cidadão e dever do Estado, e de que disso decorre também o sentido público e social da sua existência, oferecendo estruturas pedagógicas, científicas e administrativas, com a finalidade de um aumento consistente da profissionalização dos docentes e discentes com a qualificação dos currículos, práticas pedagógicas, valor científico e social das pesquisas, impactos e inserção institucional na comunidade local, nacional e mundial.

# REFERÊNCIAS

ABEPSS. **ABEPSS assina documento que pede o enfrentamento à Covid-19.** Brasília-DF, 27 de jul de 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-assina-documento-que-pede-o-enfrentamento-a-covid19-396>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.

ABEPSS. **ABEPSS assina nota com entidades em que defende o direito à vacinação da Covid-19 no SUS.** Brasília-DF, 12 de Jan. de 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-assina-nota-com-entidades-em-que-defende-o-direito-de-todas-e-todos-a-vacinacao-de-covid19-no-sus-421>>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.

ABEPSS. **ABEPSS se manifesta contra cortes nas bolsas de mestrado e doutorado.** Brasília-DF, 20 de març. De 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrcontracortedebolsas-362>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.

ABEPSS. **ABEPSS se posiciona pela suspensão do calendário acadêmico no âmbito da graduação e da pós-graduação.** Trabalho remoto em tempos de pandemia. Em defesa da graduação e Pós-graduação em Serviço Social. Brasília-DF, 24 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-suspencao-calendario-2020-pos-370>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.

ABEPSS. **Estudantes de mestrado e doutorado em Serviço Social relatam sintomas de ansiedade.** Brasília-DF, 02 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/estudantes-de-mestrado-e-doutorado-em-servico-social-relatam-sintomas-de-ansiedade-366>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.

ABEPSS. **Nota da ABEPSS e da representação da área de Serviço Social no CNPq sobre os cortes de recursos.** Brasília-DF, 19 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/nota-da-abepss-e-da-representacao-da-area-de-servico-social-no-cnpq-sobre-os-cortes-de-recursos-328>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.

ABEPSS. **Trabalho remoto em tempos de pandemia: em defesa da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social.** Brasília-DF, 23 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-suspencao-calendario-2020-pos-370>. Acesso em: 27 ago. 2022.

ABEPSS. **Vacinar no SUS é um direito de todas e todos e um dever do Estado.** 06 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/vacinar-no-sus-e-um-direito-de-todas-e-todos-e-um-dever-do-estado-202101121827340141740.pdf>. Acesso em: 23 de ago. de 2022.

ABMES. **Portaria Nº 36, de 19 de março de 2020.** Dispõe sobre a suspensão excepcional dos prazos para defesa de dissertação ou tese no âmbito dos programas de concessão de bolsas da Capes. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-capes-36-2020-03-19.pdf>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.

AMAZONAS é o primeiro estado a retomar as aulas presenciais. Revista Exame, 10 de agosto de 2020. Agência Brasil. Disponível em: <https://exame.com/brasil/amazonas-e-o-primeiro-estado-a-retomar-as-aulas-presenciais/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ANDES. **Políticas neoliberais pavimentaram caminho para pandemia no Brasil e no mundo.** 23 de març. de 2020. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/politicas-neoliberais-pavimentaram-caminho-para-pandemia-no-brasil-e-no-mundo1>>. Acesso em: 23 de ago. de 2022.

BADDINI, B. **Primeira pessoa é vacinada contra Covid-19 no Brasil**. 17 de Jan. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/primeira-pessoa-e-vacinada-contracovid-19-no-brasil/>. Acesso em: 23 de ago. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 609 de 14 de março de 2019**. Brasília-DF, 2019. Disponível em: [https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/servicosocial/portariamec\\_609\\_14032019.pdf](https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/servicosocial/portariamec_609_14032019.pdf). Acesso em: 01 de març. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020**. Brasília-DF, 2020. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 343 de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm). Acesso em: 27 de ago. de 2022.

CNM. **Nota técnica Nº 17 de 02 de abril de 2020**. A reorganização do calendário escolar de 2020. Brasília-DF 2020. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/comunicacao\\_novo/links/04052020\\_NT\\_n172020\\_A\\_reorganizacao\\_do\\_calendario\\_escolar\\_2020.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/comunicacao_novo/links/04052020_NT_n172020_A_reorganizacao_do_calendario_escolar_2020.pdf). Acesso em: 27 de ago. de 2022.

IBGE. **Acesso à internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101794>. Acesso em: 23 de ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia. In: Canal Saúde, 11 de março de 2020. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAber-ta/organizacao-mundial-da-saude-declara-novo-coronavirus-uma-pandemia11032020>. Acesso em: 27 ago.2022.

UNESP. **Ofício Nº 58 de 22 de novembro de 1990**. Franca-SP, 1990.

UNESP. **Processo Nº 190/90 – Expediente Nº 055/93**. Franca-SP, 1993.



# FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL ANGOLANO

Daniel Luciano Muondo  
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

## INTRODUÇÃO

---

O presente artigo apresenta as experiências de formação profissional em Serviço Social na área da educação em Angola, cuja pesquisa se encontra em andamento, ao nível de doutorado, trazendo resultados de estudos realizados pelos estudantes, traduzidos nos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, numa construção resultante da realização de estágios supervisionados em diferentes espaços escolares em Angola, particularmente na província de Luanda.

Os estágios supervisionados são momentos privilegiados, que garantem a realização de pesquisas pelos estudantes, através do contato com a realidade social, estudada, percebida e compreendida por meio da observação, que habilita o estudante a conhecer a instituição ou comunidade, objeto da pesquisa.

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso complementam-se, na medida em que, a partir da observação de um fato social, numa determinada localidade ou instituição, o estudante de Serviço Social é habilitado a construir ciência, considerando a prática como elemento fundamental da edificação, sistematização e solidificação do conhecimento.

No presente artigo são apresentados os conceitos e definições de estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, sua construção em Serviço Social, com referência particular para a área da educação. Estas definições e conceitos analisam-se, na perspectiva de diferentes autores que, na abordagem do tema refletem a importância do trabalho realizado na formação profissional dos/as Assistentes Sociais em Angola.

# 1 Os estágios supervisionados em Serviço Social na formação profissional dos/as Assistentes Sociais

---

No curso de Serviço Social, o estágio supervisionado apresenta, como uma de suas premissas, dar oportunidade ao estudante, para o estabelecimento de relações mediatas entre os aspectos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional.

O conhecimento teórico-metodológico refere-se à apreensão crítica da sociedade; o posicionamento ético-político está relacionado ao compromisso ético e às ações que efetive esse compromisso, no âmbito do trabalho profissional; e, a operacionalidade técnico-operativa, trata do desenvolvimento do trabalho profissional, construindo respostas profissionais, de acordo com as demandas presentes nos diversos campos de trabalho.

Compreende-se, neste caso, a necessidade e importância da sua obrigatoriedade, sendo indiscutível a sua existência na formação profissional, visto que, é no estágio, onde o estudante vai apreender e exercitar o trabalho profissionais, captando demandas e os recursos intrínsecos nos fenômenos sociais emergentes.

O estágio supervisionado é um grande desafio para estudantes e profissionais de Serviço Social. Para os estudantes, a conquista de um espaço para exercê-lo, que exige entre outros fatores, a disponibilidade de profissionais para ensinar, até a sua colocação como futuro profissional, que se manifesta no cotidiano do exercício de seu estágio, perpassando pelos conflitos institucionais e de supervisão. E, para o profissional, desde a aceitação do estagiário, que para muitos, ainda é visto como mais uma tarefa a ser feita, à ruptura com os mitos da prática, que envolvem a intervenção do profissional e a prática imaginada do estagiário, perpassando pela disputa de saberes no invólucro dessa tarefa. (SOARES, 2014, p. 13).

Todavia, compreende-se que o estágio supervisionado é parte integrante da profissão e, ao mesmo tempo, campo de capacitação tanto para os estudantes, quanto para os profissionais de Serviço Social, tratando-se, por isso, de uma fonte insaciável de conhecimento e troca de saberes. O estágio supervisionado é, no entanto, uma exigência na formação acadêmica, pelo fato de promover a elucidação da teoria e a concretização da relação teoria e prática.

Segundo Buriolla (1995, p. 13):

[...] o estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizado do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações de atividades de aprendizagem profissional se manifesta, para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o *locus*, onde a identidade profissional do estudante é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejada gradativa e sistematicamente.



O estágio constitui uma base e componente fundamental na formação profissional em Serviço Social, considerado como parte integrante do currículo formativo, que deve ser assegurado por profissionais competentes, e com domínio no sector ou área de intervenção do futuro Assistente Social. Trata-se de uma atividade realizada por formandos/estudantes, nas empresas públicas ou privadas, assim como em diversas instituições, devidamente identificadas, com as quais se podem estabelecer parcerias nesse âmbito, visando o aprimoramento profissional na sua área de estudo.

A função do estágio supervisionado é de oferecer aos estudantes, o conhecimento prático, como elemento síntese da relação teoria-prática, uma vez que, ambos se complementam, enquanto componentes formativas, ao compreender os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, da formação profissional. O estágio supervisionado em Serviço Social possui significado ímpar, no processo de capacitação, para o exercício profissional do Assistente Social e, seu estudo se configura como temática central no fórum de debates sobre formação profissional, sobretudo, no atual contexto.

A concepção do estágio supervisionado sistematizada na proposta básica da ABEPSS, o constitui como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo, para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio elaborados em conjunto, entre unidade de ensino e unidade de campo. (ABEPSS, 2009, p. 101).

Na concepção e realização de estágios em Serviço Social, de acordo com o autor anterior, é importante considerar-se alguns aspetos fundamentais, nomeadamente: as condições necessárias, para que as instituições se configurem como campos de estágio; a supervisão direta, realizada pelo supervisor académico e o de campo; a elaboração do plano de estágio; e, outro elemento é, no entanto, o conhecimento da realidade institucional.

Quanto ao primeiro aspecto, as atividades devem ser inerentes à área do Serviço Social, pois, é fundamental que o Assistente Social supervisor disponha, no espaço socioinstitucional, de um conjunto de condições mínimas para o exercício da supervisão, tais como: espaço físico, recursos materiais, concepção de tempo para realização da supervisão e participação nas atividades, inerentes à referida prática. Além dessas condições, é necessário que a instituição reconheça o estagiário como um sujeito em processo de formação, e possibilite a sua inserção de forma ética e total no referido espaço, para o necessário processo de capacitação profissional (BURIOLLA, 1995).

Quanto ao segundo aspecto, a supervisão de estágio deve ser efetivada de forma direta, conjuntamente pelo supervisor académico e de campo, mediante a realização de encontros sistemáticos, para o necessário processo reflexivo, inerente a esta atividade académica. Aqui, importa referir que, dada a necessidade de se assegurar a qualidade do exercício profissional do Assistente Social, a aprendizagem deve ser cuidada, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à sua formação.

O terceiro aspecto, relacionado com o plano de estágio, deve assegurar a sua elaboração pelo próprio estagiário e pelo supervisor de campo, com o devido acompanhamento do supervisor acadêmico, estando nele contido e especificado teórica e metodologicamente, o conjunto de atividades que serão realizadas pelo orientando, em conformidade com o projeto ético-político profissional e o projeto pedagógico do curso.

O plano de estágio é um documento utilizado como constante referência, tanto para o estagiário, quanto para o supervisor de campo e acadêmico e, pelo próprio espaço de sua realização, enquanto unidade de prática da atividade profissional. Assim, a sua elaboração deve estar assente numa determinada problemática, identificada, a partir da realização do diagnóstico no campo de estágio, que ocorre nos primeiros dias do processo de inserção, após análise da compreensão prévia da realidade em estudo.

O estágio supervisionado tem importância significativa no processo de ensino e aprendizagem profissional, pois, é fundamentalmente uma alternativa de conhecimento da realidade concreta, uma forma de apropriação de conhecimento e questões presentes na sociedade que, para a garantia da sua legitimidade, não deve ser concebido como um momento episódico, na formação do estudante e restringir-se apenas ao momento em que se dirige para a instituição do campo de estágio. (ABEPSS, 2009, p. 103)

Um quarto aspecto fundamental na realização de estágios em Serviço Social é o conhecimento da realidade institucional, pois, possibilita ao estagiário conhecer os limites da instituição, entender as relações de poder que se estabelecem e como construir estratégias inerentes à ação profissional. Ao se defrontar com o contexto institucional, o estagiário também tem a oportunidade de se aproximar dos diferentes papéis dos sujeitos, inseridos no exercício profissional, identificando sua própria responsabilidade, no encaminhamento das questões que são apresentadas na dinâmica do campo de estágio.

O estágio supervisionado passa a ocupar a centralidade no debate da formação profissional em Serviço Social a partir da construção coletiva das Diretrizes Curriculares de 1996, marcando o compromisso no âmbito da formação profissional com o projeto ético-político da categoria. O contexto social que perpassa o capitalismo globalizado apresenta desafios e possibilidades para sua efetivação enquanto atividade curricular que tem significativa importância por preparar o estudante para o exercício profissional (WALHERS; MUONDO; OLIVEIRA, 2020).

Enquanto espaço privilegiado da aprendizagem, o estágio supervisionado é momento propício, para o estagiário desenvolver sua matriz de identidade profissional, efetivada por meio da responsabilidade e do compromisso. Na medida em que o estudante está inserido nesta atividade educativa, como sujeito do seu processo de formação, o estágio é, efetivamente, o espaço de legitimidade profissional.

## 1.1 Orientação de estágios supervisionados em Serviço Social

O processo de orientação de estágios supervisionados em Serviços Social requer a compreensão de elementos fundamentais como o perfil do supervisor, os espaços de realização, a inserção e a avaliação dos estagiários.

O orientador de estágios em Serviço Social, também conhecido como supervisor é um representante institucional, que está subordinado ao processo decisório, trazendo consigo um pouco da cultura da instituição e das tradições e linhagem de formação teórica da profissão. O supervisor institucional atua em coordenação com o supervisor de campo que, regra geral, deve tratar-se, também, de um profissional com experiência na área de formação do estagiário, enquanto Assistente Social, que atua, em coordenação com o supervisor de campo.

Porém, ambos atuam no espaço profissional que “é um espaço de luta, configurado na articulação política de sua organização, consciência, conhecimento e ação” (BURIOLLA, 2001, p. 91), com o objetivo único de fortalecer a prática profissional na instituição, direcionando-as aos princípios éticos e políticos da profissão.

Os estágios em Serviço Social realizam-se em diferentes espaços ou campos ocupacionais, com uma intervenção planejada e supervisionada por um orientador indicado para o efeito. Desse modo, os estágios ocorrem em instituições de ensino e formação, unidades sanitárias, empresas públicas e/ou privadas, unidades penitenciárias, centros de acolhimento e aconselhamento, lares de assistência, órgãos governamentais e territoriais, organizações não governamentais, da sociedade civil e outros.

Para a realização de estágios, são estabelecidas parcerias com diferentes instituições, que facilitam a integração dos estudantes, acolhendo-os e conduzindo-os ao longo do período definido, dentro dos critérios definidos pela unidade formativa. Alguns constrangimentos resultam da fraca comunicação entre a instituição formadora e o campo de estágio, por um lado, pela falta de conhecimento do papel do Serviço Social pelas instituições acolhedoras, por outro e ainda, pelo atraso no processo de negociação dos espaços para a sua realização.

O processo de inserção dos estagiários de Serviço Social parte do contexto institucional da formação do estudante, com a criação das condições essenciais e necessárias, desde a constituição dos respectivos grupos ou das equipes dos estudantes, a indicação de um orientador ou supervisor acadêmico, a organização dos meios administrativos para o seu encaminhamento aos campos de estágio, a apresentação formal ao local de estágio pelo responsável e ao acompanhamento periódico durante o processo de intervenção da prática profissional.

Para o encaminhamento dos estagiários nos campos de estágio é fundamental a organização de todo o processo durante o I semestre de cada ano acadêmico, reservando-se ao II, a realização da prática profissional.

A inserção dos estudantes no campo de estágio, em regra, é feita pelo supervisor acadêmico, que tem a missão de apresentar os orientandos, informar sobre os objetivos da sua presença na instituição, com um documento que confirme e comprove o seu envio, bem como a temática de intervenção e os critérios de avaliação.

O estágio supervisionado é um instrumento fundamental na graduação, pois, é neste momento, que o aluno passa a ter o contato real com o campo de atuação do Assistente Social

e experiências vividas na práxis, atrelado à teoria adquirida na academia, que contribuem de forma positiva no processo de ensino aprendizagem, do ponto de vista prático, teórico e reflexivo (UNESP, 2012, p. 160).

A atuação do futuro Assistentes Social começa com a compreensão da realidade em que está inserido, partindo do diagnóstico social, como fonte de estudo do campo de estágio, onde a sua prática deve ser gerada e desenvolvida, conciliada com os aspectos teóricos da profissão, adquiridos ao longo de todo o processo formativo.

A avaliação de estágios visa apreciar o seu justo valor, uma situação, uma atitude ou sentimento, considerando de modo objetivo, os fatores ou elementos de que são constituídos, visando medir os progressos realizados dentro de um determinado período, tendo em vista a formação profissional na componente prática. A instituição acadêmica estabelece os critérios de avaliação, considerando a produtividade do estudante, dentro dos limites previamente definidos. Por exemplo, fazem parte dos critérios de avaliação a presença assídua e pontual no local de estágio, a pertinência da temática em função do diagnóstico inicial, a apresentação dos relatórios solicitados pelo orientador, o seu desempenho ao longo do processo da formação profissional, o parecer do supervisor indicado pelo campo de estágio e, finalmente, a apresentação do relatório final, além da defesa do Trabalho de Conclusão do Curso, para o 4º ano.

A avaliação do estágio decorre durante a sua realização, com as sessões de orientação dos estagiários, para a verificação da execução das atividades planejadas e, é feita com base numa ficha de controlo diário dos estagiários, elaborada para o mesmo efeito, obedecendo aos elementos nela dispostos. Para cada ano é definido um modelo de relatório de estágio, utilizado pelos estagiários para apresentação dos resultados do seu trabalho.

Partindo do pressuposto que as determinações sócio históricas que demandaram a gênese da profissão podem permear a sua natureza, bem como as características sócio profissionais, particulares dos seus agentes, a formação profissional, as concepções que os Assistentes Sociais têm do Serviço Social e a sua prática profissional constituem motivos de análise das suas categorias. (MONTEIRO, p. 245, 2016)

Neste sentido, é importante que a formação dos Assistentes Sociais possibilite a compreensão dos fenômenos sociais, a partir da sua gênese, considerando as causas e efeitos deles resultantes e a proposta de medidas de solução pelo profissional.

## 1.2 Dimensões interventivas do supervisor de campo e do supervisor acadêmico

Em Serviço Social, a supervisão de estágio compreende duas dimensões interventivas, de acompanhamento e orientação profissional, nomeadamente: a supervisão acadêmica e a supervisão de campo.

Nas dimensões investigativa e interventiva da profissão do Assistente Social, um dos grandes desafios é descodificar a realidade social e suas múltiplas manifestações, em que o conhecimento da complexidade da questão social e de suas diferentes expressões ocorre através de aproximações sucessivas, numa abordagem dialética. Nesta perspectiva, o estágio supervisionado

adquire um peso privilegiado, no processo de formação profissional do estudante do curso de Serviço Social, podendo, oportunizar, não somente aproximações no processo de capacitação teórico-metodológica, para o exercício profissional, mas também, o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social (OLIVEIRA, 2004, p. 67).

A supervisão acadêmica é compreendida como uma prática docente e, portanto, sob responsabilidade de docentes integrantes, do quadro funcional do curso de Serviço Social da Instituição de Ensino Superior (IES) formadora. Como supervisor acadêmico, o docente é responsável pela reflexão teórico-metodológica, das questões

pertinentes ao exercício profissional cotidiano, emergente da realidade social e dos seus desdobramentos, destacando-se, dentre as suas competências, as seguintes: acompanhar o desempenho do estagiário, de acordo com o plano de estágio; identificar carências teórico-metodológicas e técnico-operativas do estagiário e contribuir para sua superação, desenvolvendo um exercício reflexivo, sobre o seu processo de formação profissional (relação teoria-prática).

Compete, também, ao supervisor acadêmico, junto à Coordenação de estágios da IES formadora, desenvolver diferentes ações, voltadas para a qualificação do processo de formação profissional, fomentando a participação efetiva dos Assistentes Sociais, supervisores de campo. O supervisor de campo tem grande contribuição na socialização com o estagiário, dos conhecimentos específicos da área em que é desenvolvido o trabalho profissional. Ambos devem ter uma ação integrada, em que possam discutir, a fundamentação teórico-metodológica, a capacitação técnico-operativa e a dimensão ético-política, do trabalho profissional que orienta o processo de formação do estudante de Serviço Social.

A compreensão dos diferentes papéis torna-se fundamental, para o necessário desenvolvimento do estágio curricular supervisionado em Serviço Social, evitando-se equívocos, que comprometem a efetivação da referida atividade.

Compete ao estagiário, desenvolver o conjunto de atividades constantes do seu plano de estágio, observando os princípios profissionais, que orientam o exercício da profissão. Também tem papel importante, no campo de estágio, que é o de contribuir no processo de oxigenação da ação profissional do Assistente Social, na medida em que, apresenta questionamentos a cerca do trabalho realizado, e possibilidades de enfrentamento, às situações vivenciadas no cotidiano profissional.

Outro papel fundamental do estagiário é a sua participação ativa nos processos de supervisão acadêmica e de campo, assumindo, efetivamente, a condição de sujeito do seu processo de formação profissional. Conforme Buriolla (1996), a supervisão requer um profissional que tenha competência e domínio das particularidades e habilidades inerentes à ação supervisora. Ela destaca alguns aspectos essenciais, para a concretização do papel do supervisor: a competência da pessoa do supervisor, as condições de trabalho, a concepção de mundo do profissional e, a execução de ações selecionadas e prioritárias.

O estágio supervisionado é uma atividade curricular, de capacitação dos estudantes de Serviço Social, de aprimoramento e qualificação de Assistentes Sociais que, ao compreender as suas nuances e interfaces do processo, propõe para o estagiário, o encontro com a prática profissional, aliada às atividades de extensão universitária, em que, os estudantes são introduzidos na intervenção comunitária e, para com o supervisor o detalhamento de funções,

atribuições e importância do acompanhamento do estagiário, não somente como mais uma tarefa ou algo necessário para a formação de novos profissionais, mas como um momento ímpar de fortalecimento dos propósitos ético, político e filosófico da profissão.

Implica, tanto ao profissional, quanto ao estudante, a construção e ampliação de análise dialética da realidade que visualizam, permitindo ao acadêmico apropriar, que aprendeu em postura, produtos, serviços e informações, possibilitando a qualificação dos atendimentos nas instituições, o justo acesso à garantia dos direitos sociais e humanos, ao passo que, impõe uma busca cotidiana de novas alternativas de atuação.

## **2 O Trabalho de Conclusão de Curso e a sua construção em serviço social: experiências dos estagiários de serviço social nas escolas**

---

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma componente obrigatória do currículo da instituição, na formação profissional dos Assistentes Sociais, que poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional, relacionados com o curso, e basicamente, pode ter como objetivos, dar a oportunidade ao desenvolvimento de capacidades intelectuais, habilidades e atitudes imprescindíveis à formação profissional do estudante; fornecer condições favoráveis à aplicação e integração de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas do curso; e, favorecer o desenvolvimento de atitude crítica, mediante processo de iniciação científica.

O processo de construção de um texto resulta do desafio de transformar o conhecimento adquirido nas aulas, no quadro do ensino, extensão e investigação, por meio das leituras, em uma ideia concreta. Trata-se também, de um processo de aprendizado e conhecimento, por meio do qual a transformação é favorecida, ao conseguir-se observar mudanças na forma de pensar, de sentir, de experimentar, de avaliar e de agir. A transformação das ideias, sobre si próprio, sobre a realidade e a sua mudança, são processos que caminham juntos e estimulam o potencial criativo em inovações socioculturais profundas. Na medida em que se luta para transformar a realidade, é que se começa a entender como ela é. E quando se entende como é a realidade, é que se pode lutar para transformá-la, é neste processo que o próprio ser humano também se transforma e se modifica. (MARX; ENGELS, 1984 CITADOS POR SOARES & COSTA, 2014, p. 34).

Durante o curso de graduação, o conhecimento pode ser expresso e organizado de diversas formas, nas diferentes áreas das ciências, sendo que, a iniciação científica por meio do TCC, para o curso de Serviço Social entende-se como uma atividade obrigatória, de modo particular em Angola, considerando o trabalho de síntese e de expressão da formação profissional obtida. É um trabalho de sistematização do conhecimento, decorrente de um processo

investigativo, realizado conforme as normas técnicas para trabalho acadêmico e científico, elaborado sob a orientação de um professor e apresentado a uma banca examinadora.

De acordo com Negra & Negra (2009) o termo monografia deriva do prefixo grego “monos”, correspondente ao latino “solus”, que significa “um só” e, “graphein”, escrever.

Salomon (1996, p. 179) informa que é “um tratamento escrito de um tema específico, que resulte de pesquisa científica, reduzindo sua abordagem a um único assunto, a um único problema, com um tratamento especificado”.

Fachin (2001, p.186) apresenta a ideia de “um estudo que obedece à estrutura de um trabalho de cunho científico. Do ponto de vista científico, a monografia deve ser única e bem delimitada e abranger uma pesquisa bibliográfica e/ou por uma pesquisa de campo ou laboratório”.

Santos (2000, p.37-38) argumenta que, “é um texto de primeira mão, resultante de pesquisa científica, no posicionamento, tratamento e fechamento competente, em que o objeto (tema, o problema) é geralmente bem delimitado em extensão”.

A monografia representa o estudo de uma temática, previamente definida, podendo ser a partir da realidade social do campo de estágio, ou outro de preferência do estudante, com bases científicas, tomado como contributo válido no desenvolvimento da ciência, nos aspectos político, económico, social, cultural e espiritual. A apresentação de uma monografia traduz-se na necessidade de se estudar uma problemática, no seu contexto, respeitando os critérios normativos, de acordo com os diferentes níveis de sua exigência, o que significa a produção do conhecimento, como referencial diferenciador do agir humano, em relação a outras espécies.

O conhecimento é, pois, elemento específico, fundamental na construção do destino da humanidade daí, a sua relevância e importância na educação, uma vez que sua legitimidade nasce do vínculo íntimo com a ciência, fazendo parte da dimensão investigativa da própria universidade, como compromisso com a proposta de criação de uma tradição de pesquisa. Através do TCC, enquanto parte integrante da atividade curricular de muitos cursos de graduação, constituindo-se numa iniciativa acertada e de extrema relevância, para o processo de aprendizagem do estudante, promove-se a dimensão da investigação, articulada ao próprio conteúdo do curso, com a formulação e desenvolvimento do seu projeto de pesquisa.

A estrutura da monografia pode variar, de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição de Ensino Superior, mas, via de regra, pode apresentar os seguintes elementos principais: o tema; a problematização; a metodologia; a discussão teórica; os resultados produzidos ao longo do estudo; e, a conclusão ou as considerações finais.

Por exemplo, algumas turmas do último ano da graduação, na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, são constituídas por cerca de 50 a 60 estudantes, com uma distribuição aos supervisores num total de 5 a 10, cada um. Do número de estudantes matriculados no 4º ano, que são efetivamente, entre 140 a 200, tidos como finalistas, com a realização dos estágios, podem concluir a formação apenas 40%, no mesmo ano e, a maioria chega a adiar as defesas ou apresentação dos TCCs, por um ou dois anos mais tarde, a julgar também, pela dificuldade do processo de orientação.

Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão do Curso, são componentes que ao serem concebidos, revelam-se comprometidos em colaborar para o atendimento das necessidades da sociedade local, a consolidação

da identidade institucional do estabelecimento de ensino, o alcance dos objetivos, que o curso se comprometeu a perseguir e para o êxito dos projetos intelectuais e profissionais formulados pelos estudantes. (LIMA & OLIVIO, 2007, p. 16)

Em Angola, a realização de estágio supervisionado em Serviço Social, bem como a elaboração da monografia são partes integrantes da formação profissional do Assistente Social, cuja relação pode consistir na influência de ambos, no sentido de que, o estágio cria as bases para a realização da pesquisa, a partir da identificação da temática de estudo, que diagnosticada e intervencionada, conduz à produção do conhecimento de iniciação científica, como requisito parcial para obtenção da graduação em Serviço Social. Assim, considera-se que o estudante, a partir da realidade pesquisada, por meio do estágio supervisionado, envolve-se diretamente na produção científica, não com exigência de originalidade nestes trabalhos, mas com o uso correto do material preexistente, a maneira adequada de tratá-lo, para que seja trazida alguma contribuição inteligente à aprendizagem.

Ao nível da educação, são realizados estágios supervisionados, que se transformam em pesquisas nas escolas, pelos estudantes de Serviço Social, culminando com a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção da graduação ou licenciatura.

## 2.1 Experiências de pesquisas realizadas por estudantes de Serviço Social nas escolas de Luanda

Os estudantes de Serviço Social realizam estágios supervisionados nas escolas, que ao mesmo tempo se convertem em pesquisas, servindo para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso. As pesquisas abordam vários temas, relacionados com a problemática da educação, dependendo do diagnóstico inicial, que considera a existência de diferentes situações-problemas, cuja análise determina a temática de estudo.

No presente artigo apresentam-se, a título exemplificativo, as experiências de

3 (três) pesquisas realizadas em diferentes escolas na província de Luanda, nomeadamente:

- a) o Complexo Escolar n.º 2085, Kifica, Distrito Urbano do Benfica, Município de Talatona;
- b) a Escola Sagrada Esperança, instituição do Iº Ciclo do Ensino Secundário, do município de Belas na Centralidade do Kilamba; e,
- c) a Escola do Ensino Primário e Iº Ciclo N.º 2095, Lar do Patriota, Município de Talatona.

No Complexo Escolar n.º 2085 a pesquisa estudou a temática sobre a importância do funcionamento das Comissões de Pais e Encarregados de Educação nas Escolas e o seu contributo na melhoria do rendimento escolar, nos alunos da 5ª classe. A pesquisa identificou o grau de parentesco dos responsáveis com que vivem os alunos, a participação dos Pais e Encarregados de Educação na vida escolar dos educandos, o conhecimento da existência da Comissão de Pais e Encarregados de Educação na escola e, a sua contribuição na melhoria do rendimento escolar, conforme resultados apresentados nas tabelas seguintes.



**Tabela n° 01:** Parentes com que vivem os alunos

Grau de parentesco com os alunos	%
Pais	42
Mãe	21
Pai	12
Tios	13
Avós	8
Outros	4

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

Os resultados da tabela anterior demonstram a situação dos alunos em relação aos seus responsáveis, considerando que a maioria não vive com os pais biológicos, mas sim, com outros membros da família. Desse modo, se pode perceber, até que ponto, a presença de um parente biológico chega a influenciar positivamente na melhoria da aprendizagem do aluno.

**Tabela n.º 2:** Participação dos Pais e Encarregados de Educação na vida da Escola

Resposta	%
Sim, mas quando convocados	50
Não	33
Sim	17

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

Como se pode verificar na tabela n.º 2, a participação dos pais só acontece quando há uma convocatória por parte da escola, sendo que, poucos são os que voluntariamente se interessam pela vida estudantil dos seus educandos, ao considerar os laços de afetividade demonstrados na tabela n.º 1.

**Tabela n.º 3:** Conhecimento da existência da Comissão de Pais e Encarregados de Educação

Resposta	%
Conhece	30
Não conhece	22
Conhece, mas não funciona	48

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

Apesar da sua existência nas escolas, o seu funcionamento ainda não é eficaz, de acordo com os resultados apresentados na tabela anterior. Todavia, é importante que as Comissões de Pais e Encarregados de Educação atuem mais nas escolas e o seu funcionamento seja notabilizado ao nível por parte dos diferentes agentes educativos.

**Tabela n.º 4:** Contribuição da Comissão de Pais e Encarregados de Educação na melhoria do rendimento escolar

Resposta	%
Concordam	16
Concordam plenamente	67
Discorda	17

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

De acordo com os dados apresentados na tabela anterior, o rendimento escolar melhora com a contribuição das Comissões de Pais e Encarregados de Educação, participando das atividades escolares e do acompanhamento dos educandos, refletindo-se na soma da percentagem dos que concordam e concordam plenamente. A segunda pesquisa das experiências em análise foi realizada na escola do 1º Ciclo do Ensino Secundário Sagrada Esperança, na Centralidade do Kilamba, município de Belas, província de Luanda, e abordou a temática dos Castigos Escolares e seus efeitos na aprendizagem dos alunos da 8ª classe. Este estudo identificou os tipos de castigos escolares mais aplicados, as causas dos castigos, o estado psicológico dos alunos submetidos constantemente aos castigos, considerando os seus aspectos positivos e negativos, como ilustram os resultados seguintes.

**Tabela n.º 5 –** Tipos de Castigos aplicados aos alunos da 8ª classe em sala de aula

Tipos de castigos	%
Em pé, voltado com a cara na parede	10
Privação do recreio	6
De joelhos	18
Puxão de orelha	12
Repreensão	21
Expulsão da sala de aula	9
Palmatórias	24

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

Os dados da tabela anterior refletem os castigos aplicados aos alunos da 8ª classe, sendo os mais comuns a repreensão e a palmatória, e em menor escala a expulsão da sala de aula e a privação do recreio do aluno. Apesar de se constatar os diferentes tipos de castigos aplicados

aos alunos da 8ª classe, depreende-se que os mesmos não exprimem a melhor maneira de educar, sendo que, trata-se apenas de uma forma convencional que alguns professores utilizam na tentativa de discipliná-los. No entanto, se pode considerar que é possível educar sem castigar, apelando ao diálogo e a outras formas educativas que garantam a aprendizagem nos alunos.

**Tabela nº 6 – Causas dos castigos escolares**

Respostas	%
Barulho	20
Incumprimento de tarefa para casa	15
Insultos e brigas entre colegas	15
Distração com telemóveis	20
Pular o muro da escola	10
Má apresentação física	20

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

Das causas dos castigos escolares apresentados na tabela anterior, importa referir que, aos alunos da 8ª classe da Escola Sagrada Esperança, deve ser dada maior atenção ao comportamento que apresentam, com medidas educativas, que vão desde o contato e informação aos pais e encarregados de educação, a realização de debates e palestras, a julgar pelos dados apresentados, que demonstram uma preocupação.

**Tabela nº 7: Estado psicológico dos alunos submetidos constantemente a castigos**

Aspectos negativos	%	Aspectos positivos	%
Falta de vontade de ir à escola	39	Maior atenção nas aulas	36
Retração na participação das aulas	27	Maior cumprimento das tarefas	22
Medo de alguns professores	22	Menos barulho na aula	24
Pouca motivação	12	Ordem na turma	18

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

O estado psicológico dos alunos foi compreendido a partir dos próprios alunos, por meio das entrevistas, apontando-se os aspectos negativos e positivos dos castigos, como demonstrado na tabela anterior.

De acordo com os resultados apresentados na tabela anterior, pode-se concluir que, a aplicação dos castigos aos alunos provoca um desequilíbrio e transtorno psicológico na aprendizagem, percebidos a partir das manifestações individuais de cada um, carecendo da atenção não só dos professores em sala de aula, mas também da presença de outros profissionais, havendo, por isso, um trabalho interdisciplinar, para a regulação dos comportamentos que venham a apresentar.

Apesar dos castigos constituírem-se como negativos na vida do alunos, há também, algumas vantagens que decorrem da sua aplicação, conforme revelação do estudo realizado. Porém, mesmo com essa revelação, não podemos aferir ou entender como sendo de grande vantagem a aplicação dos castigos aos alunos, pelo que, um trabalho multidisciplinar, sobretudo, de profissionais integrados em gabinetes de apoio psicossocial nas escolas, contribuiria para a melhoria da aprendizagem.

A terceira experiência fala da pesquisa realizada na Escola do Ensino Primário e Iº Ciclo Nº 2095, Lar do Patriota, Município de Talatona, que estudou os Fatores que contribuem para indisciplina em alunos adolescentes. A pesquisa procurou compreender e explicar alguns pressupostos na análise da situação de indisciplina na escola, nomeadamente: comportamento indisciplinar mais frequente na sala de aula; os fatores mais influentes no cometimento de indisciplina pelos adolescentes na escola; e, as formas de combater a indisciplina na sala de aula.

**Tabela n.º 8:** Comportamento indisciplinar mais frequente na sala de aula

Respostas	%
Conversa entre colegas	22
Interromper o professor ao longo da aula	35
Colocar-se de pé sem permissão	24
Responder mal ao professor	19

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

Diante dos dados revelados, afigura-se dizer que se torna necessário intervir na redução dessas formas de comportamento, sobretudo, com a criação e o funcionamento dos Gabinetes Psicopedagógicos, com um trabalho de equipas multidisciplinares, que possam garantir o controlo e a correção das ações indisciplinares dos alunos. Um contributo válido é também o das famílias, que devem ser comunicadas regularmente, tornando-as parte do processo, com o conhecimento de todas as irregularidades cometidas pelos seus educandos na escola.

**Tabela n.º 9:** Formas de combater a indisciplina na sala de aula

Respostas	%
Dando palmatória	5
Ignorando o comportamento do aluno	8
Expulsão da sala de aula	3
Aplicando uma falta vermelha	14
Chamando atenção ao aluno	62
Sensibilizando o aluno através de conversa	8

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

Como se pode verificar, o cometimento de indisciplina pelos alunos deve ser acompanhado com a intervenção dos professores, atuando através do diálogo e da sensibilização, o que pode contribuir para diminuir a melhoria do comportamento dos alunos em sala de aula. A relação entre professor e aluno é importante, pois, esta interação melhora o processo de ensino/aprendizagem, numa comunicação bilateral e de carácter mútuo.

**Tabela nº 10:** Fatores que contribuem para a indisciplina na escola

Respostas	%
Mimo excessivo dos pais para com os filhos	21
Não acompanhamento da família na aprendizagem	26
Separação/ divórcio dos pais	16
Influência de um alcoólatra na família	11
Violência doméstica em casa	26

**Fonte:** Pesquisa do Autor.

O estudo procurou conhecer os fatores que influenciam na indisciplina dos adolescentes em sala de aula e, conforme se verifica na tabela anterior, julga-se necessário investir fortemente na necessidade do acompanhamento dos pais no processo de aprendizagem, assim como, melhorar os níveis de relacionamento entre as famílias, mas, sobretudo, o casal, na medida em que, devem estabelecer relações que contribuam para a diminuição do índice de violência doméstica.

Nesse sentido, pode-se diminuir a indisciplina na escola, quando existir o compromisso dos pais na orientação escolar dos seus filhos e educandos, como também, melhorar os níveis de relacionamento conjugal, combatendo os actos lesivos na família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a produção de conhecimento em Serviço Social na área da Educação, através dos estágios supervisionados, com a elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso ou Monografias apresentou as experiências de 3 (três) escolas, na província de Luanda, cujos dados foram extraídos de trabalhos de estudantes do Instituto Superior de Serviço Social.

As experiências partilhadas abordam temas relacionados com a área da educação, partindo do contexto de realização de estágios, onde foram identificadas as problemáticas, objeto das pesquisas desenvolvidas pelos estudantes. O conhecimento científico é construído de diferentes formas, considerando-se, sobretudo, a componente prática evidenciada a partir da observação dos factos ou fenómenos, analisados em contextos históricos onde ocorrem, gerando, deste modo, o saber sistematizado através de métodos e técnicas apropriadas.

O Trabalho de Conclusão de Curso é, para o Serviço Social, uma condição indispensável e necessária no processo de formação dos Assistentes Sociais, que habilita os estudantes a conhecer e analisar diversas temáticas que contribuem na construção do seu conhecimento teórico, percebido a partir de elementos da prática profissional.

# REFERÊNCIAS

---

- ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Estágio, Ética e Pesquisa: Desafios para a Formação Profissional**. 17º Ano IH - Janeiro, 2009.
- BURIOLLA, M. A.F. **Estagio Supervisionado**. São Paulo, Cortez, 1995.
- BURIOLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 2.ª ed. São Paulo, Cortez, 1996.
- FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 3.ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2001.
- LIMA, M. C; OLIVIO, S. (Orgs.). **Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso**. São Paulo, Thompson Learning, 2007.
- NEGRA, C. A. S.; NEGRA, E. M. S. **Manual de Trabalhos Monográficos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado**. 4.ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, C. A. H. da S. **Formação Profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, constantes desafios**. Serviço Social e Realidade. Franca: UNESP. v 13, n. 2, 2004.
- SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo. 2. Ed, Martins Fontes, 1996.
- SANTOS, A. R. **Metodologia científica**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A. 2000.
- SOARES, M. C. M.; COSTA, N. F. da. **O Serviço Social na Teoria e na Prática: Os Desafios Contemporâneos**. 2. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: SUAM, 2014.
- UNESP – Universidade Estadual Paulista. **Serviço Social e Realidade**. Franca. v. 21, n.1. ISSN: 1413-4233, 2012.
- WALHERS, M. L. S.; MUONDO, D. L.; OLIVEIRA, C. A. H. da S. Reflexões sobre o estágio em Serviço Social: Brasil e Angola. 8º Encontro Internacional de Política Social. 15º Encontro Nacional de Política Social Tema: Questão social, violência e segurança pública: desafios e perspectivas Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020.

# POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: em defesa da qualidade da formação profissional

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira  
Maicow Lucas Santos Walhers

## INTRODUÇÃO

---

O estágio supervisionado adquire um novo patamar a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 por ser uma atividade que permite a aproximação da(o) estagiária(o) com o espaço sócio-ocupacional da(o) Assistente Social, o que pressupõe supervisão sistemática. Nesta perspectiva é atividade onde ocorre a síntese reflexiva entre os conhecimentos apreendidos ao longo do processo de formação acadêmico-profissional e o campo de estágio, sendo lócus de desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional, contribuindo para a autonomia e construção da identidade profissional em Serviço Social.

O estágio curricular obrigatório difere dos demais componentes curriculares por articular três sujeitos significativos no processo de ensinagem em Serviço Social: supervisor(a) acadêmica, estagiário e supervisor(a) de campo. Compreendemos que não deve ser o único espaço de aproximação com a realidade social, mas tem como característica alguns elementos fundamentais: pressupõe supervisão sistemática; é o lócus de aproximação com a realidade social mediante a supervisão, contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional; deve ser acompanhado, supervisionado e sistematizado em conformidade com o plano de estágio (o que o caracteriza como atividade pedagógica).

Esta compreensão está alicerçada nas produções teóricas e acadêmico-científicas produzidas pela categoria, principalmente nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, na Política Nacional de Estágio (PNE) e nas produções de pesquisadores (as) da área. Destaca-se que o Serviço Social tem construído importantes instrumentos ético-políticos e normativos em defesa da qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social em consonância com o projeto de formação acadêmico-profissional construído historicamente, que tem nas Diretrizes

Curriculares de 1996 as bases da formação profissional. Estes instrumentos permitem fortalecer a qualidade da formação profissional em contraposição ao projeto de educação e de formação imposto pelo mercado, que coloca como exigência um perfil profissional cada vez mais precário, tecnicista e polivalente para atender as demandas do modo de produção capitalista.

Ao analisar o salto qualitativo do Serviço Social na defesa da formação profissional, ressaltam-se as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Resolução CFESS 533/08, que garante a supervisão direta de estágio em Serviço Social e a Política Nacional de Estágio (PNE). Esta última, apesar de não ter força de lei, configura-se como um importante instrumento ético-político na defesa da qualidade do estágio supervisionado, problematizando os desafios do estágio e afirmando princípios e diretrizes para sua realização.

Apresentaremos alguns elementos para reflexão, a partir da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, problematizando sobre a importância da Política Nacional de Estágio, seus desafios e contribuições para a qualificação e defesa do estágio supervisionado em Serviço Social conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares (DC's) construídas coletivamente pela categoria e com o protagonismo da ABEPSS.

## 1. Avanços e desafios para a Formação Profissional em Serviço Social

---

Verifica-se nas últimas décadas o amadurecimento acadêmico-científico e profissional do Serviço Social. Principalmente a partir da década de 1960, com o processo de redemocratização do país, que levou naquela quadra a busca pela renovação da profissão. Contribuindo através da sua capacidade organizativa, na construção de uma direção social que está materializada nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão, que tem na aproximação com a tradição marxista, o referencial teórico para a construção da direção social e do conhecimento sobre a natureza da profissão e da questão social, enquanto objeto de intervenção profissional.

As normativas e instrumentos construídos no campo do exercício e da formação profissional configuram-se como importantes estratégias de luta política, de resistência e de enfrentamento ao projeto capitalista de educação e a toda sua lógica destrutiva enquanto sociabilidade que se assenta na divisão de classes, na apropriação dos meios de trabalho e da riqueza socialmente produzida e da desigualdade social estrutural que está na lógica de sua reprodução social. Ou seja, é uma profissão que se insere no mundo do trabalho e, a partir das contradições da realidade social, cria e se recria frente no mundo do trabalho, procurando materializar seu projeto ético-político, enquanto direção da profissão vinculada um projeto societário, pertencente à classe social na qual faz parte, a classe trabalhadora, enquanto classe historicamente revolucionária.

A partir desse direcionamento da profissão, a articulação da formação com o exercício profissional, procurando a relação entre conhecimento e realidade social, a superação da dicotomia entre teoria e realidade, torna-se uma das preocupações da categoria. O que exige a necessidade de um perfil profissional com competências e habilidades necessárias para



intervenção competente e atenta com as mudanças no mundo do trabalho e que se expressa nos diferentes espaços sócio ocupacionais do Assistente Social, capaz de decifrar a realidade para além do que está posto na aparência do cotidiano.

Esta problemática está no centro do debate da categoria em busca da unidade da teoria e prática em Serviço Social, da sua práxis profissional, ao articular a formação com exercício profissional, a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo e da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Este desafio é aprofundado e está nas reflexões da Política Nacional de Estágio (PNE), sinalizando a sua importância na efetivação da relação entre formação e exercício profissional, que tem no estágio supervisionado, um dos espaços de sua síntese.

Surge dessa forma, a necessidade de construção de propostas de intervenção críticas e criativas que sejam capazes de decifrar a realidade em sua totalidade histórica, social, econômica e cultural para além dos aspectos imediatos que se expressam os fenômenos na cotidianidade da vida social e suas particularidades no trabalho profissional dos Assistentes Sociais, é eixo fundante do projeto de formação profissional em Serviço Social.

Nesta perspectiva, pensar a formação crítica, competente e de qualidade se configura como desafio contemporâneo da profissão principalmente diante do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e os redirecionamentos das políticas públicas e sociais, principalmente no campo da educação, que tem sofrido com as contrarreformas do Estado brasileiro que se orienta pelo ideário neoliberal.

Esta direção sustenta a compreensão radical da realidade social e das estratégias que a profissão tem construído coletivamente na direção social demarcada historicamente e que tem direcionado o perfil profissional que se almeja construir, principalmente a partir das Diretrizes Curriculares e mais recentemente, a construção coletiva da Política Nacional de Estágio – PNE.

Esta análise crítica é fundamental para a efetivação do projeto ético-político elucidado, diante da necessidade de aprofundamento no movimento dialético da realidade social, procurando apreender os mecanismos de dominação e exploração da força de trabalho e suas contradições, para que o profissional consiga desenvolver sua capacidade de “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”. (IAMAMOTO, 2008, p. 20).

Frente às contrarreformas do ensino e as condições de vida e de trabalho dos discentes e docentes dos cursos de Serviço Social pelo país, torna-se necessário pensar e repensar as formas de materialização dos princípios profissionais no processo formativo em Serviço Social, problematizando se as estruturas, os currículos e os componentes curriculares dos cursos, conseguem atender as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos na realidade social que se expressa no espaço de trabalho do assistente social e se, ao mesmo tempo, apresenta respostas diante da realidade dos discentes e docentes no curso de Serviço Social, respostas profissionais estas que vão ao encontro com o projeto ético-político profissional, fazendo contraposição ao projeto mercadológico, tecnicista e aligeirada, hegemônico. Ao mesmo tempo em que consegue responder essas demandas e preservar a qualidade da formação profissional em consonância com as Diretrizes Curriculares e com o direcionamento político da PNE.

A crise capitalista encontra como forma de saída para o enfrentamento da crise e garantia da acumulação capitalista, a reestruturação produtiva com base na robótica, no alto desenvolvimento científico e tecnológico, exigindo um perfil profissional cada vez mais competente

tecnicamente e voltado para os interesses do mercado. Nesta direção, a educação tem um papel crucial, e para a efetivação desse direcionamento.

Nesta perspectiva, presenciemos uma conjuntura marcada pela contrarreforma do Estado que passa a ser orientada pelo ideário neoliberal, que a partir da década de 1990, se intensifica, mas que tem sua gênese a partir da década 1970, com o desmonte do Estado, o desfinanciamento da política pública, as contrarreformas na saúde, educação e previdência, como as principais políticas a serem atacadas. A crise sanitária e econômica acontece em um contexto que avança o conservadorismo, atrelada a uma política genocida do atual governo, que submete o país a subalternidade dos países dominantes e ao capital internacional.

Destacamos como retrocesso, a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos na área da saúde, educação e assistência social, por vinte anos, configurando um ataque aos direitos sociais e a fragilização do pacto social, na garantia de patamares civilizatórios de reprodução social. Esta estratégia está dentro do pacote de reajuste fiscal orientada pelo ideário neoliberal, que tem no capital financeiro e bancário, suas bases de acumulação capitalista, reafirmando a máxima do capital: a acumulação e concentração de riquezas está acima da vida.

Também presenciemos que a ofensiva conservadora toma contornos expressivos na realidade brasileira, fomentando práticas obscurantistas, preconceituosas, racistas, LGBT-QIA+fóbicas. Discursos e práticas violentas são naturalizadas e ganham legalidade no cenário contemporâneo, justificando violências de diversas naturezas, em nome de uma suposta liberdade de expressão, que oprime, oculta a desigualdade social de raça, classe, gênero, etnia, cultural e econômica, legitimando a morte da população que historicamente é invisibilizada pela sociedade.

Este cenário coloca diversos desafios e ataques para a consolidação da formação (e nela o estágio supervisionado) de qualidade na formação profissional em consonância com o perfil preconizado pelas Diretrizes Curriculares. Os ataques se dão no campo da formação profissional, frente aos projetos de educação em disputa na nossa sociedade, nas condições de vida da classe trabalhadora, público das políticas sociais, majoritariamente atendida pelo Serviço Social e nas formas de respostas da categoria as expressões da questão social, que por se caracterizar como uma profissão interventiva depende de condições objetivas e de recursos para atender as demandas da classe trabalhadora, que é viabilizada por meio de serviços, políticas públicas e sociais, programas e projetos.

## **2. A Construção da PNE e o debate contemporâneo em defesa da Formação acadêmico-profissional em Serviço Social**

A década de 1990 sinalizou um período de grandes avanços para o Serviço Social: em 1993 temos a aprovação do Código de Ética mediante a revisão dos códigos anteriores e a aprovação da Lei de Regulamentação da profissão, Lei 8.662 de 1993, com alterações a partir da lei 12.317 de 2010 que dispõe sobre a duração do trabalho profissional do Assistente Social,

reduzindo a carga horária para 30 horas, significando um avanço qualitativo na defesa do trabalho profissional e representa a capacidade organizativa e combativa da categoria.

No campo da formação profissional temos a aprovação das Diretrizes Curriculares em 1996, que vem trazer novos parâmetros para a formação em Serviço Social e coloca a centralidade do estágio supervisionado no processo de ensinagem sob uma nova ótica. Frente à estes marcos legais, que se intensifica o debate na categoria em torno da formação e do exercício profissional em Serviço Social, surgindo à necessidade da construção de um perfil de assistente social atento as mudanças do mundo do trabalho e em consonância com o Projeto ético-político da categoria.

Destacamos essas normativas, pois elas se inserem dentro do projeto de formação e exercício profissional que tem no projeto ético-político, o horizonte balizador do trabalho e da formação em Serviço Social. As prerrogativas ético-legais procuram defender os acúmulos da categoria, assim como a direção social da profissão construída coletivamente a partir da década de 1980 com o processo de renovação da profissão, culminando na década seguinte com uma profissão que tem um novo estatuto perante a sociedade e um projeto que aponta para o fortalecimento das forças políticas de busca de superação da ordem vigente.

As Diretrizes Curriculares em 1996 marcam o avanço na formação profissional a partir de um novo paradigma, que busca a superação da fragmentação do conteúdo e a articulação do processo formativo através dos fundamentos que norteiam o processo de aprendizagem.

Neste sentido, surge a necessidade de um perfil profissional capaz de compreender criticamente a realidade social a partir do desvelamento do real, criando respostas críticas e propositivas que vão ao encontro da efetivação dos direitos sociais e do projeto ético-político, sendo norteado pelos princípios contidos no Código de Ética profissional que fundamenta a categoria, procurando materializar os valores emancipatórios e humanistas consolidados ao longo do processo histórico da profissão.

Esta dimensão ética e política marca o compromisso com a construção da contra-hegemonia na sociedade capitalista e na sua superação através das contradições do mundo do trabalho. A lei de regulamentação da profissão defende condições mínimas de trabalho e baliza o exercício profissional em todo território nacional, representando a defesa da formação e do exercício profissional em Serviço Social.

A posição hegemônica é uma construção histórica, portanto, suscetível de contra-hegemonia: a socialização do poder e da política, a ocupação de posições, a elevação cultural e do conhecimento a consciência crítica – caracterizadas como **rupturas moleculares** – poderão contribuir para uma nova visão de mundo desarticulando a ideologia dominante. (LUIZ, 2013, p. 107, grifo do autor).

A construção coletiva das Diretrizes Curriculares (DC's) pela categoria profissional procura atender a necessidade de um perfil profissional com fundamentação teórico-metodológica para compreender a realidade social para além de suas aparências, procurando através do movimento do real, as particularidades sócio-históricas de formação e constituição da sociedade capitalista e as contradições inerentes à lógica de produção e reprodução das relações sociais.

A articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, procuram articular os fundamentos da profissão na qualificação do exercício profissional, alicerçada em uma formação profissional crítica, competente e organicamente alicerçada na teoria do ser social, que tem no marxismo as bases de apreensão da realidade social. A relação entre a teoria e a realidade social acontece através da apreensão do movimento do real a partir das categorias de mediação.

A relação orgânica entre o singular e o universal, entre o fato que se expressa na cotidianidade como autônomo, único e as leis tendenciais e universais dessa sociabilidade se dá pelas particularidades sócio-históricas e políticas de constituição da sociedade capitalista e da lógica de exploração que se realiza através da apropriação dos meios de produção e da racionalização do trabalho.

Para defender a qualidade da formação profissional e nela compreendida o estágio supervisionado, a categoria a partir dos seus órgãos representativos: conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e a ABEPSS como protagonista, constrói coletivamente a Política Nacional de Estágio (PNE) que reafirma o compromisso da profissão com estágio supervisionado e sua centralidade no processo de formação profissional. A PNE problematiza os desafios para a formação profissional frente a contrarreforma do ensino superior e os rebatimentos na formação profissional, o estágio obrigatório e não-obrigatório, a supervisão direta de estágio, coloca princípios para a efetivação do estágio, a importância dos planos de estágios, e qualifica as atribuições dos sujeitos partícipes do processo de supervisão e demais estratégias para sua operacionalização.

A PNE demarca o avanço da profissão, na defesa da qualidade da formação profissional e do estágio supervisionado, frente aos desafios postos no mundo do trabalho – o desmonte do Estado e das políticas públicas – principalmente diante da precariedade da política educacional, onde verifica um processo de formação cada vez mais tecnicista precarizada e aliçada, para atender as novas necessidades do mercado diante do atual estágio do modo de produção capitalista.

Preconizando uma formação crítica e comprometida com os valores e princípios expressos no projeto ético-político do Serviço Social, o projeto de formação profissional dos(as) assistentes sociais se confronta com esse modelo de educação superior que fortalece a privatização e a mercantilização da educação, respalda as formações aligeiradas, prioriza a quantidade em detrimento da qualidade e implementa processos avaliativos disseminadores da competitividade entre instituições, cursos e profissionais. (VASCONCELOS, 2007, p. 67)

Dessa forma, a PNE marca o compromisso com a qualidade do processo formativo de qualidade e ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso e a defesa do estágio supervisionado, trazendo um maior entendimento em relação as atribuições dos sujeitos envolvidos nesta atividade pedagógica, tratando também de outras especificidades do estágio como as colocadas anteriormente.

Entre os princípios destacados pelas Diretrizes Curriculares que contribuem para a unidade na formação profissional destaca-se: “4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros

componentes curriculares; [...]” (ABEPSS, 2007, p. 73) e principalmente através do “5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; [...]” (ABEPSS, 2007, p. 73). A importância de construção de outros espaços para a efetivação da relação teórico-prática também é elucidada nas Diretrizes Curriculares através do princípio da “8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; [...]” (ABEPSS, 2007, p. 73).

A PNE reafirma a indissociabilidade dos elementos centrais da formação profissional preconizado pelas DC’s e a articula no estágio supervisionado, enquanto dimensões inerentes ao processo de supervisão de estágio, composto pela tríade: supervisão de campo, acadêmica e estagiário. Esta se configura como um dos grandes desafios para a efetivação do estágio supervisionado em Serviço Social, na qual a categoria apresenta diversos instrumentos para sua operacionalização, como fóruns de estágio, plano de estágio, entre outros elementos.

O estágio configura-se como espaço de síntese da relação entre conhecimento e realidade social, através da supervisão de campo e acadêmica como elementos fundantes dessa relação. Dessa forma a centralidade do estágio supervisionado em Serviço Social, que diferentemente dos outros componentes curriculares, que possam abordar a realidade social, o estágio se realiza pela inserção do estagiário no campo de estágio, pressupondo supervisão sistemática. A supervisão dessa forma configura-se como princípios norteadores do estágio, conforme colocado pela PNE, o que pressupõe a articulação de diversas dimensões do processo de ensinagem.

O estágio supervisionado é considerado como espaço de construção da identidade profissional, fortalecendo o compromisso do (a) estagiário (a) enquanto sujeito coletivo com a categoria e com a classe trabalhadora. Ao passo que também contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a formação profissional. O estágio caracteriza como espaço de mediação na formação profissional e de apreensão das múltiplas determinações da realidade social. “As mediações funcionam como condutos por onde fluem as relações entre as várias estâncias da realidade. São elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade.” (PONTES, 1997, p. 181).

Atualmente verificamos que alterações substanciais na educação brasileira entram em curso no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) orientada pelos interesses dos organismos multilaterais internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), que a partir dos interesses do capital (na sua atual fase de reestruturação produtiva e de acumulação), as esferas de serviços, principalmente as públicas, passam a ser mercantilizadas, tornando-se formas de garantir o processo de acumulação capitalista. Esta lógica se particulariza na atualidade, diante do crescimento da área de prestação de serviços e sua diversificação. Processo este, que está vinculado diretamente a intensa divisão social, sexual, de gênero e raça do trabalho.

Sob crescente socialização objetiva do trabalho, mesmo com a produção generalizada de mercadorias, uma divisão cada vez maior de trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sobre as tendências à atomização. No capitalismo, esse processo de centralização tem caráter duplo: é técnico e econômico. *Tecnicamente*, uma divisão crescente de trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das *funções*

*intermediárias*; daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral. *Economicamente*, o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente de capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas multinacionais e conglomerados. (MANDEL, 1985, p. 269, grifo do autor).

Dessa forma, o Estado passa a ser orientado a partir da reestruturação do modo de produção capitalista, promove a expansão dos setores de serviços e a crescente capitalização dos serviços públicos. A reforma educacional, norteada pelo ideário neoliberal, tem influenciado a organização do ensino superior, onde se verifica um direcionamento cada vez mais nítido e intenso em direção do sucateamento do ensino superior público, com corte de verbas, ao mesmo tempo em que aumenta o número de vagas, sem a contrapartida do fortalecimento da estrutura funcional e organizacional necessária.

Diante desse cenário, que se aponta para o Serviço Social e suas dimensões interventiva e formativa, torna-se necessário analisar como se configuram os cursos de Serviço Social ao longo do país, como tem apreendido as Diretrizes Curriculares e sua materialização por meio da matriz curricular e dos seus componentes e aprofundar o debate em relação a PNE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Destaca-se o salto qualitativo da profissão na construção de um projeto de formação acadêmico-profissional, que preconiza um perfil profissional generalista, crítico e propositivo. Este avanço é resultado das lutas coletivas marcadas por um contexto sócio-histórico de intensa organização política da classe trabalhadora, que culminou na década de 1980-1990, em uma profissão organicamente alicerçada em valores humano-genéticos contra a opressão e dominação de classe, afirmando a defesa da luta revolucionária da classe trabalhadora. Este processo de consciência de classe, do reconhecimento da classe “para si”, é um movimento histórico, dinâmico, contraditório e permanente.

Realizar essa afirmação é de fundamental importância para uma análise crítica da profissão para além dos seus muros, identificando sua relação orgânica com o mundo do trabalho e com a classe trabalhadora. O compromisso ético-político da profissão está alicerçado em um aporte teórico que permite o desvelamento do real e reconhece as demandas da classe trabalhadora. Neste movimento o sentimento de pertencimento é fundamental para avançar na análise da realidade social e na luta de classe.

Este salto qualitativo contribuiu para a construção de balizas para a elaboração de instrumentos ético-políticos e normativos necessários para a defesa da qualidade da formação profissional, que tem em um projeto de formação profissional suas premissas. Destaca-se a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, a preconização de um perfil profissional crítico, competente e com competências e habilidades necessárias para o trabalho profissional. Este perfil está relacionado em princípios ético-políticos que tem na defesa intransigente dos direitos sociais, da plena expansão dos sujeitos sociais, da liberdade e contra o arbítrio o autoritarismo, elucidados pelo Código de Ética profissional de 1993.

Estes princípios se traduzem em competências e habilidades que pressupõem conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativos, alicerçados em valores ético-políticos construídos historicamente e que norteiam o trabalho, a formação profissional e a organização da categoria contra a opressão de classes, em direção de uma sociedade justa e igualitária. Dessa forma, é um projeto de formação, que tem como projetos mais amplos, uma determinada compreensão de educação e de projeto societário que se sustentam em projetos revolucionários.

Este projeto de formação é oposto e se confronta com o perfil profissional exigido pelo mercado capitalista, que se assenta em uma formação cada vez mais precarizada, pulverizada e aligeirada, em que a formação está voltada para os interesses do mercado capitalista, que tem dois objetivos: um perfil de trabalhador (a) tecnicista, polivalente, e ao mesmo tempo, despolitizado, através das perdas dos direitos trabalhistas e previdenciários. Trata-se de um projeto do capital para alienar e coisificar cada vez mais o trabalhador (a) que se encontra a mercê dos interesses do capital financeiro e produtivo.

Com o avanço das políticas orientadas pelo neoliberalismo, os direitos a educação, à saúde, a previdência encontra-se cada vez mais ameaçados. Ao serem considerados lucrativos para o capital, tem no mercado financeiro e setor privado, os nichos de acumulação capitalista. A assistência social, que historicamente, tem ganhado o estatuto de direito social, assim como as demais políticas, estão cada vez mais focalizadas e seletivas.

É este cenário que a formação profissional se confronta e é chamada para dar respostas, procurando contribuir para a construção de um (a) profissional capaz de dar respostas no âmbito do trabalho profissional e enquanto parte de uma coletividade que é a categoria profissional que faça enfrentamentos a este contexto, procurando preservar os direitos sociais e criar espaços de desenvolvimento da autonomia dos usuários e de fortalecimento da sua organização política.

Agrava-se neste contexto a expansão do ensino superior, principalmente na modalidade à distância, trazendo consequências para formação e o trabalho profissional, em que se observa uma precariedade do ensino e um expressivo número de profissionais formados sem a garantia de serem inseridos no mercado de trabalho. A perda do tripé de ensino, pesquisa e extensão; a falta de recursos e maior aprofundamento da garantia da permanência estudantil na graduação e na pós-graduação, sobretudo, nos cursos e programas em que existe um maior número de discentes trabalhadores são desafios que estão na agenda do debate da categoria e que tem desafiado o Serviço Social na defesa da qualidade da formação profissional.

O estágio supervisionado, enquanto atividade curricular, preconizado pelas Diretrizes Curriculares adquire outro patamar, ao ser considerado lócus de construção da identidade profissional e de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional. Enquanto atividade privativa do (a) Assistente Social pressupõe supervisão de campo e acadêmica, configurando-se como uma das particularidades dessa atividade que difere dos demais componentes curriculares.

Historicamente, o estágio tem enfrentado inúmeros desafios para sua efetivação: a precarização do ensino superior, o avanço do ensino à distância, a dificuldade de garantir a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica, formação e trabalho profissional e a distância das UFAs com os campos de estágio, a garantia de campos de estágio para os (as) discentes, e a perda da característica do estágio como atividade pedagógica ao considerar o

(a) estagiário mão-de-obra barata ou colocá-lo para desenvolver atividades que não estejam relacionadas com o trabalho do (a) Assistente Social. Este contexto foi problematizado pela Política Nacional de Estágio (PNE) pelo GT em sua elaboração, sinalizando a necessidade de construção da PNE para qualificar o estágio e defender suas prerrogativas e princípios, assim como, nortear os sujeitos partícipes do processo de supervisão e as UFA's na sua efetivação.

Este contexto tem sido agravado com a pandemia da COVID-19, principalmente com o Ensino Remoto Emergencial (ERE) diante da necessidade de suspensão das atividades no âmbito da graduação e pós-graduação. Observam-se os desafios enfrentados pelo estágio supervisionado se agravaram, diante das UFA's não conseguir garantir a sua realização conforme preconizado pelas DC's, PNE e demais normativas.

Com o avanço da pandemia e a necessidade de retomada do ensino, a dificuldade de garantia da supervisão de estágio, concomitante ao ensino, não foi possível ser garantia em muitas unidades de ensino. Assim como as atividades consideradas para o cumprimento de carga horária de estágio, sendo muita das vezes, não relacionadas com o trabalho profissional, enquanto aproximação com a realidade do espaço sócio-ocupacional, ou não promovendo a efetiva inserção do (a) estagiário (a) com o campo de estágio.

Os desafios enfrentados têm reforçado o lugar que o estágio tem ocupado na formação profissional, que apesar dos avanços da categoria, ainda encontram dilemas para sua efetivação, não ocupando a mesma centralidade, necessitando de mais aprofundamentos.

É urgente reforçar o debate e a defesa do estágio supervisionado em Serviço Social, principalmente com o protagonismo da ABEPSS e do conjunto CFESS, procurando tornar amplo o conhecimento das normativas da categoria, problematizando seus desafios e procurando elucidar possibilidades para a sua superação. Nestes mais de dez anos de aprovação da PNE é fundamental avaliar os rebatimentos da PNE na qualidade da formação profissional em Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – ABEPSS. In: CRESS 9ª REGIÃO (Org.). *Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social*. 3. ed. Rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.
- ABEPSS. *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*. 2010. Disponível em: < [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2022.
- BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10ª. ed. Rev. E atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: < [http://cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: 15 de Out. De 2016.
- BRASIL. Lei 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)>. Aceso em: 23 nov. 2016.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2014.



- CFESS. Código de Ética profissional do Assistente Social in: *Legislação Brasileira para o Serviço Social*: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social. 3. ed. Rev. Atual. e ampl. Até dezembro de 2007 – São Paulo: o conselho, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LUIZ, D. E. C. *Emancipação e Serviço Social*: a potencialidade da prática profissional. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. d. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas.)
- PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. 2. d. São Paulo: Cortez, 1997.
- VASCONCELOS, I. R. *Estágio não-obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais*: trabalho preconizado ou processo didático-pedagógico? 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.



# A CENTRALIDADE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS FRENTE AS MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO

Andreza Mendes Fachina

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi

## INTRODUÇÃO

---

Nas últimas décadas a formação profissional em Serviço Social tem sido amplamente debatida pela categoria profissional e o estágio supervisionado tem um papel de destaque. A ênfase a esta temática explica-se a partir de seu caráter pedagógico e os desafios na efetivação de um estágio de qualidade.

Assim, o estágio supervisionado deixou de ser um momento episódico para ser um elemento central no processo formativo que possibilita a síntese dos conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite desenvolver todas as dimensões da profissão e articulá-las em torno de um perfil profissional crítico. (GUERRA, 2016, p. 101).

Em relação a seus instrumentos legais e normativos, a Resolução n.º 533/08 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio e a Política Nacional de Estágio (2010) evidenciam um avanço significativo em relação à operacionalização do estágio supervisionado, ao mesmo tempo, demonstra uma articulação de luta da categoria a favor de uma formação profissional sólida, crítica e coerente com os princípios ético-políticos que defendemos.

No entanto, muitos são os desafios que perpassam a formação profissional e consequentemente o estágio supervisionado, como por exemplo, o processo de expansão do ensino

superior<sup>1</sup> e a precarização das relações de trabalho tanto no exercício da docência quanto do/a profissional que atua no campo de estágio.

Deste modo, são objetivos deste estudo refletir como ocorre o estágio supervisionado em Serviço Social diante das condições de trabalho do/a assistente social na contemporaneidade e a sua relação com a qualidade da formação profissional e futura atuação profissional dos/as estagiários.

## 1. Trabalho na Hodiernidade

---

O trabalho é uma necessidade humana e está presente desde os primórdios da humanidade, pois através dele os indivíduos garantem a sua subsistência, suas necessidades básicas e buscam o pertencimento social na sociedade capitalista. Concorde Mioto (2009, p. 05):

As necessidades trazidas por sujeitos singulares não são mais compreendidas como problemas individuais, mas tais demandas devem ser interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista.

O processo de trabalho é complexo, multifatorial e está relacionado a diversas questões que perpassam a vida do ser humano, suas relações pessoais e interpessoais, a forma como o indivíduo se enxerga, sente-se ou não pertencente a atividade que exerce, a satisfação pessoal e profissional, a sua qualificação, a ausência e/ou acesso as oportunidades de desenvolvimento no mercado de trabalho.

Destaca-se que, desde a institucionalização do Serviço Social, a profissão está vinculada as expressões da questão social que é fruto da contradição entre capital e trabalho. De acordo com Yamamoto (2000, p. 113), “A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que marca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos.”

O trabalho na sociedade capitalista é permeado desafios, nesse sentido, faz-se necessária a reflexão acerca da precarização das condições de trabalho, das dificuldades da classe trabalhadora, ou seja, a classe que sobrevive do trabalho e os seus rebatimentos na vida do ser humano.

No Brasil, sobretudo a partir da década de 1990<sup>2</sup> tornou-se evidente o avanço do neoliberalismo e o processo de reestruturação produtiva. Segundo Antunes (2001, p.35):

- 1 Não é objetivo do presente estudo, abordar a expansão do ensino superior, porém compreendemos que esta é uma importante temática a ser debatida a fim de apreendermos seus impactos na formação profissional em Serviço Social.
- 2 O neoliberalismo ganhou força na década de 1990 no Brasil e este processo ocasionou condições de exploração particulares e articuladoras de elementos herdeiros do fordismo (ainda vigentes em vários ramos e setores produtivos) aos novos mecanismos, próprios das formas de acumulação flexível. (ANTUNES, 2015, p.01)

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Vale salientar que, devido a vasta demanda de profissionais e a baixa oferta de postos de trabalho para absorver esta mão de obra excedente, tem-se no Serviço Social um exército de reserva que por vezes devido à alta competitividade do mercado de trabalho, a necessidade de subsistência e a busca por experiência profissional se submetem a trabalhos com baixa remuneração.

No neoliberalismo a flexibilização do trabalho ganha mais força a cada dia “[...] ela se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural.” (ANTUNES, 2015, p. 411).

Perante a flexibilização das condições de trabalho, torna-se relevante ressaltar que muitos/as profissionais atuam como autônomos, possuem contratos de trabalho temporários, vínculo de trabalho informal que não lhes garante proteção social ao desemprego e previdenciária.

Muitos assistentes sociais por vezes vivenciam situações de irregularidades que ferem o código de ética profissional, tais como trabalhar mais de trinta horas semanais mesmo diante da conquista das trinta horas pela categoria, assinar termos de estágio sem o discente ter de fato estagiado na instituição, assinar documentos/projetos que não são sua produção intelectual, mas que precisam da assinatura do profissional para serem enviados para prefeituras, conselhos municipais, empresas privadas para captação de recursos financeiros, dentre outras, vivenciam situações de nepotismo que está presente em diversos espaços ocupacionais que priorizam as relações pessoais e não a qualificação e competência para o cargo.

Por vezes os/as profissionais podem possuir receio de manifestarem a sua opinião técnica acerca de diversas situações do cotidiano e de se declararem contrários as práticas arbitrárias, antiéticas e conservadoras nas instituições privadas ou do terceiro setor por receio de serem demitidos, ou seja, perderem a sua fonte de renda e por não conseguirem uma nova recolocação no mercado de trabalho visto a vasta oferta de mão de obra, principalmente após a implementação de cursos de Serviço Social na modalidade à distância que ampliou o número de graduados/as em Serviço Social.

Essa realidade também ocorre no setor público, pois os/as assistentes sociais também têm receio de sofrerem represálias, como ser transferido/a para outro serviço contra a sua vontade ou ser prejudicado/a ao solicitar um cargo de coordenação.

Nesse sentido, destaca-se que, exercer atividade laboral é um desafio, principalmente quando o indivíduo vivencia condições precarizadas de trabalho que impactam o seu cotidiano profissional e podem provocar angústia, sofrimento, insatisfação pessoal e/ou profissional, incompatibilidade com a coordenação ou com o trabalho desenvolvido, em alguns casos até crises de identidade profissional e/ou pessoal podendo ocasionar ansiedade, depressão, Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional que é um distúrbio emocional com sintomas de estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastantes.

Não existem limites para a precarização, mas apenas formas diferenciadas de sua manifestação. Formas capazes de articular em uma única cadeia produtiva desde o trabalho terceirizado, quarteirizado, muitas vezes realizado nas casas dos próprios trabalhadores, àquele intensificado ao limite, desenvolvido nos ambientes “modernos” e “limpos” das corporações mundiais. Por isso que, sob a atual fase do capitalismo, o domínio do trabalho é, mais do que nunca, domínio do tempo de trabalho (ANTUNES, 2015, p.409).

A precarização das condições de trabalho está intrinsicamente relacionada a sociedade capitalista, apresentando momentos mais intensos, sobretudo na era globalizada e nas crises cíclicas oriundas da relação entre o capital e a exploração do trabalho. “Nas épocas de crise o que se assiste é a intensificação da precarização, denominada como a persistente tendência à precarização estrutural do trabalho em escala global.” (ANTUNES, 2015, p. 411)

Desse modo, faz-se necessário refletir sobre como as condições de trabalho dos/as assistentes sociais supervisores acadêmicos de estágio e supervisores de campo podem contribuir e/ou dificultar o processo de supervisão de estágio e o processo de formação profissional do/a discente.

## 2. Sujeitos Particpeis do Estágio e sua Relação com o Trabalho

---

O Serviço Social enquanto profissão que se insere no mundo do trabalho, intervém nas expressões da questão social a partir do conhecimento adquirido ao longo do processo de formação acadêmico-profissional iniciado na graduação e percorrido ao longo da vida profissional, diante da dinamicidade da realidade social expressas nas mudanças do trabalho e sua relação entre as classes sociais que estabelecem relações de produção e reprodução social.

A categoria trabalho dessa forma, perpassa transversalmente o Serviço Social, enquanto categoria ontológica, parte da realidade social e enquanto categoria analítica, ao apresentar as categorias fundantes para a sua compreensão de forma crítica. O Serviço Social se configura como profissão inscrita no mundo do trabalho, a sua intervenção profissional se realiza a partir das expressões da questão social que é produto das transformações do mundo do trabalho, de sua forma de organização, sua relação entre as classes sociais e sua constituição enquanto atividade subjugada pelos interesses do capital. Iamamoto (2000) completa em relação ao Serviço Social:

Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem *produtos*: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de *consensos* na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2000, p. 69, grifos da autora).

Esses referenciais teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnicos operativos, se sustentam na matriz teórica marxista e marxiana, que são as bases para a compreensão da realidade social a partir da constituição da sociedade capitalista enquanto sociedade de classes e de sua lógica de exploração e dominação através do trabalho enquanto atividade ontológica do homem que nesta sociabilidade se transforma em instrumento de coisificação, alienação, dominação, com o objetivo de garantir a acumulação da riqueza socialmente produzida.

Somente uma concepção de teoria social crítica e radical, como um conjunto de pressuposições que buscam captar o modo de ser e de se constituir dos processos sociais, a sua lógica a sua dinâmica de constituição (NETTO, 1986) é que permite à profissão superar a aparência do real cristalizada nos fenômenos. (GUERRA, 2004, p. 33-34)

É este referencial que contribui para a apreensão dos elementos fundamentais para a compreensão da realidade social para além do seu aspecto fenomênico, desvelando o real, em sua essência, e contribuindo para a intervenção na realidade social, procurando efetivar os objetivos profissionais em consonância com o projeto ético-político profissional que se alicerça em um projeto societário revolucionário que busca a superação dessa forma de sociabilidade.

São as Diretrizes Curriculares (DC's) de 1996, construídas coletivamente pela categoria com o protagonismo da ABEPSS, que sinalizam esse avanço na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, a partir de uma nova lógica curricular que preconiza a superação a fragmentação de conteúdo a partir dos núcleos de fundamentação, que se articulam e apresentam níveis diferenciados de apreensão da realidade social, procurando capacitar o/a discente para apreensão da realidade social em sua totalidade. Esses núcleos são: Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

As DC's destacam a importância do estágio supervisionado no processo formativo, por ser o espaço de aproximação da/o discente a realidade social mediante supervisão de campo e acadêmica. Dessa forma, o estágio supervisionado curricular adquire um novo significado na formação acadêmico-profissional, não sendo somente uma atividade obrigatória, ou treinamento para "o exercício da prática", como já foi concebido anteriormente pela profissão. As DC's procuram superar essa dicotomia entre formação e trabalho profissional e o estágio têm uma importante contribuição nesse processo, ao se configurar enquanto atividade pedagógica, que objetiva a inserção da/o estagiário/a no espaço sócio ocupacional da/o Assistente Social para "capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática". (ABEPSS, 1996, p. 19).

O estágio contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a intervenção profissional e para o desenvolvimento da autonomia da/o estagiário/a e para a construção da sua identidade profissional, ao propiciar um espaço pedagógico que possa relacionar o conhecimento apreendido ao longo da graduação com a realidade vivenciada no campo de estágio. Destaca-se dessa forma, a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica e entre estágio e formação profissional.

A partir da lógica curricular das DC's, o estágio supervisionado não é o único espaço de aproximação com a realidade social, devendo a formação acadêmico-profissional construir outras atividades que propiciem essa relação. Mas o estágio supervisionado é única atividade

que pressupõe a indissociabilidade da supervisão de campo e acadêmica, devendo ocorrer de forma simultânea e articulada, garantindo a relação constante entre os sujeitos partícipes desse processo, supervisor/a de campo, estagiário/a e supervisor/a acadêmico/a.

Além dessa relação, o estágio supervisionado curricular tem por objetivo aproximar o/a estagiário/a com as particularidades do trabalho profissional da/o Assistente Social, suas atribuições e competências e a forma como se efetiva o trabalho profissional a partir das prerrogativas do Código de Ética Profissional da/o Assistente Social e da lei de regulamentação da profissão (Lei 8662/93).

Apesar dos avanços das DC's na concepção do estágio supervisionado, colocando-o enquanto umas das atividades centrais na formação profissional, é somente com a Política Nacional de Estágio (PNE) de 2010, que a categoria procura trazer os acúmulos da profissão em relação a sua compreensão, procurando problematizar seus desafios e apresentar princípios, diretrizes e estratégias para sua efetivação conforme elucidado pelas DC's.

É com a PNE que as atribuições de cada sujeito partícipes do processo de supervisão – supervisor/a de campo, estagiário/a e supervisor/a acadêmica – são explicitadas, procurando instrumentalizar a categoria e as UFA's para sua realização, reafirmando a articulação dos sujeitos e a indissociabilidade na supervisão de estágio. Sendo esta, uma atividade programada de forma pedagógica, através do plano de estágio construído coletivamente pelos sujeitos partícipes, em consonância com o projeto pedagógico do curso que deve ser orientado pelas DC's da ABEPSS.

Conforme nos coloca a PNE, caracteriza-se como atribuições das/os supervisoras/ acadêmicas/as, a orientação das/os discentes procurando relacionar o conhecimento apreendido ao longo da graduação com a realidade vivenciada no campo de estágio, através das mediações das categorias fundamentais que compõem o real e sua apreensão crítica através dos fundamentos da profissão e do aporte teórico que norteia o Serviço Social, identificando as expressões da questão social, sua relação com os aspectos conjunturais e estruturais que constituem formação da sociedade capitalista e a particularidade do Serviço Social enquanto especialização do trabalho, suas formas de respostas a partir das normativas profissionais e das particularidades sócio institucionais. Segundo a PNE, cabe a:

Orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. (ABEPSS, 2010, p. 19)

Ao/a supervisor/a de campo compete acompanhar e orientar a/o estagiário/a no campo estágio refletindo criticamente em relação as competências e habilidades profissionais, as particularidades do trabalho profissional nos espaços sócio ocupacionais conforme o que está definido no plano de estágio. Assim, de acordo com a PNE, ao/a supervisor/a de campo tem por atribuição:

A inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão. (ABEPSS, 2010, p. 19-20).



E o/a estagiário/a enquanto sujeito em processo de aprendizagem, é dotado de capacidade crítica, investigativa e criativa. Contribuindo muitas das vezes, para o fomento do debate crítico a partir de suas inquietações e reflexões a partir do conhecimento construído ao longo do seu processo formativo, capaz de potencializar para a construção de novas ações a partir da relação entre os/as supervisores/as acadêmicos/as e de campo a partir do debate propiciado através das trocas promovidos através dos espaços para a supervisão de estágio e de outras atividades na graduação que propiciem a construção do conhecimento e a reflexão crítica da realidade social. O/a estagiário/a é considerado/a:

Sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social. (ABEPSS, 2010, p. 19-20).

Percebemos que o estágio supervisionado tem por objetivo a inserção da/o estagiário/a na realidade sócio ocupacional do/a Assistente Social mediante supervisão sistemática, garantindo a indissociabilidade entre conhecimento e realidade social. Realidade esta que se materializa a partir das configurações do mundo do trabalho, que condiciona o trabalho da/o Assistente Social apresentando possibilidades e limites para a intervenção profissional. Trabalho este que também perpassa organicamente a profissão desde a sua constituição, organização enquanto categoria, as formas de respostas e os meios para estas respostas profissionais, suas condições objetivas e subjetivas de enquanto trabalhador/a, formas de contratação, regulamentação e remuneração.

O trabalho perpassa a formação e o trabalho profissional e se configura como categoria central, ontológica e analítica para a compreensão da realidade social e da profissão inserida no mundo do trabalho, apresentando as categorias para o desvelamento do real, para a intervenção profissional a partir das contradições (im)postas na realidade, devendo o/a estagiário/a por meio do processo de supervisão apreender a profissão nas particularidades da sociedade brasileira e do mundo do trabalho capitalista, realizando o movimento “de volta”, relacionar as determinações e “leis” mais gerais da sociedade capitalista e seus rebatimentos na profissão, em uma perspectiva de totalidade. Esse movimento dialético é a forma de ser do método em Marx (1982):

O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto (MARX, 1982, p.14).

É esse movimento que permite identificar as determinações do mundo do trabalho, suas contradições e antagonismos para poder intervir na realidade de forma radical, atenta com o projeto ético-político profissional, que sinaliza a direção social da profissão, rompendo com qualquer visão messiânica ou fatalista, que conforme nos coloca Iamamoto (2000), estão de costas para o real concreto:

A partir da apreensão dialética da totalidade histórica e das particularidades sócioeconômicas e políticas que formam a realidade social em sua concretude, por meio do Trabalho no processo de constituição do indivíduo social e na produção da vida material, nos marcos da sociedade capitalista, o Serviço Social contemporâneo encontra os elementos indispensáveis para compreensão do movimento dinâmico de formação e transformação da sociedade. É nesse processo de apreensão da vida social que a categoria assume a postura de atuar de forma crítica e propositiva, de modo a contribuir para a superação do modelo de sociedade baseado na exploração do trabalho, suas faces excludentes e degradantes da condição humana. (ABEPSS, 2010, p.10).

Está no bojo do debate da qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social as transformações societárias atuais com a contrarreforma do Estado e seu rebatimento na educação, principalmente universitária, onde presencia-se a precarização do ensino superior brasileiro, em sua modalidade público e privado, o sucateamento da universidade pública a lógica expansionista da formação profissional principalmente em sua modalidade à distância, que tem se agravado com o ensino remoto emergencial no período pandêmico, evidenciando e agravando esta precarização do ensino. Toda essa realidade está vinculada a projetos de educação em disputa na nossa sociedade, o modelo privatista, tecnicista e aligeirado proposto pelo mercado, e o projeto generalista, crítico e competente defendido pela categoria profissional.

É fundamental apropriarmos desse debate e defender a qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social conforme preconizado pela ABEPSS através das DC's e da PNE, procurando criar espaços de autonomia e de garantia da supervisão de qualidade através da relação indissociável entre supervisão de campo e acadêmica, garantindo a relação entre conhecimento e fortalecendo a aproximação da universidade com os campos de estágio. É nesta direção que a categoria tem se movimentado, em busca da defesa da qualidade do estágio supervisionado na formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

### **3. Algumas Estratégicas que contribuem com o Fortalecimento do Estágio Supervisionado**

---

O estágio supervisionado é permeado por desafios que vão desde a precarização das relações de trabalho, ausência e/ou dificuldades de articulação entre campos de estágio e unidade de formação acadêmica (UFA), condições precárias do campo de estágio como, por exemplo, instalações físicas inadequadas que não garantem o sigilo profissional, sobrecarga de trabalho e falta de autonomia do/a supervisor/a, considerar o/a estagiário/a como mão de obra barata, pouco conhecimento acerca dos instrumentos normativos do estágio supervisionado, ausência de formação permanente dos/as supervisores/as até falta de campos de estágio.

Somados a isso, está à fragilidade teórica em relação à sua operacionalização, seja porque durante a graduação não há preparação para o exercício da supervisão ou pela complexidade do cotidiano profissional que contribui com ações imediatas.

Neste sentido, é preciso ter clareza que estágio e supervisão estão intrinsecamente ligados, sendo uma relação de unidade, contudo são momentos distintos. O estágio, como já abordado, é momento no qual o/a discente é inserido/a no espaço sócio ocupacional do/a assistente social, com o objetivo de vivenciar o cotidiano profissional, buscando apreender as determinações impostas pela realidade social e visualizando as possíveis estratégias de atuação sobre esta realidade.

A supervisão, por sua vez, é o momento no qual supervisores/as acadêmicos/as e de campo e estagiários/as refletem o exercício profissional tendo como fundamento as dimensões que constituem a profissão, (SANTOS; GOMES; LOPES, 2016, p. 217) articulando os conhecimentos teóricos com a prática vivenciada no campo de estágio.

Conforme as DC's o estágio enquanto atividade didático-pedagógica pressupõe a indissociabilidade entre supervisão acadêmica, supervisão de campo e estágio, ou seja, deve ser uma ação conjunta, tendo ambos os supervisores/as, a mesma importância no processo formativo, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento da capacidade crítica do/a estudante, buscando estratégias para intervir na realidade social.

Sendo assim é imprescindível ter conhecimento não só dos instrumentos legais e normativos que permeiam a formação profissional e o estágio supervisionado, como também da matriz teórica marxista e marxiana que fundamenta a compreensão da realidade social.

Além disso, temos plano de estágio, documento que norteia do processo de ensino aprendizagem, no qual deve estar sistematizadas o conjunto de atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a no campo de estágio, em conformidade com o Projeto Ético-Político Profissional e o Plano Pedagógico do curso, contemplando a articulação das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa, sendo construído em conjunto entre estagiário/a, supervisor/a de campo e acadêmico/a. (ABEPSS, 2010, p.33).

É um documento que deve ser frequentemente consultado, pois é uma orientação sobre a organização do estágio para cada discente, fazendo parte da documentação exigida, juntamente com os relatórios na Resolução do CFESS que Regulamenta da supervisão direta em seu artigo 4º.

Outro instrumento importante é programa da disciplina de supervisão acadêmica, que não deve ter uma ementa que não permita trabalhar as dúvidas e conteúdos trazidos pelos/as estudantes, mas sim que promova o planejamento das atividades a partir das necessidades apontadas pelos/as discentes por meio de sua vivência no campo de estágio.

Ramos e Santos (2016, p. 298) propõem que o programa da disciplina seja compartilhado com os/as supervisores/as de campo. Na mesma direção Ortiz, discorre sobre a importância do supervisor/a de campo buscar o estreitamento da relação com a sala de aula, conhecendo o currículo pleno da UFA, assim como o programa da disciplina de estágio, de modo a evitar que a realização do estágio aconteça de forma “apartada” da disciplina, o que inviabiliza a relação orgânica entre ambos (ORTIZ, 2016, p. 209-210).

Ainda para o fortalecimento do estágio se faz necessário buscar meios de viabilizar a articulação entre UFAs e campos de estágio, seja por meio dos Fóruns de Supervisores como proposto na PNE, como um “[...] espaço de resistência e luta para a defesa e consolidação da qualificação do estágio supervisionado.” (ABEPSS, 2010, p. 36) ou por meio de visitas aos campos de estágio, reuniões e/ou encontros. Contudo, é preciso buscar estratégias que promovam a participação e o fortalecimento desses e de novos espaços, atualmente, com o avanço

da tecnologia, é possível realizar as reuniões, por exemplo, por meio remoto e/ou híbrido, facilitando esta articulação. Porém, é imprescindível que supervisores/as de campo possam ter contato com o espaço universitário e supervisores/as acadêmicos com o campo de estágio.

Deve-se ainda considerar a formação permanente como indispensável no fortalecimento do estágio supervisionado, pois é por meio do conhecimento que resistimos, que temos a possibilidade de desvelar a realidade e pensar estratégias para ultrapassar os constantes desafios da formação e exercício profissionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O estágio supervisionado é um elemento central na formação profissional possibilita ao/a estudante o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a intervenção profissional,

O estágio supervisionado é um importante espaço (mas não só) que contribui para que o/a estudante venha apreender a realidade social e as demandas oriundas do modo de produção no qual estamos inseridos/as permitindo aos/as estudantes “[...] captarem o significado da política social, o antagonismo de interesses que as atravessam e as lutas de classe como elemento constitutivo das políticas sociais.” (GUERRA, 2016, p. 109).

Conforme abordado, estágio e supervisão são elementos distintos, porém indissociáveis que traz a possibilidade refletir o exercício profissional, tendo uma base teórico-metodológica, que contribua com a apreensão da realidade e um direcionamento ético-político que oriente a atuação, articulando os conhecimentos teóricos com a prática vivenciada no campo de estágio.

Contudo, o exercício profissional é repleto de desafios, entre estes, está a precarização das relações de trabalho no qual o/a assistente social vivencia tanto em sua condição de trabalhador/a assalariado/a quanto profissional que atua nas múltiplas expressões da questão social oriunda modo capitalista de produção.

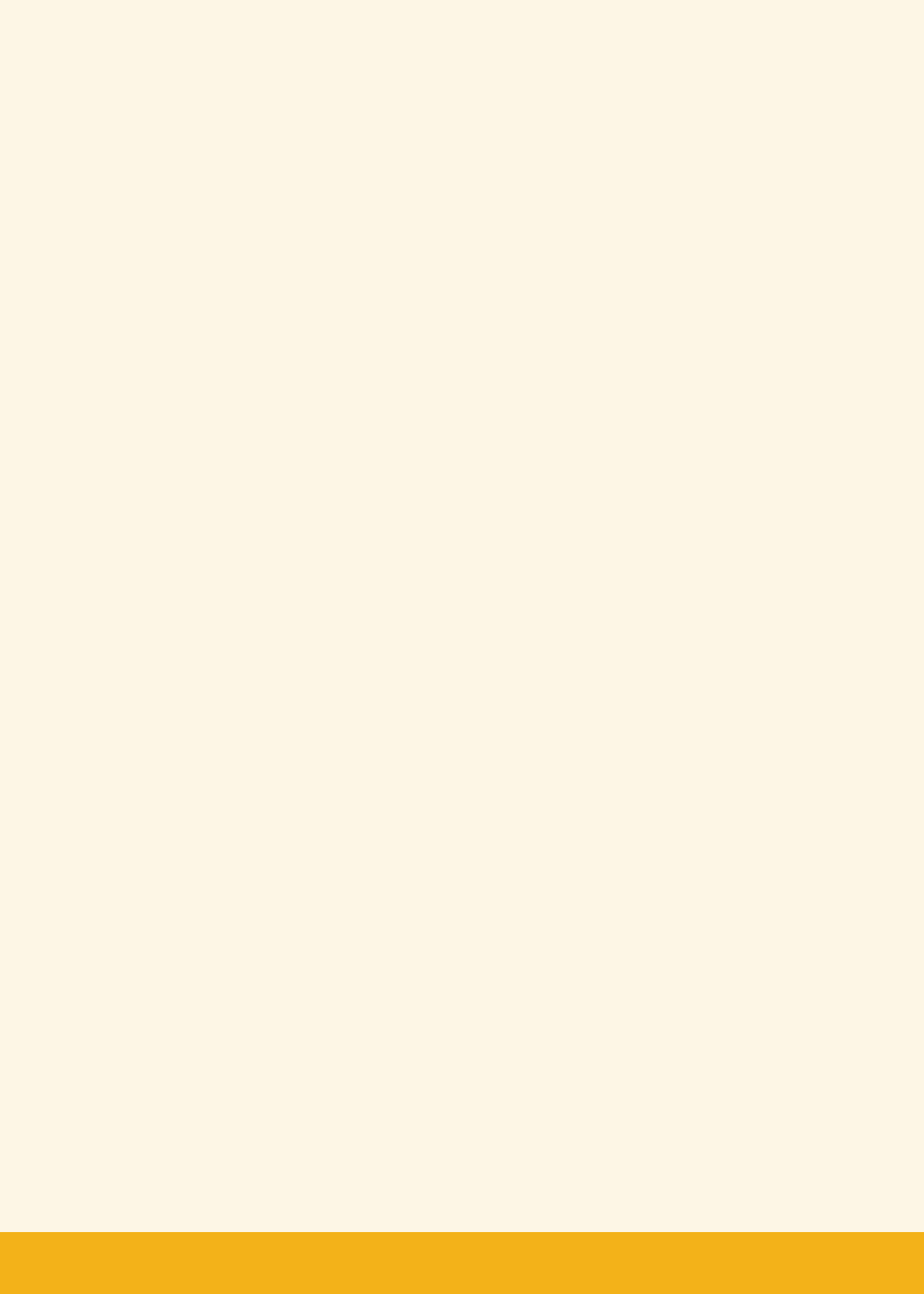
É neste cenário repleto de desafios em que o estágio supervisionado se realiza, fazendo-se necessário buscar estratégias para fortalecer a formação e exercício profissionais.

Conhecer os instrumentos legais e normativos que embasam a formação e o estágio supervisionado, superando a fragilidade teórica e compreendendo os papéis dos/as sujeitos envolvidos, é indispensável na luta, defesa e fortalecimento do estágio supervisionando.

Por fim, mas não menos importante é indispensável assumir o compromisso profissional com a supervisão de estágio enquanto atribuição privativa do/a assistente social contribuindo com o processo de formação o qual almejamos na atualidade.

# REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- ABEPSS. Política Nacional de Estágio de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. 2010. Disponível em: < [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, p. 407-427, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, p. 35-48, 2001.
- GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (Org.). **A supervisão de estágio em Serviço Social:** aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, 2004.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000, p. 113.
- MARX, Karl. Introdução. In: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p.3-21. (Os economistas).
- MIOTO, Regina Celia Tamasso. Estudos Socioeconômicos. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: [cressrn.org.br/files/arquivos/8B11wB4614LYr7zq15a4.pdf](https://cressrn.org.br/files/arquivos/8B11wB4614LYr7zq15a4.pdf)
- OLIVEIRA, Cirlene Ap. Hilário da Silva. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n. 17, p. 99-110, jan./jun. 2009.
- ORTIZ, Fátima Grave. A Supervisão de Estágio como Atribuição Privativa do Assistente Social. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (Org.). **A supervisão de estágio em Serviço Social:** aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- RAMOS, Adriana; SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. Articulação Entre Supervisão de Campo e Acadêmica em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 16, n. 31, jan./jun. 2016.
- SANTOS, Cláudia Mônica; GOMES, Daniele Cristina Silva; LOPES, Ludmila Pacheco. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios e estratégias para sua operacionalização. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (Org.). **A supervisão de estágio em Serviço Social:** aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.



# REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA NA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Fernanda Vieira Costa  
Thaís Viana Figueira

## INTRODUÇÃO

---

A Unidade Auxiliar “Centro Jurídico Social” da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca/SP, tem como missão prestar atendimento jurídico e social à população que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não assistida por órgãos públicos ou particulares, cujos processos judiciais tramitam na Comarca de Franca.

Além disso, objetiva formar técnica, ética e profissionalmente estagiários dos cursos de graduação em Direito e Serviço Social, incentivando a construção do conhecimento nas áreas de sua intervenção e contribuindo para a formação e futuro exercício profissional.

A atuação profissional do Serviço Social nesta instituição tem por finalidade conhecer de forma crítica a realidade social na qual os sujeitos que procuram pelo atendimento estão inseridos, identificando as expressões da questão social que se manifestam em sua dinâmica familiar e comunitária, a fim de compreender as condicionalidades objetivas que vão além da demanda jurídica, captando as suas necessidades sociais para dar respostas no âmbito das políticas públicas e sociais e viabilizar o acesso aos seus direitos.

Assim sendo, é um espaço de formação profissional onde a equipe técnica, formada por assistentes sociais e advogadas, atua numa perspectiva interdisciplinar junto dos estagiários/as do Serviço Social e do Direito, prestando atendimento sociojurídico à população que se enquadra nos requisitos socioeconômicos, e oferecendo aos estudantes a oportunidade de sistematizar os conhecimentos técnico-científicos apreendidos na graduação mediante a intervenção prática no campo de estágio. Dessa forma, redimensionam-se os conhecimentos teóricos na sua relação com a realidade, uma vez que a relação teoria e prática é indissociável.

Conforme Santos, Backx e Guerra (2017, p. 67 a 68), sabe-se que “a relação entre dimensão interventiva e dimensão investigativa constitui-se em um dos princípios organizativos da formação e exercício profissionais, de modo que ela tem no estágio supervisionado um espaço

privilegiado, embora não o único”. Logo, faz-se necessário que o processo de supervisão de estágio permita ao estudante o desenvolvimento de autonomia profissional, bem como de uma capacidade para “investigar o campo, analisá-lo criticamente, problematizar o contexto socioinstitucional e o significado sócio-histórico do trabalho profissional, desenvolver capacidade argumentativa e vislumbrar estratégias de enfrentamento e resistência”.

O campo de estágio é, portanto, um espaço de mediações entre formação e exercício profissionais que possibilita a afirmação do Projeto Ético-Político da profissão, bem como do significado sócio-histórico do Serviço Social, enquanto profissão socialmente inscrita no processo de produção e reprodução das relações sociais<sup>1</sup>. Assim, parte-se do pressuposto de que:

a dimensão técnico-operativa no processo de supervisão de estágio é demarcada pela instrumentalidade, que é a capacidade que o Serviço Social tem adquirido na sua trajetória histórica de responder às demandas da sociedade, às requisições socioinstitucionais e às finalidades profissionais. Nessa perspectiva, a instrumentalidade encaminha o pensamento à indagação do como fazer e do para que fazer, conectando meios às finalidades, entendendo-as impregnadas de valores e de implicações sociopolíticas. (LEWGOY, 2009, p. 169).

Neste sentido, considerando a instrumentalidade e a dimensão técnico-operativa enquanto dimensões essenciais da formação e da prática profissional, as assistentes sociais da UACJS buscaram compreender qual o nível de aproximação que os/as estagiários/as possuem com estas categorias a partir de sua trajetória na graduação e nos campos de estágio anteriores.

Isto, pois sabe-se que carecem os estudos que se direcionam a tal temática, sendo importante trazer os dados coletados *a priori* como forma de analisar e respaldar a realização de pesquisas mais aprofundadas *a posteriori*. De tal forma, iniciou-se a presente pesquisa aplicando um questionário aos estagiários através do *Google Forms* que objetivou apreender o seu nível de aproximação com a dimensão técnico-operativa da profissão.

O método utilizado para dar respostas ao problema exposto no decorrer deste projeto requer a integração das abordagens qualitativa e quantitativa, a fim de possibilitar aproximações à realidade do objeto. Basear-se-á, portanto, na tradição marxista para análise, enquanto uma

abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais. [...] Enquanto método, propõe a abordagem dialética [como um meio de] analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas das situações de vida, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais. A dialética

---

1 YAZBEK, M. C. Conforme Yazbek, o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, [...] sendo preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares (s./d., p. 3).



trabalha, [portanto], com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas. (MINAYO; DESLANDES; e GOMES, 2016, p. 23 e 24).

O tipo de estudo é, portanto, exploratório, através do qual se conduz, primeiramente, a fase qualitativa para compreensão do fenômeno e, posteriormente, aplica-se a fase quantitativa para tabulação, análise e interpretação dos dados.

Assim sendo, a pesquisa contempla a totalidade de estagiários/as de Serviço Social inseridos na UACJS, sendo 03 alunos/as do 3º ano e 03 do 4º ano, sendo respondidas perguntas elaboradas para compreender o contato teórico e prático que possuem com a concepção de instrumentalidade no Serviço Social, tal como com os instrumentos técnico-operativos utilizados no fazer profissional, a concepção de Estudo Social, Relatório Social e Parecer Técnico, além do referencial teórico que norteia a prática profissional, abarcando a relação entre teoria e prática.

Os resultados, que serão discutidos e aprofundados no desenvolvimento deste trabalho, revelaram que a grande maioria dos/as estagiários/as (precisamente 83,3%) considera que o ensino da prática na graduação é insuficiente para a formação e futuro exercício profissionais.

Diante disso, identificou-se a necessidade de se aprofundar acerca das temáticas elencadas com os/as estagiários/as, considerando que a dimensão técnico-operativa é aquela que mobiliza as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas no exercício profissional, sendo o trabalho profissional resultado da articulação dessas dimensões, ou seja, de uma totalidade. Constitui-se, portanto, na “forma de aparecer da profissão, na dimensão pela qual a profissão é conhecida e reconhecida, [sendo] o modo de ser, o modo como aparece no movimento das três dimensões” (SANTOS, BACKX e GUERRA, 2017, p. 27).

Nessa perspectiva, as assistentes sociais, na condição de supervisoras de campo, organizaram o “Laboratório de elaboração de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos - LABESP” voltado aos estagiários/as de Serviço Social com o fim de possibilitar o exercício da práxis a partir da articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que fundamentam o fazer profissional.

A partir do materialismo histórico-dialético entende-se que a teoria, ou seja,

as diversas formas de conhecimento, [encontra] seu alcance e sentido na vinculação com a atividade prática, percebida como a existência material, social e espiritual do homem. Nesse sentido, a prática é o lugar onde se determina, efetiva-se e se confronta o conhecimento, sendo a localidade onde a realidade se põe. (JESUS, 2012, p. 18).

É possível compreender, então, que o exercício da práxis, enquanto unidade indissolúvel de teoria e prática, exige “um intenso rigor teórico e metodológico, que permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência” (JESUS, 2012, p. 31).

Nessa lógica, buscar-se-á, por meio do método do Estudo de Caso, provocar reflexões e direcionar a construção do Estudo Social, bem como a elaboração do Relatório Social e a emissão do Parecer Técnico, proporcionando aos/as estagiários/as a oportunidade de desenvolver a práxis, aplicando a relação teoria e prática nos casos apresentados e aprimorando o contato com os processos metodológicos e instrumentos próprios do Serviço Social.

De acordo com Iamamoto (2020, p. 27), ressalta-se que

um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Assim, manifesta-se uma preocupação sistemática para com a formação profissional dos assistentes sociais na cena contemporânea, pois a questão social adquire novas configurações à medida que a sociedade se movimenta no processo de produção e reprodução de relações sociais, sob um contexto de acumulação do capital e retração de políticas públicas sociais inerentes ao modo de produção capitalista.

Logo, a presente pesquisa intenciona captar as necessidades teóricas e práticas dos/as estudantes de Serviço Social, visando sua capacitação de qualidade para o mercado de trabalho e atendimento das demandas sociais, numa perspectiva de viabilização do acesso a direitos, serviços, projetos, programas e benefícios. Para tanto, faz-se necessário construir no ambiente do estágio supervisionado

uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais. (IAMAMOTO, 2020, p. 184)

Acredita-se que tais reflexões sejam indispensáveis para repensar a formação profissional, abarcando o espaço do estágio supervisionado como aquele que deve permitir a compreensão das exigências que o mundo do trabalho apresenta ao assistente social num contexto de profundas transformações e novas configurações da questão social ante o modo de produção capitalista e a ótica neoliberal.

Ressalta-se, aqui, que o objetivo da presente pesquisa não é caminhar para a tecnificação da profissão, nos moldes tradicionais e conservadores que tanto se busca superar desde o movimento de intenção de ruptura<sup>2</sup> do Serviço Social e atualização do currículo em 1982, como se as técnicas da profissão pudessem ser apreendidas e determinadas isoladamente.

Pelo contrário, a tendência defendida é aquela que, necessariamente, se nega a atender exclusivamente as exigências do mercado de trabalho, mas as reconhece como fatores condicionantes e determinantes do contexto do trabalho profissional do/a assistente social e, nesse sentido, exige que a prática, ou seja, a dimensão técnico-operativa, forme um tripé de sustentação do fazer profissional junto da fundamentação teórica, metodológica, ético e política com respaldo na teoria social crítica.

Isto, pois, de acordo com Iamamoto (2020, p. 286)

---

2 NETTO, J. P. Conforme Netto, o movimento de intenção de ruptura “tratava-se tanto da crítica aos substratos do tradicionalismo quanto da apropriação de um arcabouço diferente. [...] O projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês” (2005, p. 251).

aproxima-se o Serviço Social da ampla literatura referente ao mundo do trabalho, fazendo com que as mudanças que ora ocorrem na órbita da produção, do mercado e do Estado não sejam tratadas como mero pano de fundo, mas como fatores que o constituem e requisitos de qualificação do assistente social.

Sob este ponto de vista, discutir-se-á, a seguir, a práxis e sua relação com a dimensão técnico-operativa da profissão, enquanto componente fundamental do processo de ensino-aprendizagem da formação em Serviço Social.

## 1. Práxis e sua relação com a dimensão técnico-operativa do serviço social

---

Parte-se da concepção de Vázquez, em que a práxis é atividade prática e política, subjetiva e coletiva, ao passo em que expressa conhecimentos teóricos e práticos no sentido de objetivar transformações históricas, econômicas e sociais (MAYORAL; ROSA, 2007; SETUBAL, 2007). Assim como a práxis pressupõe a indissociabilidade entre teoria e prática, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa são também indissociáveis para o Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho.

Com base na experiência profissional das autoras e confirmado através dos indicativos da pesquisa realizada com os/as estagiários/as, observa-se que, embora esta relação tridimensional esteja posta, a dimensão técnico-operativa ainda figura menos protagonismo na formação profissional.

Foi possível encontrar em Guerra (s./d., p.3) respaldo a esta observação, quando a autora discute que

a tematização da dimensão técnico-operativa tem sido negligenciada pela atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria”, além de propor “questionar as possibilidades e limites da dimensão técnico-operativa frente às atribuições e competência sócio-profissionais e políticas dos assistentes sociais, indicando a necessária articulação desta dimensão com as demais.

Em termos conceituais, a dimensão técnico-operativa da profissão “envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética” (DOS SANTOS, 2013, p.26).

Guerra (s./d., p.19) aponta que “ao problematizar a dimensão técnico-operativa, o assistente social pode refletir sobre o tipo de racionalidade acionada tendo em vista sua instrumentalidade”. Percebe-se, então, conforme a perspectiva desta autora, que a instrumentalidade se refere à capacidade que a/o profissional possui de materializar os objetivos da intervenção profissional conforme sua intencionalidade e competências.

No âmbito da pesquisa realizada, ao ser abordado o contato que as/os estagiárias/os tiveram com a discussão sobre a instrumentalidade na graduação e no campo de estágio, 66,7% afirmaram que já tiveram contato com o tema, indicando como referencial teórico a autora Yolanda Guerra. Sobre sua aproximação em relação aos instrumentos técnico-operativos utilizados pela/o assistente social, 83,3% das/os estagiárias/os responderam que tiveram contato com a temática na disciplina de Trabalho Profissional, a qual perpassa toda a grade curricular da graduação em Serviço Social na FCHS.

Cumprir destacar que é através da instrumentalidade que a/o profissional define a escolha dos meios (instrumentos e técnicas) mais adequados à finalidade de seu trabalho, atrelando a resposta profissional à direção social da profissão. Neste sentido, compreende-se que a competência técnico-operativa se faz fundamental para que se consolide a relação teoria e prática.

A relação teoria e prática como unidade do diverso, a escolha dos meios (o método, as técnicas e os instrumentos) e das mediações que o profissional deverá acionar na sua intervenção se darão em função das condições objetivas e de suas finalidades e os instrumentos, técnicas e estratégias que serão estabelecidos no interior do projeto profissional, o que exige uma formação profissional qualificada”. (SANTOS, BACKS e GUERRA, 2017, p. 66)

Na pesquisa realizada, diante da questão sobre a relação teoria e prática enquanto práxis, analisou-se que a maioria das respostas indicaram a compreensão de que os fundamentos teóricos dão sustentação e direcionam a prática profissional. Todavia, a respeito do referencial teórico que as/os estagiárias/os entendiam ser capaz de subsidiar o conhecimento e a intervenção face à realidade social, apenas uma resposta mencionou a perspectiva crítica da totalidade e outra citou a categoria *mediação*.

Diante desta análise, obteve-se indicativos de que o preparo para que a/o graduanda/o em Serviço Social requer para consolidar a práxis, de forma consoante à perspectiva crítica que norteia o projeto profissional do Serviço Social, em sua futura atuação profissional ainda é superficial e insuficiente.

Este resultado faz sentido na medida em que uma pesquisa sobre o “Serviço Social no poder judiciário: problematizando a utilização dos instrumentos e técnicas no exercício profissional do Assistente Social”, com autoria de Bessa (2009, p. 72), traz esta questão para o debate, concluindo-se que os relatos apresentados pelas assistentes sociais entrevistadas “apontam para uma fragmentação do ensino na graduação, tendo em vista a ênfase do ensino da dimensão teórico em detrimento do ensino da prática, sinalizando para um ensino deficiente da dimensão técnica”.

Nessa lógica, sopesa-se que é

“construindo a noção de prática social ou práxis, carregada de historicidade, [que] a análise marxiana não apenas ladeia ou rejeita as antonomias filosóficas do materialismo e do idealismo, mas enfrenta-as criticamente ultrapassando-as, dialética e historicamente: pensamento e realidade, liberdade e determinismo, sujeito e objeto”.(IAMAMOTO, 2020, p. 245).

## 2. O ensino da práxis como mediação necessária à supervisão de estágio em serviço social

Sabendo que o estágio supervisionado é um espaço privilegiado para que o/a estudante de Serviço Social possa desenvolver sua autonomia e habilidades, aplicando a teoria na prática, objetivou-se trabalhar os casos da UACJS a partir da realização do Estudo Social, que é um “processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto de intervenção profissional” (FÁVERO, 2014, p. 53).

Nesse sentido, buscando viabilizar um processo de ensino-aprendizagem de qualidade ao/a estagiário/a de Serviço Social, graduando da UNESP de Franca, além de contribuir para a sua formação profissional, criou-se o “Laboratório de elaboração de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos - LABESP”, enquanto um espaço de estudos, debates e discussões, a fim de proporcionar a construção do Estudo Social e a elaboração de documentos técnicos de matéria do Serviço Social acerca das multifacetadas expressões da “questão social” que se manifestam no trabalho do/a assistente social através das demandas cotidianas.

Parte-se do pressuposto de que tal experiência faz-se indispensável para o/a aluno/a no sentido de melhor capacitá-lo/a para o futuro exercício da profissão, possibilitando, ainda, o rompimento com o pensamento conservador e o fortalecimento da perspectiva crítica de forma consoante ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O termo *laboratório* foi pensado para a criação deste grupo, pois, conforme o dicionário de *Oxford*, originária do latim medieval “*laboratorium*”, a palavra remete ao “local de trabalho”, onde são feitas experiências. É, portanto, o espaço onde são desenvolvidas atividades que envolvem observação, experimentação e/ou produção num campo de estudo.

Nesse prisma, objetiva-se utilizar o espaço de trabalho da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social para favorecer a construção do conhecimento e a troca de experiências científicas no processo de ensino-aprendizagem da supervisão de estágio em Serviço Social, englobando assistentes sociais da equipe técnica e estudantes da graduação.

Para tal, foram planejadas três oficinas de elaboração do Estudo Social e dos Pareceres Técnicos a partir de um Estudo de Caso apresentado. Aplicar-se-á a metodologia ativa de aprendizagem a fim de que os/as estudantes, sob orientação e supervisão, possam desenvolver a habilidade de questionar, pesquisar e solucionar questões a partir de problemas e situações reais, aproximando-se daqueles que vivenciarão, posteriormente, na vida profissional.

As metodologias ativas são caminhos para avançar no conhecimento, tendo como pressuposto a superação de modelos de educação tradicionais e, dentre seus pilares, está a aprendizagem baseada em problemas, que

[...] tem como inspiração os princípios da escola ativa, do método científico, de um ensino integrado e integrador dos conteúdos, dos ciclos de estudo e das diferentes áreas envolvidas, em que os alunos aprendem a aprender e preparam-se para resolver problemas relativos às suas futuras profissões. (BACICH; MORAN, 2018, p.60)

A ideia é que sejam desenvolvidas interpretações coerentes e soluções possíveis às demandas identificadas nos Estudos de Caso apresentados, sendo um relacionado ao tema da política de Assistência Social, outro voltado à área da Saúde e, por fim, um direcionado ao campo Sociojurídico. Gomes (2008, p. 1) ressalta que,

segundo Yin (2005), o Estudo de Caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas a olho nu. [...] A essência de um estudo de caso está, pois, na investigação de um fenômeno contemporâneo, em seu contexto real, possibilitando a explicação de ligações causais de situações singulares.

Além da proposta de se realizar um Estudo Social em cada encontro, referente ao Estudo de Caso apresentado, também será trabalhada a elaboração do Parecer Social como síntese da opinião técnica. Dessa forma, além de exercitar e aprimorar a escrita em documentos técnicos, pretende-se materializar a análise técnica do ponto de vista do Serviço Social a partir da emissão do Parecer Social.

Neste ponto, objetiva-se apreender, em conjunto, as formas com que os/as estudantes possuem de observar e dar respostas às especificidades das demandas que se expressam na realidade social dos(as) usuários sob a ótica do Serviço Social.

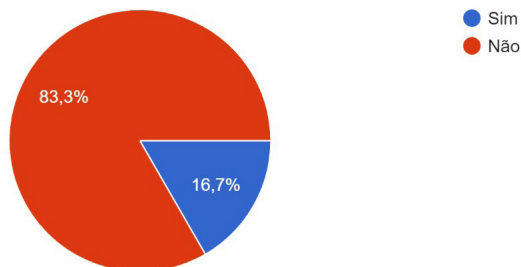
Nesta lógica, a referida proposta foi pensada diante da necessidade apresentada pelos/as próprios/as estagiários/as durante o processo de supervisão pois, ao abordar os instrumentais e as técnicas de forma articulada ao referencial teórico, foi possível notar que eles/as não se sentem seguros para discutir tais temáticas. Alguns por ainda não terem estudado os assuntos na graduação, outros por acreditarem que o seu ensino foi insuficiente (segundo informações colhidas).

Conforme a Figura 1 abaixo, ao responderem se consideram que o ensino da prática é suficiente para a formação profissional, verificou-se que 83,3% dos/ alunos/as acredita que não é.

**Figura 1** – Gráfico de respostas do Formulários Google.

De acordo com a sua experiência na graduação, você considera que o ensino da prática é suficiente para a formação profissional?

6 respostas



Notou-se, ainda, que o nível de aproximação à temática é raso: no que tange ao contato que tiveram com o conceito e elaboração de Estudos Sociais, 50% dos/as entrevistados/as afirmou que não teve contato nenhum com o tema na graduação e 66,7% também não teve esse contato no campo de estágio; sobre o conceito e elaboração de Relatório Social e a emissão de Parecer Técnico, 83,3% afirma que não teve contato com a temática no campo de estágio e 33,3% não teve na graduação.

Verifica-se, então, a necessidade de aprofundamento destes assuntos tanto na graduação, como também, no campo de estágio, tendo em vista que é o espaço onde é possível exercer a práxis com rigor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Afinal, conforme Lewgoy (2009, p. 168), sabe-se que “sem uma metodologia clara, haverá dificuldade também para elaborar objetivos e instrumentos que vão ao encontro da realidade do usuário, da demanda que se lhe apresenta”.

Ou seja, a supervisão de estágio deve ser capaz de contribuir para que o aluno desenvolva sua competência de modo a se capacitar para o atendimento das demandas, identificação das expressões da questão social e suas possíveis respostas no âmbito de políticas públicas, bem como para a definição do processo metodológico que irá utilizar no decorrer do caso, abarcando os instrumentais necessários, o referencial teórico que irá dar bases à construção de sua intervenção, entre outros aspectos que permeiam o exercício profissional na viabilização do acesso da população aos seus direitos.

Assim, “também assume relevância o papel do supervisor, na medida em que necessita clarear essas questões por meio do diálogo e reflexão com o aluno” (LEWGOY, 2009, p. 168). Nessa perspectiva, o I encontro do LABESP foi pensado a partir dos resultados obtidos no primeiro questionário aplicado, pois nele foi possível identificar as fragilidades da categoria teórica, da condição ética e política e da questão da prática que perpassam a formação dos/as alunos/as.

Trata-se da necessária articulação da fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social que, não deve ser um alicerce à construção do trabalho profissional, mas deve sim permitir a construção permanente do “movimento de compreensão da relação entre teoria e realidade que implica um conjunto de mediações entre os sujeitos profissionais e suas relações sociais nos mecanismos de produção e reprodução social.” (SANTOS, BACKS e GUERRA, 2017, p. 111 a 112).

As atividades foram delineadas de modo a construir, gradualmente, o conhecimento que é imprescindível ao exercício profissional, sendo trabalhado, num primeiro momento, o aprofundamento das concepções de Estudo Social, da elaboração de Relatórios e Pareceres Sociais, além da própria instrumentalidade e instrumentais do Serviço Social.

Por esse ângulo, as profissionais que compõem a equipe técnica da UACJS conduziram o primeiro encontro de forma a provocar a aproximação das/os estagiárias/os com essas temáticas a partir de referenciais teóricos consolidados dentro da profissão, sem deixar de lançar mão da metodologia ativa de aprendizagem. Por meio de uma roda de conversa, os temas foram trazidos para debate de forma a incentivar que as/os estagiárias/os conhecessem referências sobre tais matérias, discutissem essas concepções coletivamente e opinassem na construção da proposta de trabalho que irá nortear os próximos encontros.

Posteriormente, foi aplicado outro questionário, em que 05 aluno/as responderam através do Google Forms, desta vez com o intuito de avaliar o I encontro do grupo, sendo possível

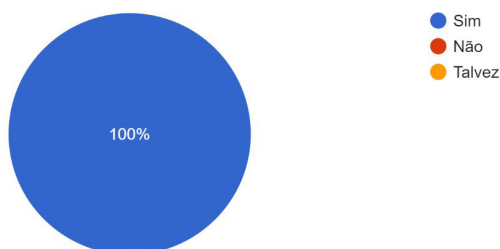
apreender que: a partir da apresentação realizada, 100% dos/as entrevistados/as acredita que o LABESP poderá contribuir no ensino da prática para a formação profissional, sendo que, quanto ao conteúdo abordado e a relação teoria e prática, 80% avaliou que o I encontro foi muito bom, sendo possível apreender o conteúdo e sua relação com a prática profissional; 20% considerou bom, havendo, ainda, a necessidade de aprofundamento nas temáticas.

Ainda conforme a pesquisa, seguem as Figuras 2 e 3 abaixo:

**Figura 2** – Gráfico de respostas do Formulários Google.

Após o primeiro encontro, foi possível ampliar o seu conhecimento sobre os assuntos abordados? (instrumentalidade, estudo social, relatórios e pareceres)

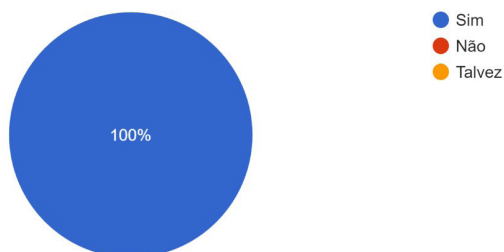
5 respostas



**Figura 3** – Gráfico de respostas do Formulários Google

Na sua concepção, a metodologia apresentada poderia contribuir em sua formação profissional se fosse trabalhada em sala de aula?

5 respostas



Percebe-se, assim, que a metodologia desenvolvida e aplicada através do LABESP poderá contribuir positivamente com a formação profissional do/as estagiários/as pois, parte-se do pressuposto de que a troca de saberes, de experiências e a articulação entre as categorias teóricas formação, supervisão e exercício profissional é condição para que se constitua um processo de supervisão de estágio em Serviço Social de modo a contribuir para a efetivação da competência profissional preconizada pelas Diretrizes Curriculares.

Nesse sentido, considera-se que o ensino da práxis é uma mediação necessária ao processo de supervisão de estágio em Serviço Social, sendo que o LABESP foi desenvolvido com a intenção de viabilizar tal aprendizado aos/às estagiários/as, contribuindo para o



fortalecimento da análise crítica da realidade numa perspectiva de totalidade, a partir do materialismo histórico-dialético.

Tratando-se de uma proposta de trabalho recentemente iniciada, pretende-se aprimorar sua metodologia, adequando-a conforme a avaliação que os/as estagiários/as farão a cada encontro e identificando juntamente com eles/as os aspectos que precisam ser aprofundados e aprimorados. Ao final do primeiro ciclo de encontros, realizar-se-á uma avaliação final com os/as graduandos/as participantes e, caso se tenha uma devolutiva positiva, intenciona-se que o LABESP seja implantado como atividade permanente na UACJS dentro das ações que compõem a supervisão de estágio de Serviço Social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O trabalho que se apresenta se propôs a problematizar o nível de aproximação que os/as estudantes de Serviço Social que fazem estágio na UACJS possuem em relação ao processo de utilização dos instrumentos e técnicas no exercício profissional, de forma atrelada à instrumentalidade e consoante com o que preconiza o Projeto Ético-Político da profissão.

Embora se proponha a abordar, a princípio, o relato de experiência de uma atividade recém iniciada, bem como de uma pesquisa que ainda se encontra em andamento no campo de estágio supervisionado, considera-se que seus primeiros resultados permitem discutir alguns apontamentos.

A partir das reflexões trazidas e dos dados analisados, foi possível identificar uma lacuna no que tange à apreensão da dimensão técnico-operativa no processo de formação profissional das/os graduandas/os em Serviço Social. Observou-se, por meio das atividades realizadas com os/as estagiários/as da UACJS (pesquisa e I encontro do LABESP) que, no processo de formação, tende a haver um foco no ensino da teoria e prejuízo no ensino da prática. De igual modo, apreendeu-se que no campo de estágio supervisionado nem sempre é ofertada a oportunidade de articulação entre a prática e a teoria.

Acredita-se, portanto, que a experiência proposta a partir do LABESP poderá proporcionar um espaço privilegiado para a aplicação da instrumentalidade da profissão e da necessária implicação entre as três dimensões que sustentam o fazer profissional (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) ao encontro da práxis.

Assim, foi possível concluir que a própria formação profissional em Serviço Social exige a articulação entre a teoria e a prática, pois o ensino das três dimensões mencionadas ainda é fragmentado, tanto na graduação quanto no campo de estágio e, por isso, a importância da dimensão técnico-operativa acaba sendo negligenciada no processo de formação profissional.

Nessa perspectiva, é importante destacar a relevância do estágio supervisionado para o desenvolvimento de tal capacidade, ou seja, da instrumentalidade da profissão, aquela que possibilita ao discente qualificar-se para aplicar a teoria aprendida através de uma visão crítica adquirida, exercendo, assim, uma ação reflexiva que se desdobra na práxis. Para tanto, a pesquisa seguirá em andamento a fim de obter dados quanti-qualitativos, a partir da experiência vivida tanto pelos/as aluno/as quanto pelas profissionais de Serviço Social.

# REFERÊNCIAS

- BACICH, L.; MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. Disponível em Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática (ifpr.edu.br) Acesso em 30 ago. 2022.
- BESSA, D. A. A. Serviço social no poder judiciário: problematizando a utilização dos instrumentos e técnicas no exercício profissional do Assistente Social. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2009.
- DOS SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. Revista Conexão Geraes, v. 3, p. 25-30, 2013.
- FÁVERO, E. T. O Estudo Social – fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CFESS (Org.) O Estudo Social em Perícias, Laudos e pareceres técnicos – debates atuais no judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2014. p. 13-64
- GOMES, A. A. Estudo de caso : planejamento e métodos. In: Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, p. 215-221, jan./dez. 2008. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar\\_url?url=https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/187/257&hl=pt-BR&sa=X&ei=s8UoY6-gA6PcsQL-s6jYDA&scisig=AAGBfm1\\_NoDkD60R2KA9VFr2c98B7DZmkA&oi=scholarrr](https://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/187/257&hl=pt-BR&sa=X&ei=s8UoY6-gA6PcsQL-s6jYDA&scisig=AAGBfm1_NoDkD60R2KA9VFr2c98B7DZmkA&oi=scholarrr)>.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico operativa do exercício profissional. [s./d.]. Disponível em pl-000563.PDF (welbergontran.com.br) Acesso em 29 ago. 2022.
- IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade : trabalho e formação profissional. - 27. ed. - São Paulo : Cortez, 2020.
- JESUS, A. C. O. A relação teoria e prática no cotidiano profissional dos (as) Assistentes Sociais do HUB. Trabalho de conclusão de curso de Serviço Social Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.
- LEWGOY, A. M. B. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
- MAYORAL, M. R. P.; ROSA, M. A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez. Tradução de Simone Rezende da Silva. Buenos Aires, CLACSO, 2007. Disponível em cap13.pdf (clacso.edu.ar) Acesso em 29 ago. 2022.
- MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES, G. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. - Petrópolis, RJ: Vozes; 2016. (Série Manuais Acadêmicos). 4ª impressão; 2021.
- MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda / USP Disponível em: <[https://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/metodologias\\_moran1.pdf](https://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf)> .
- NETTO, J. P. Ditadura e serviço social : uma análise do serviço social no Brasil pós-64 / José Paulo Netto - 8. ed. - São Paulo : Cortez, 2005.
- SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.
- SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. Revista Kátalysis [online]. 2007, v. 10, n. spe, pp. 64-72. Disponível em: <https://KatalysisEdiçãoEspecial2007teste.scielo.br>). Acesso em 29 ago. 2022.
- YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. [s./d.]. Disponível em: <<https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/2.1-O-significado-s%C3%B3cio-hist%C3%B3rico-da-profiss%C3%A3o-%E2%80%93-Maria-Carmelita-Yazbek.pdf>>.

# O DEBATE SOBRE A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Laura Cristina Gomes Lima  
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira  
Hilda Maria Gonçalves da Silva

## INTRODUÇÃO

---

A formação profissional em Serviço Social é tema em constante análise pela categoria profissional que constrói estratégias na coletividade por meio de entidades representativas e do fomento de debates proporcionado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Foi esse espaço de discussões que se constituiu em palco da elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996, marco importante na profissão e nos avanços pela formação de profissionais qualificados para atender às novas demandas oriundas das expressões da questão social, matéria em que se realiza o trabalho profissional.

O estágio supervisionado constituinte da formação profissional, atividade indispensável para o processo de construção do perfil profissional almejado pela categoria, foi reafirmado pelas Diretrizes Curriculares como parte integrante do currículo juntamente com o Trabalho de Conclusão de Curso, compreendido como indissociável da supervisão de campo e acadêmica.

No ano de 2008 foi sancionada a Lei Federal n. 11.788 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre o estágio de estudantes, oportunizando a categoria a avançar com a organização da supervisão direta, a partir da Resolução CFESS n. 533 de 2008 (CFESS, 2008) e, posteriormente, em 2009 a elaboração da Política Nacional de Estágio (PNE).

No ano de 2016, completaram 20 anos da elaboração das Diretrizes Curriculares e nesse período observam-se avanços na efetivação da nova lógica curricular e ainda muitos desafios a serem enfrentados.

As reflexões acerca da formação profissional acompanharam a pesquisadora durante o período da graduação em que se dedicou ao estudo da temática entre os anos de 2011 a 2013 com o desenvolvimento de pesquisa de iniciação científica com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ressalta-se a relevância dos momentos de estudos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) foram enriquecedores ao fomentar a discussão sobre o estágio, a supervisão e a participação da Comissão de Estágio no período 2012-2013, como representante discente contribuíram para o amadurecimento do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e o entendimento da importância da pesquisa e da formação continuada da/o assistente social em sua trajetória profissional.

A experiência da pesquisa sobre a implementação da supervisão acadêmica em universidades privadas, realizada na graduação, promoveu novos questionamentos referentes à sistematização do estágio supervisionado no âmbito da universidade pública, como estava se organizando para a efetivação da PNE, em especial, com relação à supervisão acadêmica, uma vez que este foi um nó no período da graduação da pesquisadora. Surgiram, então, indagações com questões de como o corpo docente estava se articulando para superar a precarização da supervisão acadêmica e os rebatimentos da não supervisão na formação profissional. Tais indagações instigaram a pesquisadora à realização da pesquisa de mestrado, imbuída do compromisso pessoal com a formação profissional continuada.

## 1. O retrato do estágio supervisionado em Serviço Social na universidade pública

---

O objetivo central da pesquisa foi identificar, no contexto do curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Franca, os avanços e desafios da supervisão de estágio. Para isso, recuperou-se o percurso histórico da profissão e a organização do seu ensino desde a sua gênese, o que contribuiu para o entendimento de sua emergência e de sua estruturação na divisão sociotécnica do trabalho. Posteriormente, apreendeu-se a estruturação do curso desde a sua criação, passando pela revisão do currículo mínimo e a construção do Projeto Político Pedagógico de 2000, conhecer como se realizou a mediação no exercício da supervisão, assimilando as contribuições das legislações referentes ao estágio, bem como o debate hodierno a partir das Diretrizes Curriculares.

Destarte, o trabalho foi realizado na perspectiva do materialismo histórico dialético,

A aplicação da lógica dialética permite-nos reconhecer a especificidade histórica e a construção social dos fenômenos existentes, para que possamos agir conscientemente para transformação e satisfação de nossas necessidades. (RICHARDSON, 1999, p. 92).

Para a compreensão do contexto sócio histórico em que a profissão se realizou, foi necessário situá-lo no movimento histórico da sociedade, que foi possível por meio do conhecimento histórico da realidade social.

[...] o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais. (IAMAMOTO, 2010, p. 19).

Para tanto se faz necessária a aproximação com a história para com ela dialogar e realizar mediações para assim apreender a influência dos acontecimentos históricos que requereram o surgimento da profissão, sua evolução, e apresenta demandas para os assistentes sociais.

“As mediações são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio humanas que a história registrou.” (PONTES, 1995, p. 78).

Apresenta-se para o Serviço Social a grande relevância da contextualização histórica para a constituição da profissão, uma vez que esse contexto influencia diretamente a organização da formação e do fazer profissional. Essencial à profissão é buscar elementos da história para contemplar um conhecimento de totalidade das perspectivas citadas, proporcionando, por meio das mediações, aproximações da realidade apresentadas nas expressões da questão social.

Essa preocupação na construção da pesquisa potencializou conferir a ela uma perspectiva histórico-dialética, articulada à abordagem qualitativa que:

[...] é não apenas um modo de pesquisa que atende a certas demandas. Ele tem o fim comum de criar um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, isto é, de falar de uma ordem que é invisível ao olhar comum. [...] o método qualitativo como aquele que quer entender como o objeto de estudo acontece ou se manifesta; e não aquele que almeja o produto, isto é, os resultados finais matematicamente trabalhados. (TURATO, 2005, p. 509).

Para o conhecimento de como o objeto de estudo foi sendo estruturado no processo de formação profissional, de acordo com a perspectiva qualitativa, foi realizada a pesquisa bibliográfica que, em um primeiro momento, consistiu no levantamento de livros, de dissertações, de teses, de periódicos e de anais de congressos que retratavam o estágio e a sua supervisão e, posteriormente, com o estudo de referências no estudo da temática, reportando-nos às obras de Buriolla (1995), Oliveira (2003), Joazeiro (2008) e Lewgoy (2010).

Utilizou-se a pesquisa documental, que consistiu em consultas de documentos referentes ao curso de Serviço Social da UNESP, como estatutos, regimentos, decretos e projeto pedagógico, que elucidaram o processo de estruturação do curso, da organização do Conselho de Curso e da criação do Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS).

Realizou-se um estudo de documentos e de legislações referentes à formação profissional e ao estágio supervisionado, como as Diretrizes Curriculares de 1996, a Lei Federal n. 11.788 de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes em todo o território nacional, a Resolução CFESS n. 533 de 2008 que regulamenta a supervisão direta em Serviço Social e a Política Nacional de Estágio.

Para a coleta de dados sobre a realidade pesquisada, efetuou-se a pesquisa de campo a qual empregamos como instrumental a pesquisa semiestruturada,

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. [...] Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (CRUZ NETO, 1999, p. 57).

A pesquisa de campo teve como sujeitos os atores envolvidos com o estágio supervisionado tanto no planejamento, na execução, gestão e estudiosa que se debruça sobre a temática, quanto os que vivenciam essa atividade enquanto estagiários e supervisores de campo e acadêmicos, totalizando 32 sujeitos assim distribuídos:

- Coordenador do Conselho de Curso de Serviço Social;
- Coordenador do NESS;
- 03 Supervisores Acadêmicos;
- 06 Supervisores de Campo;
- Estudiosa da temática da instituição de ensino;
- 20 estagiários: 10 do terceiro ano (5 de cada período – diurno e noturno) e; - 10 do quarto ano (5 de cada período – diurno e noturno).

Os registros dos dados coletados no processo da entrevista foram organizados mediante a gravação que, segundo Gil (2008, p. 105) “[...] é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista”, e possibilita a apreensão integral das falas dos sujeitos, ressalta-se que a realização das gravações se deu mediante a autorização dos entrevistados.

A interpretação dos dados obtidos por meio das entrevistas foi realizada pela análise de conteúdo, partindo da concepção dialética da realidade, considerando os aspectos do contexto econômico, político, social e histórico, com o objetivo de identificar através dos relatos os avanços e desafios da supervisão de estágio.

A pesquisa foi estruturada com o objetivo de articular informações para a compreensão dos elementos constituintes do objeto de estudo. Assim, o primeiro capítulo aborda a constituição da profissão do assistente social no Brasil e a organização da formação profissional do Serviço Social, os marcos para a efetivação de uma nova lógica curricular a partir das Diretrizes Curriculares e a organização do estágio e supervisão.

Os estudos proporcionaram a aproximação da constituição do curso de Serviço Social da UNESP, apropriando-se de elementos que promoveram o entendimento da estruturação do estágio supervisionado desde a sua criação até o ano de 2016 (penúltimo ano de vigor do Projeto Político Pedagógico de 2000, que foi substituído pelo Projeto Político Pedagógico de 2015 que será totalmente implantado em 2018), perpassando o espaço do Setor de Estágio até a consolidação do NESS.

Os dados da pesquisa de campo que retratam a sistematização do estágio e a supervisão descortinando a partir da reflexão dos sujeitos dos avanços e dos desafios que se colocam para a efetivação da PNE no contexto do ensino superior em Serviço Social na universidade pública.

## 2. O retrato do estágio supervisionado em Serviço Social na Unesp-Franca em 2016

---

A pesquisa apresentou a realidade concreta através da aproximação do contexto social do estágio supervisionado em Serviço Social da universidade pública no ano de 2016. A obtenção dos dados da pesquisa de campo se deu por meio da entrevista semiestruturada. “A entrevista semiestruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações e utilize-se de um roteiro.” (DALBÉRIO, 2006 p. 83).

As informações colhidas nas entrevistas semiestruturadas foram analisadas sob a perspectiva qualitativa:

“[...] caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.” (RICHARDSON, 1999, p. 90).

A abordagem qualitativa proporcionou a interlocução das falas dos sujeitos com a teoria que respaldou o estudo da temática, evidenciando a realidade do estágio supervisionado em sua concretude, em sua organização no cotidiano institucional da universidade e em sua materialização para além do imediato palpável nas legislações que o circunscrevem. A aproximação da realidade concreta nos permitiu compreender a sua construção e identificar possibilidades para a efetivação da supervisão acadêmica.

O material colhido nas entrevistas foi examinado a partir da Análise de Conteúdo através de categorias de análise elencadas a partir dos objetivos deste estudo. Nessa perspectiva, buscou-se compreender as questões que envolvem a formação profissional no que tange ao estágio supervisionado, sendo elas: a concepção de supervisão de estágio; o estágio na formação profissional do assistente social; a sistematização da supervisão de estágio; a relação supervisão de campo e supervisão acadêmica; a mediação na relação teórico-prática no estágio supervisionado e os papéis dos sujeitos no estágio supervisionado.

O universo desta pesquisa envolve as questões relacionadas ao processo de formação profissional em Serviço Social da UNESP - Franca, no âmbito do estágio supervisionado e no desenvolvimento da supervisão de estágio. O período de estudo delimitou-se até as duas últimas turmas, para as quais esteve em vigor o Projeto Pedagógico de 2000, correspondentes ao 3º e 4º anos em 2016.

A atividade curricular do estágio supervisionado envolve os sujeitos partícipes de sua realização o supervisor de campo, o supervisor acadêmico e o estagiário, porém sua organização vai além; demanda a articulação do planejamento do curso, no Projeto Político Pedagógico e envolve outras instâncias como, o Conselho de Curso e o Núcleo de Estágio em Serviço Social. Para a aproximação da realidade concreta de como se estrutura a supervisão de estágio na UNESP - Franca foi necessário abordar todos os envolvidos nesta atividade.

O curso de Serviço Social da UNESP é organizado pelo Departamento de Serviço Social da unidade, o qual conta com uma equipe que atua na área administrativa e outra que compõe o conselho de curso que é responsável, mais diretamente, pela parte pedagógica da graduação, portanto, para esta pesquisa realizamos entrevista com a Coordenadora do Conselho de Curso. Foram convidados a participar da entrevista os sujeitos que estão envolvidos com o planejamento da atividade na instituição de ensino: a coordenadora do NESS, uma estudiosa da temática da instituição de ensino e as supervisoras acadêmicas.

A seguir apresentaremos a caracterização dos sujeitos da pesquisa, cuja identidade será preservada e serão apresentados através de nomes fictícios, a definição dos nomes fictícios se deu por meio de pesquisa em site com os nomes mais utilizados em registros de bebês nascidos no ano de 2013, ano em que a pesquisadora concluiu a graduação em Serviço Social. Para a compreensão do universo da pesquisa apresentaremos as características das turmas do terceiro e do quarto ano do curso de Serviço Social no ano de 2016.

#### Relação de alunos matriculados no estágio supervisionado no ano de 2016

Ano e Período	3º ano	3º ano	4º ano	4º ano	Total
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	
Nº de Matriculados	43	54	33	37	167
Nº de Mulheres	39	45	29	31	144
Nº de Homens	04	09	04	06	23
Nº de inseridos no Estágio Supervisionado	19	24	19	21	83

Fonte: Elaborado por Laura Cristina Gomes Lima, 2016.

Observou-se um contingente de 167 alunos para a realização do estágio supervisionado, dos quais 49,7% foram inseridos nos campos de estágio conveniados à instituição de ensino no 1º semestre de 2016.

Outro dado que se apresenta é o número de homens no curso de Serviço Social que ainda expressa uma minoria, constatada pela quantidade; dentre eles, apenas sete sujeitos do sexo masculino estão realizando o estágio supervisionado. Observa-se que a profissão é constituída, em sua maioria, por pessoas do sexo feminino e que esse fenômeno está atrelado à identidade atribuída à profissão ao longo de sua constituição.

Em 2016 o NESS possuía convênio com 70 campos de estágio, em diferentes áreas de atuação do Assistente Social. Destaca-se ainda que no art. 3º, Parágrafo único da Resolução CFESS n. 533 de 2008 o profissional com carga horária de 30 horas pode supervisionar até três estagiários

A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que

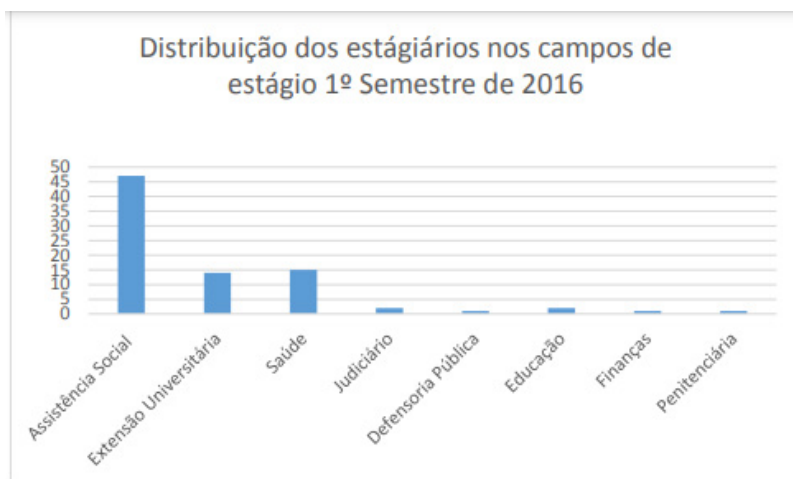


o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. (CFESS, 2008).

A uma primeira vista, pode-se pensar que, com o número de campos de estágio, contando com três estagiários em cada campo já seriam suficientes para a demanda por estágio, porém isso não ocorre, pois muitos supervisores trabalham com um número menor de estagiários. Os supervisores de campo definem, juntamente com os responsáveis do estágio supervisionado na instituição de ensino, o número de estagiários que irão receber segundo as suas possibilidades de trabalho, estruturais, materiais e da complexidade dos atendimentos realizados, bem como se apresenta no art. 1º Parágrafo 5º

[...] se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993. (CFESS, 2008).

Buscou-se, primeiramente, compreender a totalidade dos estagiários inseridos nos campos de estágio no 1º semestre de 2016. Para tanto, solicitou-se informações junto ao NESS, os dados seguem compilados:



**Fonte:** Elaborado por Laura Cristina Gomes Lima, 2016.

Os dados evidenciam que dos 83 estagiários, 27 estão inseridos na Política de Assistência Social, distribuídos em equipamentos públicos e entidades socioassistenciais, correspondendo a 32,5% do total, caracterizando sua maioria. Em segundo lugar, está a Saúde, com 18%; seguida da Extensão Universitária com 17%. Somando-se os três campos de estágio, totaliza-se 67,5%. Os 32,5% restantes, estão distribuídos entre: o judiciário, a defensoria pública, a educação, as finanças e a penitenciária.

A seleção dos estagiários para a pesquisa foi realizada por amostragem aleatória, por meio da lista de discentes matriculados na disciplina de estágio supervisionado e que estivessem inseridos nos campos de estágio. O número de sujeitos foi definido com o objetivo de contemplar cada turma e os dois períodos de aulas. Para isso estabeleceu-se o número de 5 discentes por período e ano, assim organizados: 5 discentes do terceiro ano diurno e 5 do terceiro ano noturno, totalizando 10 discentes do terceiro ano; 5 discentes do quarto ano diurno e 5 discentes do quarto ano, somando 10 discentes do quarto ano e, no total geral, 20 estagiários. Estipulado o número de estagiários, procuramos os discentes no período de aula, apresentamos os objetivos e os convidamos para participarem 3ºano diurno – 5 os que manifestaram interesse em contribuir com o trabalho foram informados sobre o procedimento da pesquisa e sobre o TCLE.

Segue abaixo o quadro com a caracterização das áreas de estágio dos estagiários:

<b>Nome fictício</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Ano e Período</b>	<b>Estágio Remunerado</b>	<b>Área do estágio</b>
Catarina	F	20	3º Diurno	Não	Extensão universitária
Cecília	F	21	3º Diurno	Não	Extensão universitária
Ester	F	20	3º Diurno	Não	Extensão universitária
Larissa	F	27	3º Diurno	Não	Extensão universitária
Laísa	F	21	3º Diurno	Não	Assistência Social
Davi	M	33	3º Noturno	Não	Centro de Detenção Provisória
Filipe	M	23	3º Noturno	Não	Saúde
Heloísa	F	20	3º Noturno	Não	Assistência Social
Melissa	F	21	3º Noturno	Não	Assistência Social
Sara	F	21	3º Noturno	Não	Extensão universitária
Ágata	F	22	4º Diurno	Não	Assistência Social
Elisa	F	22	4º Diurno	Não	Assistência Social
Monique	F	25	4º Diurno	Não	Educação
Pietra	F	21	4º Diurno	Não	Extensão universitária
Stela	F	21	4º Diurno	Não	Extensão universitária
Clarice	F	21	4º Noturno	Sim	Educação
Giovana	F	22	4º Noturno	Não	Assistência Social
Iara	F	36	4º Noturno	Não	Saúde
Isabel	F	26	4º Noturno	Não	Saúde
Malu	F	21	4º Noturno	Não	Assistência Social

Fonte: Elaborado por Laura Cristina Gomes Lima, 2016.

Com relação à remuneração ao estágio, apenas uma estagiária entrevistada possuía estágio remunerado. Trata-se de uma realidade que gera desvalorização dessa atividade, tanto por parte dos estagiários quanto das instituições que oferecem o estágio. Com o intuito de conhecer o oferecimento de estágio não-obrigatório pela instituição, os discentes foram questionados se realizaram esta modalidade de estágio; duas estagiárias afirmaram tê-lo realizado.

A modalidade de estágio não obrigatório é considerada como atividade complementar. Sua carga horária não é considerada para a atividade curricular obrigatória. Tal modalidade pode ser realizada pelo estudante de Serviço Social desde que seja prevista no Projeto Pedagógico do Curso:

[...] o estágio não-obrigatório pode assumir a configuração de atividade complementar, disciplina ou outra forma prevista nos projetos pedagógicos dos cursos, desde que garantida a supervisão acadêmica (com carga horária) e a supervisão de campo. (ABEPSS, 2010, p. 31).

Para nossa pesquisa, consideramos dados do estágio supervisionado obrigatório para a conclusão da formação profissional do assistente social. Com o objetivo de aproximação da complexidade da organização do estágio supervisionado do curso de Serviço Social, realizaram-se entrevistas com os responsáveis pelo planejamento e realização desta atividade curricular na instituição de ensino.

Destaca-se que as profissionais se formaram anteriormente às Diretrizes Curriculares de 1996. São todas do sexo feminino, o que reflete também a grande maioria dos profissionais da categoria. Essas assistentes sociais, no exercício da docência, participam da gestão do ensino na formação profissional da instituição de ensino juntamente com o corpo docente, o que evidencia o conhecimento acerca da temática, com relação às Diretrizes Curriculares, ao Projeto Político Pedagógico do Curso e das legislações referentes ao estágio supervisionado.

A estudiosa da temática inclusive participou da ABEPSS e colaborou na construção das Diretrizes Curriculares e na elaboração da PNE. As supervisoras acadêmicas constituem o NESS e são as responsáveis pelo estágio supervisionado dentro da instituição de ensino. Essas profissionais são todas do sexo feminino, sua formação é anterior às Diretrizes Curriculares, e o ingresso de todas na universidade pública se deu na presente década, na efervescência da construção da PNE.

A amostragem aleatória também foi utilizada para a seleção de supervisores de campo a partir da lista de campos de estágio disponíveis no site da instituição de ensino.

Enfatiza-se que duas das áreas de campos de estágio que mais receberam discentes no 1º semestre de 2016 estão contempladas nesta pesquisa, proporcionando um retrato da realidade da organização do estágio no período estudado.

### 3. A concepção de supervisão e estágio dos sujeitos

---

A supervisão de estágio em Serviço Social teve conotações diversificadas ao longo do percurso histórico da profissão, algo natural, o que segundo Lewgoy (2010, p. 68) “[...] revela que o conceito de supervisão atende às tendências técnicas predominantes do cenário social de cada época e de cada área profissional.”

Pode-se observar que, no início da profissão, tinha-se a conceituação vocacional e que a transmissão dos ensinamentos da prática profissional se efetivava através do aprender fazendo e que, portanto, era um treinamento da “caridade”.

Com a evolução da profissão, a supervisão de estágio se modificou caracterizando-se como processo educativo e pedagógico na formação profissional dos assistentes sociais. A PNE apresenta a supervisão de estágio como um processo de acompanhamento e orientação profissional, materializados pelos supervisores de campo e acadêmico.

Observa-se que há um entendimento da supervisão de estágio como o próprio estágio e sua concepção como aproximação da realidade social. Compreendido, ainda, como espaço para o constructo da relação teórico-prática e do desenvolvimento da dimensão técnico-operativa. A supervisão, nessa ótica, permite a apropriação dos instrumentais utilizados pelos profissionais, ressaltando-se sua dimensão didático-pedagógica, compreendendo-a como parte constituinte da formação profissional do assistente social.

Os discentes também concebem a supervisão como um acompanhamento e o seu caráter pedagógico como espaço de aprendizagem. Enfatiza-se que os estagiários dão destaque ao supervisor acadêmico, o que evidencia uma precarização na supervisão acadêmica da instituição.

Na PNE o estágio supervisionado é compreendido como espaço que oportuniza ao discente

[...] o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. (ABEPSS, 2009b, p.14).

Na perspectiva dos supervisores de campo, o estágio supervisionado é apresentado como espaço de articulação dos conhecimentos construídos nos primeiros anos da graduação, com a intervenção profissional no espaço sócio ocupacional da instituição campo de estágio.

Uma das supervisoras enfatiza que não há formação sem estágio, de fato o estágio é um espaço de muito aprendizado e potencializa não só a formação do discente, mas permite ao profissional a aproximação das discussões mais recentes por meio do contato com o estagiário.

Afere-se que, de fato, a Supervisão e o estágio supervisionado estão imbricados, e, portanto, são indissociáveis, como é demonstrado nos princípios das Diretrizes Curriculares. Nesse sentido, sua realização é crucial para a efetivação da nova lógica curricular.

Compreende-se o estágio como parte integrante da formação profissional, atividade obrigatória, o qual possibilita ao futuro profissional uma melhor compreensão das demandas

inerentes ao trabalho profissional, a aproximação do usuário dos serviços e sua construção de identidade com a profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Afere-se que o curso de Serviço Social da UNESP, desde sua criação, apresentou interesse na realização de um estágio de qualidade. Sobretudo após as Diretrizes Curriculares, verificou-se o empenho para a reestruturação do Projeto Pedagógico nos anos 2000 e que, naquela época, oportunizou a reitoria à compreensão da supervisão como prática docente, porém sem sucesso na tentativa de integrá-la à grade curricular como disciplina. Apesar das dificuldades, o corpo docente persistiu nesse percurso que culminou na conquista da disciplina de supervisão no Projeto Pedagógico que se encontra em implantação desde o ano de 2015.

Pode-se inferir que a preocupação com a qualificação do estágio na graduação levou o corpo docente, por meio do Conselho de Curso de Graduação em Serviço Social, à criação do NESS em 2014, potencializando o trabalho articulado entre as duas instâncias do curso a Reestruturação Curricular e a conquista da Supervisão Acadêmica como disciplina na nova grade curricular.

Há que se ressaltar que, com a criação do NESS, identificam-se avanços, (pelos relatos dos sujeitos) tais como: o esforço em efetivar a supervisão acadêmica, mesmo que de forma não adequada segundo os parâmetros da PNE, a aproximação com os campos de estágio, articulação com os supervisores de campo e abertura de novos campos de estágio, bem como o atendimento em espaço de uso exclusivo do núcleo, proporcionando também no âmbito da supervisão acadêmica, infraestrutura adequada para a supervisão individual.

A proximidade da organização do estágio oportunizou também apreender o modo como estavam alocados os estagiários nos campos de estágio no primeiro semestre de 2016. Nessa perspectiva, os dados revelaram que a grande maioria desses estudantes está inserida em instituições dedicadas à política de Assistência Social, seguida daquelas voltadas para a política de Saúde e, em terceiro lugar, aparece o grupo de estagiários que se dedica aos estágios ofertados na Extensão Universitária.

Salienta-se que aproximadamente 49% dos discentes matriculados na disciplina de estágio supervisionado não realizaram essa atividade no primeiro semestre, o que compromete a integralização da carga horária no segundo semestre, pois a carga horária é dividida entre os dois semestres e deve ser realizado concomitantemente ao período letivo.

A pesquisa de campo possibilitou compreender as concepções dos sujeitos com relação à supervisão de estágio e sobre o estágio supervisionado, considerando-os em linhas gerais um acompanhamento do profissional, o seu caráter educativo e a aproximação do contexto social.

Foi abordada também a compreensão dos supervisores de campo quanto à importância do estágio supervisionado na formação do assistente social. Esses profissionais pontuaram ser, essa atividade, um momento extremamente relevante, sem a qual a formação não pode ser concretizar por completo.

Foi possível apreender a sistematização do estágio no curso que está organizado em Estágio de observação no segundo ano, que consiste na aproximação dos discentes aos campos de estágio, realizando visitas e entrevistas com os profissionais. O estágio supervisionado no

terceiro ano com carga horária de 255 horas e, no quarto ano, com 180 horas, caracteriza-se pela inserção do discente no campo de estágio, objetivando sua capacitação nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional com a supervisão de um profissional.

Constatou-se a necessidade de meios efetivos para a capacitação dos profissionais, quanto ao conhecimento das legislações que regulamentam o estágio e a supervisão direta. Tal capacitação deve proporcionar a apropriação dessas regulamentações para a qualificação do estágio supervisionado, papel relacionado à universidade que deve fomentar as discussões com relação à formação profissional. Faz-se necessário construir estratégias para o fortalecimento da relação entre supervisores de campo e supervisores acadêmicos.

Realizou-se aproximação da sistematização da supervisão de campo e acadêmica, proporcionando a apreensão da sua organização no cotidiano institucional. Observa-se que a supervisão direta no campo de estágio, muitas vezes, tem sido relegada, especialmente em casos que a grande demanda de trabalho do profissional impede os momentos reservados para a supervisão individual.

O espaço da supervisão é o momento em que se oportuniza a suspensão do cotidiano, reservando momentos de reflexão, os quais são fundamentais para a observação e realização às mediações para que o estagiário consiga visualizar a articulação entre os conhecimentos teóricos para a apreensão do movimento da realidade como instrumento teórico-metodológico para a construção criativa de intervenções profissionais, superando a imediaticidade apresentada na aparência.

Já a supervisão acadêmica ocorre não oficialmente, pois no currículo estudado, ela não é estruturada como disciplina do curso com carga horária, ela ocorre atualmente uma vez por mês em uma disciplina anual que cede uma aula para que ela se realize. A supervisão acadêmica abrange a articulação com a supervisão de campo que se realiza através de reuniões que têm a periodicidade de duas reuniões por semestre, uma no início e a segunda ao final do semestre. Outra atribuição dos supervisores acadêmicos é a realização de visitas às instituições campos de estágio, que ocorrem geralmente quando são identificadas demandas.

Ressalta-se que os docentes com a atribuição da supervisão acadêmica possuem outras prerrogativas como disciplinas, orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso e de trabalhos da Pós-Graduação, bem como atividades relacionadas ao tripé universitário ensino-pesquisa-extensão.

Conclui-se que os principais desafios postos à efetivação da supervisão de estágio estão relacionados à compreensão desta atividade no seu caráter didático-pedagógico. Tal compreensão inclui o compromisso dos sujeitos partícipes do estágio, formando uma tríade, um tripé, que sustenta o pilar do estágio supervisionado, a qual é composta por estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico, de modo que, faltando um elemento desse tripé, compromete-se a realização qualificada do estágio.

Outro desafio para o estágio é o discente na condição de trabalhador, que apresenta dificuldades para a realização do estágio e demanda outra forma de organização, observa-se a insuficiência de recursos para a permanência estudantil para garantir a esses discentes uma formação de qualidade.

A desvalorização da atividade de estágio é outro fator que precisa ser desmistificado, viabilizando uma nova concepção, trazendo elementos para repensá-lo e ressignificá-lo no

âmbito de atividade educativa, em que ocorre o ensino-aprendizagem e a construção da identidade profissional do assistente social.

A pesquisa oportunizou o desvelamento da formação profissional em Serviço Social na universidade pública, permitindo uma aproximação da realidade do estágio supervisionado e de suas implicações para a efetivação da PNE. Enfatiza-se que este estudo procurou dar visibilidade à construção da supervisão no âmbito do Projeto Político Pedagógico de 2000, impulsionado pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e que, partindo da teoria social crítica, é apenas uma aproximação que oportunizou conhecê-la na hodiernidade, não esgotando a temática abordada e reafirmando a necessidade de novas pesquisas para a efetividade da formação profissional como previsto no Projeto Ético-Político do Serviço Social na defesa da educação pública, laica e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

---

ABEPSS; CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

ABEPSS; CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. *Cadernos ABESS: Formação profissional: trajetos e desafios*, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ABEPSS. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. In: CRESS 7ª Região. (Org.). *Coletânea de leis e resoluções: assistente social: ética e direitos*. 4. ed. Rio de Janeiro, 2005.

ABEPSS. Estágio, ética e pesquisa: desafios para a formação profissional. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 9, n. 17, p. 99-110, jan./jul. 2009.

ABEPSS. *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2015.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 3 out. 2015.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº cccc6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 3 out. 2015.

CFESS. Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 out. 2008. 107. Brasília, DF, 2008. Disponível em:< <https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2015.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DALBÉRIO, Osvaldo. A pesquisa científica e os desafios dos instrumentos para obtenção dos dados. In: JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo. (Org.). *Desafios da pesquisa*. Franca: Ed. Unesp/ FHDSS, 2006.

GIL, Carlos Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. *Supervisão de estágio em serviço social, desafios para formação e exercício profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, jun. 2005.



# SUPERVISÃO ACADÊMICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Eliane Marques de Menezes Amicucci  
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

## INTRODUÇÃO

---

As reflexões apresentadas a seguir resultam da pesquisa contida na tese de doutorado defendida no ano de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Envolvem indagações, inquietações advindas das problemáticas que envolvem a formação e exercício profissional, situadas no âmbito da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

Compreende-se que a supervisão acadêmica é uma práxis educativa porque visa à reflexão crítica do estagiário acerca de sua vivência no campo de estágio, bem como é o momento de reflexão teórico-prática articulada aos objetivos e conteúdo programático do curso.

Trata-se de um processo didático-pedagógico que envolve a reflexão do trabalho profissional a partir da perspectiva de totalidade, assim como, a superação do senso comum, desconstruindo conceitos, valores, normas estabelecidas pela sociedade de classes. Assim, propicia a consciência crítica dos processos sociais em curso, na direção que contemple uma formação profissional com perfil crítico e também para a formação humana.

Nos limites desse artigo serão apresentados apenas dois itens para que se possa dar maior visibilidade e propiciar conhecimento acerca da realidade concreta sobre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social por meio da pesquisa de campo realizada.

Nesse sentido, o primeiro item versa sobre a reflexão teórica acerca da dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, destacando a potencialidade desta supervisão no processo na formação profissional do assistente social, assim como as relações pedagógicas entre supervisores de campo e acadêmicos, não descolada da concepção de educação numa perspectiva emancipadora.

No segundo item são apresentados os resultados obtidos no desenvolvimento da pesquisa de campo, evidenciando os dados qualitativos, como as condições objetivas e subjetivas da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social e também as percepções, concepção dos atores envolvidos no processo de supervisão de estágio.

Finalizando, apresenta-se as considerações a fim de demonstrar as contribuições da pesquisa realizada no desvelamento da realidade, bem como a produção do conhecimento sobre essa temática que vem ganhando visibilidade dentre a categoria profissional.

## 1. Dimensão Pedagógica da Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social

---

A supervisão acadêmica é uma atividade educativa que possui intencionalidades, embasada numa perspectiva de educação para que se possa vislumbrar a formação de sujeitos pensantes, críticos na busca por outra sociabilidade.

O ato de educar é complexo. O êxito do ensino não depende tanto do conhecimento do professor, mas da sua capacidade de criar espaços de aprendizagem, vale dizer, “fazer aprender” e de seu projeto de vida de continuar aprendendo (GADOTTI, 2003, p.41).

Nesta concepção supervisores acadêmicos não podem atuar de forma técnica, mas através de uma pedagogia dialética que leve ao estagiário a experiência da reflexão, da criticidade; devem ser construtores do saber, valorizem o saber adquirido pelo estagiário no processo da formação profissional proporcionando a autonomia deste. Que a supervisão seja um espaço de criação, que compartilhem experiências significativas e tenha direção para processos emancipatórios.

Compreende-se que o pedagógico diz respeito à problemática que envolve a educação na sua totalidade e historicidade, e ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa, implicando objetivos socio-políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas de cunho sistematizador dessa ação (LIBÂNEO, 1998)

Parte-se da concepção de educação respaldada na perspectiva gramsciana, que deve elevar do senso comum ao bom senso, é uma elevação da consciência humana para que não se forme profissionais com práticas mecanicistas.

Concorda-se com essa perspectiva na medida em que no âmbito da formação profissional e no processo de supervisão acadêmica, os educadores (docentes supervisores acadêmicos) possam contribuir na elevação do senso comum dos estudantes, que a partir do conhecimento científico adquirido tem condições de refletir e criticar a realidade vivenciada por eles nos campos de estágio, articulando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, bem como a unidade teoria-prática.

Abreu e Cardoso (2009) também afirmam que a função pedagógica do trabalho profissional dos assistentes sociais visa processos formadores de cultura, uma nova cultura no sentido da busca da criticidade, consciência política dos projetos societários em disputa.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas,

“socializá-las” por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1982)

Todo ser humano tem uma cultura e forma-se uma visão de mundo, mas, a partir de um processo reflexivo porque é nesse âmbito que o processo de ensino-aprendizagem acontece, é possível construir conhecimentos acerca da realidade social e suas contradições.

Semeraro (2006) aponta que as ideias de Gramsci (1982) contribuem para compreendermos acerca dos intelectuais orgânicos que estão intimamente imbricados nas relações sociais, tal como os assistentes sociais.

Gramsci (1982) afirma que esse intelectual deve ser um construtor, organizador, educador permanente. O intelectual orgânico é aquele que:

[...] além de especialistas na sua profissão que os vincula profundamente ao modo de produção de seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam [...] (SEMERARO, 2006, p.135).

Nesta relação pedagógica desenvolve-se o processo de significação da existência humana. São nas relações pedagógicas entre supervisores de campo, acadêmicos, intelectuais orgânicos por excelência, que acontece a problematização do trabalho profissional, mas na direção de processos emancipatórios que elevem a consciência crítica do estudante de Serviço Social sobre o processo desta totalidade social.

A supervisão acadêmica se direciona para processos emancipatórios, sendo o norte na ação profissional, assim como já estabelecido no projeto ético-político profissional. Fazer a crítica da realidade social, pois a emancipação é condição humana e política para outra sociabilidade.

Viana (on-line) menciona que a emancipação não se refere apenas ao indivíduo como entidade isolada, mas, fundamentalmente como um ser social. Ela é pressuposto da democracia e se funda na formação da vontade particular de cada um, tal como ocorre nas instituições representativas.

A emancipação é a formação para a autonomia, entretanto, ela só pode ser bem sucedida se for um processo coletivo, considerando que na nossa sociedade a mudança individual não provoca necessariamente a mudança social, mas, esta é pré-condição daquela. As atividades educativas devem contribuir, portanto, para o processo de formação e emancipação, contribuindo para criar condições em que os indivíduos, socialmente, conquistem a autonomia (VIANA, on-line, p.10)

Os valores autonomia, liberdade, conhecimento crítico são constitutivos do processo de emancipação humano-social e política, o que implica a visão da totalidade social das relações de opressão e das lutas de resistência por sua transformação (CIAVATTA, 2014)

A emancipação no sentido de alguma forma de libertação daquilo que oprime, somente se realiza no campo da história da vida humana. A “emancipação, nesse sentido, supõe que o ser humano seja o sujeito artífice de seu próprio agir e que ele se liberte em todos os aspectos de sua vida” (CIAVATA, 2014, p.13).

A classe trabalhadora precisa ter suporte que possibilite pensar sua condição, que seja fortalecida e reconhecida como sujeito político e coletivo na possibilidade de construir uma nova sociabilidade.

Essa necessidade precisa ser apreendida também pelo estagiário para que futuramente possa proporcionar enquanto profissional a consciência crítica da população que irá atender.

Alude-se a importância do supervisor acadêmico, enquanto educador, para viabilizar esse processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a supervisão acadêmica deve ser estruturada numa perspectiva de trabalho participativo e sócio-educativo entre supervisores de campo/acadêmicos, estudantes, coordenadores de estágio e coordenadores de curso, abarcando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas das atividades desenvolvidas nas mais diversas experiências do trabalho profissional.

Nesse sentido, o diálogo entre os sujeitos supervisor acadêmico, coordenador de estágio, coordenador de curso e também o estagiário, precisa ser iniciado para a sistematização da supervisão acadêmica e não em sua processualidade, se acredita numa concepção de educação libertadora:

[...] a sua dialogicidade, comece, não quando educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas, antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com eles. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação (FREIRE, 1987, p.47)

Sabe-se que as condições objetivas que envolvem o trabalho docente nem sempre viabiliza o contato direto entre UFA e campo de estágio e também os próprios docentes. Compreende-se que o ensino-aprendizagem deve acontecer numa relação direta entre os sujeitos envolvidos nesse processo numa perspectiva de troca de conhecimentos, de complementaridade, pois, “[...] ao processar-se envolve um tempo, envolve momentos, envolve o somatório de um conjunto de vivências, em um processo de sucessões cumulativas que nem sempre são previsíveis” (BURIOLLA, 2006, p. 45).

A categoria diálogo presente nas obras de Freire (1987) traz sentido na relação entre supervisores de campo, acadêmicos, coordenador de curso, coordenador de estágio e estagiários, por considerarmos que ela propicia a transformação da realidade porque fortalece a dimensão política da profissão, uma vez que se pode trazer para discussão os embates e enfrentamento da categoria profissional frente às manifestações da questão social, construindo conhecimentos a partir da coletividade.

Segundo Pacheco e Júnior(2009) o diálogo é o primeiro passo na construção deste processo, os saberes são construídos mutuamente numa relação de cumplicidade, respeito, alteridade, ética e descobertas.

A supervisão acadêmica quando realizada em pequenos grupos contribui para pensar no coletivo sobre as situações que permeiam o trabalho profissional, além do caráter politizante, reflexivo e crítico que possuem os trabalhos com grupos.

É preciso estar articulada a uma prática pedagógica, uma prática de ensino que por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos

processos da prática desencadeie a formação profissional de sujeitos críticos. Este processo pode ser viabilizado através da supervisão acadêmica que ocorre no contato direto com a com a subjetividade do sujeito, ou seja, o estagiário, sendo esse o campo privilegiado em que se situa a “função pedagógica” do Serviço Social.

A finalidade da supervisão acadêmica, considerando sua dimensão pedagógica, envolve uma práxis educativa e política visando à formação profissional, mas, principalmente a formação de sujeitos conscientes e críticos sobre a realidade social, porque visa a passagem do empírico, das experiências do estudante no campo de estágio para o concreto pensado, é a passagem do senso comum para a consciência crítica.

Pode-se dizer, assim, que uma ação educativa leva o sujeito o qual interage a pensar sobre si em seu processo da formação profissional. Além disso, o supervisor acadêmico assume uma ação educativa ao intercambiar seus saberes e competências na relação com o outro.

No entanto, para que os supervisores acadêmicos possam materializar essa proposta é necessário que estejam instrumentalizados teoricamente, técnica e politicamente para que sejam capazes de desvendar as contradições presentes no real. A supervisão de estágio, nesse sentido, pode contribuir para a problematização da intervenção profissional (suas ações e propostas).

É um processo educativo que requer conhecimento especializado e constante preparo profissional para que seja possível desenvolver uma postura investigativa e reflexiva do estudante.

Essa observação perpassa às ações dos supervisores, cuja responsabilidade está relacionada com as conseqüências dessas ações, é o que nos afirma Vázquez (2007, p. 91):

Atos [...] são somente aqueles nos quais podemos atribuir ao agente uma responsabilidade não pelo que propôs realizar, mas também pelos resultados ou conseqüência de sua ação. Mas o problema da responsabilidade [...] está estreitamente relacionado, por sua vez, com o da necessidade e liberdade humanas, pois somente admitindo que o agente tem certa liberdade de opção e decisão é que se pode responsabilizá-lo pelos seus atos.

A condição de liberdade é articulada com os limites e possibilidades de nossa ação. A liberdade simboliza autonomia, independência, responsabilidade, mostrando assim, que se age em consciência.

O ato de aprender e ensinar implica escolhas, uma prática educativa, ético-política que envolve a emancipação do sujeito, aqui representado pelo estudante, bem como decisão e responsabilidade de todos os envolvidos, por isso a supervisão exige intencionalidade, planejamento e rigorosidade metodológica.

O supervisor acadêmico precisa estar preparado para exercer a ação supervisora o que pressupõe o conhecimento dos procedimentos/operacionalização da atividade de estágio: sistematização, acompanhamento, avaliação, bem como sua atribuição enquanto supervisor para que seja assegurado o processo de ensino-aprendizagem.

Por considerar a supervisão como processo educativo, busca-se articular o querer consciente do supervisor articulado com “[...] seu saber consistente e com as possibilidades e os limites das circunstâncias” (RIOS, 2008, p. 63).

Circunstâncias estas permeadas por determinações históricas, por uma realidade complexa que permeia o trabalho do assistente social, por meio de aproximações desta realidade,

percebe-se que a conjuntura neoliberal precariza as condições e relações de trabalho nos espaços acadêmicos, assim, os supervisores acadêmicos [...] vivenciam as tendências de intensificação da exploração e da precarização do trabalho (VASCONCELOS, 2009, p.71).

Uma das atribuições do supervisor acadêmico também consiste no acompanhamento e orientação da construção do plano de estágio do estagiário, instrumento este imprescindível para se planejar as atividades de estágio a partir das orientações também do supervisor de campo. Este instrumento permite que ele identifique o significado do Serviço Social na instituição campo de estágio, bem como os recursos, programas, projetos, objetivos institucionais, objetivos profissionais, público-alvo, objeto de intervenção profissional, instrumentos e técnicas utilizados, políticas sociais existentes, bem como o significado do estágio supervisionado na formação profissional e da supervisão (acadêmica e de campo).

É no plano de estágio também que o estagiário apresenta suas atribuições e os objetivos que pretende alcançar. Durante sua execução (isso exige acompanhamento) e ao término do estágio, este instrumento precisa ser debatido entre supervisor de campo, acadêmico e estagiário para fins de avaliação do processo de ensino-aprendizagem acerca da atividade de estágio e principalmente se os objetivos elencados pelo estagiário foram alcançados ou não.

Outro instrumento que pode ser citado como aporte para o estagiário para a sistematização da atividade de estágio é o relatório, instrumento esse que é elaborado ao término do estágio e consiste em apresentar as atividades realizadas e toda vivência do estagiário no campo de estágio, também sua construção é guiada pelo supervisor acadêmico, outra atribuição deste.

A orientação do supervisor acadêmico para sua construção perpassa pela ética profissional, porque este relatório consiste num documento, e algumas informações do campo de estágio, principalmente da população atendida precisam ficar sobre sigilo, salvaguardando sua identidade, por isso, o relato precisa circunscrever o processo de aprendizagem do trabalho profissional, analisando criticamente os desafios e possibilidades do assistente social para o enfrentamento das manifestações da questão social em seu cotidiano.

O diário de campo necessita ser incentivado para que os estagiários o utilize tanto para o registro das atividades diárias, como instrumento para propiciar a reflexão sobre o trabalho profissional e as atividades desenvolvidas, bem como suas facilidades, dificuldades, desafios encontrados no campo de estágio, este também o subsidia para a construção do relatório.

O supervisor acadêmico dessa maneira, instiga o estagiário a utilizar o arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político apreendido em sala de aula para desvendar a realidade, para compreender as manifestações da questão social e também para ser propositivo no sentido de refletir sobre possibilidades de intervenções frente a situação vivenciada. Além do relato da sua atividade de estágio, ele é capaz de exercitar sobre a relação teoria e prática e a pensar sobre estratégias de intervenção.

O conteúdo a ser discutido na supervisão acadêmica é o próprio processo de ensino-aprendizagem atrelado à unidade teoria-prática, permitindo supervisor e estudante refletir, planejarem, avaliarem o trabalho profissional, vivenciando uma práxis na qual ambos refletem sobre a ação desenvolvida, no contexto amplo das relações sociais.

A supervisão acadêmica como um processo didático-pedagógico, ressaltando que a supervisão de campo também é pedagógica, evidencia o ensino teórico-prático articulado aos objetivos e conteúdo programático do curso de Serviço Social.

Além disso, para a construção do conteúdo programático é preciso construir conteúdos que versam sobre as dúvidas e inquietações, para que se possa dialogar com os estagiários sobre suas percepções, análises, compreensão do que se vivencia no campo de estágio.

A princípio, o supervisor acadêmico, num processo investigativo necessita conhecer os campos de estágio nos quais estão inseridos os estagiários, suas características, particularidades; por isso ela difere de qualquer outra disciplina, sua dinamicidade, metodologia, procedimentos devem ser discutidos com os estagiários, planejada conjuntamente.

A supervisão acadêmica por constituir uma atividade educativa, também precisa ser composta por conteúdos que possibilitem a consciência crítica acerca dos processos sociais contraditórios existentes nesta sociabilidade.

É possível elencar na supervisão acadêmica temas geradores assim como dizia Freire (1987), problematizando-os e refletindo, assim, é possível perceber como os estagiários lêem a realidade, qual a visão de mundo sobre esses temas, que podem ser coerentes com as vivências no campo de estágio.

O processo investigativo dos temas geradores é o ponto de partida para dialogicidade entre supervisores acadêmicos e estagiários.

Sobretudo, no processo de supervisão, leva-se a um repensar da postura profissional, refletindo constantemente sua prática que necessita estar vinculada a um projeto profissional crítico, tendo em vista a elaboração de novos conhecimentos.

[...] as análises sobre o exercício profissional, na ótica do projeto ético-político, estejam saturadas das múltiplas determinações que nos possibilitam enxergar, enquanto coletivo profissional, as estratégias adequadas para o enfrentamento do quadro atual do capitalismo [...] (SANTOS, 2006, p.48).

Em todas as “ações éticas é preciso fazer escolhas e pôr em movimento algum nível de consciência, o que envolve outros indivíduos e responsabilidades” (BARROCO, 2008, p.78). Desse modo, pode-se refletir acerca da busca da autonomia e conscientização do homem, mas principalmente daquele que é usuário do Serviço Social, uma vez que, através de uma atuação democrática, oferta-se a participação, emancipação desses indivíduos, estabelecendo o compromisso com a classe subalterna.

A ética põe exigências à sociabilidade no sentido de exigir que o sujeito ético-moral assuma responsabilidades por suas escolhas, não apenas pelas implicações e conseqüências para si mesmo, mas também para os outros que devem ser respeitados e tratados como seres iguais, quer dizer, como seres que possam ter escolhas diferentes, mas que tem direitos iguais [...] na medida em que consegue se objetivar através de mediações éticas como liberdade, sociabilidade, alteridade e compromisso, não esquecendo que as ações éticas envolvem riscos, por isso a responsabilidade é um componente fundamental (BARROCO, 2008, p. 78).

Tais considerações oferecem subsídios para o desenvolvimento das atividades pelo estudante nas instituições, em que a postura ética é imprescindível para que os objetivos profissionais sejam alcançados e principalmente os interesses e direitos do indivíduo sejam atendidos,

considerando-o como ser dotado de capacidade para modificar sua própria história, o que “implica autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais usuários dos serviços dessa profissão” (LEWGOY, 2009, p. 52).

Nesta instância, assume a supervisão acadêmica um papel relevante entre a reflexão sobre a conscientização dos sujeitos implicados na ação cotidiana do assistente social e o projeto ético-político profissional, sendo estes os que se beneficiam com tal compromisso ético-profissional, passando a encontrar no atendimento qualificado nas instituições o acesso aos direitos sociais.

Parte-se da premissa que a supervisão acadêmica está no âmbito da educação, sua dimensão pedagógica contribui para a formação com princípios e valores ético-políticos pautados na perspectiva de uma educação voltada à formação humana.

## 2. Resultados e Discussão da Pesquisa de Campo

---

Nesse item, apresenta-se os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada no ano de 2018. Dada a dimensão educativa da supervisão de estágio na formação profissional do assistente social, foi que a elencamos como eixo temático e de estudo, recortando como **objeto** de pesquisa, a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio, considerando a realidade dos cursos presenciais de Serviço Social do estado de São Paulo.

O **objetivo geral** da pesquisa foi analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo.

Os instrumentos utilizados para o alcance dessa proposta de estudo foi o questionário e roteiros para a realização da técnica de entrevista.

As análises foram realizadas através de categorias que emergiram da realidade concreta, como a concepção de supervisão acadêmica; dimensão educativa; unidade teoria-prática; matéria-prima da supervisão acadêmica; articulação entre formação e trabalho profissional e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Os participantes que compuseram a pesquisa foram dois supervisores de campo, dois supervisores acadêmicos, dois estagiários, dois coordenadores de estágio e uma coordenadora de curso de graduação em Serviço Social, totalizando nove. O universo empírico da pesquisa constituiu-se em duas Unidades de Formação Acadêmica-UFAs na modalidade presencial do estado de São Paulo.

Vale ressaltar que o percurso metodológico da pesquisa foi mais amplo, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo também com abordagem quantitativa, mas, nos limites do artigo optou-se por apresentar os resultados dos dados qualitativos resultantes das entrevistas com os participantes da pesquisa de campo<sup>1</sup>.

---

1 Para conhecimento do detalhamento do percurso metodológico utilizado, é possível consultar a tese intitulada “Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social: potencialidades para a formação profissional na íntegra por meio do repositório da UNES/Franca no seguinte endereço eletrônico: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154174?show=full>



A pesquisa evidenciou que a realidade da Educação Superior brasileira, com base no projeto neoliberal, tem o intuito de responder à crise do capital na lógica de mercantilização, sendo conveniente majoritariamente aos grupos hegemônicos do poder econômico.

Torna-se cada vez mais desafiante desenvolver pesquisas nos espaços em que prevalecem os interesses mercantis, tal como evidenciou-se no desenvolvimento desta investigação, principalmente nas UFAs que são gerenciadas pelos conglomerados educacionais, uma das estratégias para menor visibilidade dos interesses econômicos.

Identificou-se que no campo empírico da pesquisa, no estado de São Paulo, onde havia 88 cursos de Serviço Social na modalidade presencial no ano de 2016, inicialmente 5 se propuseram a participar da pesquisa, mas, somente 2 efetivaram sua participação.

É um dado quantitativo que possui um expressivo significado: concebemos que o mundo do trabalho infere no cotidiano profissional e na vida social, demonstrando que as tarefas rotineiras têm influenciado sobremaneira os modos de pensar e agir do homem, embora se reconheça a importância do desenvolvimento de pesquisas para a construção do conhecimento no Serviço Social, isso fica à revelia; o cotidiano alienador se sobrepõe aos desejos humanos e profissionais.

Nesta pesquisa ficou latente que a lógica de reprodução do capital a partir da expansão dos cursos de graduação na modalidade presencial na esfera privada, bem como na modalidade à distância, inclusive de Serviço Social, rebate diretamente na formação profissional do assistente social e reveste o trabalho docente da mais intensa precarização, insegurança e sobrecarga de trabalho.

O perfil dos participantes da pesquisa: supervisores acadêmicos, coordenador de curso e coordenadores de estágio exemplificam essa situação. São docentes horistas, o que significa não possuírem em definitivo determinadas horas de trabalho, pois a cada semestre isso se modifica, porém, a demanda de trabalho é a mesma. São professores que ministram várias disciplinas, conciliam outras atividades com a docência e acumulam diversas atribuições: docência, supervisão acadêmica, supervisão de campo, orientações de Trabalho de Conclusão de Curso.

A condição do perfil das estagiárias é característica de estudante trabalhador, o que torna mais desafiante consolidar a formação profissional lograda nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS; uma das estagiárias apresenta as estratégias para que possa cumprir seu estágio e trabalhar: negociação com o chefe do trabalho, redução de horas do almoço; aumento da carga horária de trabalho aos fins de semana, isso explica sua permanência no mesmo campo de estágio durante todo o processo de desenvolvimento do estágio: a possibilidade de negociação com o campo de trabalho.

De todo modo, os participantes da pesquisa demonstraram interesse na educação permanente participando de eventos da categoria profissional, qualificando os serviços prestados à população e contribuindo com a formação profissional dos estudantes.

Apresentaram também que estão sintonizados quanto às legislações vigentes que envolvem o estágio e supervisão em Serviço Social.

Identificou-se na busca do conhecimento do perfil dos participantes que não são todos os supervisores acadêmicos que participaram de capacitação específica para exercerem essa atribuição.

Nesse sentido, se torna necessário que a UFA propicie essa condição, é na esfera da coordenação de estágio que isso deve acontecer, ou seja, é preciso oferecer cursos, oficinas, para esses supervisores.

Necessita-se trabalhar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para que considerem o trabalho profissional como a centralidade da formação profissional, bem como a questão social como eixo estruturante para que se possam compreender os fundamentos da profissão de Serviço Social. Isso corrobora para não enfatizar somente as políticas sociais no processo de ensino-aprendizagem do estagiário durante a supervisão acadêmica.

O supervisor acadêmico também precisa conhecer o Projeto Pedagógico do Curso em sua totalidade, afinal, a reflexão teórico-prática sobre o trabalho profissional também perpassa a articulação dos conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas que compõem o currículo.

Ao mesmo tempo em que há rebatimentos desse contexto mercantil, não se pode negar a existência desses dois cursos de Serviço Social que mesmo inseridos em UFAs privadas buscam formar profissionais comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

Entretanto, esses profissionais têm travado a luta na direção de uma formação atrelada ao projeto ético-político profissional no sentido dessa formação profissional não ser utilitarista, voltada aos interesses do mercado, assim como, afirma que é no coletivo que essa luta ganha consistência.

Embora, possuam clareza de suas atribuições, é necessário articular a instância da coordenação de estágio, supervisor de campo e supervisor acadêmico, mesmo sabendo que as condições objetivas não permitem em sua totalidade esse contato direto entre UFA e campo de estágio.

É premente a aproximação dos campos de estágio e a UFA numa perspectiva dialógica, que permita a troca de experiências, possibilitando o processo de ensino-aprendizagem, pois até naquele momento o que indicou, é que essa relação é caracterizada por uma relação meramente burocrática, mas, essa condição é reconhecida pelos participantes da pesquisa.

Destaca-se que os participantes se preocuparam em relatar a realidade concreta da supervisão acadêmica, tanto no plano da objetividade como na subjetividade, assim, o real concreto foi amplamente sendo desvelado por aproximações sucessivas, apresentando suas concepções e vivências; partiram do real e não do dever a ser sobre a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

Por outro lado, é necessário que todos envolvidos no processo de formação profissional do assistente social tomem para si a responsabilidade, o compromisso, autoconsciência e autocrítica no tocante à atividade de estágio, para que não a encare somente como atividade curricular obrigatória.

Esses sujeitos devem ter clareza que a formação profissional compreende o conjunto de fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico operacionais que envolvem a profissão.

Fica evidente que no processo de ensino-aprendizagem, “[...] são construídos no cotidiano de cada um, exigindo-se de seus protagonistas ações concretas e comprometidas, imbuídas de paixão, mas, seguramente, pautadas pela ética e competência” (ALBIERO, 2000, p.174).

Valendo-se também da própria necessidade e vontade individual de cada um num esforço coletivo e compreendendo suas atribuições, buscando a superação dos desafios e limites

que o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado apresenta no interior dos campos de estágio e nas UFAS nos espaços da supervisão acadêmica.

No que tange a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio, identificou-se que:

- A supervisão acadêmica é o espaço das dúvidas, angústias, situações conflitantes vivenciadas pelos estagiários;
- É realizada de forma grupal, fortalecendo a dimensão coletiva e trabalho em equipe, bem como a troca de experiências vividas nos diferentes campos de estágio, possibilitando a criação de novas respostas profissionais frente à realidade apresentada;
- É uma disciplina, mas, se diferencia de outras porque sua metodologia é diferenciada, é mais dinâmica, permite maior aproximação do estagiário, criando vínculos e confiabilidade, a partir do diálogo; o processo de ensino-aprendizagem é mútuo e articulado às reflexões teórico-práticas;
- Há a visão dialógica dos participantes da pesquisa sobre a supervisão acadêmica, mas, acontece formalmente entre supervisor acadêmico e estagiário, e entre supervisor acadêmico, coordenador de estágio e coordenador de curso dadas às condições objetivas inexistentes para garantir uma relação mais próxima com os supervisores de campo;
- É o espaço de síntese da atividade de estágio supervisionado, onde os estagiários relatam e refletem suas vivências no campo de estágio;
- É lócus da reflexão ética, constitutiva da formação ético-política (postura e posicionamento ético frente às situações cotidianas existentes nos espaços institucionais);
- A matéria-prima da supervisão acadêmica é o processo de ensino-aprendizagem sobre o trabalho profissional;
- Possibilita a articulação entre formação e exercício profissional, onde há apreensão do significado social da profissão, compromisso com a população atendida;

A pesquisa de campo também evidenciou algumas fragilidades no trato da compreensão sobre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social:

- Embora os participantes da pesquisa afirmem que a supervisão acadêmica possibilita a reflexão da realidade profissional articulados aos conteúdos programáticos do curso, não informam quais conteúdos são esses, apenas informam sobre as políticas sociais. Nesse sentido, há a preocupação de formar profissionais técnicos, meramente executores das políticas sociais;
- Outro dado que incide reflexão é a divisão dos grupos de supervisão acadêmica por área de atuação profissional, geralmente dividida de acordo com as políticas sociais. É preciso atentar para que não haja a fragmentação do trabalho profissional, embora as políticas sociais são ferramentas de trabalho do assistente social, mas, não se reduz às políticas sociais, bem como, fragmenta o que está disposto nas Diretrizes Curriculares sobre a centralidade da categoria trabalho na formação profissional;

- Não se constitui em sua totalidade, mas, identificou-se que há uma prioridade em discutir a dimensão técnica da profissão na supervisão acadêmica, não que essa não seja importante, mesmo porque é ela quem produz a intervenção, mas, ela precisa estar articulada às demais dimensões: teórico-metodológica, ético-política e também investigativa para que se tenha efetividade, ou seja, para que seja realizada na perspectiva da práxis.
- Observou-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre a supervisão acadêmica com os supervisores de campo, em alguns momentos as falas expressaram que na supervisão acadêmica se avalia o trabalho profissional, esse não é o objetivo dessa modalidade de supervisão de estágio;
- Os participantes - ressalve-se que não em sua maioria-, apresentaram dificuldade de compreender a dimensão educativa da supervisão acadêmica, o que perpassa pela compreensão de educação pautada na direção dos princípios do projeto ético-político, uma educação libertadora, crítica.

Com os estudos realizados e através dos relatos dos participantes da pesquisa, pôde-se elencar que o supervisor acadêmico desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do estagiário porque:

- Realiza a mediação entre o conhecimento científico e a realidade do trabalho profissional, proporcionando o encontro com o singular e o universal e a realidade aparece particularizada;
- É responsável pela articulação dos conteúdos trabalhados no curso para apreensão da realidade vivenciada pelo estagiário; estabelecendo o debate da unidade teoria-prática e sua indissociabilidade;
- Estabelece a mediação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para a compreensão do trabalho profissional e a formação do conjunto de competências e habilidades profissionais;
- É o avaliador do processo de ensino-aprendizagem do estagiário, a partir de sua capacidade de construir mediações através das aproximações sucessivas sobre o trabalho profissional abarcando a análise do cotidiano institucional;
- É aquele que motiva, incentiva a curiosidade e impulsiona ao uso da dimensão investigativa da profissão para desvelar a realidade que envolve o trabalho profissional, bem como incentiva a superar o conservadorismo presente em situações vivenciadas nos campos de estágio;
- É formador da consciência crítica das contradições presentes na realidade social expressas pela relação entre capital e trabalho que conformam as manifestações da questão social.

A pesquisa também proporcionou a construção de reflexões teóricas, filosóficas e político-pedagógicas fundamentadas na direção teórico-metodológica e ético-política trazida pela profissão e por intelectuais que transitam nessa direção, os quais coadunou-se com seus debates teóricos e filosóficos.

A realidade concreta trazida pelos participantes da pesquisa foi imprescindível para desvelar a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

A pergunta norteadora do objeto de estudo desta pesquisa foi a dimensão pedagógica presente no processo de supervisão acadêmica contribui para formação profissional com valores e princípios ético-políticos pautados na perspectiva de uma educação voltada à formação humana? Ela analisada no todo da tese e trazida à tona, desvelada também na pesquisa de campo, permitindo tecer considerações que abarcam a práxis profissional e conectada aos princípios do projeto de formação e do projeto ético-político profissional, e permite afirmar que:

- A implantação da supervisão acadêmica nos cursos de Serviço Social das UFAs pesquisadas tem acontecido seguindo às prerrogativas das legislações específicas sobre estágio e supervisão, principalmente as orientações político-pedagógicas da PNE da ABEPSS;
- A supervisão acadêmica é uma atividade educativa que possui intencionalidades, embasada na perspectiva emancipatória vislumbra a formação de sujeitos pensantes, com consciência crítica, capazes de se mobilizarem coletivamente na busca por outra sociabilidade;
- A supervisão acadêmica possui também uma dimensão político-pedagógica e contribui para a formação com princípios e valores ético-políticos numa concepção de educação voltada à formação humana quando realizada na perspectiva da práxis;
- Os desafios postos à supervisão acadêmica são constituídos pelos determinantes oriundos da precarização do mundo do trabalho e do contexto mercadológico da educação que rebate diretamente na formação profissional, impulsionando a criação de estratégias pelos sujeitos coletivos na luta pela garantia da formação em consonância ao projeto ético-político profissional.

A pesquisa permitiu a confirmação das hipóteses elencadas à priori: a supervisão acadêmica estabelece a mediação entre a formação e o trabalho profissional; não tem sido implantada nas UFAs conforme orientações político-pedagógicas da categoria profissional devido ao contexto neoliberal, mercantilista, de precarização do trabalho docente e que a supervisão acadêmica quando operacionalizada na perspectiva da práxis possibilita a construção da consciência crítica do estudante e viabiliza além da formação profissional também à formação humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Percebeu-se que no processo de estudo por aproximações sucessivas ao objeto, que a produção científica acerca da temática estágio e supervisão tem se elevado significativamente principalmente a partir da aprovação da Resolução do CFESS nº533/2008 e a PNE da ABEPSS de 2010.

Isso expressa a preocupação da categoria profissional pelo contexto que reveste a formação profissional em tempos de mercantilização da educação, porém, a produção do conhecimento sobre supervisão acadêmica especificamente, ressaltando que não se contempla de

forma dissociada do processo de supervisão de estágio, ainda precisa se expandir, o cenário que a reveste está pleno de desafios.

Alude-se a necessidade de maior discussão sobre a supervisão acadêmica pela categoria profissional, no sentido de avançar na sua compreensão, significado e contribuição para a construção de um perfil profissional condizente às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, quer seja nos fóruns de supervisão de estágio, oficinas, encontros, seminários e congressos.

Compreende-se que os sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio, principalmente os supervisores acadêmicos precisam ser fortalecidos, haja vista a condição precarizada do trabalho docente; esta também é uma situação que precisa compor a agenda de debates da categoria profissional.

A supervisão acadêmica de estágio é uma atividade educativa, consistindo num espaço de reflexão teórico-prática das experiências vivenciadas no campo de estágio, sendo síntese dessa atividade; permite o conhecimento e análise do trabalho profissional a partir da construção de mediações; a relação entre supervisor acadêmico e estagiário pauta-se na perspectiva dialógica. A supervisão acadêmica tem se materializado nas UFAs conforme orientações político-pedagógicas da Política Nacional de Estágio-PNE da ABEPSS, entretanto, com desafios impostos pela própria lógica do capital que rebate na condição do trabalho docente, bem como limita a garantia da supervisão direta de estágio prevista na Resolução CFESS n.533/2008.

Através da supervisão acadêmica de estágio é possível contribuir com a construção de um perfil profissional crítico, assim como a formação profissional atrelada aos princípios e valores de uma educação voltada à formação humana

A supervisão de estágio em Serviço Social possui desafios históricos, ainda não superados, mas, reitera-se que somente mediante o conhecimento da totalidade histórica é possível almejar e construir novas possibilidades em conformidade aos processos de luta e resistência da categoria profissional.

É preciso esperança para construção de uma formação profissional também via supervisão acadêmica de estágio com qualidade, condições objetivas para sua operacionalização e materialização conforme os embates hegemônicos do Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G.. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF, 2009

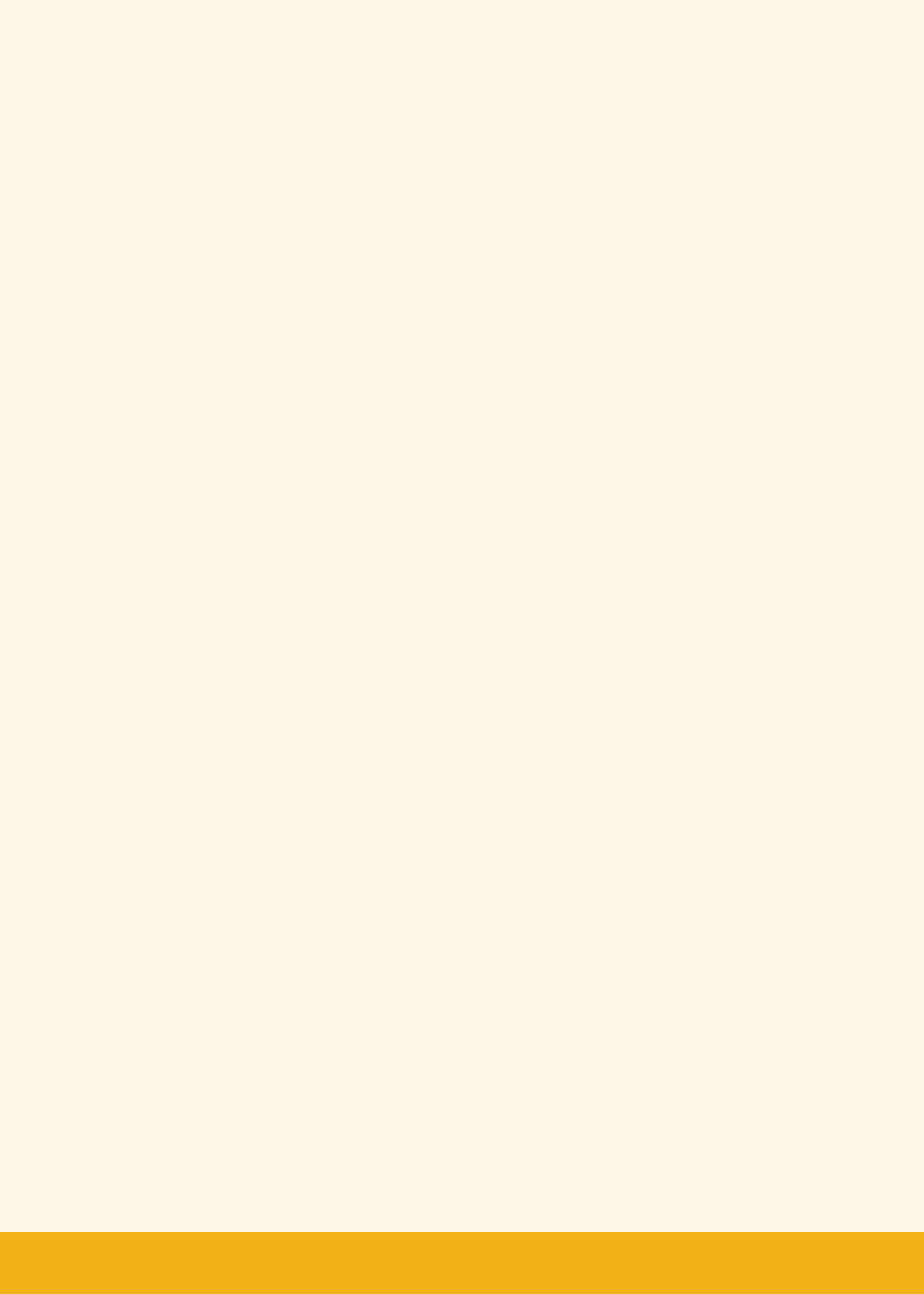
ALBIERO, C. M. G. *Ensinar e aprender: desafios constantes na formação profissional em Serviço Social*. 2000. 227p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

AMICUCCI, E. M. de M. *Supervisão Acadêmica de Estágio em serviço Social: potencialidades para formação profissional*. Tese de doutorado. 307 fl. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. UNESP/Franca – SP, 2018.

BARROCO, M. L. S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BURIOLLA, M. A. F. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006

- CIAVATA, M. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M (org). *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. *Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido*. Novo Hamburgo: Feevale, 2003
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. (tradução de Carlos Nelson Coutinho). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- JUNIOR, I. P.; PACHECO, S. Dialogicidade em Paulo Freire. In: ASSUMPÇÃO, R. (Org). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- LEWGOY, A. M. B. *Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas*. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 1998. Editora da UFPR. Disponível em: [http://www.educaremvista.ufpr.br/arquivos\\_17/libaneopdf](http://www.educaremvista.ufpr.br/arquivos_17/libaneopdf). Acessado em: 10 de dezembro de 2017.
- RIOS, T. A. *Ética e competência*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da nossa época; v. 16).
- SEMERARO, G. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida - São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- SANTOS, J. Projeto ético-político e o enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social. *Temporalis*, Brasília-DF, ano 6, n.11, p. 39-50, jan./jun. 2006.
- VASCONCELOS, I. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. *Temporalis*, Brasília-DF, ano 9, n.17, p. 61-82, jan./jul. 2009
- VÁZQUEZ, A.S. *Filosofia da práxis*. Trad. Maria Encarnación Moyá. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.
- VIANA, N. A.: Educação e Emancipação. *Periódicos UnB*, Incompl. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/viewFile/5478/4585>. Acesso em: 02 de novembro de 2014.





# SUPERVISÃO DE ESTÁGIO E A TENDÊNCIA PEDAGÓGICA NEOCONSERVADORA

Cleusimar Cardoso Alves Almeida  
Adriana Giaqueto Jacinto

## INTRODUÇÃO

---

A função pedagógica se desenvolve no marco das práticas educativas, que estão presentes na formação acadêmica do Curso de Serviço Social, na supervisão de estágio e no exercício profissional. Conforme Abreu (2016, p. 21), a função pedagógica é determinada pelos “vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática”.

Neste sentido, a função pedagógica do Assistente Social também se desenvolve no marco das práticas educativas formadoras da cultura, que na perspectiva gramsciana representa a relação entre a racionalização da produção, do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe. O princípio educativo reelaborado por Gramsci está consubstanciado na direção da constituição de um amplo processo de superação da racionalidade capitalista pelas classes subalternas e instauração de uma nova sociabilidade, caracterizando cultura como as atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir (ABREU; CARDOSO, 2009).

Gramsci também enfatiza a necessidade de instrumentalizar a classe trabalhadora para que ela assuma a consciência da própria história e seja protagonista da sua emancipação. Ele aborda a função emancipatória da educação para as classes subalternas, a partir da articulação entre política e educação. As contribuições de Gramsci são importantes para entender e fazer uma análise da educação, para saber em que medida ela serve para a formação emancipadora das classes populares ou para conservação das relações de dominação e submissão. Gramsci também evidencia a importância do papel do intelectual na luta de classes, no desenvolvimento de uma ação revolucionária. Os intelectuais orgânicos atuam nos processos de formação

de uma consciência crítica, ou seja, estabelecem uma relação orgânica com a classe que se identificam (GRAMSCI, 2000).

Esse intelectual pode ser o Assistente Social, visto que exerce uma função eminentemente educativa e organizativa em seu cotidiano profissional, desvelando a realidade social, atuando com as classes subalternas, apreendendo junto com as mesmas, estratégias para o enfrentamento do poder hegemônico; um processo que se faz e refaz em cada ação, em cada reflexão, em cada nova descoberta. É um processo educativo por excelência, uma vez que o conhecimento é construído no coletivo, através de processos de reflexão, de participação política, no sentido da “grande política”, aquela em que se constroem coletivamente caminhos para outra sociedade verdadeiramente humana e possível. Essas discussões também são apontadas nos estudos de Monasta (2010), Simionatto (2011) e Jacinto (2017).

Desde o início da profissão no país até a contemporaneidade, no trabalho dos assistentes sociais podem ser encontrados três perfis pedagógicos, segundo estudos de Abreu (2016): perfil “pedagogia da ajuda”, “participação” e “perspectiva da emancipação”. A prática, de acordo com tais perfis, interfere “na reprodução física e subjetiva” (ABREU, 2016, p. 22) de segmentos da classe trabalhadora e na prática profissional do Serviço Social e, por conseguinte, na supervisão de estágio.

Tentamos organizar, de forma a facilitar nossa análise, tais concepções de Abreu (2016), nas quais englobamos as práticas da “ajuda” e “participação”, na tendência que chamamos de “neoconservadora”.

Posto isto, este artigo é resultado parcial de tese de doutorado e tem como objetivo analisar a tendência pedagógica neoconservadora presente no processo de supervisão de estágio mediante a compreensão dos supervisores de campo, supervisores acadêmicos, docentes e estagiários do curso de Serviço Social de uma Universidade Privada de Minas Gerais.

A compreensão das tendências pedagógicas que são identificadas no processo de supervisão de estágio do Curso de Serviço Social está fundamentada em sua historicidade material e dialética, visando aprofundar os conhecimentos, analisar as contradições presentes na realidade social.

Para tanto, foi realizada pesquisa de campo após aprovação do Comitê de Ética da Instituição de Origem dos autores, estudo com abordagem qualitativa realizado em uma Universidade Privada de Minas Gerais e em campos de estágio de Serviço Social, vinculados a esta Universidade (tais como, CRAS, CREAS, CAPS II, CAPSad, APAE e outras organizações governamentais e não governamentais e a própria IES, especificamente o espaço de formação do curso, com destaque para o estágio supervisionado). Constituíram participantes da pesquisa de campo: os assistentes sociais supervisores de campo, supervisores acadêmicos, docentes e estagiários do curso de Serviço Social da IES. A pesquisa de campo foi realizada no período de 2017 a junho de 2019 na Universidade, sendo que para a recolha das informações necessárias ao desenvolvimento do estudo foram realizadas 17 entrevistas com os estudantes e aplicação de questionário com as 3 supervisoras acadêmicas, 11 supervisores de campo e 4 docentes. Tais análises da pesquisa foram realizadas por meio do método de Marx, o materialismo histórico-dialético. Marx (1983) e os marxistas que interpretam o seu método, destacam que o método de investigação deve primar por uma pesquisa profunda e exaustiva da realidade, ser estabelecidas categorias, grupos e relacioná-las, identificando contradições e conexões.

Diante dessas recomendações, o quadro 1 traz o processo de categorização das análises, onde temos a categoria da tendência neoconservadora.

## Quadro 1 – Categorias de Análises que permeiam o Neoconservadorismo

- Perspectiva da **moralização**, questão social tratá-la como resultante de problemas de ordem moral, naturalização da pobreza, da questão social, ocultamento de suas determinações socioeconômicas.
- **Responsabilização e culpabilização do sujeito** por estar naquela situação.
- **Ajustamento dos indivíduos a sociedade**,
- Formação de identidades subalterna, **submissas** marcadas pela passividade e acomodação;
- **Assistencialismo caritativo**;
- **Focalização e seletividade nas políticas públicas**;
- **Controle social e reprodução do capital**; Manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais;
- **Processos persuasivos e coercitivos** para obtenção de consentimento ao novo ordenamento econômico e social sob o domínio do capital.
- **Caráter punitivo**, e de controle sobre o comportamento dos sujeitos.

**Fonte:** Sistematização elaborada pela autora da pesquisa.

O neoconservadorismo<sup>1</sup> apresenta-se como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

Neste contexto, Barroco (2015) diz que na prática profissional os assistentes sociais são chamados a desempenhar tarefas conservadoras, que atendem o interesse do capital e o controle da sociedade.

No exercício profissional, o Serviço Social é chamado a desempenhar tarefas policiais, nas desocupações truculentas de áreas de moradia, no deslocamento de moradores de rua e usuários de droga para lugar nenhum, na censura e no controle dos usuários, em especial nas instituições tradicionalmente conservadoras que envolvem de forma direta a moral e a família (BARROCO, 2015, p. 633).

O conservadorismo percorre a trajetória profissional dos Assistentes Sociais. A questão é saber em que medida ele está sendo superado no processo de construção do projeto ético-político profissional direcionado à sua ruptura. A profissão não é uma ilha, ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários. Neste sentido, vários desafios são colocados para os assistentes sociais e por consequência, na supervisão de estágio.

1 “A origem do movimento neoconservador norte-americano é situada no pós-guerra, onde se destaca um grupo de intelectuais como Irving Kristol, Daniel Bell, Russell Kirk, entre outros. Nos anos 1960, manifestou sua reação à contracultura, aos movimentos de defesa de direitos das minorias, fortalecendo-se no contexto da implantação das políticas neoliberais, apresentando-se como programa político (a partir do governo Reagan) sustentado pela defesa do neoliberalismo, do militarismo e dos valores tradicionais familiares e religiosos”. (BARROCO, 2015, p. 624).

Consideramos que através do materialismo histórico dialético é possível compreender a tendência pedagógica na perspectiva do neoconservadorismo no processo de supervisão de estágio do curso de Serviço Social, uma vez que “diz respeito à necessidade lógica de descobrir, nos fenômenos, a categoria mais simples (o empírico) para chegar à categoria síntese de múltiplas determinações (concreto pensado)”, ou seja, parte-se do empírico (prática), passa-se pelo abstrato (teoria) e chega-se no concreto (pensado) (PIRES, 1997, p 88).

Segundo Prates (2003), com a utilização desse método é possível desvendar a realidade para subsidiar estratégias ou políticas, para contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, para desmistificar estigmas, processos alienadores, enfim, para subsidiar ou instigar transformações, mesmo que provisórias. Paulo Netto (2011) complementa que o método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade.

O materialismo histórico-dialético, segundo Marx:

[...] capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediatividade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento. Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. Estas são sínteses mentais dos nossos esforços em compreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e de nos comportarmos adequadamente frente a ele. O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados, bem como a lógica do movimento de constituição dos processos, que se expressam na consciência do sujeito e se constituem no “concreto pensado”. (MARX, 1983, p. 219).

Isto significa dizer que a análise de tendência pedagógica na supervisão de estágio pode ser compreendida quando conseguimos descobrir sua mais simples manifestação para que, ao nos debruçarmos sobre ela, elaborando abstrações, possamos compreender plenamente o fenômeno observado.

Assim, um determinado processo educativo pode ser compreendido a partir das reflexões empreendidas sobre as relações cotidianas entre supervisores, discentes e estagiários, sobre as visões de todos os envolvidos no processo de supervisão de estágio. Quanto mais abstrações (teoria) pudermos pensar sobre esta categoria simples, empírica (relação docente, discente, estagiário, supervisor), mais próximo estaremos da compreensão do processo educacional e pedagógico em questão.

Como contribuição do referido Método à educação, temos que o processo educacional é mais amplo, não se esgota na dimensão prática, exige a construção da formação em sua totalidade, tem que contribuir para a formação de homens plenos, plenos de humanidade.

Analisar a função educativa no trabalho do assistente social na supervisão de estágio a partir de reflexões empírico-teóricas para compreendê-la em sua concretude, significa refletir sobre as contradições da organização do trabalho em nossa sociedade, sobre as possibilidades de superação de suas condições adversas.

Assim, os resultados da pesquisa que aqui apresentamos contemplam contribuições teóricas e sociais, pois trazem informações que podem vir a subsidiar reflexões que permitam desenhar estratégias de ação na área da educação, bem como para uma leitura crítica sobre o trabalho educativo na supervisão de estágio, possibilitando a discussão sobre o tema, no sentido de dar visibilidade aos desafios do profissional de Serviço Social frente à tendência pedagógica do neoconservadorismo presente na supervisão de estágio.

Neste sentido, a seguir são descritas as percepções dos participantes da pesquisa a respeito da tendência pedagógica neoconservadora presentes no processo de supervisão de estágio do referido curso.

## 1. Tendência pedagógica do neoconservadorismo na supervisão de estágio do curso de serviço social

---

Temos instaurada uma herança conservadora e um processo de modernização conservadora, ou nas palavras de Duarte (2018), um flerte com abordagens pós-modernas conservadoras, chamadas aqui como tendências “neoconservadoras”, que se atualizam no tempo presente, mesmo com todos os avanços da profissão do Serviço Social.

Lembrando que como o neoconservadorismo apresenta-se como forma dominante na apologia conservadora da ordem capitalista, encontra condições favoráveis de se desenvolver em momentos de crise social, conforme aponta Barroco (2015), exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para apologia do capitalismo. Apresenta características de racismo, preconceitos e horror ao comunismo.

Neste cenário, os perfis da pedagogia da “ajuda” e da “autoajuda”, da “participação”, citados por Abreu (2016), os quais integram o que chamamos de tendência “neoconservadora” ainda estão presentes na atual conjuntura, pois temos um “ranço” conservador nos dias atuais.

A tendência pedagógica do “**neoconservadorismo**” foi desmembrada em algumas categorias, a fim de nortear as discussões sobre o assunto. Tais categorias assumem características determinadas, mas essas possuem estreita relação entre si e podem se manifestar no cotidiano e trabalho profissional dos assistentes sociais, são elas: perspectiva da **moralização**; **responsabilização** e **culpabilização** do sujeito por estar naquela situação; **focalização** e **seletividade nas políticas sociais**; **assistencialismo caritativo**; **caráter punitivo**; **ajustamento dos indivíduos** e sua **submissão**.

Foram observadas algumas contradições no discurso de alguns supervisores de campo e estagiários. Às vezes o profissional até tem um discurso, uma perspectiva mais crítica para a tendência da “emancipação”, mas quando vai dar materialidade à prática profissional na supervisão, não está alicerçada nesta matriz de pensamento.

Conforme resposta de um supervisor de campo que disse que “privilegia a teoria humanista e fenomenológica (SC7) <sup>2</sup>”, em sua prática profissional. As práticas neoconservadoras tendem a ser calçadas no pensamento fenomenológico. O assistente social, diante desse quadro, desempenha sua função pedagógica sem questionar a realidade.

A fenomenologia é a perspectiva teórico-metodológica defensora da utilização de um método voltado para a descrição da essência do fenômeno. Favorece a subjetividade e a anti-historicidade em detrimento do movimento do real. Segundo Carli (2013), trata-se de uma orientação teórica que se fixa na vida cotidiana, cujo conhecimento natural começa e permanece na experiência, não considerando a historicidade dos fenômenos. Logo, diz respeito a uma perspectiva lógico-formal, cara ao capital e à reprodução da ordem instalada sob seus desígnios, concebendo o real como construto da consciência, reflexo das subjetividades.

Assim, a fenomenologia apresenta-se como um método de ajuda psicossocial fundado na valorização do diálogo e do relacionamento; com isso, reatualiza uma forma tradicional de atuação profissional: a perspectiva psicologizante da origem da profissão. Todavia, não inclui os fenômenos estruturais, os conflitos de classes, discussão de dominação, poder, correlação de forças; não considera a historicidade dos fatos sociais; a questão social é vista como problemas de desajustes, não é vista como expressões das desigualdades sociais geradas pelo capitalismo na relação entre capital e trabalho.

Na tendência neoconservadora, ainda, a pobreza e a questão social são naturalizadas, também na perspectiva da **moralização**. A questão social é tratada como resultante de problemas de ordem moral e ocorre um apelo doutrinário religioso, ocorrendo o ocultamento de suas determinações socioeconômicas.

Esta característica está elucidada na gênese da profissão, alicerça-se no processo conservador de manutenção da ordem. Os assistentes sociais formados no Brasil nos anos de 1930 atuavam na mudança de comportamento dos indivíduos e famílias, em função de normas de higiene pessoal, controle biopsíquico, moral, recuperação dos indivíduos, com a sua inserção na ordem social.

A moral desempenha função de destaque no ideário conservador, sendo concebida como base fundante da sociedade e da política, conforme estudos de Barroco (2009; 2015).

Exemplos dessa articulação na prática, na perspectiva da moralização, são apresentados aos assistentes sociais na atualidade e foram identificados por alguns estagiários alguns “profissionais” fazem comparação sobre o que o usuário tem em casa e a condição em que ele vive:

Os agentes [...] se dirigem ao Assistente Social, solicitando uma intervenção desta profissional, porque na casa dele (do usuário) está uma bagunça, uma pobreza danada, e que o usuário não tomou a medicação direito, porque não tinha na rede, e que já que ele tinha dinheiro para comprar uma televisão daquele tamanho, deveria ter para comprar a medicação também e pagar as contas, e limpar o quintal [...] (E3).

---

2 A fim de manter o anonimato dos participantes da pesquisa, eles são citados no texto por siglas- SC significa Supervisor de Campo, AS- Supervisor Acadêmico, E- Estagiário, D- Docente.

Como visto, o encadeamento de tais discursos e práticas ocorrem por meio de prescrições e ajuizamentos moralistas, em relação a preconceitos, estigmas, sobre o comportamento dos indivíduos. Ocorrem julgamentos em relação aos indivíduos por não se “comportarem” e “agirem” da forma considerada “correta”, na qual neste cenário, faz-se presente o senso comum. Esse apelo moralista é facilitado pela coisificação das relações sociais, as múltiplas expressões da questão social são naturalizadas, ocorrendo o ocultamento de suas determinações socioeconômicas. As propostas conservadoras buscam reformar a sociedade, entendendo a questão social como decorrente dos problemas morais.

Com efeito, a **responsabilização e culpabilização** do sujeito por estar naquela situação tem relação com o princípio liberal da autossustentação, onde cada um é responsável pelo seu bem-estar. Nesse contexto, conforme estudos de Duarte (2018) a questão social é individualizada, fazendo com que a família e/ou indivíduo responda pelas dificuldades que enfrentam e por suas necessidades de reprodução social. Aliado à culpabilização, os sujeitos são responsabilizados excessivamente e são reatualizados os perfis de fracassos, falhas e negligências, desconsiderando-se as raízes societárias das dificuldades desses sujeitos, que sofrem com o agravamento da questão social, das desigualdades sociais presentes em suas vidas.

Esses posicionamentos são mencionados por alguns estagiários:

Durante visitas domiciliares e em conversas entre os profissionais, pôde-se perceber falas que culpabilizavam os familiares pelas condições de vulnerabilidade que se encontravam, desconsiderando as dificuldades e necessidades que enfrentavam, que são inerentes ao nosso modo de sociabilidade (E11).

[...] observei o posicionamento de um profissional [...], ao criticar uma usuária por não ter levado seu filho para avaliação [...], sem considerar a situação de desemprego, dela e do marido, da distância, da falta do dinheiro para o transporte, com cinco filhos todos menores, sem gás em casa para cozinhar, sem água para higienização [...] (E3).

É importante dizer também que a ideologia neoliberal explica a existência das desigualdades sociais sob o ponto de vista de sua manutenção, de forma a responsabilizar, culpabilizar os indivíduos por suas condições sociais. A discriminação se reproduz através de um quadro de valores morais, em que “virtudes” e “vícios” conjugam-se a determinados padrões de comportamentos tidos como corretos/incorretos. A esse respeito Chauí explica que:

A ideologia burguesa, através de seus intelectuais, irá produzir ideias [...] com que os homens criam que são desiguais por natureza e por talento, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos, empobrecem. Ou então, faz com que criam que são desiguais por natureza [...] ocultando, assim, que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas “chances de melhorar” não dependem deles, mas de quem possui os meios e condições do trabalho (CHAUI,1980, p. 78-79).

Nesta tendência neoconservadora ocorre a culpabilização pela pessoa estar naquela condição, sem considerar os fatores objetivos e subjetivos, externos, não observando a análise da

conjuntura que incide na vida do usuário. Ademais, é importante refletirmos sobre alguns apontamentos de que a desigualdade social existente não é natural, a pobreza não é natural. A desigualdade existe porque é um problema de ordem social e política, relacionada à luta de classes e não de incapacidade individual.

A **focalização e seletividade nas políticas sociais** estão relacionadas às ações geradas como um sistema de filtros, de modo a incluir ou excluir pessoas. Ligada à focalização de serviços ofertados em determinada política social, que é direcionada a apenas um grupo de pessoas, com critérios definidos. Há um elevado número de demandas pelos serviços em contraposição aos limites dos recursos impostos pelas demandas de reprodução do capital. Na política social focalizada, de acordo com estudos de Pedro Demo (2003), apenas um quarto dos recursos chega aos pobres. Tais focalizações são propostas de projetos neoliberais, que conservam os pobres como objeto e massa de manobras e que por meio dessas políticas conseguem a subserviência, a submissão das camadas mais pobres, ignorando a sociedade de classes, com políticas focalizadas implementadas de cima para baixo.

Em sociedades tão desiguais como a nossa, dificilmente se poderia redistribuir renda, primeiro, sem a participação decisiva do pobre, e, segundo, sem a focalização severa sobre eles, o que implica o fenômeno intrinsecamente político de confronto histórico. [...] A pobreza tende a ser vista como mau jeito da distribuição dos recursos disponíveis, encobrendo a história perversa de sua apropriação, há quinhentos anos, sem falar do contexto capitalista atual. [...]. Assim, dificilmente há política social focalizada neoliberal que não seja disparate social, sem falar de seu tom tecnocrático e autoritário, porque feita de cima para baixo, conservando os pobres como objeto apenas e, no fundo massa de manobra. (DEMO, 2003, p. 98-101)

Devido à escassez de recursos, afirmadas nas esferas do governo, devido à perspectiva neoliberal, a seletividade e focalização nas políticas públicas são tendências observadas nos serviços públicos na atualidade. As políticas sociais mais focalizadas e seletivas estão tendo sua execução terceirizada para Organizações Sociais e Fundações Privadas, que contratam profissionais em condições cada vez mais instáveis e com baixos salários. A ampliação do trabalho vem sendo acompanhada pela precarização das relações e condições de trabalho de assistentes sociais, com repercussões na supervisão de estágio e na qualidade da formação profissional (ALBUQUERQUE, 2018).

Contraditoriamente a isso, as políticas universais, segundo Demo (2003, p. 102) “nunca foram pacotes outorgados e simplesmente mantidos pelo Estado, mas genuínas conquistas populares, alcançadas não contra o Estado ou o mercado, mas impondo a ambos sua condição de instrumento”. O que se espera é que ocorram processos redistributivos como resultado do controle democrático da classe subalterna com políticas universais de baixo para cima.

O **assistencialismo caritativo** tem relação com a perspectiva da “ajuda” e não do direito socialmente conquistado, criando uma relação crônica de dependência dos indivíduos e o provedor. Não há uma preocupação com a erradicação das desigualdades sociais, trata-se de ações paliativas. Historicamente tais práticas estão presentes na época do primeiro damismo, no início da profissão do Serviço Social, nos anos de 1930, quando as “boas moças” entregavam cestas básicas, mas não questionavam a ordem social vigente.



Além disso, no Brasil, a implantação do processo de “ajuda” psicossocial individualizada, foi mediatizada num contexto histórico por políticas assistenciais públicas e privadas fragmentadas, residuais e pontuais. Ocorreu um trânsito do assistencialismo caritativo à denominada filantropia estatal, com moeda de troca das relações sociais. Percebeu-se a existência de uma regulação no fundo público para o financiamento da reprodução do capital em detrimento da reprodução da força de trabalho.

Cabe mencionar, como exemplo, que a Política de Assistência Social ainda não alcançou a ultrapassagem desses paradigmas, apesar da sua inclusão no campo dos direitos sociais incorporados à Constituição de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS de 1993, pois se registra nos anos de 1990, sob a hegemonia neoliberal, a “refilantropização da questão social”, assim chamada por Yazbek (1995), como transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, para o chamado terceiro setor.

E na atualidade, percebe-se a implantação de alguns programas governamentais ambíguos, como o “Programa Criança Feliz”<sup>3</sup>, que de acordo com a resposta da supervisora acadêmica tende a ser considerado assistencialista:

[...] o relato de uma aluna que estava realizando estágio em um programa novo, implantado em seu município intitulado “Criança Feliz”. O Relato possibilitou ao grupo conhecer o novo programa, além de tecer reflexões sobre os seus objetivos que conclui-se ser mais assistencialista do que propriamente uma Política Pública necessária ao segmento da criança pequena. Outras questões foram discutidas, dentre elas os instrumentos e técnicas de intervenção, postura da coordenadora do programa no município e a atuação da Assistente Social, designada para a função (SA1).

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2017) lançou uma nota em março de 2017 criticando o programa, devido aos seguintes motivos: há o retorno do primeiro damismo; há a falta de diálogo do Governo Federal com a sociedade, com os conselhos das políticas da intersetorialidade do Programa (como Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos, Direitos das Crianças e Adolescentes, entre outros); ocorre a priorização do “chamado terceiro setor”, indo na contramão da LOAS e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que priorizam a execução direta do Estado nos serviços, programas e projetos; e a desresponsabilização do Estado pela oferta de serviços públicos de saúde e de educação com qualidade desde a primeira infância.

A população pobre é responsabilizada pela sua pobreza e a ela cabe superá-la; é imputada às famílias pobres a ignorância e a falta de cuidados para com os filhos, mesmo que o Estado não lhes assegure condições para isso; segundo o Programa, é preciso ensinar às famílias, cabe à mulher esse papel.

---

3 Lançado por meio de Decreto nº 8.869/2016, o Programa é uma iniciativa do Governo Federal concebido e coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), nomeou a primeira-dama, Marcela Temer, como sua embaixadora. O Decreto explicita, no seu Art.4º, que para alcançar seus objetivos, o Programa Criança Feliz tem como principais componentes: “I. a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, e de ações complementares que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância [...]” (BRASIL, 2016).

Ademais, sob o interesse do ponto de vista do capital, exigem-se perfis pedagógicos voltados para a fragmentação da classe subalterna e debilitação de suas lutas, ao conformismo social, à despolitização da questão social, isto é, mascaramento dos interesses de classes, enfatizando saídas corporativas com base na solidariedade indiferenciada entre as classes sociais, reforçando

[...] tendências à individualização e à responsabilização das classes subalternas quanto à busca de resposta às suas necessidades básicas e, mais do que isso, visam dificultar o avanço da formação de uma consciência de classe autônoma e do processo de emancipação. (ABREU, 2016, p. 221).

Complementar a isso, tem-se o **caráter punitivo**, que se expressa pela penalização dos indivíduos e famílias, com critérios de acesso e permanência em programas, benefícios sociais, isto é, se a família não cumprir a condicionalidade, perde o benefício. Exemplo disso são as penalidades gradativas do Programa Bolsa Família, decorrentes do não cumprimento de suas condicionalidades, na qual deve haver atualização de cadastro, frequência escolar, pagagem, vacinação. O que reforça nas palavras de Duarte (2018, p. 217), “a lógica meritocrática ‘do fazer por merecer’; as famílias têm sido submetidas a ‘castigos’ institucionais, de natureza corretiva e punitiva, antítese da garantia de direitos”.

Nestes casos, ocorre o controle do comportamento dos sujeitos e tendência a ter processos persuasivos e coercitivos para obtenção de consentimento ao novo ordenamento econômico e social sob o domínio do capital.

Quanto ao **ajustamento dos indivíduos** à sociedade e sua **submissão**, é quando o indivíduo tem determinados comportamentos dentro da sociedade, de forma a se adequar a ela, sem conflito.

Essa prática de ajustar, adequar os indivíduos “desajustados” à sociedade, tem sua ação profissional embasada na corrente teórico-metodológica estrutural funcionalista de análise da sociedade. O fazer profissional do Serviço social caminhou nesta direção por anos, o assistente social tinha como atribuição adequar os indivíduos ao sistema, sendo essa adequação por meio da afirmação dos valores morais e éticos e ajustamento de personalidade. O profissional de Serviço Social era um perito do social, o qual, de forma pragmática, fazia sua ação social a favor do Estado.

Desse modo, para essa perspectiva, a desigualdade social existia pelo fato de cada indivíduo exercer uma posição diferenciada na sociedade, a sociologia era uma espécie de apoio para adequar os indivíduos, grupos e instituições que não se encontravam exercendo seu papel social dentro do sistema capitalista. Não havia nenhum tipo de questionamento com relação à estrutura do sistema capitalista, a qual promovia a desigualdade (ANDRADE, 2008; SANTOS, WEISHEIMER, 2013).

Essa ótica tende a fazer com que as pessoas se integrem, se adaptem à sociedade e contribui para a manutenção da ordem social.

Em uma observação realizada no estágio, percebi que [...], moldar o usuário de acordo com as normas e regras do Programa Criança Feliz. Ao perceber que o usuário estava confrontando-a, ela intimidou-o dizendo que se fosse preciso usaria o uso da “força”, ou seja chamaria a Polícia Militar. [...]

uma correlação de forças entre o profissional e o usuário, não havendo uma conversa [...] das partes ou até mesmo para conseguir uma harmonização entre usuário e a profissional. (Resposta da E2)

Podem ocorrer práticas de opressão e poder estabelecidos com a população, o que pode acarretar subordinação e hierarquização na relação com esses sujeitos atendidos, a submissão ao crivo técnico, não considerando o protagonismo e participação dos usuários, não fomentando reflexão e mobilização das classes subalternas, contribuindo para acomodação e passividade dos usuários pela prevalência de interesses políticos ou institucionais. Ocorre nestes casos a manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais, como em relação ao horário de funcionamento de muitos serviços incompatíveis com a realidade dos indivíduos e famílias que trabalham.

Os indivíduos e as famílias sofrem impactos por essas subcategorias elucidadas e pelas transformações atuais da sociedade brasileira, caracterizadas pelo predomínio de políticas neoliberais, que intensificam os níveis de exploração e desigualdades, bem como suas repercussões no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais, onde se concretiza a prática profissional do Serviço Social e, por conseguinte, a supervisão de estágio.

Na atual conjuntura, em decorrência das reformas estruturais no redimensionamento das responsabilidades do Estado, privatizam-se alguns serviços sociais para acumulação do capital e outros permanecem sob responsabilidade do Estado, como visto, voltados para os setores mais pobres da sociedade sem muitas vezes apontar para soluções reais dos problemas vivenciados pela população.

Diante disso, é importante destacar também que a pesquisa de campo mostrou alguns desafios enfrentados no estágio na perspectiva do projeto ético-político do Assistente Social, na compreensão dos estagiários, ligados aos limites institucionais, escassez em recursos financeiros. Os estudantes sugeriram melhorias na estrutura institucional em prol da garantia de direitos dos usuários. Ocorrem desafios no compromisso com a classe trabalhadora, como no caso de o usuário sair do setor sem melhorias na situação que se encontra; dificuldade de realizar um trabalho, de assegurar autonomia.

Na perspectiva ético-política as dificuldades são sempre as barreiras institucionais, onde temos que ter noção da correlação de forças existentes nesse contexto. Para garantir os direitos dos usuários, a facilidade com certeza é o amparo que o nosso código de ética nos oferece, pois resguarda o nosso fazer profissional e nos dá uma relativa autonomia. Barreiras institucionais, falta de materiais para trabalhar, carro disponível, sala adequada para atendimento, pois nem sempre o profissional conseguiu brigar para ter e a correlação de forças. Na interação com os outros membros da equipe, muitas vezes, o assistente social não tem o seu ponto de trabalho respeitado, isso interfere na supervisão de estágio, porque tem alguns lugares que outros profissionais acabam tomando o lugar do assistente social e então o estagiário fica meio perdido não sabendo para quem deve responder e pegar serviço. Aconteceu comigo no meu primeiro estágio, por isso que acho interessante citar porque o que atrapalha um pouco o estágio supervisionado são as barreiras institucionais que interfere no estágio. (E9)

Talvez o maior desafio posto não seja as adversidades, as imposições institucionais ou ainda a conjuntura política econômica pouco favorável, o primeiro desafio a ser transporto é a postura do profissional, é fazer com que o assistente social se aproprie da ideologia posta por esse projeto, bem como, busque a fundamentação necessária para posicionar-se. Bem verdade que as condições de trabalho e o espaço ocupacional são parte importante, mas à vontade, a convicção, o brilho no olhar, isso deve partir do profissional deve entronizar esses valores e não apenas reproduzi-los por conveniência ou por exigência da categoria. (SC6)

A respeito da autonomia, vários estagiários nas entrevistas relataram sobre a falta ou relativa autonomia dos assistentes sociais supervisores de campo nos espaços sócio-ocupacionais.

Ponto em comum nos dois locais que fiz estágio a assistente social tem uma relativa autonomia, em ambos os casos. Devido o poder institucional. Porque buscamos a autonomia do sujeito e a gestão ... é assistencialista, paternalista, conservadora, [...]. No setor público [...]. As vezes tem que fazer alguma intervenção esbarra em falta de carro, por exemplo, na zona rural, caso de agressão, não tem carro [...]. As vezes a assistente social pega carro particular e vai. [...] ainda o assistente social tem relativa autonomia (E3).

O trabalhador e, por conseguinte os assistentes sociais ficam reféns do capital, das empresas, vendem sua força de trabalho e submetem-se às dinâmicas institucionais para sobreviver na sociedade capitalista, sendo submetidos à precarização do trabalho e sem instrumentos para trabalharem. Além disto, ocorre um enjugamento do Estado, diante das políticas sociais, diante das refrações da questão social, desencadeando, assim, transformações e desafios no cotidiano profissional, nas competências, demandas e requisições do assistente social.

Foi visto que no processo de supervisão de estágio os estagiários e supervisores se deparam com diversas questões que necessitam de intervenção e posicionamento em favor da classe trabalhadora, com diversos desafios perante este posicionamento, pois apesar dos direitos sociais estarem garantidos na Constituição Federal de 1988, são necessários vários esforços para protegê-los e efetivá-los.

A percepção da seriedade do trabalho do Assistente Social na prática é verbalizada nos debates em sala, como também se percebe maior criticidade e a diferença na postura do estudante. Comprova-se, desse modo a articulação da teoria com a prática apreendida nesse processo. Um exemplo dessa percepção foi em um seminário desenvolvido em aula da disciplina de Ética Profissional quando os estudantes elucidam sobre a prática profissional de alguns supervisores, destacando a necessidade de vivenciar o Código de Ética e também da pouca clareza de alguns sobre o Projeto Ético- Político. Ressaltaram a falta de sigilo nos atendimentos e o desrespeito para com os usuários dos serviços. Contudo, houve elogios e discursos (emocionados) de alunos sobre alguns supervisores se tornarem referência profissional, quanto a dedicação e a competência da práxis profissional. (D4)

Como percebido, a supervisão em Serviço Social defronta-se com multiplicidades de demandas, antagônicos interesses e com as contradições existentes no contexto social inerente ao movimento dialético da realidade; elementos sociais que podem culminar em uma ação reguladora na perspectiva de atender aos interesses de um projeto tradicional conservador que tem predomínio, na constituição histórica da profissão ou em um projeto profissional que atenda aos interesses da classe subalterna; ou seja, realizar uma prática permeada pela função pedagógica voltada para a tendência “neoconservadora” ou na perspectiva “emancipatória”.

A função educativa dos assistentes sociais está contemplada no projeto ético-político do Assistente Social. O projeto e o Código de Ética do Assistente Social de 1993 preconizam autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, assim, a função educativa no trabalho do assistente social deve ser pautada em ações que possibilitem a efetivação desses princípios.

Como visto, na supervisão de estágio temos o envolvimento de docentes, supervisores acadêmicos, supervisores de campo e estagiários e este processo de ensino-aprendizagem implica em uma constante atitude crítica, reflexiva, consciente para o enfrentamento do neoconservadorismo, de seus valores e expressões e estar em vigília, autocrítica e resistência em prol dos direitos humanos e por uma educação na perspectiva da emancipação humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Há contradições expressas pela tendência do “neoconservadorismo” que aparecem no interior e exterior da profissão e da supervisão, por meio de predisposições realizadas com base no senso comum, na focalização e seletividade nas políticas sociais; por meio do assistencialismo caritativo (da volta do primeiro damismo); pelo caráter punitivo, de responsabilização e culpabilização dos sujeitos presentes na nossa conjuntura política e social.

A discussão sobre a tendência “neoconservadora” não teve a intenção de julgar condutas profissionais, mas problematizar e buscar reflexões sobre as ideologias dominantes presentes nas políticas sociais, na intensa influência do sistema capitalista que reverbera e afeta o fazer profissional.

Neste contexto, é preciso um profissional com largo conhecimento cultural e político, vigilante no tempo histórico, atento para decifrar o que ainda não foi dito, atento ao ordenamento das formas de dominação do poder, buscando esclarecimento das tendências do movimento da realidade social, interpretando suas manifestações sobre as quais incide a ação profissional. De um lado, existe um projeto ético-político que defende os direitos das classes subalternas e de outro, têm-se um projeto neoconservador, neoliberal de sociedade. É importante uma constante atitude crítica, reflexiva, consciente para o enfrentamento desse neoconservadorismo, de seus valores e expressões e manter a autocrítica e resistência a favor dos direitos humanos e da emancipação.

O ideário neoliberal gera desafios na operacionalização da supervisão de estágio, tendo em vista as condições de trabalho, as estruturas dos espaços sócio-ocupacionais, devido à precarização do trabalho, redução dos gastos públicos, focalização e seletividade dos serviços, práticas assistencialistas, privatização do espaço público, que implica no esvaziamento das funções do Estado; instrumentalização e mercantilização da educação.

Diante disso, há a exigência de pensar o processo de supervisão articulado com as diretrizes curriculares e comprometido com uma postura profissional crítica, investigativa e ética. A precarização do ensino e as condições de trabalho do assistente social têm rebatimentos sobre todo o processo de formação profissional e mesmo assim, a supervisão de estágio ainda continua sendo um campo de possibilidades de aprendizagem mútua, construção conjunta de conhecimento e de resistência cotidiana aos desafios.

Reafirmamos a relevância de um posicionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, a favor das classes subalternas, no sentido de fortalecimento das lutas para ampliação de investimento em políticas públicas, de garantia de direitos humanos, de uma ação política concreta vinculada a um projeto emancipatório.

## REFERÊNCIAS

---

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. *In*: CFESS/ABEPSS. **Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ABREU, M. M.; **Serviço social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ALBURQUERQUE, V. Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação nas instituições privadas de ensino. *In*: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.;

ALBURQUERQUE, V. **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 279-292.

ANDRADE, M. O Metodologismo e o Desenvolvimento no Serviço Social Brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**. Franca, vol. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BARROCO, M. L. S. **Ética: Fundamentos sócio-históricos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. Diário Oficial da União, 6 out. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8869-5-outubro-2016-783706-publicacaooriginal-151185-pe.html>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

CARLI, R. **Fenomenologia e Questão Social**: limites de uma filosofia. São Paulo: Papel Social, 2013.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Col. Primeiros Passos.)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Nota Pública: Por que dizer não ao Programa Criança Feliz**. Brasília, DF, 7 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2017-NotaPublicaCFESS-NaoAoPrograma-CriancaFeliz.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

DEMO, P. Focalização” de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a “agenda perdida”. **Serviço Social & Sociedade**, v. 24, n.76, p. 93-117, nov. 2003.

DUARTE, J. M. G. F. Trabalho social com famílias no Serviço Social: determinações sócio-históricas na reconfiguração das políticas sociais contemporâneas. *In*:

- RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 203-221.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.
- JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katál**, Florianópolis, vol. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017.
- MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, tradução Paolo Nosella, 2010. (Coleção Educadores).
- PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, vol.1, n.1, p. 83-94, 1997.
- PRATES, J. C. O planejamento da pesquisa. **Temporalis**, Porto Alegre, ABEPSS, n. 7, p. 123-143, 2003.
- SANTOS, T. S.; WEISHEIMER, N. O fazer profissional à luz dos pressupostos teórico- metodológicos. In: SEMINÁRIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3, 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2013, p. 1-13.
- SIMIONATTO, I. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- YAZBEK, M. C. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos Abong**, nº 3. São Paulo, ABONG, 1995.





# AUTORAS E AUTORES

## **Adriana Giaqueto Jacinto**

Assistente Social. Graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Graduação em Letras pela Universidade de Franca. Pós-doutorado em Serviço Social pela UERJ. Docente na graduação e pós-graduação na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social. (GEDUCAS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa. ORCID: 0000-0003-0181-2839. E-mail: adriana.giaqueto@unesp.br

## **Andreza Mendes Fachina**

Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Instituto Municipal de Ensino Superior “Victório Cardassi”. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista – Unesp/Campus Franca. Doutoranda do Programa de Pós-graduação na Universidade Estadual Paulista – Unesp/Campus Franca. Assistente Social na Prefeitura Municipal de Pitangueiras/SP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação Profissional em Serviço Social do PPGSS/FCHS Unesp Franca. Orcid: 0000-0003-1340-9414. E-mail: andreza\_fachina@yahoo.com.br

## **Bruna Pereira Caetano**

Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Unesp. Graduada no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Uftm, membro do grupo de pesquisa e estudo GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). ORCID: 0009-0007-6242-9709 E-mail: bruna.caetano@unesp.br

## **Camila Barbosa Vieira**

Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Unifeb. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membro do grupo de estudos e pesquisa Gesta / Unesp-Franca. ORCID:0000-0002-6473-5167. E-mail: c.vieira@unesp.br

## **Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira**

Assistente Social. Mestrado em Serviço Social pela PUCSP; Doutorado em Serviço Social pela UNESP; Pós-doutorado em Serviço Social pela UERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FCHS, UNESP Campus de Franca/SP e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI/Teresina. Líder do GEFORMSS - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social/UNESP-CNPq e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas/UFPI-CNPq. Bolsista de Produtividade em Pesquisa/CNPq ORCID: 0000-0003-0045-5956. E-mail: cirlene.oliveira@unesp.br

## **Cleusimar Cardoso Alves Almeida**

Doutora em Serviço Social pela UNESP- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfnas. Especialista em Políticas Públicas e Serviços Sociais, especialista em Políticas Públicas de Assistência Social. Graduada em Serviço Social pela UNIFENAS. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Varginha-MG, CRAS e Professora de Graduação e Pós-Graduação. ORCID: 0000-0002-0711-8330. E-mail: cleocardoso08@gmail.com

## **Daniel Luciano Muondo**

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Membro do GEFORMSS - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social; Editor-Adjunto da Revista Realidade Social da Faculdade de Serviço Social, Universidade de Luanda. Possui Mestrado em Governança e Gestão Pública na Especialidade de Políticas Públicas pela Universidade Agostinho Neto. Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior João Paulo II, Universidade Católica de Angola. Atualmente é docente universitário no Instituto Superior de Serviço Social de Luanda (UniLuanda). ORCID: 0000-0002-9224-0073. E-mail: dmuondo@gmail.com

## **Edilaine Dias Lima**

Assistente Social pela UFTM, bacharel em direito e advogada pela Faculdade Doutor Francisco Maeda (FAFRAM). Atua como assistente social na política de educação no município de Ituverava/SP. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, Franca/SP. Pesquisadora do Grupo de pesquisa PRAPES - Prática de Pesquisa: perspectivas contemporâneas. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas - Gepem. Pesquisadora Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social - QUAVISS. ORCID: 0000-0003-1455-7523. E-mail: edilaine.lima@unesp.br

## **Eliane Marques de Menezes Amicucci**

Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Fundação Educacional de Fernandópolis. Mestrado e doutorado pela Universidade Paulista. Docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Exercício e Formação Profissional da Universidade Federal do Tocantins e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social da Universidade Paulista. ORCID: 0000-0002-2924-731X. E-mail: eliane.amicucci@uft.edu.br

## **Fabiana Nascimento Marques**

Assistente social, discente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHC. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social - GESTA. Presidente do Conselho Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/MG e Coordenadora da Comissão de Apoio a Grupos Organizados - COMAGO, na gestão “Lutar quando é fácil ceder”: unidade e resistência na defesa do projeto ético-político - 2023/2026. Vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Passos/MG - gestão 2021/2023. Militante da Marcha Mundial das Mulheres. Participante da Comunidade Eclesiais de Base - CEBS e Pastoral do Povo da Rua. ORCID: 0009-0001-3520-3815. E-mail: fabiana.marques@unesp.br

## **Fernanda Vieira Costa**

Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Especialista em Direito da Infância e Juventude pelo Claretiano Centro Universitário. Assistente Social Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. E-mail: fernandafvc@gmail.com

## **Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi**

Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Campus Franca/SP. (atual). Possui graduação em Serviço Social (2015) e mestrado em Serviço Social (2018) pela mesma universidade. Foi bolsista (2017-2018) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pesquisadora (2013 - Atual) do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), no eixo temático Serviço Social e Formação Profissional, com destaque para o estágio supervisionado e as condições de trabalho do assistente social. ORCID: 0000-0003-4918-9775. E-mail: gabriellesgarbi@gmail.com

## **Hilda Maria Gonçalves da Silva**

Bacharelado e Licenciatura em História pela Unesp/Franca, Licenciatura em Pedagogia pela Uninove. Mestrado e Doutorado em Educação, pela Unesp/Araraquara, Livre docência em Gestão da educação brasileira, pela Unesp/Franca. Docente associada da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Unesp de Franca, docente permanente dos Programas de Pós-graduação em Educação Escolar e em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. ORCID: 0000-0003-2877-0536. E-mail hilda.silva@unesp.br

## **Josiani Julião Alves de Oliveira**

Assistente Social. Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP de Franca em Serviço Social. Pós-doutorado pela Universidade de Aveiro-Portugal. Professora no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Câmpus de Franca. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa PRAPES - Práticas de Pesquisa: perspectivas contemporâneas. ORCID: 0000-0003-4300-4485. E-mail: josiani.juliao@unesp.br

## **Ketully Fernanda Ascencio Cadorim**

Assistente Social, mestrado e doutorado (cursando) em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho - FCHS UNESP Franca. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas de Gestão Socioambiental e a Interface da Questão Social (GESTA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social (GEDUCAS).

## **Laura Cristina Gomes Lima**

Assistente Social. Graduação em Serviço Social, Mestrado e Doutorado pela Universidade Estadual Paulista. Membro do grupo de estudos Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social - GEFORMSS. ORCID:0000-0001-9209-9682. E-mail: lcg.lima@unesp.br

## **Leonildo Aparecido Reis Machado**

Graduação em Serviço Social, Mestrado e Doutorado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Graduação em Filosofia e pós-Graduação em Direitos Humanos pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR). Assistente Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP). Membro do grupo de estudos GEPESSE. ORCID: 0000-0001-9684-9786. E-mail: leonildomachado@outlook.com

## **Maicow Lucas Santos Walkers**

Assistente Social, Especialista em Gestão de Organização Pública de Saúde (CEAD/ UNIRIO), Mestre e doutorando em Serviço Social (UNESP- Franca/SP). Bolsista CAPES/DS. Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social) e do GEFORMSS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social). ORCID: 0000-0002-7061-5698. E-mail: maicow.assistentesociais@live.com

## **Maria José de Oliveira Lima**

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestrado em Serviço Social e doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/ Franca. Professora assistente doutor titular do Departamento de Serviço Social da FCHS - UNESP/Franca. Atualmente ocupa a função de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social - GESTA. Coordenação de Projeto de Extensão Universitária GEUNIC - Universidade na Comunidade, com atuação em escolas públicas de ensino básico. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

## **Nayara Hakime Dutra**

Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UNESP/Franca. Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Pós-Doutorado pela UERJ. Docente do curso de graduação e Pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do Grupo de Pesquisas sobre Famílias - GEPEFA, Supervisora da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) - UNESP- FRANCA. ORCID: 0000-0001-6505-4825. E-mail: nayara.hakime@unesp.br

## **Olga Myrlla Tabaranã Silva**

Assistente Social graduada pela Universidade da Amazônia (2008-2011). Especialista em Família e Políticas Públicas pela Universidade da Amazônia (2012). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2013-2015). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2018-2022). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS-UFPA). Trabalha na Secretaria Municipal de Saúde de Belém e na Fundação Papa João XXIII. Professora da Emancipa Formação em Direitos Sociais. ORCID: 0000-0001-9254-3384. E-mail: olgamyrllass@gmail.com

## **Reinaldo Nobre Pontes**

Assistente Social. Doutor em Sociologia pela Universidad Complutense de Madrid. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA/Belém), na Faculdade de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (mestrado/doutorado). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Políticas Sociais e Formação Profissional (GEPSS). Autor de “Mediação e Serviço Social” (Cortez Editora, 7a. ed revista e ampliada). Presidente da ABEPSS (1997-1998). Professor Visitante Sênior (bolsa CAPES) no Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra-Portugal (ISMT) (2022-2023) ORCID: 0000-0003-1953-9201 E-mail: rnobrepontes@gmail.com

## **Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes**

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Unesp. Docente na graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. Tutora bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET/UFTM, Pesquisadora do GESTA (Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social) e do GEFEPSS (grupo de estudo e pesquisa em fundamentos, formação e exercício profissional em Serviço Social). ORCID: 0000-0002-9214-1999 E-mail: ritamendesuftm@gmail.com

## **Soraia Veloso Cintra**

Professora associada (nível 3) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutora, mestre e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Membro dos Grupos de Pesquisa GESTA (Grupo de Estudos e Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social) da UNESP/Franca, e NUPET (Núcleo de Pesquisas Territoriais, linha territórios e humanidades). E-mail: soraia.veloso@ufu.br

## **Tamiris Garcia da Silveira**

Assistente Social, Especialista em Gestão Estratégica e Planejamento de Projetos Sociais (UNAERP), Mestra em Serviço Social (UNESP- Franca/SP) e Aluna Especial do Doutorado em Serviço Social (UNESP - Franca/SP). Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social) e do GESTA (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social). Instrutora do SENAR-SP (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de São Paulo). E-mail: tamiris.garcia@hotmail.com

## **Tatiana Machiavelli Carmo Souza**

Professora no curso de Psicologia da Universidade Federal Catalão (UFCAT) e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pós-doutora (2022) pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (UFG). Doutora (2012) e Mestre (2009) em Serviço Social pela Unesp/Franca. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (2003). Líder do Grupo de Pesquisas “Teoria histórico-cultural e processos psicossociais” e membro do Grupo de Pesquisas “Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho”, ambos da UFCAT (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Lattes-CNPq). Membro do GT “A Psicologia sócio-histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social” (Anpepp). Mãe de dois filhos, esteve em licença maternidade em 2011 e 2019. ORCID: 0000-0001-8834-7022. E-mail: tatimachiavelli@yahoo.com.br

## **Thaís Viana Figueira**

Possui graduação e mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atua como assistente social e supervisora de estágio em Serviço Social na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da UNESP campus de Franca. E-mail: thais.figueira@unesp.br

